

TERRITÓRIOS GENERIFICADOS

UMA PROPOSTA PARA A RESSIGNIFICAÇÃO ESPACIAL FEMININA

ISABELA RODRIGUES GOMES



Territórios Generificados

UMA PROPOSTA PARA A RESSIGNIFICAÇÃO ESPACIAL FEMININA





Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2023-1

No mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se de forma presencial a Banca Examinadora, sob Presidência do(a) Professor(a) Orientador(a), para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho	Professor(a) Orientador(a)	Professor(a) Avaliador(a) da UFMS	Professor(a) Convidado(a) e IES
28 de junho de 2023 Às 10h40 Atelier 3 - CAU-FAENG-UFMS Campo Grande, MS	Isabela Rodrigues Gomes 2018.2101.012-4 Tema: Territórios generificados: uma proposta para a ressignificação espacial feminina	Profa. Dra. Juliana Couto Trujillo	Profa. Me. Karina Trevisan Latosinski	Profa. Dra. Juliana Junqueira (Uniderp/Anhanguera)

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pelo(a) acadêmico(a), os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação.

Ao final a banca emitiu o **CONCEITO A** para o trabalho, sendo **APROVADO**.

Ata assinada pelo(a) Professor(a) Orientador(a) e homologada pela Coordenação de Curso e pela Coordenação da disciplina de TCC.

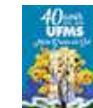
Campo Grande, julho de 2023.

Profa. Dra. Juliana Couto Trujillo
Professora Orientadora

Prof. Dr. Jose Alberto Ventura Couto
Coordenador do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Profa. Dra. Juliana Couto Trujillo
Presidente da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

ESTA OBRA É DE ACESSO ABERTO. É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, DESDE QUE CITADA A FONTE E QUE NÃO SEJA PARA VENDA OU QUALQUER FIM COMERCIAL. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Couto Trujillo, Professora do Magistério Superior**, em 05/07/2023, às 09:37, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Alberto Ventura Couto, Professor do Magisterio Superior**, em 05/07/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4175966** e o código CRC **92679FF5**.

Referência: Processo nº 23104.033813/2021-56

SEI nº 4175966

Territórios Generificados

UMA PROPOSTA PARA A RESSIGNIFICAÇÃO
ESPACIAL FEMININA

ISABELA RODRIGUES GOMES

SOB ORIENTAÇÃO DE
JULIANA COUTO TRUJILLO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Engenharias, Arquitetura Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Campo Grande,
Mato Grosso do Sul
2023

à todas nós.



agradecimentos

Aos meus pais, que me deram todo o suporte necessário para eu chegar até aqui. Todas as minhas conquistas são suas, todo meu amor condicional à vocês.

À minha família, que mesmo de longe se fez presente em toda minha jornada acadêmica. Vocês são minha saudade diária, sempre quero compartilhar coisas boas e estar com vocês.

Aos amigos que a graduação me trouxe, que me fizeram sentir em casa mesmo estando a 482 km de distância do local em que cresci, que me incentivaram e me deram apoio como parte do processo e compartilharam comigo momentos incríveis.

Mas especialmente à Aretha, Amanda, Josieli e João, sou e serei eternamente grata pela existência de vocês. Obrigada por esses cinco anos, vocês me conhecem e me inspiram como ninguém.

Aos amigos que eu trouxe até a graduação, que me viram me transformar naquilo que hoje sou, compreenderam as minhas faltas e ainda estão por aqui.

Mas especialmente à Beatriz, Júlia, Yasmin, Carolina e Mariana, que me conhecem a tanto tempo, cresceram comigo ao longo do caminho e perseveraram.

À minha orientadora, que me deu liberdade para desenvolver o tema deste trabalho e depositou grande confiança na minha capacidade.

À todos que de alguma forma me fizeram chegar aqui. Não chegaria tão longe sem vocês.



resumo

Gênero, espaço e relações sociais são elementos que se correlacionam e se produzem de maneira mútua, onde se tem o corpo como elemento de ligação primeiro e principal. É por ele que se espelham os resultados desta troca recíproca e é ele o que mais se afeta. Sob essa ótica, este trabalho pretende suscitar discussões a partir da perspectiva e presença do corpo feminino nos espaços e nas relações sociais, com o objetivo de enfatizar a hostilidades deliberadas ou involuntárias desta intersecção com tal figura, além de desenvolver e apresentar uma proposta de intervenção projetual que se apresenta de forma multiescalar e incorpora questões relevantes e atuais sobre o feminismo, as urgências e as demandas sociais presentes nos espaços. Para isso, este trabalho se divide em duas partes: a fundamentação teórica e a elaboração de uma proposta arquitetônica. A temática deste trabalho surge iminente a necessidade de uma perspectiva crítica e generificada no que se diz respeito às mulheres em diversas escalas de espaços, uma área de pesquisa que apenas recentemente passou a ocupar lugar de destaque no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: gênero, espaço, feminino, arquitetura, mulheres, espaço público, domesticidade, espaço privado, corpo.

abstract

Gender, space and social relations are elements that are correlated and mutually produced, where the body is the first and main connecting element. It is through its that the results of this reciprocal exchange are mirrored and it is the one whom is most affected. From that perspective, this work intends to provoke discussions from the perspective and presence of the female body in spaces and social relations, with the objective of emphasizing the deliberate or involuntary hostilities of this intersection with such a figure, in addition to developing and presenting a proposal for intervention project that presents itself in a multiscale way and incorporates relevant and current issues about feminism, urgencies and social demands present in spaces. For that, this work is divided into two parts: the theoretical foundation and the elaboration of an architectural proposal. The theme of this work arises the imminent need for a critical and gendered perspective with regard to women in different scales of spaces, an area of research that has only recently come to occupy a prominent place in Brazil and in the world.

Keywords: gender, space, female, architecture, women, public space, domesticity, private space, body.

sumário

—

1

A MULHER, O ESPAÇO E A DOMESTICIDADE

11
INTRODUÇÃO

13
QUADRO RESUMO DA PESQUISA

13
METODOLOGIA

16
O FEMININO E O SER MULHER

- [1.1.1] MULHERES COMO SUJEITOS
- [1.1.2] MULHER SUJEITO "OUTRO"
- [1.1.3] AS MULHERES PELAS MULHERES - O FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL

23
O ESPAÇO SOCIAL COMO LINGUAGEM E PRODUTO

- [1.2.1] MULHERES COMO SUJEITOS
- [1.2.2] MULHER SUJEITO "OUTRO"
- [1.2.3] AS MULHERES PELAS MULHERES - O FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL

29
HABITAR - ONDE O PRIVADO E O DOMÉSTICO SE CRUZAM

- [1.3.1] MULHERES COMO SUJEITOS
- [1.3.2] MULHER SUJEITO "OUTRO"
- [1.3.3] AS MULHERES PELAS MULHERES - O FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL

2

TERRITÓRIOS GENERIFICADOS

36
MULHERES EXTRAMUROS - GÊNERO E ESPAÇO URBANO

- [2.1.1] CIDADE PARA QUEM? A DESLEGITIMAÇÃO DO GÊNERO NO ESPAÇO URBANO
- [2.1.2] CIDADE DAS DIFERENÇAS
- [2.1.3] VIVÊNCIAS FEMININAS NO ESPAÇO URBANO

49
MULHERES INTRAMUROS - GÊNERO E ESPAÇO PRIVADO

- [2.2.1] ESPAÇOS SEXUADOS - FORMAÇÃO E A TERRITORIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO
- [2.2.2] O ETERNO FEMININO X O ETERNO DOMÉSTICO
- [2.2.3] ESPAÇO PRIVADO - UM LIMITADOR CONSTANTE

3

INTENCIONALIDADE

60

BUSCANDO LUGARES PARA NÓS MES-
MAS

[3.1.1] NARKOMFIN

[3.1.2] COLETIVO PUNT-6

[3.1.3] WOMEN'S PAVILION 2021 - VOLUME
ZERO - ARCHITECTURE COMPETITION

67

APROXIMAÇÃO

[3.2.1] LEITURA URBANA - CAMPO GRANDE

[3.2.2] ONDE ESTÃO AS MULHERES EM CAM-
PO GRANDE?

[3.2.3] INSURGÊNCIAS

[3.2.4] MACRODIAGNÓSTICO TERRITORIAL

4

PROPOSTA

80

RESSIGNIFICAR

[4.1.1] ESTRUTURA PROJETUAL EM REDE

[4.1.2] PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM AS ESCALAS DE INTERVENÇÃO

[4.1.3] APLICABILIDADE DAS ESCALAS

[4.1.4] PROCESSO DE ESCOLHA DOS PONTOS DA REDE

[4.1.5] CRITÉRIOS E ATRIBUTOS INDICADORES

87

MACROESCALA E DESENVOLVIMENTO

[4.2.1] MICRODIAGNÓSTICO

[4.2.2] DIRETRIZES PROJETUAIS

[4.2.3] ESCALA DE BENEFICIAÇÃO DE PÚBLICO

[4.2.4] CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

[4.2.5] PROCESSOS DE PROJETO

[4.2.6] DESENVOLVIMENTO VOLUMÉTRICO

98

PROJETO

—

123

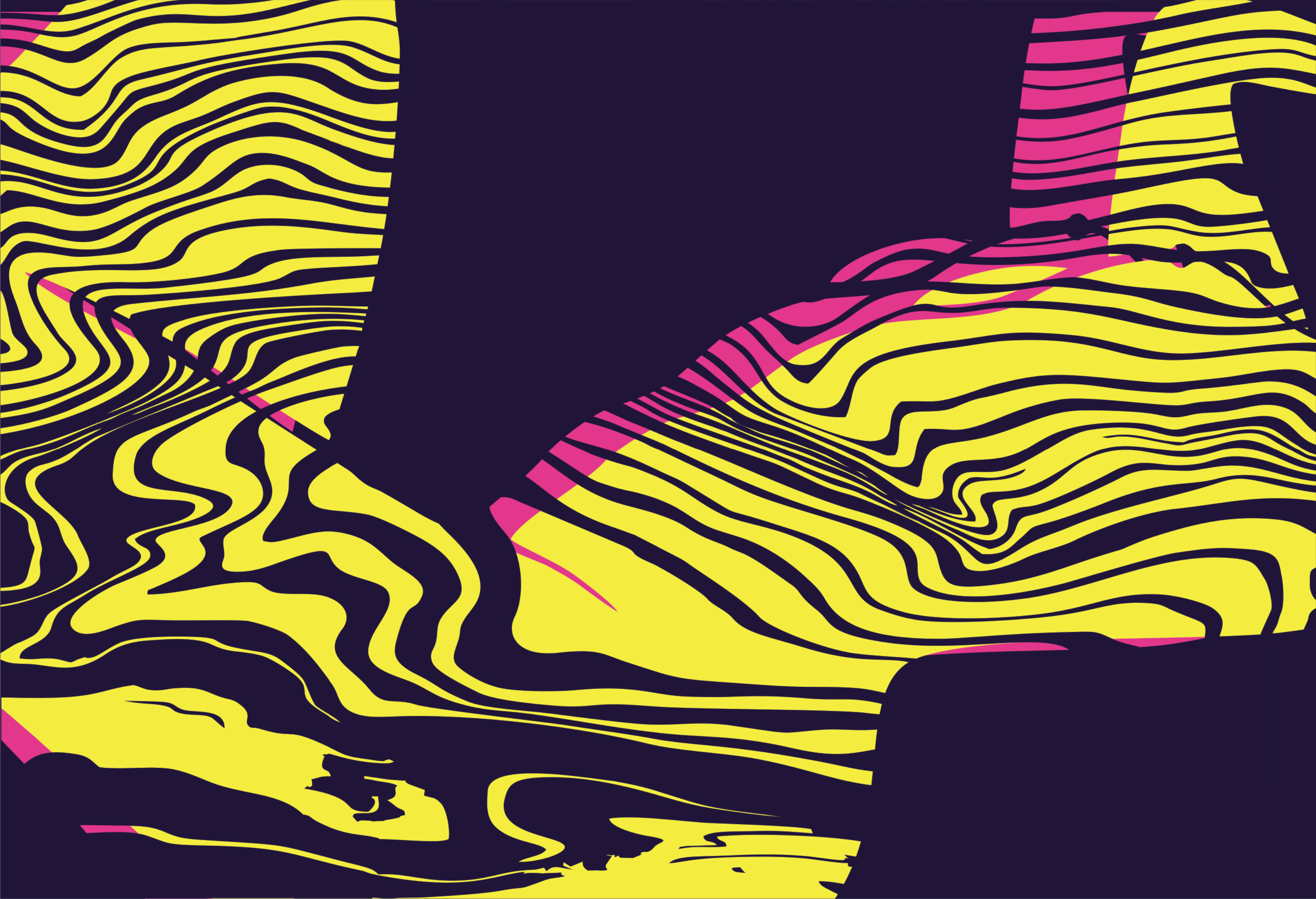
CONSIDERAÇÕES FINAIS

124

REFERÊNCIAS

129

LISTA DE FIGURAS



introdução

Em “Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social”, José Cortés escreve que “[...] tanto as pessoas como os espaços têm um gênero, e tanto as relações sociais como as espaciais se engendram mutuamente.” (CORTÉS, 2008, p.126-127). Essa constituição mútua entre espaço, gênero e relações sociais se manifesta no entendimento destes elementos como parte que resulta e parte resultante de uma prática maior.

Como elemento que resulta, podemos entender o espaço arquitetônico como um verdadeiro signo, na concepção semiótica de Pierce (2000), onde os vínculos sociais são objetos e a materialidade desse espaço é a interpretante. É por meio dele que se representam e se transmitem as demandas, as práticas e os costumes de uma sociedade. Como elemento resultante, podemos entender que o espaço também é um produto das relações sociais e dos corpos que nele atuam, incorporando para si partes integrantes destes de maneira inerente (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 1978).

Nessa inter-relação, o corpo humano se articula como principal ligante, como representação do limite entre o externo e o interno. É através do corpo que se experimenta o espaço, operando sob a mesma ótica de determinar e ser determinado pelas relações sociais (LEFEBVRE, 2006). Assim, diferentes corpos proporcionam diferentes experimentações das espacialidades e, uma vez que esses são indissociáveis das questões de gênero (GROSZ, 2000), obser-

vamos uma disputa entre corpos generificados no espaço construído, mais precisamente entre o corpo masculino e o corpo feminino. Linda McDowell no livro “*Gender, identity and place: understanding feminist geographies*” escreve:

Os espaços surgem das relações de poder; as relações de poder estabelecem as normas; e as normas definem os limites, que são tanto sociais como espaciais, porque definem quem pertence a um lugar e quem deve ser excluído, bem como sua posição ou lugar de vivência. (MCDOWELL, 2003, p.04, tradução nossa)¹.

Nessa perspectiva, qual o lugar ocupado pela figura feminina dentro de um espaço construído, que além de concreto, é também social e político? Ao assumir que o espaço carrega em si diversas questões de gênero, para entender e discutir a condição do corpo e do sujeito feminino dentro dele, antes é necessário resgatar o lugar ocupado pela mulher dentro de uma própria ótica generificada. A filósofa Simone Beauvoir associa tal ótica da seguinte forma:

Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são “outros” e suspeitos [...] Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro (BEAUVOIR, 1970, p.11).

O “Outro” é como a filósofa em seu livro “O segundo sexo”, retrata a figura feminina dentro da dicotomia de gênero, e, uma vez dentro desse pensamento dicotômico, ela é necessariamente hierarquizada. A mulher

é representada diante da ótica masculina de maneira inferior, submissa e invisível, reduzida ao seu sexo, ocupando, da biologia até as relações sociais, o local de o Outro (BEAUVOIR, 1970). Ao observar que o corpo feminino ocupa muitas vezes essa condição de não-ser é fácil enxergá-lo dentro da perspectiva do não-lugar.

Para Antunes (2015), o sujeito feminino é marcado no espaço dentro da categoria proposta por Beauvoir, seu corpo sendo encontrado retraído e segregado perante a materialização de uma espacialidade, “Ao longo da história da arquitetura, a mulher tem sido substituída ou deslocada, não só no plano social geral mas de um modo mais específico através da intersecção do corpo com a arquitetura” (ANTUNES, 2015, p.10).

Entretanto, as mulheres estão em todos os lugares, são agentes de todos os lugares (PEREIRA, 2018). Na vida real, na ficção, no cenário público, no cenário privado, corpos atuantes em todos os níveis espaciais, muitos destes conquistados recentemente e, ainda assim, continuam ocupando um lugar marginal, limitadas de inúmeras maneiras e a vários passos da igualdade. O corpo feminino, dentro da concepção de espaço é estruturado perante as hierarquias e os estereótipos das relações de gênero (CORTÉS, 2008).

A própria ideia dicotômica de espaço público e espaço privado é refletida dentro dessa perspectiva de gênero: o espaço público assume o lugar do Um, local central, de liber-

1. Do original: *Places are made through power relations which construct the rules which define boundaries. These boundaries are both social and spatial — they define who belongs to a place and who may be excluded, as well as the location or site of the experience.*

dade, de discurso, masculino; já o espaço privado, local marginal, de costumes, silenciado, feminino (MUXÍ, 2018; CORTÉS, 2008). O espaço privado se constrói incorporado à divisão dos papéis de gênero, diante da perspectiva da desigualdade das atividades dos indivíduos, quantificando e espacializando as dinâmicas de poder entre os sujeitos feminino e masculino.

Zaida Muxí, no primeiro capítulo de seu livro *“Mujeres, Casas y Ciudades”* caracteriza o lar como “[...] um lugar exclusivo e excludente das mulheres [...] é o principal espaço para abrigar pessoas, contribuindo para a construção das relações e dos papéis.” (MUXÍ, 2018, p.40, tradução nossa)². A arquiteta e urbanista traduz o espaço doméstico como um espaço também limitante e excludente do corpo feminino, um local que conduz a mulher entre o visível e o invisível, que a incorpora, a domina e subjuga ao mesmo tempo que lhe concede um papel de protagonista meramente simbólico. Elas, segundo Woolf (2021), são, na vida prática e na realidade, insignificantes, ausentes e não são ouvidas, estado que contrasta intensamente com a condição do sujeito masculino, dificilmente associada à margem de suas relações.

A partir então destas inquietações sobre gênero, corpo e espaço, particularmente no que se refere à figura feminina e as inter-relações hostis com seu corpo nos diferentes espaços, que este trabalho parte. Juntamente da pergunta de pesquisa já exposta, surgem questionamentos secundários que acompanham esta pesquisa a fim de reconhecer a realidade das mulheres nos espaços – sejam eles públicos ou privados - dentro de uma complexa relação entre corpos, materialidade e gênero.

O cenário de desequilíbrios que marca a presença do corpo feminino na prática espacial destaca tais inquietações dentro da produção do conhecimento arquitetônico e no ato de projetar espaços, com questões que

se estruturam por meio de um ambiente que reproduz as hierarquias e as desigualdades entre os sujeitos sociais. Incorporar a perspectiva de gênero para a análise do espaço público e privado implica assumir esses desequilíbrios e as diferentes experiências entre os corpos generificados. Para Zaida Muxí, tal incorporação é mais do que necessária:

Necesitamos mudar o ponto de vista do qual observamos e nos observamos, criar novos sistemas de valores para sermos capazes de ver e valorizar as mulheres em todos os âmbitos, entre eles no urbanismo e na arquitetura. (MUXÍ, 2018, p.17, tradução nossa)³.

Procurando essa mudança de ponto de vista, adota-se como objeto de pesquisa a inter-relação entre gênero e espaço, especificamente entre o sujeito feminino, seu corpo e o espaços construídos, buscando a interpretação de uma realidade hostil ao gênero feminino, que se utiliza de diversas dinâmicas de poder para a manutenção dessa realidade nas mais variadas escalas. Não somente busco essa temática como ela também me alcança, as questões de gênero me acompanhando a vida toda e as questões do espaço surgindo durante a minha graduação. Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, o entendimento de Cortés é fundamental:

[...] é certo que entre a arquitetura e os gêneros se estabelece uma difícil e complexa interdependência, pois ambos são produções culturais e, como tal, consequência de uma época histórica determinada e, portanto, suscetíveis de modificação. No mundo ocidental, a subordinação cultural do feminino por parte da masculinidade hegemônica se define no caso específico da construção do espaço social, mais por tudo que é negado do que pelo que é dito. (CORTÉS, 2015, p.138).

Diante disto, a reflexão crítica e a visão feminista tornam-se indispensáveis para elucidar minimamente os questionamentos que surgem na ligação do gênero feminino ao espaço. A reflexão crítica é essencial para reconhecer, dentro da dialética urbana e doméstica, as de-

sigualdades e os interesses dos gêneros, e oferece a construção de um campo possível para o rompimento dos mesmos. Tavares então diz que “[...] é fundamental que o planejamento possibilite que as mulheres se apropriem do espaço, marcando sua presença, pois desnaturaliza o seu corpo que é pressionado para permanecer à margem, constrangido e segregado.” (TAVARES, 2017, p.08).

A temática deste trabalho surge iminente a necessidade de uma perspectiva crítica e generificada no que se diz respeito as mulheres em diversas escalas de espaços. Diante dessa necessidade, o trabalho contribuirá para a análise e para o projeto de espaços por um olhar do gênero, colaborando para a relevância do tema e das problemáticas que apenas recentemente vêm sendo discutidas no Brasil, no mundo e na própria arquitetura.

Portanto, o trabalho tem por foco a crítica sobre espaço, gênero e domesticidade através da produção tanto de uma análise teórica quanto de um produto projetual, propondo primeiramente a revisão de uma literatura e, por fim, a elaboração de um projeto que ressignifique a condição espacial feminina, contrariando a regra geral que prega a neutralidade dos espaços por meio da alienação do campo social.

A ocupação dos espaços é mais do que um ato físico, é um ato político e, pensar nas mulheres como agentes ativos dos espaços e problematizar suas experiências objetivas e subjetivas é fazer com que a arquitetura encontre as brechas criadas na estruturação de um espaço hostil, é desafiar esse silenciamento ao mesmo tempo que se desvenda a linguagem metafórica desse espaço e se interfere para a constituição de uma resistência.

2. Do original: [...] en el lugar exclusivo y excluyente de las mujeres. [...] es el espacio básico para el cobijo de las personas, colaborando en la construcción de relaciones y roles.

3. Do original: Necesitamos cambiar el punto de vista desde el que observamos y nos observamos, crear nuevos sistemas de valoración, para ser capaces de ver y valorar a las mujeres en todos los ámbitos, entre ellos el urbanismo y la arquitectura.

quadro resumo da estrutura da pesquisa

urgências

construção de um papel socialmente imposto do sujeito feminino

incessante interrogação do sujeito feminino

constante negação e limitação espacial da figura feminina

desequilíbrios & desigualdades

debates

o feminino e o ser mulher

espaço e corporeidade

o que se impõe, o que se nega e o que se revela ao corpo feminino nos diferentes espaços que ela atua

o que tangencia o corpo das mulheres na relação espacial

a vida intra e extramuros das mulheres

tema

gênero

+

espaço

+

domesticidade

[...]

sua intersecção

&

seus códigos

&

discursos dominantes

problemática

o que se percebe quando se parte de uma perspectiva feminina no interseccionar entre gênero e espaço

objetivo geral

produzir uma reflexão e apontamentos críticos sobre os diferentes espaços e gêneros, principalmente no que tange o espaço doméstico e o gênero feminino, buscando revelar uma espacialidade hostil e limitante às mulheres

objetivos específicos

1. revisão da literatura para compreender as maneiras que se interseccionam gênero, espaço e domesticidade, perspectivado pela figura feminina

2. apontar a relevância da discussão dentro da esfera da arquitetura

3. desenvolver uma proposta de intervenção projetual multiescalar

4. apresentar e detalhar uma das escalas indicadas pela proposta de intervenção

{ metodologia }

Para o desenvolvimento do trabalho e alcançar os objetivos específicos e geral, o trabalho se divide em duas partes: a fundamentação teórica (1) e a elaboração de uma proposta arquitetônica (2).

Nesta primeira parte, no que se diz respeito à temática geral, o trabalho pesquisa as questões de gênero, corpo, espaço privado e domesticidade através de um aporte bibliográfico com viés crítico e feminista, dando enfoque nas principais conceituações e suas simbologias separadamente através da junção entre reflexão e pesquisa. No domínio do gênero e do corpo, buscou-se revisitar as definições e produzir um recorte histórico, social e filosófico do sujeito feminino, seu signo e suas reivindicações ao longo do tempo. No campo espacial, o debate se orientou para o entendimento do espaço como produto e linguagem social, suas representações e a interrelacionalidade com os corpos, também se buscou um recorte de escalas visando uma perspectiva do espaço público, do privado e do doméstico.

Já na segunda parte, o trabalho apresentou as intencionalidades para uma proposta arquitetônica e se aproximou da cidade de Campo Grande para diagnóstico, cruzamento de dados e futura intervenção. A partir disso, o trabalho resgata a fundamentação teórica para a proposição de uma intervenção projetual em rede multiescalar, apresentando seus conceitos, princípios, critérios e processos de escolha baseados na metodologia do Coletivo Punt-6, que servirão para implantar os pontos de assimetria da rede multiescalar. Após essa apresentação, o trabalho elenca uma das escalas da proposta de intervenção para detalhamento, iniciando com o prosseguimentos dos processos de escolha anteriormente estabelecidos o desenvolvimento dos produtos arquitetônicos.

01 A mulher, o espaço & a domesticidade



Nosso local, onde vivemos e onde trabalhamos, de onde viemos e para onde vamos, é importante nos compreender como sujeitos humanos. Como as pessoas definem seus próprios espaços e os vivenciam é importante na construção de identidades.

(RENDELL, PENNER & BORDEN, 2000, p. 124, tradução nossa)



1.1

o feminino e o ser mulher

[...] que é uma mulher?

O próprio enunciado do problema sugere-me uma primeira resposta. É significativo que eu coloque esse problema. Um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade. Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: “Sou uma mulher”. [...] Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural (BEAUVOIR, 1970, p.09).

Ao longo dos séculos a figura feminina e o ser mulher foi tópico para inúmeras discussões e grande parte do que se foi escrito sobre as mulheres deriva de uma perspectiva masculina. Virginia Woolf em “Um teto todo seu” nos diz em fluxo de consciência: “Por que Samuel Butler diz que os homens sábios nunca dizem o que pensam das mulheres? Os homens sábios aparentemente só falam disso.” (WOOLF, 2021, p.68). A autora descreve que o sujeito feminino, da ficção à vida real, não só era descrito pelo sexo oposto, mas também em relação ao sexo oposto, a interpretação do sujeito feminino sempre foi influenciada pela representação deste diante dos papéis de gênero.

Eis o que diz Pope: “A maioria das mulheres não tem nenhum caráter”. E La Bruyère: “As mulheres são extremas, elas são melhores ou piores do que os homens”. Uma contradição direta entre aguçados observadores que foram contemporâneos. Seriam as mulheres capazes ou incapazes de receber educação? Napoleão as julgava incapazes. O Dr. Johnson pensava o oposto. Teriam as mulheres alma? Alguns selvagens dizem que não. Outros, ao contrário, afirmam que elas são metade divinas, e por isso as adoram. Alguns sábios acham que elas são mais rasas intelectualmente; outros que sua consciência é mais profunda. Goethe as estimava; Mussolini as desprezava. Por onde quer que se olhasse, os homens pensavam sobre as mulheres.” (WOOLF, 2021, p.68).

As mulheres, dentro desta concepção, já foram reduzidas ao sexo e à objetos, já foram prêmios e maldições, beiram a histeria em diversas narrativas, foram cobiçadas,

foram repelidas, mas ainda ocupam um lugar de mistério. A figura que habita o desconhecido, transita entre dois extremos: a ânsia e a fragilidade. Porém dentro de todas as concepções, podemos nos limitar a debater que a mulher ocupou três momentos principais: primeiramente como mulher biológica, como fêmea, depois como mulher social e por fim, como mulher política. São sob essas três óticas que o sujeito feminino se desenvolve (GROSZ, 2000).

Na relação entre os dois gêneros, a mulher nunca ocupou um lugar da polaridade oposta vislumbrada na ótica equiparativa, pelo contrário, ocupou uma condição desigual e submissa, estado que se produz por meio das instituições estruturadas no prisma do patriarcado e da misoginia, fundamentadas na desigualdade entre os gêneros. “O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial.” (BEAUVOIR, 1970, p.23).

O que significa então fazer parte do sujeito feminino? Em que o fato de ser mulher afeta nossas vidas? O que nos é tirado no campo das possibilidades quando estamos na perspectiva do feminino? E o que nos é oferecido?

Com esses questionamentos em evidência, a figura feminina é discutida em diversos pontos de análise. O en-

tendimento dela como sujeito dentro da prática social é fundamental para responder tais questões como também para constituir um cenário que parte do ponto de vista feminino e que visa entender o que se propõe e quais as dificuldades enfrentadas no contexto do ser mulher.

1.1.1. Mulheres como sujeitos

A interpretação da figura feminina é um debate recorrente no contexto da história da humanidade, entretanto, ela pode ser recortada sob três principais óticas já citadas: a mulher biológica, a mulher social e a mulher política, respectivamente. Apesar dos três diferentes retratos possuírem análises que seguem diferentes frentes de fundamentação, o entendimento da figura feminina permeou várias questões em comum, principalmente no entendimento de sua posição enquanto sujeito. Tais perspectivas também representam as mudanças das relações e das análises sociais e se transforma diante das concepções de sexo, gênero e do feminismo. Simone Beauvoir interpreta a figura feminina da seguinte forma:

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. [...] O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo (BEAUVOIR, 1970, p.25).

A filósofa define muito bem como o feminino era descrito no primeiro momento da história das mulheres: um ser confinado a sua biologia, nada mais que um dado. Reduzidas à condição de fêmea, as mulheres eram rotuladas por sua função reprodutiva, porém, comparadas às multiplicidades de procriação presentes no reino animal, seu cenário era inumeravelmente restrito (BEAUVOIR, 1970). É a fêmea humana a mais individualizada e menos estimada das fêmeas, aquela que, diante do macho, sempre se caracteriza como a mais frágil e não se compõe dentro de uma coletividade (GROSZ, 2000).

Na então circunstância de mulher biológica, visando a criação de um eterno feminino, imutável, original e natural, a análise sexual é associada. Os distintos sexos, macho e fêmea, masculino e feminino, são parte integrante da biologia como um sistema binário de hierarquias, meros componentes de um determinismo biológico factual, entretanto, são as mulheres que são vinculadas aos seus corpos com maior intensidade. Os corpos se ligam à fertilidade, à vida e à morte em uma classificação de origem e causa, de atividade e passividade.

Michelle Perrot no livro “Minha História das Mulheres”, discorre: “A mulher é identificada com o seu sexo, que a absorve e a impregna completamente” (PERROT, 2007, p.64). A autora expõe como as mulheres eram vistas pelas ciências naturais, sexualizadas como indivíduos e restritas às suas genitálias. Nesta visão, o corpo das mulheres é um elemento essencial para entender a mulher biológica. O corpo da mulher é visto como um elemento natural, concreto, biologicamente estruturado e prova irrefutável de sua inferioridade, o corpo é um ponto de partida para o entendimento do sujeito feminino. Elizabeth Grosz complementa:

O pensamento misógino frequentemente encontrou uma autojustificativa conveniente para a posição social secundária das mulheres ao contê-las no interior de corpos que são representados, até construídos, como frágeis, imperfeitos, desregrados, não confiáveis, sujeitos a várias in-

trusões que estão fora do controle consciente. A sexualidade feminina e os poderes de reprodução das mulheres são as características (culturais) definidoras das mulheres e, ao mesmo tempo, essas mesmas funções tornam a mulher vulnerável, necessitando de proteção ou de tratamento especial, conforme foi variadamente prescrito pelo patriarcado. (GROSZ, 2000, p.67).

O corpo das mulheres, em virtude da sua fisiologia, é justificado através da misoginia e, nesta implicação, são julgados como menos capazes que os corpos masculinos. A relação corporal e sexual no homem é objetiva e direta, já nas mulheres tange a subjetividade e é julgado como cárcere como aponta Grosz:

O pensamento misógino confina as mulheres às exigências biológicas da reprodução na suposição de que, dadas certas transformações biológicas, fisiológicas e endocrinológicas específicas, as mulheres são, de algum modo, mais biológicas, mais corporais e mais naturais do que os homens. (GROSZ, 2000, p.67).

Desde a Grécia Antiga, o pensamento dicotômico entre os corpos se desenvolve: onde o homem representa o princípio ativo, primeiro motor, a mulher representa a passividade; a agilidade do espermatozoide versus a inércia do óvulo. O corpo feminino dentro da análise biológica – e religiosa - e da concepção da vida é visto como corpo no qual se é produzido e o masculino como corpo que produz. Segundo Perrot:

De Aristóteles a Freud, o sexo feminino é visto como uma carência, um defeito, uma fraqueza da natureza. Para Aristóteles, a mulher é um homem mal-acabado, um ser incompleto, uma forma malcozida. Freud faz da “inveja do pênis” o núcleo obsedante da sexualidade feminina. A mulher é um ser em concavidade, esburacado, marcado para a possessão, para a passividade. Por sua anatomia. Mas também por sua biologia. Seus humores — a água, o sangue (o sangue impuro), o leite — não têm o mesmo poder criador que o esperma, elas são apenas nutrízes. Na geração, a mulher não é mais que um receptáculo, um vaso do qual se pode apenas esperar que seja calmo e quente. (PERROT, 2007, p. 63).

Nesta visão, dentro da ‘divisão natural dos sexos’, a individualidade do sujeito feminino se extingue. A mulher uma

vez reduzida a seu corpo possui nele o prelúdio para seu entendimento. Não ocupa lugar de sujeito e sim de receptáculo, um meio para um fim, sempre residindo em um local de passividade e inferioridade dentro da análise determinista.

É, entretanto, em meio às transformações sociais e econômicas, juntamente com o surgimento das Instituições, dos direitos e dos costumes, que o sujeito feminino assume outro lugar de análise. Onde antes a natureza se sobrepunha ao sujeito, agora o sujeito se impõe a natureza. Essa mudança do pensar é determinante para a mudança das relações. Irrompida essa transformação, o homem se entende como ser social e racional e ascendem os pensamentos de como o sujeito masculino se coloca neste mundo e diante de uma então coletividade. Para Beauvoir:

Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere. [...] É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância, o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, 1970, p. 56).

Neste contexto, apesar de se abdicar do determinismo biológico para analisar a figura feminina, o fator corpo não desaparece, ele se reformula e ainda se faz presente. Entretanto, este corpo se torna um elemento somado ao meio e seu valor é reconhecido sobretudo quando explorado em diferentes contextos à luz de uma realidade vivida. É nesta conjuntura que a redução do corpo ao seu sexo já não é reconhecida e, para se opor a essa análise, surge

então um entendimento generificado, onde o corporal e o cultural se inter-relacionam e os sujeitos biológicos se transformam em sujeitos sociais, manifesta-se no discurso, o conceito de gênero apontado por Linda Nicholson:

De um lado, o "gênero" foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a "sexo", para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, "gênero" é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo "gênero" e "sexo" são, portanto, compreendidos como distintos. De outro lado, "gênero" tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos "femininos" de corpo "masculino". (NICHOLSON, 2000, n.p).

Onde antes os sujeitos eram reduzidos ao "sexo", hoje são marcados pela construção social e cultural. "O gênero dá significado às distinções entre os sexos, ele 'transforma seres biologicamente machos e fêmeas em homens e mulheres, seres sociais.'" (AMUSSEN, 1985, p.270, tradução nossa)⁴. O conceito de gênero é introduzido quando o conceito de sexo é socializado e, como todo aparelho de estudo social, analisa as diferentes percepções sociais. Assim como Linda Nicholson, Joan Scott também define o gênero:

Gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou implemente diferenças fixas e naturais entre mulheres e homens; ao contrário, gênero é o entendimento que estabelece significado para as diferenças corporais. Tais significados variam entre culturas, grupos sociais e no tempo, de maneira que nada sobre o corpo, incluindo os órgãos reprodutivos das mulheres, determine de forma unívoca como as divisões sociais serão moldadas. Não podemos enxergar a diferença sexual exceto como uma função para nosso conhecimento sobre o corpo e esse conhecimen-

to não é "puro", não pode ser isolado de sua implicação em uma ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, então, a causa originária da qual a organização social pode derivar por fim. Em vez disso, é uma organização social variável que deve ser explicada. (JOANN SCOTT, 1988, p.02, tradução nossa)⁵.

Scott (1988) também evidencia que o gênero é um elemento constitutivo das relações que dá significado às relações de poder, um elemento organizacional das diferenças entre os sexos. Uma vez dentro do campo social, não cabe mais a análise abandonar a ampla gama de contextos e instituições a que os sujeitos são submetidos, principalmente aqueles que se referem a organização dos signos e da vida social, onde as disputas são travadas através de jogos de poder. Para Torráo "[...] o gênero se preocupa com a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e do masculino que encarcera homens e mulheres em seus limites, aos quais a história deve libertar." (TORRÃO, 2005, p.136).

É por meio dessa nova perspectiva que se obtém o segundo sujeito feminino, a mulher social. Entretanto, é neste estágio que a inferioridade da mulher se encontra mais acentuada (BEAUVOIR, 1970). Com o surgimento das Instituições, a intensificação do binarismo e o entendimento de que a sociedade é masculina, a mulher social se encontra mais distante do sujeito homem e em maiores desigualdades, consolidada em uma identidade intensificada pela diferença entre os sexos (GROSZ, 2000). A hierarquia presente no determinismo fisiológico não se dissipa perante o sujeito feminino dentro da análise social e do gênero. A partir de uma releitura, ela se reorganiza e se expande.

Aqueles que pensam sobre tais assuntos não

considerariam a mulher como uma versão inferior do homem e um eixo vertical de gradações infinitas, mas sim como uma criatura completamente diferente ao longo de um eixo horizontal cujo meio termo era em grande parte vazio; (LAQUEUR, 2003, p.08, tradução nossa)⁶.

Laqueur (2003) ainda aponta que a hierarquia se reorganizou de maneira axial; na análise da mulher biológica as relações de poder se ordenavam verticalmente, em uma relação direta e objetiva de inferioridade do sujeito fêmea perante o sujeito macho, porém nesta nova fase os sujeitos sociais se distanciam ao longo de um eixo horizontal e a mulher social é compreendida como um organismo diferente de todos os outros, reforçando a ideia que o feminino como sujeito da sociedade não faz parte de um grupo. Em suma, na noção anterior a mulher biológica ocupava um lugar próximo, porém inferior ao homem biológico, agora, nesta noção recém adquirida, a mulher social além de inferior é distante. Nesta dissemelhança, o binarismo se encontra evidenciado e o homem apodera-se da figura única e absoluta de sujeito.

É então somente com o protagonismo do movimento feminista no século XX, que se efetiva um esforço para a subversão dessa ordem. Através de um movimento que promoveu a participação feminina nos campos sociais, políticos e filosóficos, lutou - e ainda luta - pelo direito de igualdade, que o sujeito feminino é visto e entendido como um sujeito também político. Para Linda Nicholson, o corpo dentro da concepção de mulher política "[...] não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis." (NICHOLSON, 2000, n.p).

O corpo para o entendimento da mulher como sujeito

4. Do original : Le genre transforme des êtres biologiquement mâles et femelles en hommes et femmes, êtres sociaux.

5. Do original: gender is the social organization of sexual difference. But this does not mean that gender reflects or implements fixed and natural physical differences between women and men; rather gender is the knowledge that establishes meanings for bodily differences. These meanings vary across cultures, social groups, and time since nothing about the body, including women's reproductive organs, determines univocally how social divisions will be shaped. We cannot see sexual difference except as a function of our knowledge about the body and that knowledge is not "pure," cannot be isolated from its implication in a broad range of discursive contexts. Sexual difference is not, then, the originary cause from which social organization ultimately can be derived. It is instead a variable social organization that itself must be explained.

6. Do original: No longer would those who think about such matters regard woman as a lesser version of man along a vertical axis of infinite gradations, but rather as an altogether different creature along a horizontal axis whose middle ground was largely empty;

político é uma das temáticas que evidenciam as desigualdades acarretadas dos sujeitos biológicos e sociais, as limitações e restrições incorporadas no binarismo generificado e as consequências para o ser mulher. O entendimento feminista de mulher política se pauta não em um reforço de estereótipos e definições misóginas, mas sim em uma crítica que visa uma revolução diante dos corpos anteriores. Para Butler:

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses os objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. (BUTLER, 2003, p.17).

A concepção dos três sujeitos femininos é essencial para o entendimento da representação do ser mulher. Apesar da tentativa recente de impor a mulher como sujeito político dentro da prática social, historicamente a figura feminina é sujeitada na inferioridade. Os sujeitos biológico e social, dentro da dinâmica das relações sociais, introduzem e fortalecem estereótipos que acentuam a divisão sexual - a própria mudança entre a análise sexual e generificada foi capaz de propiciar o reforço do binarismo em mais campos. É diante de uma sociedade em que o sujeito masculino é o Mesmo, que o sujeito feminino ocupa o local do **Outro**.

1.1.2. Mulher sujeito “Outro”

Ao analisar as mulheres como sujeitos distintos, compreende-se que a figura feminina constantemente ocupou um local segregado dos demais. Apesar da tentativa recente de subversão dessa ordem, a suposição de que o sujeito feminino é inferior ao homem é notável e histórica (BEAUVOIR, 1970; GROSZ, 2000). Dentro da prática social, o corpo feminino é tratado como um corpo dissidente inserido em um sistema binário que nasce na divisão e diferenciação sexual. O sujeito homem e o sujeito mulher dentro

da dualidade dos corpos desempenham diferentes partes no conflito intrínseco a esse sistema, representados pelas figuras de um Mesmo e um Outro (BEAUVOIR, 1970). Para Beauvoir (1970) e Rendell, Penner & Borden (2000), as figuras do Mesmo e do Outro representam uma alteridade e uma hierarquia entre os sujeitos. O Mesmo é o indivíduo em comum, figura reconhecida e que pertence a um agrupamento, já o Outro, é o indivíduo incomum, a figura estranha e suspeita, o estrangeiro. Beauvoir também aponta:

A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens. [...] O semelhante, o outro, que é também o Mesmo, com quem se estabelecem relações recíprocas, é sempre para o homem um indivíduo do sexo masculino. A dualidade que se descobre sob uma forma ou outra no seio das coletividades opõe um grupo de homens a outro grupo de homens, e as mulheres fazem parte dos bens que estes possuem e constituem entre eles um instrumento de troca. [...] Na medida em que a mulher é considerada o Outro absoluto, isto é — qualquer que seja sua magia — o inessencial, faz-se precisamente impossível encará-la como outro sujeito. As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo separado que se pusesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens. (BEAUVOIR, 1970, p.91).

Dentro dessa relação dual entre sujeitos há uma disputa inerente às figuras desse binarismo generificado. Esse conflito se organiza através de um jogo de poder e pela estruturação de uma hierarquia onde um acaba por dominar o outro, disputa que se observa em diversos tipos de relações sociais e compreende uma esfera muito mais ampla. Porém, diferentemente das demais categorias existentes na sociedade - como por exemplo, classe - a disputa entre o sujeito feminino e o sujeito masculino sempre se fez presente dentro do desenvolvimento da história.

No conflito entre Outros e Mesmos, a desigualdade expressiva em números geralmente somada a um acontecimento, confere o privilégio para a dominância, entretanto, essa desigualdade numérica não cabe às mulheres

(BEAUVOIR, 1970). Excepcionalmente, as mulheres são estabelecidas como o Outro através da determinação de sua figura por diferentes narrativas e diferentes representações. “[...] sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu. E, em parte, porque escapa ao caráter accidental do fato histórico que a alteridade aparece aqui como um absoluto.” (BEAUVOIR, 1970, p.13). A submissão da figura feminina perante aos homens se torna um ciclo vicioso e histórico que gera e justifica, que é causa e consequência dos discursos que asseguram seu lugar como Outro simultaneamente. Para Beauvoir:

O homem que constitui a mulher como um Outro encontrará, nela, profundas complicitades. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro. (BEAUVOIR, 1970, p.15).

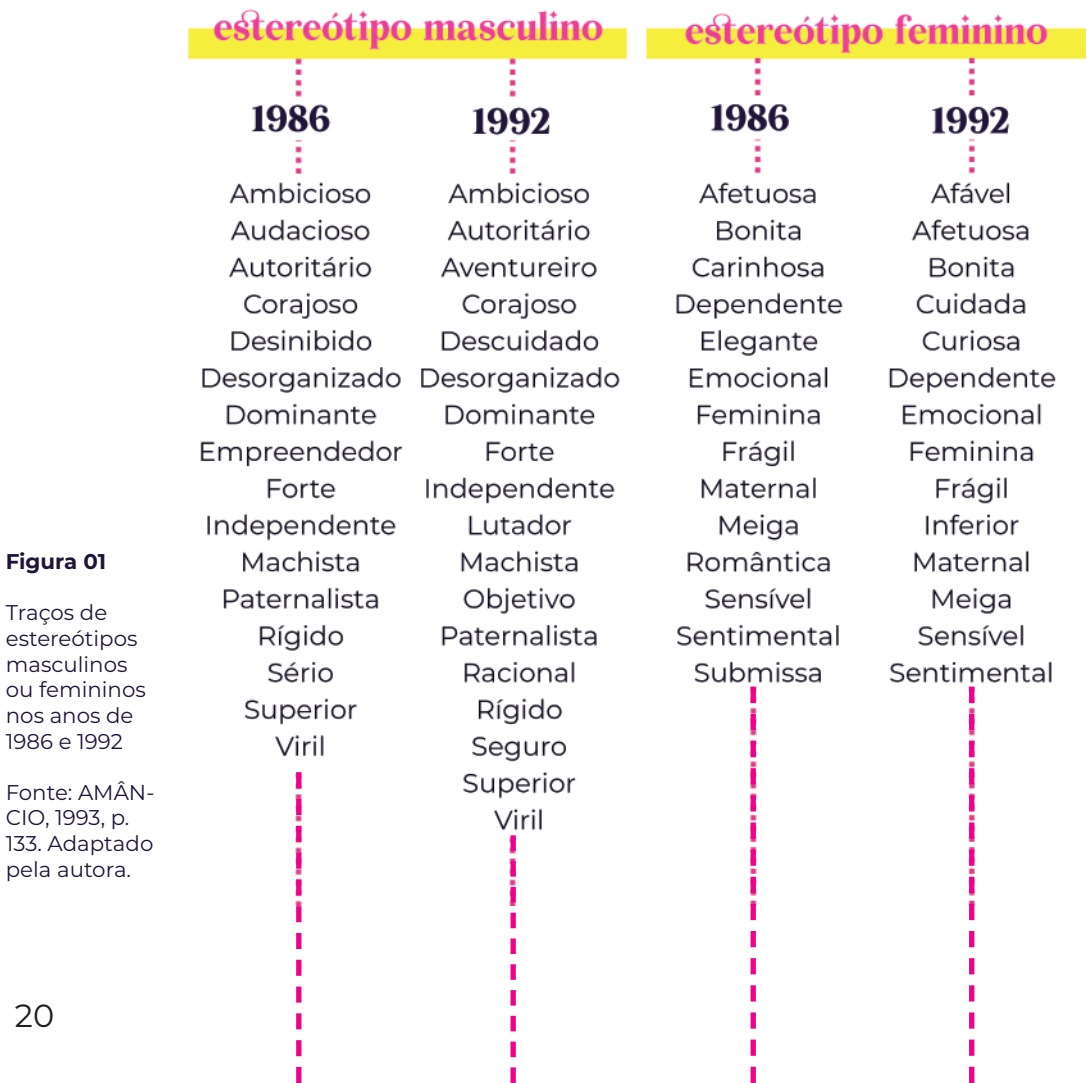
Ocupando o local de Outro, o sujeito feminino é hostilizado e confere ao homem, ocupando lugar de Mesmo, os privilégios da dominação. Nesta relação, o domínio confere a posição de privilégio e legitima a capacidade de impor a produção cultural de um simbolismo endossante à essa dominação. “Dentro desses termos, a dominação masculina pode ser entendida como sistema de dominação simbólica que se auto reproduz de forma inconsciente como alienação.” (PEREIRA, 2018, p.28).

A reivindicação de outro lugar por parte do corpo feminino institui uma ameaça para a relação de domínio existente, uma vez que esta se julgou legítima através do tempo e emitiu diversas ordens no cerne da prática social. A exclusão e a repressão das mulheres se articulam então como ferramentas responsáveis por assegurar a posição de pertencente ao sujeito masculino (FREDERICI, 2019). Outra tática que outorga a perpetuação dessa dinâmica entre os sujeitos é a estereotipização do feminino, com a construção de símbolos que reforcem

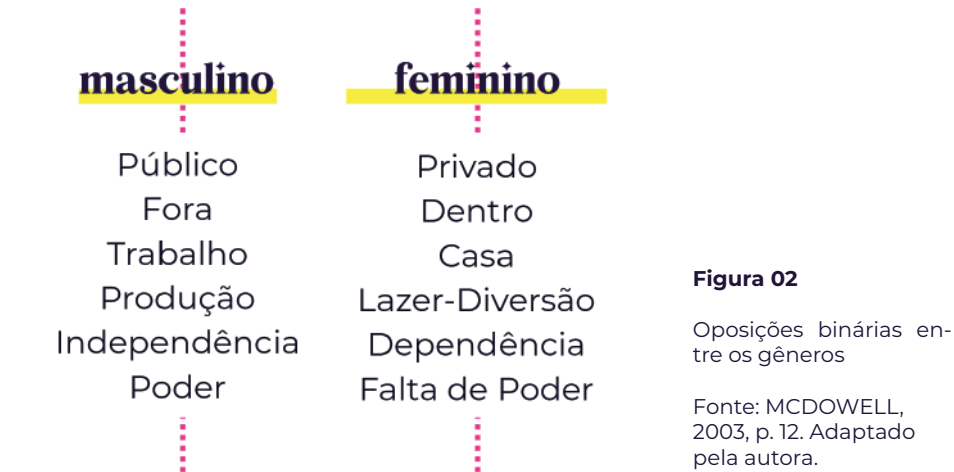
seu local de inferioridade (AMÂNCIO, 1993; SORJ, 2005).

A objetificação do masculino e do feminino em entidades ontologicamente diferentes é, portanto, regulada por uma assimetria que atravessa todos os processos sociocognitivos que participam para essa construção do “ser” homem e do “ser” mulher. Munidos deste “saber”, os indivíduos orientam a sua percepção dos atores homens e mulheres nas interações homens e mulheres nas interações do cotidiano, de forma enviesada, uma vez que a atenção dedicada ao comportamento não é orientada pelo reconhecimento da sua diferença, enquanto indivíduos, mas sim pela acentuação dos limites dessa diferença, enquanto condição coletiva ou destino (AMÂNCIO, 1933).

Uma vez inferiorizada dentro da prática social, a representação estereotipada das mulheres incorpora as desigualdades observadas dentro do binário e configuram atributos (Figura 01) que resultam e reafirmam a dominância simbólica - e fatídica até certo ponto - do homem, bem como as assimetrias nas identidades dos gêneros.



Também apontando os simbolismos desiguais entre os sujeitos masculinos e femininos, McDowell no o livro “Gender, identity and place: understanding feminist geographies” aponta os pares opostos presentes nos estereótipos organizacionais dessas figuras (Figura 02):



“É muito difícil saber como os estereótipos emergem na sociedade, embora seja muito fácil perceber os efeitos, muitas vezes, devastadores que eles provocam.” (SORJ, 2005, n.p). Esse sistema de estereotipização dos sujeitos incorporam as personas do Mesmo e do Outro dentro desses atributos de maneira que, ao mesmo tempo que reforce o domínio e protagonismo do Mesmo, acentue a submissão e a permanência do Outro, acarretando perspectivas de vivência desiguais aos gêneros. Os homens são retratados como superiores, viris, dominantes e autoritários, já as mulheres como dependentes, frágeis e submissas. Então, para Amâncio:

[...] se o social impõe vários limites às oportunidades e comportamentos das mulheres, também é verdade que elas se impõem formas de autocensura, porque o social a que nos referimos é, justamente uma forma de pensar os seres homem e mulher que é partilhada por ambos os sexos e naturalizadas nos seus comportamentos. (AMÂNCIO, 1993, p.137).

O tratamento da figura feminina como um corpo dissidente era justificado a partir da naturalização de símbolos que justificam as posições sociais e que, dentro da vivência social, convertem-se a um modelo de comportamento social

(AMÂNCIO, 1993). Tal modelo não confere ao sujeito feminino uma corporalidade autônoma e ativa. Para as mulheres, são reservados estereótipos que marcam permanentemente as desigualdades e a falta de individualidade, para os homens, reserva-se a superação desses aspectos considerados “primários”, concebendo a eles o estigma de representante legítimo dos sujeitos, aquele que tem por função natural a produção e concepção dos espaços, como discorre Grosz:

A codificação da feminilidade como corporalidade, de fato, deixa os homens livres para habitar o que eles (falsamente) acreditam ser uma ordem puramente conceitual e, ao mesmo tempo, permite-lhes satisfazer sua (às vezes recusada) necessidade de contato corporal através de seu acesso aos corpos e aos serviços das mulheres. (GROSZ, 2000, p.68).

Com base nesse discurso, cabe ao Mesmo - aqui ocupado pelo sujeito masculino - o maior alcance para mobilização de recursos visando seu poder nessa disputa (SILVA, 2009). Esse poder dentro da disputa do binarismo hierarquizado gera consequências na estruturação da prática social e de suas relações. Frantz Fanon ao dizer: “Ganhemos as mulheres, o resto virá por si.” (FANON, 2011, p. 275 apud VERGÈS, 2020, p. 23), exprime muito bem o que representa o poder do Mesmo masculino sobre o Outro feminino. Por meio dessa predeterminação de domínio, exerce-se um controle constante e se apresenta uma assimetria estrutural que reivindica a si, poder total.

Porém, baseado na teoria foucaultiana, esse mesmo poder que assegura o lugar do Mesmo, é relativo e abre brechas ao Outro para a subversão da ordem instituída (FOCAULT, 1989). A partir dessa ótica é possível não somente a interpretação dos papéis sociais, dos modos de ser e agir conferidos às mulheres, mas também compreender quais as fissuras e insuficiências presentes nesta demarcação social e simbólica. Para as mulheres, o que representou - e representa - a brecha necessária para transgredir tal ordem imposta, é o movimento feminista.

1.1.3 As mulheres pelas mulheres - o feminismo como um movimento social

Onde o corpo dominante excluiu e inferiorizou as mulheres ao longo dos séculos, em uma tentativa de transcender as desigualdades originadas dessa hierarquia entre os gêneros, emerge o movimento feminista: movimento social das mulheres em busca da liberdade. Desde o século XVII, período que marca a Europa com o pensamento Iluminista que culmina nas principais revoluções, as mulheres integram o contexto social em busca de direitos pela igualdade. Ávila caracteriza o movimento como:

[...] considero que o movimento feminista é aquele que tem como perspectiva a transformação das relações de gênero, cujo foco de atuação é a luta por liberdade e igualdade para as mulheres, o que o torna um movimento contra a exploração e a dominação às quais estão sujeitas as mulheres. (ÁVILA, 2005, p.48).

As abordagens iniciais do movimento ainda muito ligadas à ótica do patriarcado, não se aprofundaram no campo teórico e, por muitas vezes, reproduziram a mesma ordem que tentavam transgredir ao reforçar a inferioridade feminina dentro de seu discurso (SILVA, 2009). E, apesar das conquistas do direito à educação e ao voto serem consagradas nos séculos XIX e XX, é somente no século XIX que a mulher como sujeito político é colocado em pauta e são percebidas as possibilidades de transformação social. Este sujeito marca o entendimento das formas em que o corpo feminino é submetido perante as relações dentro da prática social e, a incorporação dessa persona ao cenário social, marca a luta das mulheres para se impor como sujeito em um mundo em que elas são o Outro. Esse discurso é enriquecido pela conceituação e pelo debate de gênero, uma vez que este desestruturava a imutabilidade do sujeito feminino perante o social, como aponta a socióloga Maria Betânia Ávila:

É o feminismo que emerge nos anos 60 que traz o questionamento radical da forma como as relações sociais estão estruturadas. As análises feministas a partir daí têm desconstruído a naturalização das relações hierárquicas entre os sexos e apontado caminhos e meios para sua superação. (ÁVILA, 2005, p.52).

Apesar das diferentes frentes de análise discutirem o corpo feminino de maneira, em conjunto, elas buscam a reflexão da representação e incorporação feminina nas relações sociais, conferindo às concepções corporais um protagonismo dentro de seu discurso e de sua produção teórica. O debate que se cria a partir da concepção de um corpo feminino político evidencia a opressão a qual as mulheres são sujeitadas e abre brechas para a atuação e atividade de um sujeito alicerçado na inferioridade. Para Ávila:

O feminismo realizou uma conquista fundamental na transformação das relações de gênero ao instituir as mulheres como sujeito político do processo de transformação social, e essa é, com certeza, sua grande contribuição histórica para o movimento das mulheres no geral, uma vez que a construção desse sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denomina condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por essa condição. A partir dessa ruptura, abrem-se as possibilidades de as mulheres se transformarem em cidadãs, o que significa ter existência própria dotada de autonomia e direitos. (ÁVILA, 2005, p.50).

O movimento e a crítica feminista rompem com o ideal de eterno feminino, de sujeito imutável, do destino biológico ou social das mulheres. Ameaçam as normas patriarcais que se conceberam através desse discurso ideológico ao mesmo tempo que moldaram aos seus interesses a mulher biológica e a mulher social.

As possibilidades de transformação pregadas pelas feministas perturbam tal ordem misógina e patriarcal das Instituições, ordem que se mantém através do controle, hostilização e inferiorização do corpo social feminino em diversas categorias, seja dentro do cotidianismo social ou dentro do



Figura 03

Protesto sufragista em Nova Iorque.

Fonte: Getty Images.

sistema econômico. A busca por igualdade implica na desconstrução deste modelo de dominação em todos os campos, sejam eles sociais ou espaciais. Para Sorj, “O feminismo, além do mais, constitui-se como movimento plural, sem dono nem estruturas de controle centralizadas, sem excomungados, renegados ou dissidentes.” (SORJ, 2005, n.p)

Diferentemente de outros movimentos sociais que se impuseram através da força, como a Revolução Francesa, o movimento feminista promovia a liberdade e a igualdade entre os gêneros, visando uma significativa mudança de comportamento social através da crítica e do debate, com uma forte base teórica que aponta na prática as desigualdades. A introdução do conceito do gênero diante da teoria feminista foi responsável pelo enriquecimento do discurso, ampliando a base de pesquisa para o entendimento das feminilidades e masculinidades.

Entretanto, a mudança comportamental e a desestruturação da opressão feminina se encontram em um processo lento de desenvolvimento. Para Walby (1991), o patriarcado se mantém até os dias atuais devido seu emaranhamento em seis instâncias fundamentadas na exploração do homem sobre a mulher, são elas: o trabalho doméstico, o trabalho remunerado, o Estado, a violência, a sexualidade, e as instituições culturais. Isso reflete o quanto as desigualdades de gênero são estruturantes da prática espaço-social e que, dentro do conjunto social e onde ele se espelha, as relações de gênero são componentes relevantes para a crítica.

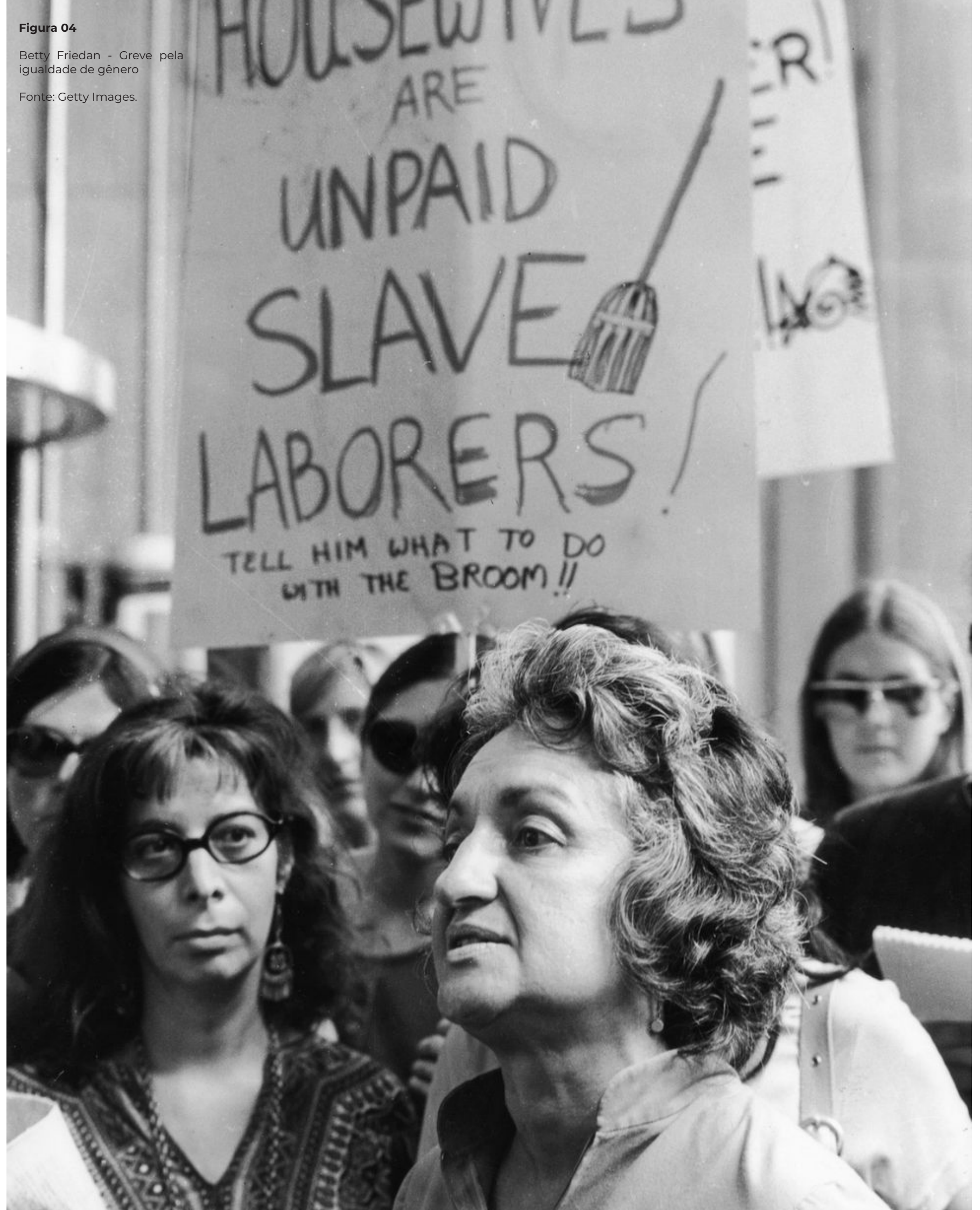
Assim, a luta e a crítica feminista, para a subversão dos laços de poder dominantes do sujeito feminino através do reconhecimento das desigualdades de gênero, parece fundamental para o conjunto social. Para Tavares (2017), essa luta aparenta ser essencial à desconstrução da indiferença diante das diferentes formas de experimentar e conceber a realidade em frente dos processos de opressão e desigualdades ainda vigentes.

A partir então de uma concepção prévia da ligação entre o campo social de concepções e o campo espacial de experimentações - relação que será aprofundada nos tópicos seguintes -, podemos buscar onde o espaço dialoga com os diferentes elementos das práxis social e intersecciona com as desigualdades de gênero.

Figura 04

Betty Friedan - Greve pela igualdade de gênero

Fonte: Getty Images.



1.2

o espaço social como linguagem e produto

[...] se parto do princípio de que a experiência é o que conta, ocorrerá que meu existir na realidade poderá constituir a determinação contínua de um espaço. O espaço que percorro, o espaço em que me movo, o espaço que efetivamente vejo, tudo isso me interessa. E se no primeiro caso tenho uma constância de valor de espaço, no segundo existe uma transformação contínua de valores de espaço, uma transformação que está ligada com a atividade – minha atividade, a atividade dos demais, a atividade do grupo social a qual pertenço. Esta é a passagem de uma concepção “sistemática” a uma concepção “metodológica”. A passagem de uma posição contemplativa a uma posição ativa será também a passagem de uma concepção metafísica a uma concepção social do espaço. (ARGAN, 1973, p. 21-22, tradução nossa)⁷.

Não se renuncia ao conceito de espaço as relações que nele se desenvolvem e os sujeitos que a ele se agregam (CORTÉS, 2008). Não se deve, então, entendê-lo por uma concepção neutralizada, singular e estática, muito menos reduzi-lo a um entendimento formal e estrutural. O espaço se inter-relaciona com a prática social em meio a simultaneidade e a multiplicidade, ele reúne - não por uma relação simples como a somatória - tudo que se é produzido, seja esse produto material ou imaterial. Signos, símbolos, sujeitos, artefatos, de forma passiva ou ativa, de maneira intrínseca ou extrínseca se reúnem dentro de um espaço, o espaço social. Para Lefebvre:

[...] o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. (LEFEBVRE, 2006, p.09).

O autor reafirma a necessidade de se entender o espaço como um produto social. Seus produtos, sujeitos e artefatos se coexistem e se codificam, caracterizados

pelas relações sociais. Para Giedion, “A essência do espaço, tal qual é hoje concebida, está no seu caráter multifacetado, ou ainda na infinita potencialidade de relações que contém.” (GIEDION, 2004, p.465). Com essa afirmação, percebe-se que a potência do espaço social se mostra no caráter plural e nos campos possíveis para o desenvolvimento de suas relações. Além disso, percebe-se o caráter de relatividade e humanidade que se atribuí ao conceito de espaço, e nas implicações sobre este do movimento do corpo na percepção espacial (GIEDION, 2004).

A humanidade dentro do caráter espacial se diz respeito aos corpos e sujeitos que ali atuam, já o seu caráter de relatividade se diz respeito a seu papel interpretante diante das relações sociais. Na medida que os indivíduos atuantes realizam seus processos de trocas e produção, o espaço as incorpora ao mesmo tempo que as produz. Segundo Cortés:

O espaço, mais que uma condição prévia (um lugar), é o resultado de uma atividade, portanto possui uma dimensão temporal. É um produto social que não permanece estático, pois, à sua maneira, é criado e criação de um conjunto de relações dialéticas em permanente transformação e nas quais intervém de modo incisivo. (CORTÉS, 2008, p.21).

É através do local de figura de produto e produtor que o espaço social assume sua hipercomplexidade. Ele não é resultado de uma equação matemática de soma ou um produto final que descende de uma matéria-prima. “O espaço social se produz e se reproduz em conexão com as forças produtivas (e as relações de produção).” (LEFEBVRE, 2006, p.117). Ao mesmo tempo, ele não é um simples proferidor das práticas sociais, ele age sobre as ações ao mesmo tempo que as interpreta, sendo resultado ao mesmo tempo que resultante, permitindo e proibindo o curso das relações entre os sujeitos dentro do seu dinamismo, como um produto em movimento dialético que suporta e dá suporte aos relacionamentos econômicos e sociais. Segundo Lefebvre:

[...] espaço social manifesta sua polivalência, sua “realidade” ao mesmo tempo formal e imaterial. Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxos de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas. (LEFEBVRE, 2006, p. 128).

7. Do original: [...] si parto del principio de que la experiencia es lo que cuenta, ocurrirá que mi existir en la realidad podrá constituir la determinación continua de un espacio. El espacio que yo recorro, el espacio en el que me muevo, el espacio que efectivamente veo, todo esto me interesa. Y si en el primer caso tengo una constancia de valor de espacio, en el segundo existe una transformación continua de valores de espacio, una transformación que está ligada con la actividad – mi actividad, la actividad de los demás, la actividad del grupo social al cual pertenezco -. Este es el pasaje de una posición contemplativa a una posición activa será también el pasaje de una concepción metafísica a una concepción social del espacio.

Essa indissociação entre espaço e as instituições sociais mostra que, tal como os sujeitos femininos, o espaço não se reduz à sua natureza e não é projetado para sua estagnação, conforme as instituições se transformam, o espaço social as acompanha. O espaço assume diante desse elo um valor de troca e de uso, dentro de sua multiplicidade ele detém para si uma capacidade de formação e reprodução, seja de relações, seja de sujeitos. Novamente, para o autor: “O espaço, seria antes de tudo, a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências.” (LEFEBVRE, 2006, p. 127).

O espaço, uma vez ferramenta influente para reproduzir os interesses de tais instituições, exclui qualquer possibilidade de se manifestar em neutralidade. Na interpretação das diferentes relações presentes em si assume um caráter de conflito, um exercício de poder. Nessa disputa, o que está em jogo é o espaço como linguagem. Quem controla os espaços também dispõe para si a autoridade de constituir os produtos que nele atuam, nisto, o espaço é o principal palco para o exercício de poder da vida social. Para Garcia:

Todos os espaços, nos quais essas práticas sociais se desenvolvem em tempos específicos, ocorrem relações de dominação (de poder) [...] esse lugar de cotidianidades se transforma em um território quando todo processo de concretização dessas relações é movimentado por relações de poder. (GARCIA, 2004, apud PEREIRA, 2018, p. 23).

A incorporação desse conflito de dominação só atinge sua plenitude uma vez que o espaço social agrupa em si os sujeitos e seus corpos, figuras protagonistas das disputas sociais. Da mesma forma que se relacionam os sujeitos entre si, especialmente no que diz respeito aos sujeitos generificados, o espaço se relaciona a esses sujeitos. Caracterizado também pelas relações de poder, o conflito entre o Mesmo e o Outro se incorpora na linguagem espacial e interfere no processo de significação do espaço social diante dos sujeitos (Figura 05).

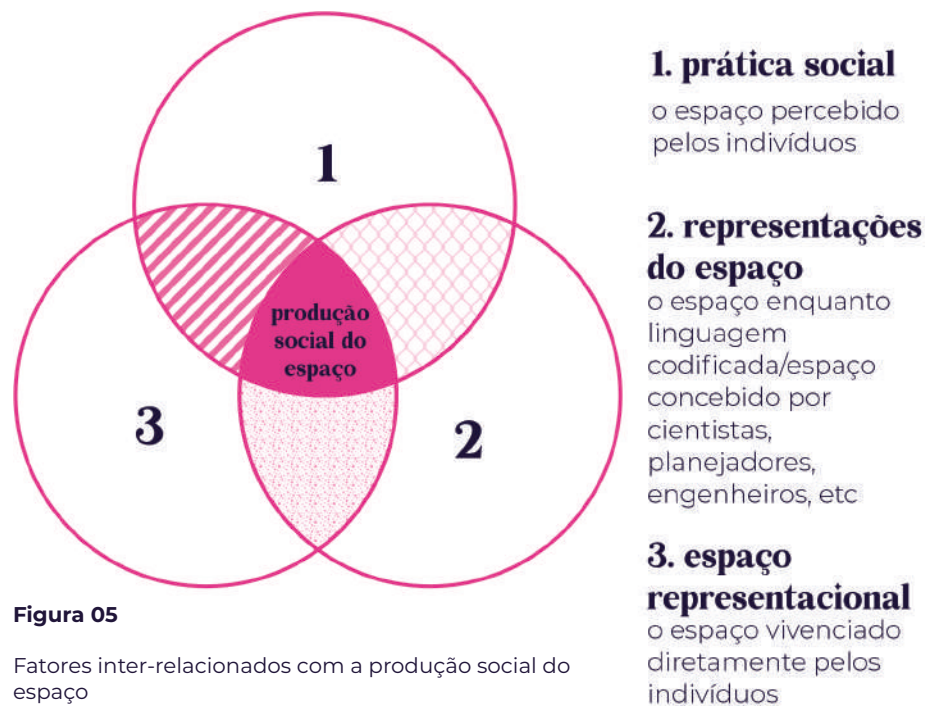


Figura 05

Fatores inter-relacionados com a produção social do espaço

Fonte: PEREIRA, 2018, p. 23. Adaptado pela autora.

Os sujeitos e seus corpos se transpõem em dois dos principais elementos dentro da produção social do espaço. O espaço se produz a partir da maneira na qual os indivíduos o percebem e o experimentam diretamente e “[...] é em relação ao corpo humano - com suas capacidades, movimentos e relações - que o espaço adquire seu pleno significado, uma vez que o corpo produz espaço, vive em um espaço, faz parte desse espaço, situa-se nele e o percebe à sua volta.” (CORTÉS, 2008, p.22).

O corpo vivido sendo um elemento incorporante essencial à produção social do espaço carrega para este as subjetividades de cada indivíduo. Com isso, a inter-relação entre os sujeitos e suas vivências sociais produzem diferentes espaços e diferentes espaços produzem diferentes espacialidades, representadas através das diferentes relações de poder.

Neste subtópico procura-se então não apenas a caracterização do espaço em diferentes escalas, mas também as formas nas quais ele é percebido diante dos sujeitos que operam dentro da espacialidade e como e quais são as principais relações que nele se desenvolvem. O que a sociedade atual transfere ao espaço e o que o espaço transfere para a sociedade atual. Para San-

tos (1978), o espaço se define através da própria sociedade que lhe gere, abriga formas representativas e uma estrutura que se representa por meio das relações sociais.

Ao mesmo tempo em que se analisa o espaço, deve-se analisar como os produtos deste se portam através das relações espaciais. Como questiona Lefebvre: “Em qual medida um espaço se lê? Se decodifica?” (LEFEBVRE, 2006, p. 38) e “A ausência de uma crítica do espaço decorreria somente de uma falta de linguagem apropriada?” (LEFEBVRE, 2006, p. 137). Para Cortés (2008), o espaço se limita, se hierarquiza, se modifica, e as formas utilizadas para essas mudanças afetam a maneira pela qual os produtos, especialmente os sujeitos e os corpos, experimentam o espaço social. Nisso, devemos considerá-lo em uma totalidade reprodutiva dos processos temporais, um “componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos” (SANTOS, 1979, p.10), que se constitui na sobreposição de corpos e sujeitos na prática espaço-social.

1.2.1. Espaço x corpo x espacialidade

Para a devida compreensão do espaço social em relação a seus produtos, essencialmente no que se refere aos sujeitos atuantes e em disputa, é necessário o entendimento da relação entre o espaço e o corpo, uma vez que este é ligado a um sujeito e vice-versa. O corpo, para Lefebvre (2006), é o ponto de partida e o ponto de chegada para o entendimento espacial. Velloso (2016) relata que o corpo, uma vez concreto, é o responsável por inaugurar o projeto de um novo espaço, através de um processo de apropriação derivado da prática comportamental e da ação. Essa afirmação pressupõe então que o corpo é um dos principais elementos dentro da prática social. Henri Lefebvre então questiona: “O que ocupa o espaço? Um corpo. Não o corpo em geral, a corporeidade, mas um corpo definido, que

indica uma direção de um gesto, uma rotação se revirando que demarca e orienta o espaço;" (LEFEBVRE, 2006, p. 236).

Dentro da teoria lefebvriana, desenvolve-se a concepção teórica dos ritmos diante do corpo, onde suas especificidades que lhe conferem sua definição, são fundamentadas através da relação com o cotidiano, com a vivência, com sua subjetividade e a consciência do sujeito que lhe compreende. O corpo definido é o corpo que transfere sua memória corporal a partir de um espaço dado (VELLOSO, 2016). Logo, este corpo se comporta de maneira ativa dentro da produção espacial.

É este corpo vivido que determina e é determinado dentro da prática espacial. "Os corpos não estão soltos no espaço." (TAVARES, 2017, p.04), o corpo, dentro do espaço, se distancia da interpretação de objeto passivo e se aproxima de uma dinâmica operante dentro de sua prática. O espaço se constitui dele e o corpo se constitui do espaço, porém, para Lefebvre (2006) e para Velloso (2016), antes de constituir e se reconstituir, cada corpo é e tem seu próprio espaço, relação direta e primeira entre produto e produção, transformando o espaço a partir de sua devida percepção.

A teoria lefebvriana ainda indica três momentos no qual o espaço se reporta ao corpo: o momento percebido, o momento concebido e o momento vivido. Segundo o autor, é imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam incorporados diante da relação corpo-espaço, eles são importantes indicativos espaciais que se qualificam pela instituição corpórea. É a partir destes que o espaço atinge sua devida significância. Respectivamente, esses momentos se correlacionam com a prática do espaço, a representação do espaço, e os espaços de representação. Segundo Lefebvre (2006), a representação do espaço diz respeito à percepção espacial relativa e "penetradas de saber" do corpo, uma percepção abstrata que está sempre em movimento e está incorporada à prática social e política, onde os sujeitos e os objetos se relacionam espacialmente. Já os espaços representados, mais li-

gados à experiência do viver do que a do conceber, dizem respeito à introdução do imaginário e simbólico ao corpo. Nessa conjectura, os espaços representados se referem mais à subjetividade individual dos sujeitos e seus corpos.

O corpo, uma vez situado no espaço, o produz a partir daquilo que o afeta e, em virtude de sua interrelação com o sujeito, diariamente é tocado pelas relações sociais. Este corpo social experimenta múltiplas interações antes de gerar o ordenamento do espaço social, de modo que para Lefebvre (2006), o corpo une o cíclico e o linear, onde o primeiro se refere aos ciclos do tempo, das necessidades e dos desejos, o segundo se refere aos gestos, aos instrumentos materiais e abstratos, à manipulação de objetos. Para Velloso:

Ainda que as relações sociais propriamente ditas não sejam visíveis no âmbito sensório sensual (ou prático-perceptual) do espaço, em nível do corpo dos indivíduos é evidente a determinação do corpo pelos ritmos e modos de trabalho a que é submetido no espaço social. Logo, na medida em que o corpo passivo (os sentidos) e o corpo ativo (trabalho) convergem no espaço, pode-se sustentar que o espaço sensório-sensual está contido no espaço social e o determina. (VELLOSO, 2016, n.p).

É dentro dessa convergência entre o sentir e o agir que se observa um liame cíclico e simultâneo entre o corpo, o espaço e as relações. Estes elementos se significam e se produzem da mesma maneira que são significados e produzidos por eles mesmos. As hierarquias, as disputas, os limites, os grupos, as personagens e todas as questões que são observadas dentro do sujeito-corpo, simultaneamente se operam confluentes dentro desta tríplice relação. Essa operação, representa para a prática espacial, a absorção de mensagens e códigos que farão do espaço um elemento que também determina as relações sociais.

O espaço, uma vez qualificado pelo corpo, age como um espelho, refletindo em cada sujeito a sociedade que o produz, espelhando nestes diferentes corpos o pensar, o agir e o coagir ligados à prática social. "O essencial é que, seja lá o que se faça, onde quer que se organize o espaço

e de que maneira, ele terá inevitavelmente certo grau de influência sobre a situação das pessoas." (HERTZBERGER, 1999, p.192). O grau de influência espacial é determinado diante das diferenças entre os sujeitos da prática social.

"O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares." (SANTOS, 1978, p.122). Cada corpo é formado por suas subjetividades e conexões diante do outro, nisso, diferentes corpos experimentam o espaço de maneiras distintas, através de símbolos e singularidades intrínsecas a este espaço. Para Pereira (2018), essas diferentes vivências são pré-determinadas pelos grupos dominantes em virtude da sua posição na prática social. Já o espaço comanda esses corpos, ditando gestos, trajetos e percursos: "é a partir do corpo que se percebe, que se vive o espaço, e que ele se produz. Além: o Poder." (LEFEBVRE, 2006, p. 227). Esse é seu pleno sentido e sua finalidade, diante do corpo, não há neutralidade do espaço. Buscar então, coordenar e integrar diferentes funções dos diferentes corpos visa a manutenção de uma rede social que se determina através das relações de poder vigentes.

1.2.2. Espaço e o corpo controlado

A partir então da compreensão da prática, da produção espacial, do espaço e do corpo como elemento social estruturante dos três outros, pode-se conceber que o poder atua intrinsecamente a este conjunto. Estes componentes se produzem e reproduzem sob a ótica de uma rede social que compreende em si diversas simbologias, costumes e padrões que se hierarquizam através de um jogo de poder e saber como aponta Lefebvre:

Como a hegemonia deixaria de lado o espaço? Este seria tão-somente o lugar passivo das relações sociais, o meio de sua reunificação tendo tomado consistência, ou a soma dos procedimen-

tos de sua recondução? Não. [...] Demonstrar-se-á que o espaço serve e que a hegemonia se exerce por meio do espaço constituindo-se por uma lógica subjacente, pelo emprego do saber e das técnicas, um “sistema”. (LEFEBVRE, 2006, p.30).

Por outro lado, este jogo de poder e saber se produz e reproduz paralelamente a estes componentes. Enquanto o espaço, sua prática e o corpo são elementos de reprodução das relações sociais e, juntamente, grande parte das relações sociais são estruturadas por meio das hierarquias entre os sujeitos, é neste conjunto de elementos que o poder se reproduz e se concretiza. Para Cortés (2008, p.22): “[...] reivindica-se um espaço no qual se acentuam as diferenças históricas e culturais, especialmente as que provêm do corpo e tem um caráter sexual e prazeroso.”

A teoria foucaultiana entende que o poder se exerce em múltiplas direções e excede a relação de dominantes e dominados. O poder se efetiva como uma rede constituída pela sociedade e por suas instituições, não partindo de uma única centralidade mas sim de diferentes lugares (CORTÉS, 2008; FOUCAULT, 1989) e de maneira mais ou menos coordenada, com autoridade de legitimar, interditar, resistir ou contestar significados dentro da realidade social e deve ser compreendido através de suas estratégias e táticas de funcionamento.

E, para Foucault (1989), esse poder começa não somente pela ideologia, mas sim pelo corpo. “O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 1989, p.82). É o corpo elemento primeiro da autoridade exercida pelo poder. Para o autor, o poder se imbuí na corporalidade e se encontra exposto a este mesmo corpo, demonstrando a relação de disputa entre os dois elementos. “É como se o poder, a partir dessa óptica espacial, fosse a dimensão que procura atingir o indivíduo em todos os lugares em que poderia ocupar na sociedade.” (TRUJILLO et al, 2021, p. 08). Nessa relação, o poder pode recuar, avançar e até se deslocar para outros lugares, da mesma forma, o corpo recua, avança e se desloca em resposta ou contestação ao poder.

Nesse sentido, deve-se entender a relação do espaço com o poder como o primeiro sendo um mecanismo para, através do segundo, perpetuar as hierarquias sociais. Para Lemos (2012), colocar o espaço no cerne das relações de poder é de suma importância para a compreensão do processo de assujeitamento, uma vez que é por meio do espaço que são permeados variados discursos e mecanismos. “As tensões e os poderes são elementos de compreensão do espaço para além da materialidade.” (SILVA, 2010, p.137). O espaço confere à subjetividade do poder, um meio para ser exercido, o capacitando para remanejar as relações entre os sujeitos e os indivíduos.

“No espaço do poder, o poder não aparece como tal; ele se dissimula sob ‘a organização do espaço’. Ele elide, ele elude, ele evacua.” (LEFEBVRE, 2006, p. 436). O poder, uma vez veiculado aos espaços, os transforma em verdadeiros palcos para as disputas de hierarquia observadas na prática social. Nessas disputas, os corpos e os sujeitos são atores principais - atores sociais - e, a posição ocupada por estes dentro da estrutura social é o que nivela o poder e prestígio dentro do espaço, a qual decide quais são os sujeitos dominantes e quais são os sujeitos dominados, o Mesmo e o Outro.

O sujeito que domina e o sujeito dominado articulam suas disputas dentro do espaço, batalhando pelo poder de delimitar seu território. Para Santos (1978) o território é um limite, uma linha traçada por um comum acordo ou por uma diferença, entretanto, esta última condição para a delimitação de um ou mais territórios somente acontece diante do exercício do poder. O território representa uma área, um espaço delimitado que se constrói e desconstrói pelas relações sociais que envolvem os sujeitos atuantes na prática espacial que se hierarquizam dentro e fora das relações com o espaço.

O processo de territorialização do espaço produz lugares específicos para determinados grupos, repartindo-os, cerceando-os, criando não-lugares. “Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta,

mas os distribui e os faz circular numa rede de relações.” (FOUCAULT, 1999, p.172). As relações de poder não somente instituem os territórios do espaço, mas também distribuem os papéis sociais por meio dele. Lemos então aponta:

Ora, as relações de poder são exercidas intramuros e extramuros, acontecendo sempre em algum espaço, por isto, os mecanismos disciplinares e biopolíticos governam populações e corpos em um lugar específico, regulando os processos de circulação como gestão das multiplicidades. (LEMONS, 2012, p. 145).

Assim, o espaço se apresenta por meio de uma estruturação de simbologias e relações que buscam se firmar hierarquicamente e descendem de uma disputa que antecede à prática espacial. Para Lefebvre (2006), esse espaço que se estrutura é um espaço estratégico que “busca se impor como realidade, ao passo que é apenas uma abstração, embora dotada de poderes enormes porque lugar e meio do Poder”. O espaço estratégico age como uma ferramenta entre os sujeitos para impor uma realidade única e determinar o controle social, podendo coisificá-los. “O espaço de uma ordem se esconde na ordem de um espaço.” (LEFEBVRE, 2006, p.395) e neste espaço, as relações não são horizontais e nele se constroem e perpetuam diferenças sociais que proporcionam cenários nos quais as desigualdades se fortalecem e as distâncias entre os grupos se ampliam. Para Cortés:

Toda autoridade e toda prática de poder têm necessidade de se estabelecer, de seduzir e/ou de intimidar através de seus símbolos; e, quanto maior o grau de totalitarismo, maior a urgência de consegui-lo, razão pela qual o número de símbolos necessários está em proporção direta com a vulnerabilidade da autoridade. (CORTÉS, 2008, p.61).

A produção de símbolos inserida na prática do poder é bilateral: assegura a dominância do Mesmo no espaço e rebaixa o Outro na insignificância, seja por meio de sedução ou intimidação, como aponta o autor. Na esfera intimidatória, determinar o domínio entre os sujeitos pode se dar pela prática hostil, segregacionista e/ou do não-lu-

gar. Essas táticas são centradas na perspectiva dos usuários do espaço, nos corpos e nos sujeitos ativos na prática do espaço, porém, diante da prática social, são sujeitos marginalizados diante do coletivo. O sujeito dissidente é para o sujeito dominante uma mera presença incômoda que ameaça seu domínio e sua performance, tais corpos estranhos perturbam a dominância firmada nos espaços e devem então serem controlados, inferiorizados e/ou dominados dentro do espaço. Segundo José Cortés:

[...] o que não se deve perder de vista é que o uso do poder só é tolerável durante algum tempo e se conseguir mascarar uma parte importante de si mesmo; ou seja, sua capacidade de sedução dependerá, em grande parte, da sua habilidade de ocultar seus mecanismos e propósitos. (CORTÉS, 2008, p.39).

Seja pela sedução ou pelo amedrontamento, o poder só se garante no espaço na medida em que oculta seu escopo. Além disso, “O poder é uma coisa estranhamente contraditória. Parece sempre conter as sementes de sua própria subversão. Assim que a diferença é construída (espacialmente) para facilitar a acumulação de poder, a diferença (especializada) está igualmente empoderada.” (KNOPP, 1995, p.159, tradução nossa)⁸. Nesse sentido, o próprio poder abre brechas para seu fim. Nisso, Souza discorre ainda:

As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade, quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente. (SOUZA, 2010, p.13).

Na construção das desigualdades, empodera-se a diferença e se garante que a mera presença de corpos dissidentes neste espaço parcial seja um mecanismo de

autonomia, onde se identificam suas individualidades abrem meios para um espaço de resistência e mudança.

1.2.3. Espaço, resistência e mudança

Enquanto a essência dominante, fragmenta e comanda o espaço e seus produtos, proporcionando a criação de lugares excludentes ou envolventes e diferentes experimentações do espaço, ela também abre fissuras aos sujeitos dissidentes para o engajamento de seus próprios corpos em uma essência resistente ao espaço que ocupam. Para Velloso (2016), resistir a esse espaço desigual é assumir um processo de apropriação do mesmo:

[...] essa é a resistência que permitiria ao corpo inaugurar o projeto de um novo espaço, “espaço da contracultura, ou de um contra-espaço, no sentido de uma alternativa inicialmente utópica ao espaço atual existente”. A condição da apropriação instala-se a cada momento que um indivíduo se torna consciente dos papéis que seu corpo desempenha no espaço social (sua materialidade, sua opacidade, sua atuação política). Um espaço apropriado é sempre potencialidade de superação da alienação na vida cotidiana uma vez que reinstala o valor de uso. As estratégias e situações espaciais dadas na experiência da apropriação representam a possibilidade contínua de produção de relações inteiramente novas, livres de determinismos e constrangimentos, porque capaz de configurar novas práticas, reconfigurar usos e funções arquitetônicas. (VELLOSO, 2016, n.p).

Assim, Velloso (2016) entende que para que essa apropriação do espaço ocorra, é necessário antes o entendimento de que os espaços são territórios de e para o controle, elementos complexos capazes de privar os sujeitos em várias instâncias e tensioná-los de maneira contínua através da prática de poder. Prática que constantemente tensiona os corpos, que não se percebe neutra, muito menos

estática. Nisso, a práxis apropriativa procura transformar e contrapor esse espaço controlador, atenuar os limites e enfraquecer os domínios construídos, sempre na qualidade de processo, uma prática em constante movimento, um ato ininterrupto. “Este contraponto nasce da ideia da apropriação como um ato de consciência, onde o indivíduo consciente de si e de seu mundo, confronta a passividade cotidiana e reconhece sua intervenção como ato capaz de provocar transformações.” (CASTRO, 2021, p.16). Tal ato de consciência é o que confere ao sujeito a percepção das regras e dos diferentes interesses da disputa na qual ele se encontra em frente à dialética do espaço, evidenciando ordens ocultas em uma espacialidade. Para Velloso:

A condição de apropriação instala-se a cada momento que um indivíduo se torna consciente dos papéis que seu corpo desempenha no espaço social (sua materialidade, sua opacidade, sua atuação política). Um espaço apropriado é sempre uma potencialidade de superação da alienação na vida cotidiana uma vez que reinstala o valor de uso. As estratégias e situações espaciais dadas na experiência da apropriação representam a possibilidade contínua de produção de relações inteiramente novas, livres de determinismos e constrangimentos, porque capaz de configurar novas práticas, reconfigurar usos e funções [...] (VELLOSO, 2016, n.p).

Neste ato de apropriação, o corpo ainda se institui como um personagem central. O corpo como elo essencial para a linguagem e a produção do espaço e sendo para Foucault (1979), o primeiro instrumento do poder, é também o primeiro instrumento da resistência. “[...] assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado [...]” (FOUCAULT, 1979, p.146). Está, no corpo então, a potencialidade primeira de apropriação e resistência do espaço. É através do engajamento corpóreo que se possibilita uma revolução e transformação do espaço. “É o corpo, por meio da resistência oferecida em ação e comportamen-

8. Do original: *Power is a strangely contradictory thing. It seems always to contain the seeds of its own subversion. As difference is constructed (spatially) to facilitate the accumulation of power, that (spatialised) difference is also empowered.*

to, que efetiva a potencialidade primeira da apropriação, que é a inauguração do projeto de um novo espaço.” (VELLOSO, 2016, n.p). O corpo enquanto fronteira entre o interno e o externo, como divisa entre o subjetivo e a concretude é o elemento central para a ação de resistência.

A apropriação surge como um mecanismo do e para o corpo, como um caminho possível para equilibrar a disputa no espaço e para enfrentar as desigualdades, desequilíbrio que ele mesmo sofre, repercute e pode subverter. Junto a isso, “[...] a apropriação do espaço é um ato político, que o acesso ao espaço (sobretudo público) está relacionado com o status social e com o poder, e que a alteração do uso do espaço está inerente a uma afetação do uso do espaço está inerente a uma afetação da sociedade” (ANTUNES, 2015, p.10). Neste processo de apropriação, a resistência do corpo e seu desejo de mudança da ordem e do que sustenta o poder reinante afetam a espacialidade e seu uso, possibilitando a visibilidade de grupos sociais e fenômenos que foram invisibilizados pela práxis social.

Combinar as diferentes performances dos sujeitos com uma nova perspectiva da prática social, permite a realização do ato de resistir no espaço. Uma vez possibilitado, a prática de resistência se revela na subversão do estabelecido, buscando mudanças e a desconstrução de uma linguagem abrindo primeiros caminhos para o manifestar de um espaço reconfigurado. Velloso (2016) trata essa apropriação como a tomada de posse de um lugar, de um determinado espaço-tempo configurado, como uma experiência.

O espaço apropriado surge na contramão de um estado passivo do mesmo. Esse caráter de passividade corresponde a uma nociva acomodação que desce de, entre outros motivos, “uma manipulação do cotidiano, na medida em que este se torna objeto da organização social.” (VELLOSO, 2016, n.p). Para a autora, a apropriação surge como um antagonismo deste espaço pétreo, uma práxis onde um de seus fins é evi-

tar a demarcação de um espaço social das diferenças:

A realização total se dará por meio de uma prática [...] que permita desenhar uma resistência e caracterizar a revolução como uso político do espaço cotidiano. A revolução, afinal, é somente a forma política da práxis. Como tal, deve-se compreender que a revolução é atividade, logo, ação que se faça capaz de contrapor à segregação generalizada [...] (VELLOSO, 2016, n.p).

Essa atividade exige envolvimento por parte dos sujeitos e de seus corpos pois, como se viu, são nestes dois elementos que o espaço se integra. Além disso, essa práxis não pode, nem deve, ser ignorada uma vez que responde à construção e desconstrução destes corpos e às objetividades e subjetividades do espaço. A dialética espacial engaja ciclicamente entre a dominância, a passividade e a subversão, continuamente em movimento, ela se assume em diferentes espacialidades e dinamiza as disputas em diferentes espaços, sejam eles físicos ou intangíveis. Nisso, Foucault enxerga a necessidade de desenvolver uma “história dos espaços”, que ao mesmo tempo explicitasse a “história dos poderes” e observaria tal prática cíclica tanto nas Instituições quanto no espaço habitado.

1.3

habitar - onde o privado e o doméstico se cruzam

“Entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual traçam-se círculos idealmente concêntricos e efetivamente entrecruzados.” (PERROT, 2009, p.09).

A compreensão de que o espaço privado e o espaço doméstico são tão complementares quanto esferas necessariamente distintas potencializa as interpretações das práticas do habitar, sejam elas sociais ou espaciais (PALLASMAA, 2017). As duas esferas são fontes privilegiadas para a compreensão, na prática, das relações do espaço com a sociedade, suas formas de viver e conviver e como se destrinçam as estruturas de poder e suas estratégias diante dos sujeitos e seus corpos. Relacionar as permanências e as transformações destes dois espaços com processos sociais mais amplos, dialogando com aspectos diversos, incrementa o estudo de diferentes perspectivas (NASCIMENTO *et al.*, 2017).

O par privado e doméstico combina realidades opostas que em certo momento se cruzam, complementam-se sem perder suas particularidades e se comprometem diante da dialética espacial (PERROT, 2009). Captar os limites tênues entre o privado e o doméstico bem como o seu entrelaçar requer uma abordagem interdisciplinar, sob múltiplos pontos de vista, centralizada na prática política dos espaços e da sociedade civil e, principalmente, incorporada à figura da casa e o ato de habitar. Para Pallasmaa:

A casa é um cenário concreto, íntimo e único da vida de cada um [...]. O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo. É fundamentalmente um intercâmbio e uma extensão; por um lado, o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental. (PALLASMAA, 2017, p. 06).

A casa é um dos principais elos que vincula, ambienta e espacializa as esferas do privado e da domesticidade. Através deste cenário se revelam estudos do ser e do estar, “lida com as dimensões primordiais de habitar o espaço e o tempo, ao mesmo tempo em que transforma um espaço sem significado em um espaço especial, um lugar e, eventualmente, o domicílio de uma pessoa.” (PALLASMAA, 2017, p. 06). A simbologia da casa estabelece relações referenciais do espaço, da espacialidade, do corpo e da sociedade e se configura como um laboratório social, responsável por gerar e privar experiências, produzir e reproduzir valores e proporcionar um cenário que manifeste diversos significados sociais.

Apesar de ligados aos limites murados e o interior - um limite muito contíguo -, a casa, bem como o espaço privado e a domesticidade não se restringem às fronteiras intramuros. “Apesar de indissociavelmente ligado à vida social, o espaço doméstico foi frequentemente pensado como seu avesso: domínio do privado versus o público, de silêncio versus o discurso, de necessidade e não da liberdade, do costume e não do acaso [...]” (NASCIMENTO *et al.*, 2017, p.27) Os elementos presentes dentro do espaço privado e/ou doméstico, conectam-se de forma ativa ou passiva com diferentes realidades do mundo e vetorizam poderes simbólicos institucionais na produção do espaço. Segundo Pallasmaa:

A noção de lar se estende muito além de sua essência e seus limites físicos. Além dos aspectos práticos de residir, o ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza todo o mundo do habitante. Não apenas nossos corpos e necessidades físicas,

mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos devem ser acomodados e habitados. Habitar é parte de nosso próprio ser, de nossa identidade. (PALLASMAA, 2017, p. 06).

No cruzar da domesticidade e do espaço privado se associam não somente o íntimo e o pessoal, mas também o público e o político. Redescobrir o espaço privado entendendo a prática espacial e sua relação com o todo social - o corpo, o poder, a resistência - traz um novo olhar para as dinâmicas intra e extramuros. A interligação do espaço privado e da óptica doméstica compreende, entre outras coisas, as “[...] relações entre espaços e maneiras de habitar, ou entre suportes materiais da vida privada e distintos usos, estruturas e significados da família, da intimidade, da convivialidade e da sexualidade [...]” (NASCIMENTO *et al.*, 2017, p. 28). A domesticidade reformula o espaço privado e o transforma em um verdadeiro microcosmo estratégico e de subjetividades perante as relações sociais, incorporando desde seus agentes até seus artefatos, manifestando socialmente diferentes significados.

Esse descortinar recente da domesticidade concede um aprofundamento das permanências e das transformações dos modos de morar existentes no espaço privado, transformando-o em uma fonte essencial para compreender a vivência social. Não mais somente o espaço relacionado ao labor ou tudo que se contraria à vida pública, mas também um espaço que abriga processos técnicos, estéticos, morais e sociais, um espaço de linguagem e produção, um espaço que fala e reproduz.

É despertado no espaço privado então um processo de espetacularização da vida privada, processo que se potencializa ao refletir na vida pública. A domesticidade assume o controle da veia subjetiva do espaço privado, juntamente das “negociações as quais os mesmos espaços imprimiram e imprimem no utilizador, em uma via de mão dupla entre a cultura material e a pessoa, seja esta moradora, conviva ou mesmo o espectador externo.” (FÉLIX, 2019, p. 289). Transforma o habitar e o conviver, as permanências e as partidas, através de processos simbólicos de maneira explícita ou implícita, processos que se imbuem de valores sociais e culturais e convertem ativa ou passivamente o cosmo doméstico em uma microssociedade, rotulando para além de sua função. “O espaço doméstico é tido como constituinte e não só como receptáculo, das mudanças socioculturais e dos jeitos de morar.” (FRANÇA, 2008, p.79), em essência, das práticas no espaço privado.

Assim, tem-se a interessante possibilidade de notar o espaço privado e sua domesticação como um processo que fundamentou hábitos, sujeitos, funções e muito do que se refere aos modos de vida. Um lugar relacional que se insufla das práticas e dos sujeitos do cotidiano, que sustenta poderes e memórias, articulando uma cultura material e codificações simbólicas. É, portanto, através deste espaço, que se procura adentrar e examinar como se desenvolve seu processo de reivindicação de usos e corpos sociais.

1.3.1 Espaço privado, recorte histórico do espaço privado

O conceito de um espaço privado surge dentro da dicotomia público-privado. Esses dois termos, para Correia (2015), são de largo alcance, podendo se referir às instâncias sociais, culturais, políticas e muitas vezes seus conceitos

subsumem entre si. “O privado e o público, a sua inter-relação, e o seu grau de oposição, dependem do modo como são encarados, modo este que diverge especialmente consoante os diversos povos e culturas do mundo.” (CORREIA, 2015, p.33). Para Martins (2005), essa distinção é definida muitas vezes por meio dos critérios material e institucional. Pode-se então, discutir a fluidez desses conceitos: além de possuírem diversas interpretações, são adaptados ao momento e contexto histórico ao qual são inseridos, atentando-se então para as evoluções diante dos seus significados e da porosidade observada entre os termos.

Entretanto, é no século XVIII, permeado pela Revolução Francesa com os ideais iluministas e o entendimento político dos sujeitos, que o entendimento do privado ganha uma nova perspectiva fundamental. Neste período, o privado passa a ser enxergado como um lugar mais subjetivo, podendo seus símbolos se refletirem na esfera pública - e não apenas de maneira unilateral -, um lugar que pode abrigar a privacidade e com ela a solidão, os segredos e até o conspiracionismo. Nessa nova compreensão, a sociedade civil se inter-relaciona com o privado, o íntimo e o individual. Para Perrot (2009), um novo espaço privado surge para os indivíduos e seus direitos privados a partir da Revolução Francesa, ocupando um local para o jogo das relações sociais.

A partir então do século XIX, o abismo entre as esferas e os espaços públicos e privados começa a diminuir. A concepção moderna do espaço privado enxerga na relação dualística público-privado fronteiras mais tênues e constantemente as duas esferas recaem sobre a outra. “Atualmente, o espaço público e o privado persistem como duas esferas de atuação do cidadão não mais concebidas como opostas, mas como um complexo de referências recíprocas [...]” (VIEIRA, 2008, p. 50), Arendt também destaca:

Somente a era moderna, em sua rebelião contra a sociedade, descobriu o quão rica e variada pode ser a esfera do oculto nas condições da intimida-

de; mas é impressionante que, desde os primórdios da história até o nosso tempo, o que precisou de ser escondido a privacidade tenha sido sempre a parte corporal da existência humana, tudo o que é ligado a necessidade do próprio processo vital e que, antes da era moderna, abrangia todas as atividades a serviço dos fora da vista eram os trabalhadores que, com o seu corpo, cuidavam das necessidades (físicas) da vida, e as mulheres que, com seu corpo, garantem a sobrevivência física da espécie. (ARENDE, 2007, p. 82-83).

O privado recobra sua importância perante o público e as relações do que deve ser ocultado e o que deve ser exibido ganham novas dimensões (FRANCISCO, 2007). O privado se torna político e cada vez mais é entendido como um espaço de linguagem e de produção. Para Cortés (2008), ao se vincular espaço e poder, reina-se na esfera privada moderna o autoritarismo e a arbitrariedade diante os sujeitos e seus corpos, um recôndito de opressão e humilhação. O autor também aponta o privado como um dispositivo de expressão dos valores universais e representação da subjetividade de seus agentes, que não deve ser entendido por um confronto dos opostos público-privado, mas sim como um instituinte da hierarquia de valores responsável por estabelecer a ordem de subordinação entre dois aspectos complementares e ainda cita:

O elemento mais significativo desse espaço é o direito à intimidade, ou seja, a clara separação de seus habitantes e suas atividades dos de outras casas, bem como da rua ou do público. A casa é associada à vida familiar excluem-se dela outras atividades que não tenham esse caráter, e ela é vinculada a propostas ideológicas, morais e sociais que evocam uma cultura doméstica e tradicional. (CORTÉS, 2008, p.74).

Nessa perspectiva, a introdução do sistema capitalista e de novas classes sociais é fundamental para a reorganização das relações e do entendimento do espaço privado. O privado passa a reivindicar o conceito de lar, vida familiar e domesticidade, adquirindo um caráter mais específico e intimista, um espaço codificado com uma linguagem metafórica mais ligada aos corpos e à construção de

uma identidade social. O privado já não é o que resta quando o espaço já não é público. O espaço privado se domestica, “[...] passa a ocupar um lugar central na reprodução da vida social e é o ponto de conexão entre a vida emocional e sexual e a vida política e econômica [...]” (CORTÉS, 2008, p.80). Essa visão marca o entendimento do espaço privado como um recinto de costumes e preceitos sociais. O lar é privado e o espaço privado reclama para si a domesticidade.

1.3.2. Domésticidade

Neste viés, a domesticidade compreende à vida e ao espaço privado uma superposição de práticas cotidianas e preceitos da sociedade. Ela estimula uma sociabilidade codificada através da inserção de usos, costumes e uma nova forma de organizar o espaço privado. Para Nascimento et al. (2017), ela é entendida como:

O espaço da domesticidade aqui é pensado [...] como algo móvel, polissêmico, negociado, que envolve dimensões físicas - de qualquer espaço construído, visível, habitado - assim como práticas, normas, experiências, sentimentos, relações, subjetividades. De múltiplos pontos de vista, o universo doméstico, privado ou coletivo, patriarcal ou moderno, popular ou burguês, rotineiro ou experimental, empírico ou representado, feminino ou masculino, é o foco de atenção dos trabalhos aqui reunidos. (NASCIMENTO et al., 2017, p.34).

Este novo microcosmo irrompe do estabelecimento de uma vida familiar burguesa, onde os conceitos de lar e intimidade são reclamados com mais afinco e características até então, alheias ao espaço privado, surgem e marcam neste, princípios e valores de seu tempo. Nisto, o espaço privado adquire uma “entidade própria e específica” (CORTÉS, 2008, p. 73) e a casa ganha um papel a ser cumprido frente a vida social e o cotidianismo, contribuindo para a produção e reprodução de diferentes identidades sociais.

O habitat individual era entendido como o entorno ín-

timo, o cenário doméstico por excelência, um espaço muito codificado, com seus muros intransponíveis que o protegem da rua e de suas áreas comuns, criando espaços de intimidade e áreas de trânsito entre eles (NASCIMENTO et al, 2017). Tratava-se da ideia da casa como uma caixa envolvente de necessidade e desejos íntimos, em que o espaço privado tende a interagir cada vez mais com nossos corpos “[...] o ambiente interno de nossas casas chegou a ser entendido como uma pele próxima da nossa própria pele, como uma prótese de quem a habita.” (CORTÉS, 2008, p. 80).

Nisso, a domesticidade se vincula a todos elementos e relações que foram observados na prática espacial, ela reorganiza as estruturas de poder, os signos, as interpretantes como uma maneira de se estabelecer como autoridade central na reprodução da vida social. Ela profundamente atravessa as vivências de seus indivíduos, uma vez que também é atravessada pela cultura e pela política e, assume para Nascimento et al:

[...] dimensão de dispositivo, isto é, o seu lugar em uma engrenagem técnica de reprodução social que institui determinadas performances, controles e modos de satisfação corporais assim como relações interindividuais e dos indivíduos com os espaços, os móveis, eletrodomésticos e objetos no interior das residências. (NASCIMENTO et al., 2017, p.39)

Ela se torna uma máquina estruturante fundamental para a gênese social e garante sua ordem através de uma relação hegemônica de domínio, opressão e diferenciação (ARAÚJO, 2017; NASCIMENTO et al 2017). Quando incorporada na espacialidade, potencializa o espaço privado como um essencial ditador, refúgio e protetor da moral, dos rituais e costumes, das subjetividades e das vivências de seus agentes (CORTÉS, 2008). Concede a esse espaço a essência do abrigo e da sociabilidade, onde se estruturam, encenam e se reencenam as dinâmicas da hierarquia e da gênese socioespacial (PERROT, 2009). Nesse espetáculo, encena o pessoal e o político e os reinterpreta de maneira comple-

xa: o pessoal agora é político. Cortés então interpreta o espaço privado diante da domesticidade da seguinte forma:

[...] o privado, ao ser espaço do refúgio, é também o lugar das relações que não são meramente instrumentais, aparecendo tudo aquilo que é inadequado, inoportuno, inconveniente ou vergonhoso, tudo aquilo que não convém mostrar aos estranhos, pois nos converte em indivíduos fracos e vulneráveis. A casa particular constrói e reflete nossa identidade social com a comunidade, ocupa um lugar central na reprodução da vida social e é o ponto de conexão entre a vida emocional e sexual e a vida política e economia [...] (CORTÉS, 2008, p. 80).

Uma vez que a vida social é feita por meio de vínculos sociais e políticos, a domesticidade os recolhe para dentro do espaço murado com a finalidade de explorá-los e extrapolá-los através da materialidade e da vivência de seus agentes. O que se constrói através de muros passa a construir em si, muros imateriais intransponíveis a seus sujeitos, nisso, o âmago doméstico não se organizou de forma a aceitar com facilidade e/ou rapidez as mudanças, firmando seus muros em uma ordem social imóvel. Nesse murar dos indivíduos e das relações internas, a domesticidade envolve e interage com mais intensidade e de maneira mais íntima com seus corpos, tornando-se contígua ao tênue limite que o corpo faz entre o sujeito e o externo.

O doméstico se transforma em uma extensão de um inconsciente político e social, uma mistura de norma e ausência de norma que atravessa o espaço privado com ações disciplinadoras e mecanismos de distinção mediados por uma espacialidade, “[...] necessariamente vinculado a complexas redes de relações e, conseqüentemente, submetido a tantas pressões que atuam sobre esses sistemas como um todo.” (GUIMARÃES, 2006, p.102). Simboliza uma e várias ordens sociais, materializando no sujeito agente de seu espaço seu local na práxis e adquire caráter autocrático.

Este processo transforma o habitar em uma experiência multifuncional e dimensional, introduz símbolos

de distinção social, de classes e de sujeitos, ligando, discriminando e afastando. A vida doméstica passa a ser um recorte essencial da vida política e social e seu espaço se torna arbitrário, um verdadeiro local de embate das esferas pública, privada, política e social. Estes elementos se atravessam e se produzem de maneira mútua e interligada, constituintes de um todo social e de seus indivíduos, construindo e sendo construídos a todo momento.

“A casa é o palco das lutas internas de seus habitantes[...]” (CORTÉS, 2008, p.80), a essência doméstica promovida ao campo espacial intersecciona as relações familiares, de gênero e de classe e acaba por ditar as funções e os papéis a serem cumpridos por seus agentes. Diante disso, o espaço privado acaba por camuflar os interesses verdadeiros das relações sociais no espetáculo que se torna a domesticidade ao envolver o cotidiano e o convívio de seus habitantes, seus hábitos, costumes, suas intimidades, bem como emití-los.

Pallasmaa (2016) apresenta três elementos simbólicos que compõem a esfera doméstica:

1. Elementos fundamentados em um nível biocultural profundo e inconsciente
2. Elementos relacionados com a vida pessoal e a identidade do habitante
3. Símbolos sociais com objetivo de passar certa imagem ou mensagem às pessoas de fora

(PALLASMAA, 2016, p.17).

Isso reforça que a domesticidade organiza o espaço para além de suas funcionalidades, cumprindo um papel dentro da linguagem, novamente como comunicadora das interpretações de valores morais, políticos e culturais, com um campo espacial próprio para se expressar uma demanda social específica.

Além de proporcionar uma nova e mais complexa forma de se perceber o espaço íntimo e privado através de

um conjunto de rituais e ritmos próprios, a domesticidade também promove novos personagens a serem operados e manobrados no seu cultuar, “[...] é também uma realidade política, um símbolo das disciplinas e a melhor garantia do controle ideológico e moral de seus ocupantes.” (CORTÉS, 2008, p. 84). Podemos então, buscar reconstituir onde esses sujeitos se encontram e se cruzam focando em seu comportamento e simbolismo perante a domesticidade.

1.3.3. Corpos intramurados

O local doméstico, por excelência, é moldado às custas de um agrupamento familiar e muito da domesticidade se diz respeito às formas de vivência e convivência de seus agentes. Partindo do entendimento da esfera doméstica como extensão de seus indivíduos, observa-se então a necessidade de uma abordagem particular sobre os personagens atuantes deste cenário, procedendo da relação observada entre espaços, sujeitos e corpos. Para Nascimento *et al.* (2017) é necessário:

[...] examinar os personagens, os papéis por eles assumidos, impostos ou negociados, as redes de sociabilidade por eles estabelecidas, as construções de identidade e alteridade, apontando quão complexas e nem sempre óbvias são as relações entre vida social e cultura material. (NASCIMENTO *et al.*, 2017, p.36).

Estes personagens, até então pouco presentes nos estudos espaciais, extrapolam o interior das residências em um diálogo mutual com o campo social e o campo espacial, sincronizam suas individualidades e subjetividades, elaborando conexões ao mesmo tempo que processam as informações e os códigos presentes no espaço. Os sujeitos, além além de serem atravessados pela cultura e pela política no espaço doméstico, atravessam a si mesmos e, para Nascimento *et al.*:

[...] tinham a identidade reconhecida por meio de imagens públicas filtradas por uma

nova percepção do indivíduo, de sua subjetividade, de sua intimidade e dos papéis atribuídos à família, às mulheres, aos homens, à infância. (NASCIMENTO *et al.*, 2017, p.76).

Esse reconhecimento de identidades se apreende por um “[...] sistema de proposições, totalidade ou trama significativa, cujo sentido depende do espaço.” (ABASCAL; ABASCAL BILBAO, 2013). Tal trama traduz um jogo de discurso e domínio, de linguagens variadas que se desenrolam em processos incorporantes da prática de poder, fazendo fronteiras entre o espaço doméstico e as relações sociais. Na visão de Nascimento *et al.* (2017), isso imbui na domesticidade uma nova percepção do indivíduo.

No apartar entre vida pública e vida privada, os sujeitos também foram divididos. Personagens públicos e privados, políticos e domésticos, essas duplas categorizam os sujeitos por uma dicotomia espacial onde se hierarquiza as funções e os privilégios de cada indivíduo (ARENDT, 2007; PERROT, 2009). O que era público e político era soberano ao privado e ao doméstico. Tal relação, ao determinar figuras de autoridades entre os sujeitos espaciais, fundamentou uma estrutura de ordem social no espaço doméstico e o patriarcalismo observado no núcleo familiar apenas solidificou essa relação de domínio, incorporando diferentes graus e figuras de autoridade (BEAUVOIR, 1970; CORTÉS, 2008). Killian categoriza esses personagens de maneira fluida:

Habitantes: esses são os controladores que têm direito de acesso e exclusão. Eles podem ser proprietários ou, por outro lado, serem empoderados pelo status para exercer controle exclusivo sobre o espaço.

Visitantes: Esses são os que são controlados. Eles entram ou permanecem como subordinados do sistema. Eles possuem direito para acessar os espaços para finalidades “adequadas” específicas, sujeitos à aprovação dos Habitantes, e têm direitos à exclusão.

Estranhos: Esses são os “indesejáveis”. Eles não possuem direitos nem para acesso ou para ex-

clusão e, de fato, são excluídos pela definição.

(KILLIAN, 1998, p.129, tradução nossa)⁹

Esta definição de Killian (1998) expõe como o espaço designa papéis aos seus agentes atuantes. Nesta ordem incontrastável, os sujeitos são, além de hierarquizados, hostilizados e assumem diversos graus de subserviência. Ao afirmar que tais categorias se adaptam a diferentes cenários, sejam eles públicos ou privados, o autor assume que a prática espacial incorpora em si noções hierárquicas entre diferentes grupos atuantes da mesma. Para o ambiente doméstico, tais personas ainda se relacionam com o paternalismo presente e a noção social de Mesmo e Outro, conceitos da prática social que se fundamentam na diferenciação e domínio de sujeitos.

Homens, mulheres, crianças, servos, escravos, empregados, a partir dessa estrutura, foram intensamente segregados dentro da prática espacial doméstica e entrariam de vez para os jogos das relações sociais. Esse ordenamento de sujeitos estabeleceu quais se tornariam anônimos no desenrolar doméstico e quais assumiriam a autoridade do lar, incorporando ideologias que condenavam ao silêncio e a estereotipação de seus agentes. Neste recorte, os sujeitos “Outros” se alienariam diante da domesticidade e não seriam dignos de possuir identidade própria, subjugados por um Mesmo e pela própria domesticidade, em uma relação de continuidade entre os papéis reforçados no campo social e os que se dispunham neste intramuros.

Tendo em vista o quão central a esfera doméstica se tornou para as relações sociais, a vivência dos corpos e a experiência dos sujeitos seriam encenadas diante das relações espaciais já observadas - linguagem, poder, resistên-

cia - atravessadas pela cultura material presente no espaço doméstico e a cultura imaterial que procede da sociedade (CORTÉS, 2008; NASCIMENTO et al, 2017). Esse atravessamento dinâmico e o paternalismo vigente nas relações familiares potencializou a produção e a reprodução de diferentes identidades sociais, principalmente aquelas que diziam respeito aos gêneros, como aponta Nascimento et al:

[...] novas espacialidades vinham inextricavelmente atreladas a uma divisão de gênero que deveria circunscrever, aos homens, as mulheres, circulações, permanências e gramáticas comportamentais específicas aos novos espaços de sociabilidade [...] (NASCIMENTO et al., 2017, p.54).

Neste redescobrir recente da esfera doméstica como um espaço hábil para o desenvolvimento social e como fonte privilegiada para o entendimento das vivências e experiências desiguais para os indivíduos e seus corpos, bem como instrumento fundamental para conformação dos sujeitos, introduz uma nova ótica para as questões de gênero e o espaço. As relações inéditas relacionadas à materialidade dos artefatos, ao culto doméstico e a encenação dos corpos intramurados trazem questionamentos de como se desenvolvem e persistem as questões de gênero que o espaço assume e como a arquitetura as costura quando se interrelaciona com o gênero, o espaço e a domesticidade.

9. Do original:

Inhabitants: These are the controllers who have rights to access and exclusion. They may be owners or may be otherwise empowered by the state to exert exclusionary control over space.

Visitors: These are the controlled. They “enter or stay as subjects of the system. They have rights to access for specific “appropriate” purposes, subject to approval by the inhabitants, and have a rights to exclusion.

Strangers: These are the “undesirables.” They have no rights to either access or exclusion and are in fact excluded by definition.

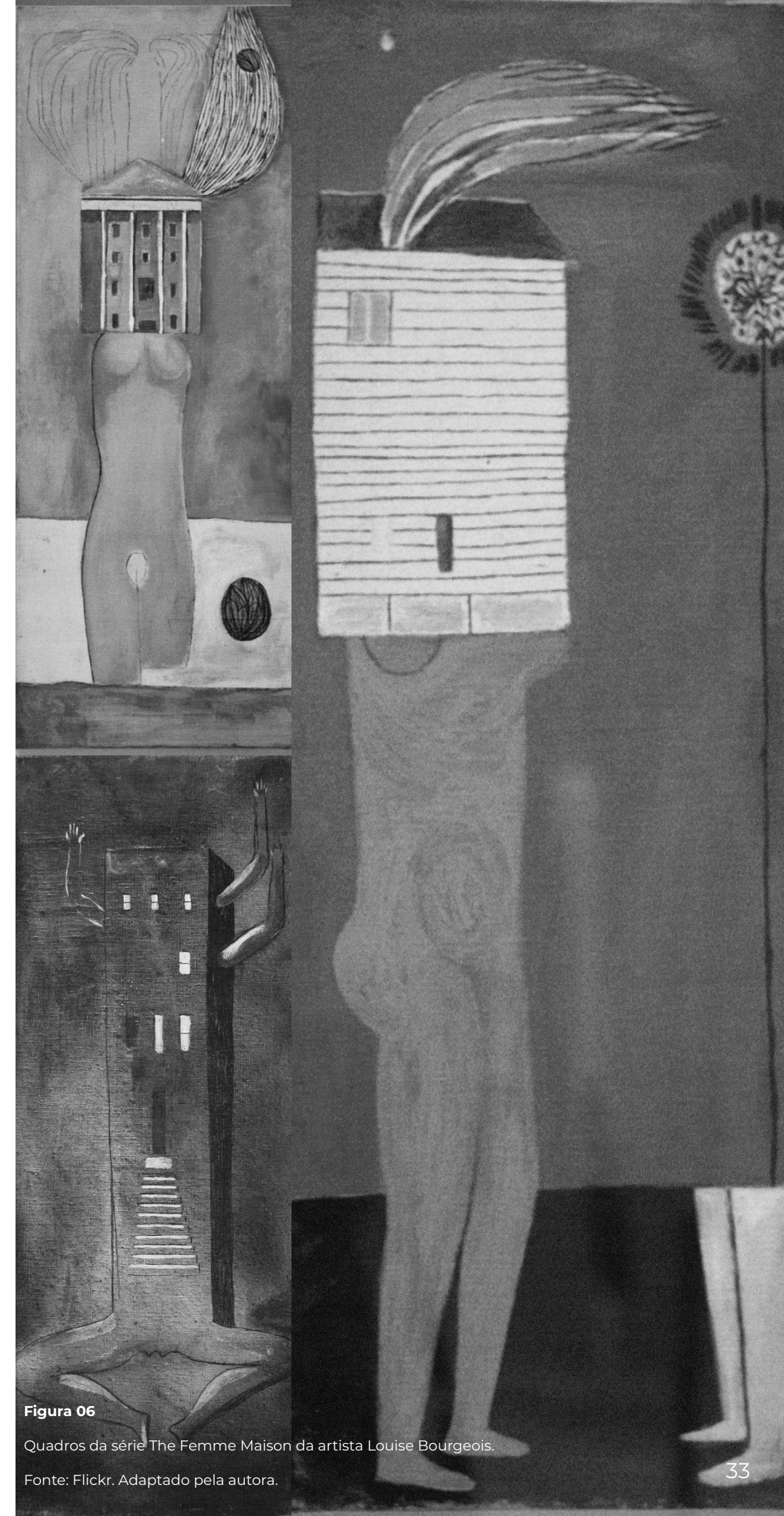


Figura 06

Quadros da série The Femme Maison da artista Louise Bourgeois.

Fonte: Flickr. Adaptado pela autora.

02 Territórios generificados





Quando falamos de arquitetura, nunca nos referimos exclusivamente a uma mera questão de aspectos formais, uma vez que metáforas com as quais ela se relaciona são inseparáveis do próprio termo. A arquitetura refere-se a tudo o que existe em um edifício e/ou uma cidade que não pode ser reduzido a seus elementos construtivos, a qualquer coisa que permita a sua construção além do meramente utilitário. A arquitetura representa uma religião que adquire vida, um poder político que se manifesta, um evento que se comemora, etc. A arquitetura antes de qualquer outra classificação, é idêntica ao espaço de representação; sempre representa algo mais que ela mesma a partir do preciso momento que se distingue da mera construção. Um poder lógico que organiza a arquitetura para além do que um edifício suporta em termos de possível uso. O que nos interessa aqui, portanto, não é uma discussão sobre edifícios concretos nem sobre sua arquitetura específica, mas a função social que a arquitetura desempenha. **(CORTÉS, 2008, p.39-40).**

2.1

mulheres extramuros - gênero e espaço urbano

Em primeiro lugar, por que as mulheres são menos vistas no espaço público [...] Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. (PERROT, 2007, p.16).

Partindo das temáticas gênero, espaço e domesticidade, ao mesmo tempo no qual se entende as questões isoladas de cada esfera, nota-se um vínculo comum entre elas, um liame no qual essas questões se interrelacionam e se apresentam na prática e na representação: a produção do espaço arquitetônico. “O discurso arquitetônico desempenha um papel estratégico na garantia de pressupostos que são necessários à operação de outros discursos.” (COLOMINA, 1992, p.329, tradução nossa)¹⁰. Neste espaço discursivo, na sua prática e na sua produção, tais conteúdos se manifestam, se cruzam e se entrelaçam de maneira constante e recíproca.

O espaço arquitetônico, seja ele público e urbano, seja ele privado e doméstico, é o principal agente que costura as temáticas gerais apresentadas, ele é uma representação física da práxis das relações entre gêneros e espaços, bem como suas questões e suas desigualdades. A arquitetura, em todas as suas escalas, se mostra como um instrumento de grande utilidade para representar e disfarçar a prática de poder, ela é uma estrutura que constrói e organiza as experiências humanas, um discurso que espelha significados e estabelece conteúdos (CORTÉS, 2008)

“Sendo a arquitetura e o urbanismo também cons-

truções sociais inseridas em relações de poder e produtoras de espaços visando ordenar o ambiente construído, sua importância na construção de corpos e subjetividades não deveria ser ignorada” (TEIXEIRA, 2013, p.15). A partir disso, podemos indagar: onde e como o espaço arquitetônico se generifica? Para Beatriz Colomina:

A produção ativa de distinções de gênero pode ser encontrada em todo nível de discurso arquitetônico, em seus rituais de legitimação, práticas de contratação, sistemas de classificação, verificações técnicas, imagens publicitárias, informação oficial, divisão do trabalho, bibliografias, desenho de convenções, códigos legais, estruturas salariais, práticas de publicação, linguagens, ética profissional, protocolos de edição, etc. (COLOMINA, 1992, p.329, tradução nossa)¹¹.

Para então refletir e questionar a inter-relação entre gênero e espaço arquitetônico, é necessário desvendar a linguagem generificada em diferentes escalas espaciais, partindo do entendimento que é tênue e mutável a práxis do espaço público e a do espaço privado e que os limites entre essas duas esferas são constantemente postos à prova. Escalonar esse vínculo visa destrinchar e organizar a maneira de que as questões provindas da produção social rebatem no espaço urbano e se afunilam até o ínfimo artefato por meio da linguagem archi-

tetônica, representante concreta da prática socioespacial.

Partir primeiramente da cidade é buscar enxergar quais são os momentos em que o gênero se cruza na perspectiva urbana e na sua produção, entendendo que as cidades sempre representam algo mais do que seus elementos físicos. Onde se permeia o gênero e as relações sociais na complexa relação entre edifícios, vias e corpos? E como, a partir de uma perspectiva também generificada, o corpo e o sujeito feminino são organizados na cidade? Para Cortés:

A forma e a estrutura da cidade orientam e ajudam a organizar as relações familiares, sexuais e sociais, além de coproduzir o contexto no qual as regras e as expectativas sociais se interiorizam na forma de costumes para assegurar a conformidade social. (CORTÉS, 2008, p.124).

O interesse nessa ótica urbana visa descobrir como a cidade se revela como ocupante e determinante do espaço social, como os espaços urbanos se territorializam e como a arquitetura se generifica e se politiza. Para Lefebvre (2006), a cidade projeta a sociedade em um determinado espaço, sendo assim, compreende-se que a cidade é também um elemento vivo em constante movimento, intrinsecamente ligada aos elementos que a agenciam no seu cotidiano.

O espaço urbano e as cidades possuem então uma

10. Do original: Architectural discourse plays a strategic role in guaranteeing assumptions that are necessary to the operation of other discourses.

11. Do original: The active production of gender distinctions can be found at every level of architectural discourse: in its rituals of legitimation, hiring practices, classification systems, lecture techniques, publicity images, canon formation, division of labor, bibliographies, design conventions, legal codes, salary structures, publishing practices, language, professional ethics, editing protocols, project credits, etc.

significativa conexão entre as relações sociais e a vida humana (MONTANER & MUXÍ, 2001). São verdadeiros componentes e produtos históricos, sociais, políticos e culturais que, ao mesmo tempo que possuem a materialidade arquitetônica, possuem a subjetividade de seus corpos. Um local para troca de interações, conexões, encontros e conflitos, onde podemos enxergar diversas escalas de disputas e hierarquizações entre sexos, vivências e experiências. Para Montaner & Muxí (2001), uma vez dentro dessa multiplicidade, relacionando-se com poderes políticos, econômicos e o bem coletivo, a cidade também é um espaço/instrumento político.

Sendo as cidades um espaço social lefevbriano, sua própria configuração carrega tensões e reproduz as relações sociais. Busca-se então, nesse espaço, questões que se referem ao direito à cidade, as desigualdades urbanas e como o corpo, em especial o corpo generificado e feminino, percebe e é percebido no espaço urbano, além de como ele se interage com o mesmo. Como e para quem as cidades seriam funcionais, quais diferentes vivências ela proporciona ao sujeito feminino e como este se apresenta nela?

A própria estrutura urbana procedente da dicotomia público e privado é parte responsável por determinar quais são os sujeitos atuantes em cada espaço e suas devidas funções sociais. Segundo Massey (2001), essa ideologia que divide a cidade do espaço doméstico, o público do privado é a mesma que divide homens e mulheres, ideologia que advém de estruturas patriarcais e capitalistas. Para a autora, a separação entre o espaço público e privado é compreendida dentro de uma hierarquia binária que constantemente se reproduz e que problematiza a relação das mulheres com a cidade em níveis tanto materiais como ideológicos. Nisso, um espaço que surge em oposição ao outro se relaciona diretamente com a oposição dos gêneros e proporciona diferentes maneiras de se vivenciar e experimentar a cidade.

Para então compreender melhor a relação de como os aspectos espaciais e sociais no geral influen-

ciam a experiência e a vivência da mulher, é necessário desvendar os elos entre gênero e espaço tendo como elemento primeiro a cidade, visando ser capaz de compreender as configurações corporais femininas dentro do uso do espaço urbano, espaço parcial e não neutro.

“Não podemos ignorar as profundas desigualdades de gênero que são impostas nos usos potenciais dos espaços públicos urbanos. Um espaço público não é um espaço acessível a todos e a todas, ao contrário do que se diz.” (MONNET, 2013, p.220). Por essa perspectiva, devemos explorar o que se permite e o que se limita enquanto corpo feminino na cidade, o que então se legitima e o que se diferencia neste principal espaço de trocas humanas.

2.1.1. Cidade para quem? A deslegitimação do gênero no espaço urbano

Pensar em uma cidade que tangencia determinados corpos e na maneira em que ela se estrutura é também pensar a quem ela se destina. Nisso, em um primeiro momento de legitimação do espaço urbano, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) compreende que a cidade deve ser para todos, dispondo que é direito de toda a população se apropriar de uma cidade sustentável. Entretanto, é somente com a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, publicada pelo Fórum Social Mundial Policêntrico (2006) em seu primeiro artigo, que o direito urbano pleno e igualitário é garantido:

1. Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual, assim como preservar a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas estabelecidos nessa carta. (FÓRUM MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006, parte I, Artigo I, item 1, p. 03).

O documento foi desenvolvido e publicado por entida-

des que visam uma cidade democrática - de fato e de direito. Nele, o termo “direito à cidade” é definido como “usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos [...]” (FÓRUM MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006, parte I, Artigo I, item 2, p. 03). Integrando ao termo, todos os direitos políticos, civis, culturais, sociais, econômicos que são garantidos pelos tratados de direitos humanos.

Além de instituir o direito à cidade, a Carta também garante o direito de todos os habitantes da cidade, sejam eles fixos ou transitórios, pertencerem ao espaço urbano: 3. A cidade é um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence a todos os seus habitantes. Quando se fala então no direito à cidade, pensamos em uma pauta coletiva, que prevê um amplo rol de tratativas, reforçando que as cidades, em sua multiplicidade de relações, devem ser guiadas pela democracia e pela igualdade.

Entretanto, o direito à cidade na prática conflita com a realidade urbana que se estrutura através de um sistema capitalista somado a uma sociedade fundamentada pela misoginia e pelo patriarcado, raízes que são produzidas e reproduzidas através das desigualdades, sejam elas econômicas ou de gênero. Nisso, “Uma sociedade excludente produzirá cidades excludentes.” (SADER; GOMES & NICOLETE, 2019, p. 102)

Segundo Berth (2018), a cidade, em sua totalidade, não é de todos. Ela como um espaço social, possui poderes que são capazes de negar seu direito de usufruto a sujeitos específicos por meio de práticas de diferenciação, segregação e hostilidade. O direito pleno à cidade plena em uma sociedade desigual é reduzido a um direito parcial em uma cidade limitada que proporciona um tecido urbano territorializado e ordenado apenas para um determinado grupo de agentes urbanos, grupo do qual as mulheres são constantemente excluídas.

A desigualdade para com o sujeito feminino conse-

que permear diversas esferas da sociedade, o que se origina na diferenciação e na codificação dos sexos se espelha na produção do espaço urbano e se reflete em uma cidade que não é produzida para todos. Ao questionar se “todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos?” (JACOBI, 1986, p.22), partindo de um entendimento de que os cidadãos mencionados teriam direitos plenos e iguais para usufruir e ocupar a cidade, juntamente com o autor e parafraseando Orwell (2021) podemos então afirmar: todos os cidadãos e agentes urbanos são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros - e mais iguais que as mulheres. Para Gonzaga:

Cidade nos lembra cidadania.

Mulher nos lembra Simone de Beauvoir, que diz “não se nasce mulher, torna-se”.

Mulher na cidade nos lembra luta constante pelo seu espaço, sempre sem cidadania.

As mulheres não têm direito à cidade.

(GONZAGA, 2011, p.73).

Para a autora, fica clara a situação das mulheres no espaço urbano: sem direito à cidade, constantemente elas lutam por um espaço do qual também fazem parte, mostrando que são duplamente marginalizadas: são sujeitos socialmente deslocados e espacialmente reduzidos. Sendo assim, “cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada com primazia dos homens em relação às mulheres.” (SILVA, 2009, p.35)

Na ótica espacial urbana, parte-se então de uma leitura familiar a respeito da figura feminina: ela é o Outro diante do Mesmo masculino, entretanto, esta ótica agora se es-

Figura 07

Cidade para quem?
Fonte: Archdaily. Adaptado pela autora.



pacializa na trama urbana (MASSEY, 2001). Possuir mais ou menos direitos na cidade reflete as posições de dominantes e dominados, de centro e de margem desses dois sujeitos, onde a organização espacial funciona como instrumento que ordena as relações de gênero e é ordenada pela mesma.

Como um produto de elementos e relações culturais desiguais, o direito à cidade não pode ser garantido - de maneira igualitária pelo menos - a todas as pessoas que estão presentes no espaço urbano, especialmente para as mulheres. Para Gorsdorf (2016), a relação social que foi naturalizada e que divide e hierarquiza os gêneros, distribui os direitos à cidade, bem como seus ônus e bônus de maneira desigual.

Assim, a lógica que privilegia o homem e confere ao mesmo o direito máximo de ser, exercer e viver a cidade, para as mulheres, restringe este usufruto. “[...] o corpo masculino é projetado, representado e inscrito nos desenhos dos edifícios e das cidades e através dos textos em que a ideologia se esta-

belece. A mulher, o corpo feminino, é suprimida ou excluída.” (DIANA, 1987, p.35-36 apud MUXÍ, 2018, p.25, tradução nossa)¹².

A cidade se nega para o sujeito feminino através da soma e da legitimação das inúmeras categorias sociais que fazem uso de seu poder de dominação para materializar códigos generificados na estrutura urbana. Um dos principais elementos que nega o direito da mulher à cidade é o elemento discursivo (HARKOT, 2015). Quantas vezes se manifesta no discurso social o questionamento da presença das mulheres na cidade? Recusar o direito da figura feminina ao espaço urbano está presente na própria linguagem social.

Entretanto, a negação e a invisibilização da cidade para com as mulheres não faz com que as mesmas se ausentem do espaço urbano, porém podemos - e devemos - então pensar de que maneiras a cidade materializa essa negação, juntamente indagar de que forma as mulheres ocupam a cidade, uma vez que reconhecer de fato uma ci-

12. Do original: [...] el cuerpo masculino es proyectado, representado e inscrito en los disenos de edificios y ciudades y a a través de los textos se establece esa ideología. La mujer, el cuerpo femenino, es surprimida o excluida.

dade de direitos é compreender também as vivências de todos os seus corpos, essencialmente, o corpo feminino.

2.1.2. Cidade das Diferenças

A partir do momento em que a cidade e o espaço urbano se negam para grupos específicos através de uma perspectiva de gênero, ela se produz como uma cidade de diferenças. “Se, [...] nossas cidades são desiguais, talvez possamos afinar um pouco esse olhar e afirmar que, são diferentemente desiguais para homens e para mulheres.” (SANTORO, 2007, p.06). Somando a concepção do autor, Merli (2018) aponta que essa desigualdade e, paralelamente, as injustiças provenientes da mesma, incide de maneira mais intensa sobre as mulheres na cidade. Podemos então observar que o espaço urbano é marcado então pelas diferenças - aqui, principalmente, as de gênero - e devemos buscar enxergar a presença da mulher através dessa estrutura. Santos então aponta:

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] (SANTOS, 1978, p. 171).

A disposição das cidades pela diferenciação de sujeitos, como já vimos, é produto direto do espelhamento de ordens e relações sociais. Uma vez então que essas relações são regidas por ideologias misóginas e patriarcais, que hierarquizam o papel do homem sobre a mulher, encontramos uma cidade de desigualdades. Montaner & Muxí (2001) discutem que, quando essa estrutura patriarcal constrói uma hierarquização entre os gêneros ela acaba por definir funções, responsabilidades e estabelecer

espaços apropriados para cada sujeito. Além disso para Senotier (2009, p.173) o patriarcado “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres.” Para Saffioti (2015), este processo é responsável por manter condições desiguais entre homens e mulheres, por restringir suas aspirações e seus interesses através de barreiras físicas ou subjetivas, por fim, é também responsável por restringir o ser e existir feminino nas cidades.

A estrutura patriarcal das cidades confere ao homem o poder de transformar o que seria parcial em geral, a figura masculina se extrapola do reconhecimento do gênero, ele é a figura universal e absoluta que detém o poder (MONTANER & MUXÍ, 2014; MASSEY, 2001). A partir disso, recai sobre o homem a apropriação do espaço público e urbano. As cidades, nessa ótica de desigualdades, não seriam, nem deveriam ser, espaços para as mulheres, como demonstra Cortés:

Especialmente quando o homem controla e vigia o espaço urbano, faz com que seus interesses passem por interesses globais da sociedade e, para tanto, não hesita em apresentar esse espaço como um espaço descorporificado, indeterminado, como se não possuísse nenhum caráter específico, isto é, como se fosse neutro. É mais: nega a todos os setores que não participam da sua maneira de entender a sexualidade os os gêneros o direito de ser vistos, identificados, representados, pois pretende torná-los invisíveis e silenciosos. (CORTÉS, 2008, p.133).

O homem como sujeito universal e legítimo, universaliza a cidade a seu bel-prazer, produz o espaço urbano à sua maneira, negando diferentes possibilidades. A cidade é o seu território e o espaço urbano se organiza de forma submissa à figura masculina. Tal territorialização desrespeita e nega diretamente o direito das mulheres à cidade, as torna alheia da esfera pública e ur-

bana, sem direito de serem vistas, identificadas e representadas como o autor cita acima. Lefebvre então afirma:

O ‘homem’ jamais deixa de alinhar seu espaço, de balizá-lo, de marcá-lo, de deixar traços ao mesmo tempo simbólicos e práticos; ‘ele’ não pode deixar de figurar nesse espaço mudanças de direção, de rotações, seja em relação a seu corpo considerado como centro, seja em relação a outros corpos [...] (LEFEBVRE, 2006, p.265).

A ordenação da cidade é pensada por esse alinhamento do sujeito masculino, afinal, ele é a força que domina e controla o espaço urbano diante de suas necessidades. Nesse sentido, devemos entender que a cidade não escapa de se portar como um elemento que promove as disputas sociais e salienta as diferenças entre os sujeitos, resultando em diferentes formas de se enxergar como os sujeitos se encontram no espaço urbano, especialmente no que diz respeito às mulheres. Para Rendell, Penner & Bonner essas diferenças se traduzem da seguinte forma:

O domínio público tornou-se também um reino de liberdade e irresponsabilidade. Isso, é claro, significa diferentes coisas para homens e mulheres. Para a mulher, os espaços públicos assim construídos eram onde se corria o risco de perder sua virtude, sujando a si mesma; sair em público e a ideia de desgraça estavam intimamente ligados. Para o homem, sair em público significava perder-se na multidão a fora, longe de ambas as exigências de demanda e respeitabilidade. Homens conspiram para proteger tal liberdade. (RENDELL, PENNER & BORDEN, 2000, p. 164, tradução nossa)¹³.

A partir da visão das autoras podemos perceber que a figura feminina se vincula de maneira negativa às cidades, enquanto a figura masculina reforça seu local como direito inalienável. Essa visão desigual e segregacionista que se forma sobre mulheres e homens presentes no espaço público é mais um dos mecanismos que o grupo dominante perpetua seu poder. Os homens cons-

13. Do original: *The public domain became also a realm of freedom and irresponsibility if not immorality. This, of course, meant different things for men and for women. For woman, the public spaces thus construed were where one risked losing one's virtue, dirtying oneself; going out in public and the idea of disgrace were closely allied. For the man going out in public meant losing oneself in the crowd away from both demands of respectability. Men colluded to protect this freedom*

piram para manter esse poder, uma vez que esse pode muito bem assegurar seus direitos, prestígios e seu território (CORTÉS, 2008). Nesse contexto, Serpa aponta:

[...] os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível a todos. (SERPA, 2004, p.32).

Para o autor, o espaço urbano não se partilha, ele se divide, mais: ele se territorializa. E, em uma visão de gênero, podemos perceber que a cidade se fragmenta para homens e mulheres. “Esses territórios da cidade burguesa não foram, no entanto, apenas generificados em uma polaridade masculino/feminino. Eles se tornaram os locais para a negociação de identidade de classe e posições de gênero de classe.” (RENDELL, PENNER & BORDEN, 2000, p. 164, tradução nossa)¹⁴. Em virtude a esses territórios generificados, que intermediam muito mais do que a dicotomia homem/mulher, o espaço urbano então se desmembra em espaços identitários e estereotipados (Figura 08):



Figura 08
Tipologia de Espaços Urbanos Sexuais e de Gênero
Fonte: FARIAS, 2012, p.104 apud TEIXEIRA, 2013, 140. Adaptado pela autora.

No diagrama acima, o autor apresenta diferentes fragmentos do espaço urbano organizados de maneira a serem diferenciados pelo seu grau de masculinidade, feminilidade e heteronormatividade. Através dele, podemos observar que tanto os espaços como seus indivíduos estão sujeitos a dinâmica de gêneros e seus papéis para serem reconhecidos como espaços centrais ou marginais na cidade. O autor exemplifica de maneira funcional como os espaços se relacionam em territórios dos gêneros.

O espaço urbano se subdivide em espaços-símbolos, revelando-se como um símbolo das relações entre os gêneros ao associar estereótipos femininos e masculinos à materialidade do espaço. Tal associação demonstra a capacidade da arquitetura e de sua produção para contribuir na configuração da ordem heteronormativa e masculina, capacidade de se instrumentar como elemento que reprime corpos quando centraliza e marginaliza espaços e indivíduos por uma ordem generificada.

Cordeiro (2018) considera que esse modelo de cidade aprisiona a figura feminina e tudo que foge à regra heteronormativa ao separar áreas comerciais, industriais e residenciais e que ele pode ser lido como um elemento de formação social, determinando experiências diversas na cidade. Somado a ele, temos o relato da geógrafa Doreen:

“Eu consigo lembrar muito claramente de uma visão que costumava me impressionar quando

eu tinha nove ou dez anos de idade. [...] No caminho para a cidade, nós costumávamos cruzar o amplo vale raso do rio Mersey, e minha memória é de campos úmidos e lamacentos se espalhando em uma distância fria e enevoada. E tudo isso – todos esses acres de Manchester – foram divididos em campos de futebol e rúgbi. E aos sábados, que era quando íamos à cidade, toda a vasta área ficava coberta de centenas de pessoinhas, todas correndo atrás de bolas, até onde a vista alcançava. [...] eu me lembro de tudo isso muito nitidamente. E também lembro de ter me ocorrido com muita clareza – mesmo naquela época, como uma garotinha intrigada e um tanto pensativa – que todo aquele trecho enorme da planície aluvial de Mersey havia sido totalmente entregue aos meninos. Não fui a esses campos de jogos – pareciam barrados, outro mundo (embora hoje, com mais coragem e alguma consciência de ser uma invasora de espaços, eu esteja em arquibancadas de futebol – e adoro isso) (MASSEY, 2013, p. 185, tradução nossa)¹⁵.

A narrativa a partir de uma perspectiva feminina descreve em primeira mão mais um exemplo das disputas territoriais generificadas no espaço urbano. No relato da autora ela destaca que como mulher, menina na ocasião, ela se sentiu consciente de ser uma invasora deste determinado espaço, indigna daquele território, um ser de “fora”. Este é apenas um dos exemplos que ilustra como as mulheres são mantidas longe do espaço urbano, junto a isso, a autora ainda aponta que narra este evento para demonstrar que nossas vivências no espaço urbano estão diretamente relacionadas com nossos gêneros.

Outro exemplo é o caso de Viena em 1999 (KERN, 2021), onde a cidade, através de uma coleta de dados de

14. Do original: These territories of the bourgeois city were however not only gendered on a male/female polarity. They became the sites for the negotiation of gendered class identities and class gender positions.

15. Do original: I can remember very clearly a sight which often used to strike me when I was nine or ten years old. [...] On the way into town we would cross the wide shallow valley of the River Mersey, and my memory is of dank, muddy fields spreading away into a cold, misty distance. And all of it - all of these acres of Manchester - was divided up into football pitches and rugby pitches. And on Saturdays, which was when we went into Town, the whole vast area would be covered with hundreds of little people, all running around after balls, as far as the eye could see. [...] I remember all this very sharply. And I remember, too, it striking me very clearly - even then as a puzzled, slightly thoughtful little girl - that all this huge stretch of the Mersey flood plain had been entirely given over to boys. I did not go to those playing fields - they seemed barred, another world (though today, with more nerve and some consciousness of being a space invader, I do stand on football terraces - and love it).

dois sociólogos em meio a uma ação conjunta em diversas pesquisas que relacionavam gênero, arquitetura e espaço urbano, revelaram uma grande discrepância entre o uso de parques entre meninos e meninas. Essa análise mostrou que a partir dos 9 anos de idade, o número de meninas que usufruíam dos parques urbanos se reduzia de maneira drástica enquanto o de meninos se mantinha constante. E mais, demonstrou que diante de uma disputa por espaço, as meninas eram as figuras que se impunham menos, de maneira que cediam seu direito ao espaço público.

Essas informações fornecidas pela cidade reafirmam a superposição dos territórios generificados e a prática de poder, onde a figura masculina é ultra valorizada e central no espaço público e urbano e as demais figuras são invisibilizadas e marginais, segregadas através das diferenças de gênero, o que resulta então em uma apropriação desigual da cidade pelos sujeitos. Percebemos então que as cidades são concebidas por e para homens (BERTH, 2018; SILVA, 2009, McDOWELL, 2003; MASSEY, 2013) e nisso, despercebidamente, a produção e apropriação do espaço se estabelecem de forma desigual. Para as mulheres, nega-se no espaço urbano sua autonomia e liberdade, suas necessidades e prioridades, além de lhe proporcionar outros tipos de vivências pela cidade.

2.1.3. Vivências femininas no Espaço Urbano

As reflexões sobre o direito à cidade e em como ela se comporta a partir da diferença entre os gêneros nos

leva a reforçar que o espaço urbano se ordena de maneira desigual entre homens e mulheres. As cidades se estruturam como territórios com o poder de excluir e invisibilizar determinados grupos de sua práxis, como também elementos para se transmitir ordens socioculturais que reforçam o sujeito masculino em detrimento do feminino.

Discutir então as diferentes vivências das mulheres no espaço urbano, bem como os “lugares” da mulher na cidade, fundamenta-se a partir destas prévias problematizações que apontam o espaço urbano como um espaço social que se molda pelas desigualdades e que, na prática, não permite seu usufruto a todos que lhe operam no cotidiano. Para Pereira, essa formação do espaço urbano tem o seguinte efeito:

O resultado é uma dinâmica urbana limitadora para a grande maioria da população, que restringida de certos espaços físicos e de poder, tem inserção parcial na sociedade e as possibilidades de exercer a cidadania são superficiais ou até mesmo nulas, especialmente para a mulher, cujo papel social a constrange de inúmeras formas [...] Nesses termos, não é exagero dizer que a mulher não tem, nem nunca teve, o direito e o acesso irrestritos à cidade, porque não pode experimentá-la de forma plena e segura. (PEREIRA, 2018, p.12).

O fato de as mulheres não poderem experimentar a cidade de forma irrestrita não as dissipa do espaço urbano, “as mulheres são agentes ativos que frequentemente tentam preconceber a cidade, para desafiar e permear as fronteiras de gênero, através das práticas, cotidianamente.” (TAVARES, 2017, p.20). Segundo a autora, mesmo invisibilizadas e simbolicamente violentadas por uma cidade de domínio masculino, as mulheres estão atuando de maneira constante no espaço urbano. Entretanto, elas estão cotidianamente em conflito a uma realidade hostil, onde a vivência de seu

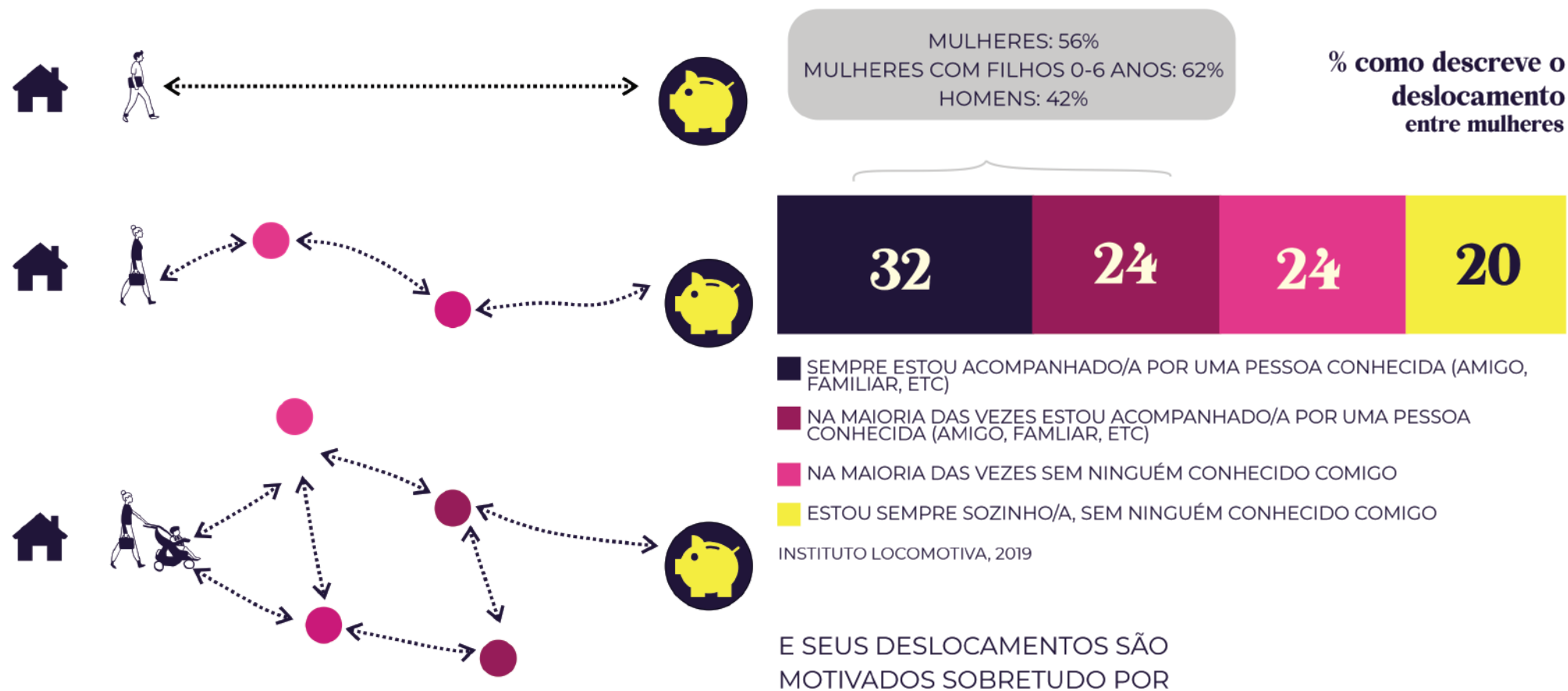
corpo é oprimida pelas diversas ferramentas do patriarcado.

Ao pensarmos então no corpo como o elemento primeiro e principal de se ler as cidades (JACQUES, 2008), podemos pensar que seu movimento é sua primeira ação para vivê-la. Viver e experimentar o espaço urbano refere-se principalmente aos deslocamentos de seus sujeitos e, partindo da análise que homens e mulheres experimentam as cidades de maneiras distintas, podemos deduzir que estes sujeitos possuem maneiras diferentes de se deslocar por elas, como Tobío ressalta:

Quanto, como e onde os indivíduos se movem no espaço urbano constituem uma fotografia peculiar da estrutura social. Se, além disso, considerarmos a variável gênero, vemos que mulheres e homens se movem na cidade de maneiras diferentes, usando modos e meios de transporte distintos com base em viagens de durações diversas. Também se difere segundo o gênero a abrangência espacial dos deslocamentos no espaço urbano, ou seja, no espaço da vida cotidiana, geralmente menor para as mulheres do que para os homens. Basicamente, a mobilidade é um reflexo da estrutura social. (TOBÍO, 2014, p.01, tradução nossa)¹⁶.

O autor ressalta que o deslocar feminino difere do masculino em nos eixos: modo, trajetos e meios. Essa diferente movimentação das mulheres no espaço urbano é um elemento essencial para entender o quanto os papéis de gênero e seus vínculos influenciam o uso e o desfrute das cidades (ORTIZ ESCALANTE *et al.*, 2021). Para Sader, Gomes & Nicolete (2019) no que se refere aos trajetos, as mulheres percorrem a cidade de maneira muito menos linear que os homens, trajetos que são representados no “Guia de Movilidad Cotidiana com Perspectiva de Genero” (Figura 09):

16. Do original: *El cuánto, cómo y adónde se desplazan los individuos en el espacio urbano constituye una peculiar fotografía de la estructura social. Si, además, consideramos la variable género, vemos que mujeres y hombres se desplazan en la ciudad de forma diferente, hacia lugares distintos, utilizando modos y medios de transporte diferentes en base a recorridos de duraciones diversas. También difiere según el género el ámbito espacial de los desplazamientos en el espacio urbano, es decir, el espacio de la vida cotidiana, más reducido generalmente para las mujeres que para los hombres. Básicamente, la movilidad es un reflejo de la estructura social.*



O diagrama exemplifica como a mobilidade de homens e mulheres se diferencia. Além disso, também mostra que o movimento urbano se difere entre as próprias mulheres. Os homens percorrem a cidade de maneira simples e direta, principalmente no sentido casa-trabalho-casa (Sader, Gomes & Nicolette, 2019), já as mulheres extrapolam esse sentido, movendo-se de maneira mais complexa e emaranhada, utilizando o espaço urbano como um meio para suas funções, muitas vezes acompanhada de alguém que necessita de cuidado (Figura 10).

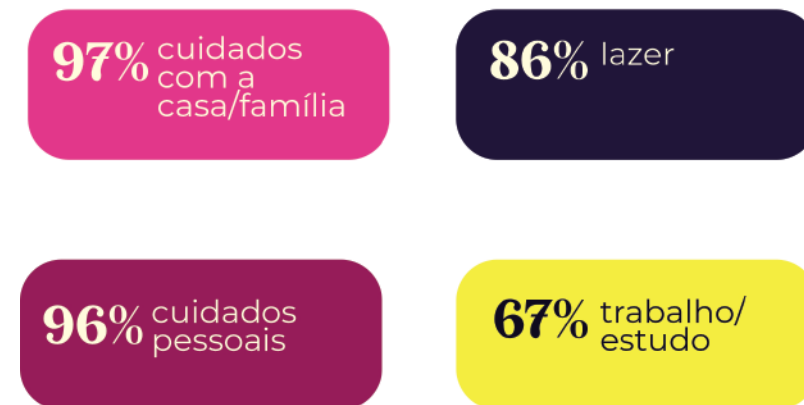
E SEUS DESLOCAMENTOS SÃO MOTIVADOS SOBRETUDO POR

cuidados

Figura 09

Esquema de mobilidade poligonal e independente.

Fonte: ORTIZ ESCALANTE et al., 2021, p.16. Adaptado pela autora.



A partir do esquema e dos dados, pode-se também constatar que o movimento dos homens na cidade se liga muito à imagem de um provedor universal e sujeito único da práxis espacial, que sai para o trabalho com o intuito de prover e volta para a casa assim que cumpre sua função (CORADIN, 2010). Bem como sua figura, seu trajeto é uno (ORTIZ ESCALANTE et al., 2021). Por outro lado, o movimento das mulheres se liga muito mais a imagem de

maioria
DAS MULHERES COSTUMA ESTAR ACOMPANHADA EM SEUS DESLOCAMENTOS

% atividades realizadas ao sair de casa entre mulheres



Figura 10

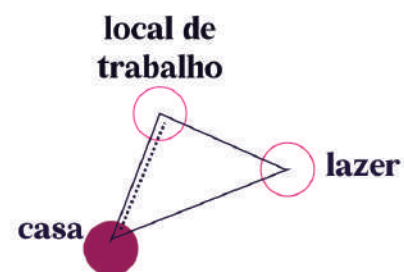
Dados sobre o deslocamento feminino.

Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2019

cuidadora universal, aquela que se desloca no espaço no espaço urbano para atividades de cuidado, de zelo, priorizando o desenvolvimento das atividades historicamente relacionadas a sua figura em detrimento de sua atividade remunerada (CORADIN, 2010). Bem como o sujeito feminino, seu trabalho é secundário. Outro autor que discute os movimentos no espaço urbano por uma perspectiva de gênero (Figura 11) é Ullmann (2008) apud Coradin (2010):

homens que trabalham



mulheres que trabalham sem filhos

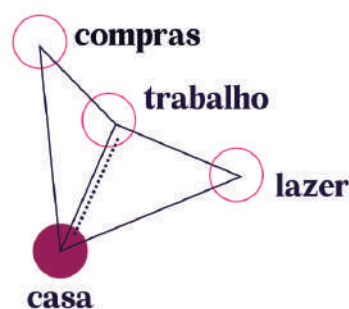
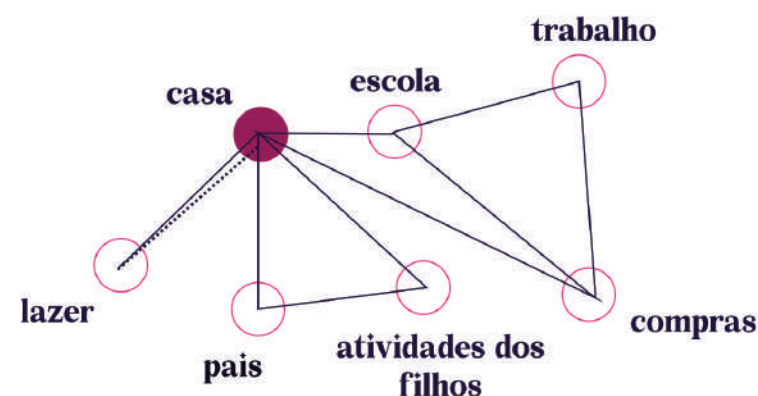


Figura 11

Relação de movimentos dos diferentes gêneros no espaço urbano.

Fonte: ULLMANN, 2008 apud CORADIN, 2010, p. 20. Adaptado pela autora.

mulheres que trabalham COM filhos



Ele também ressalta as diferentes cadeias de movimentos entre homens, mulheres sem filhos, mulheres com filhos e seus trabalhos. Mais uma vez, diante do traçado das mulheres, podemos abstrair que elas permeiam seu deslocamento no espaço urbano com uma lógica específica, ajustando sua mobilidade com seu trabalho, seus filhos e sua casa. Para Montaner & Muxí (2014), o trajeto feminino nunca vai apenas de um ponto a outro, ele se cruza, forma-se através de um ziguezague coordenado que lhes permite transitar de forma a cumprir outra atividade entre seus pontos de partida e chegada.

Segundo Calió (1991), as mulheres se deslocam nas cidades a partir de um “lar expandido” - conceito apresentado pela autora – e de espaços que representam essa imagem. Para ela, estes são lugares associados à figura feminina e seu deslocamento urbano, espaços que representam uma extensão das tarefas do espaço privado e do lar, são eles os supermercados, as feiras, os postos de saúde, locais que restringem as mulheres em sua domesticidade e vetam a autonomia feminina no espaço urbano. O trecho a seguir complementa:

São as mulheres que continuam a exercer de maneira gratuita os cuidados e trabalhos domésticos, que incluem tarefas de limpeza, cozinha, compras e gestões da casa, cuidados com os filhos, acompanhamento de serviços de saúde, cuidados com idosos e outras pessoas dependentes. Elas continuam sendo as principais cuidadoras e dedicam quase o dobro de seu tempo ao trabalho doméstico comparando aos homens. Consequentemente, elas têm uma mobilidade mais complexa e diversa porque fazem mais viagens por dia do que os homens, devido às suas duplas e triplas jornadas de trabalho remunerado, trabalho doméstico, gestão da casa e das relações afetivas e comunitárias. Seus deslocamentos são poligonais e se produzem por um

número maior de motivos, encadeando diferentes atividades e rotas. (ORTIZ ESCALANTE et al., 2021, p. 15, tradução nossa)¹⁷.

Outros trajetos masculinos que fujam do propósito de prover são apresentados como um componente de sua liberdade nata, seu direito pleno de ir e vir sobre a cidade. Para as mulheres essa liberdade é ilusória. “A cidade é perversa especialmente para as mulheres ao restringir ou até bloquear o seu direito de ir e vir tranquilamente” (KOTZ, MARQUES & CERQUEIRA, 2017, p. 44), uma vez que a complexidade da sua mobilidade exige muito da sua vivência e de seu tempo. Nisso, Ortiz Escalante et al aponta:

Por sua vez, as mulheres percorrem menos distâncias em cada viagem e otimizam o tempo de suas viagens, fazendo trajetos mais curtos e próximos. Mas no final do dia, percorrem mais quilômetros devido ao número de atividades que se entrelaçam devido aos seus turnos duplos e triplos, e gastam mais tempo a viajar devido à falta de melhores ligações intermodais ligadas à mobilidade ativa sustentável. (ORTIZ ESCALANTE et al., 2021, p. 15-16, tradução nossa)¹⁸.

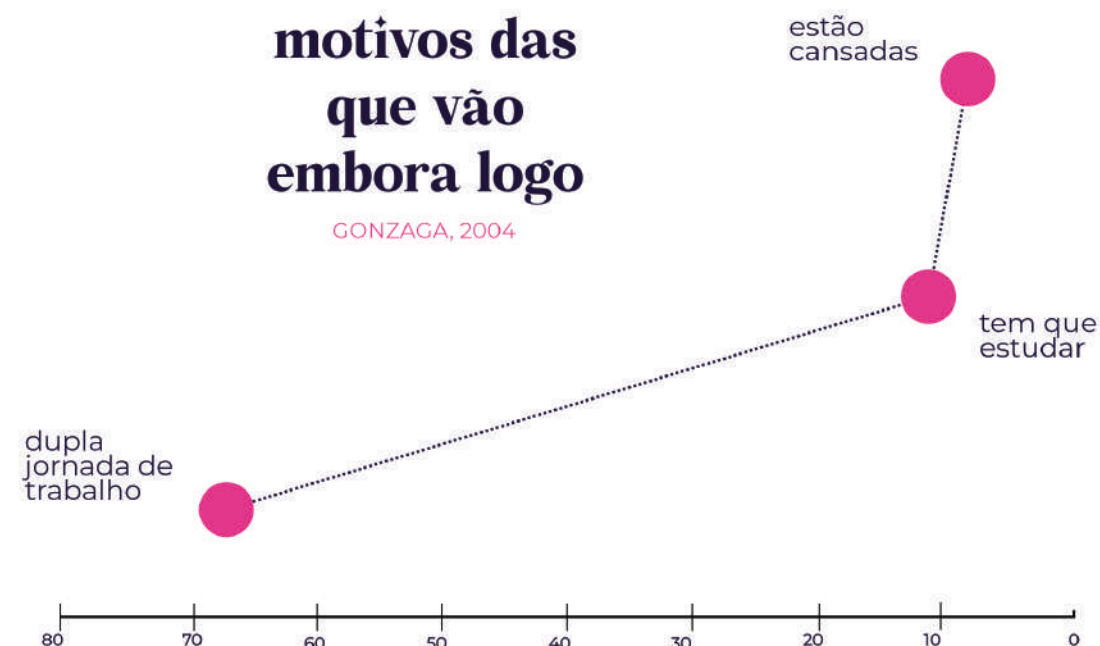
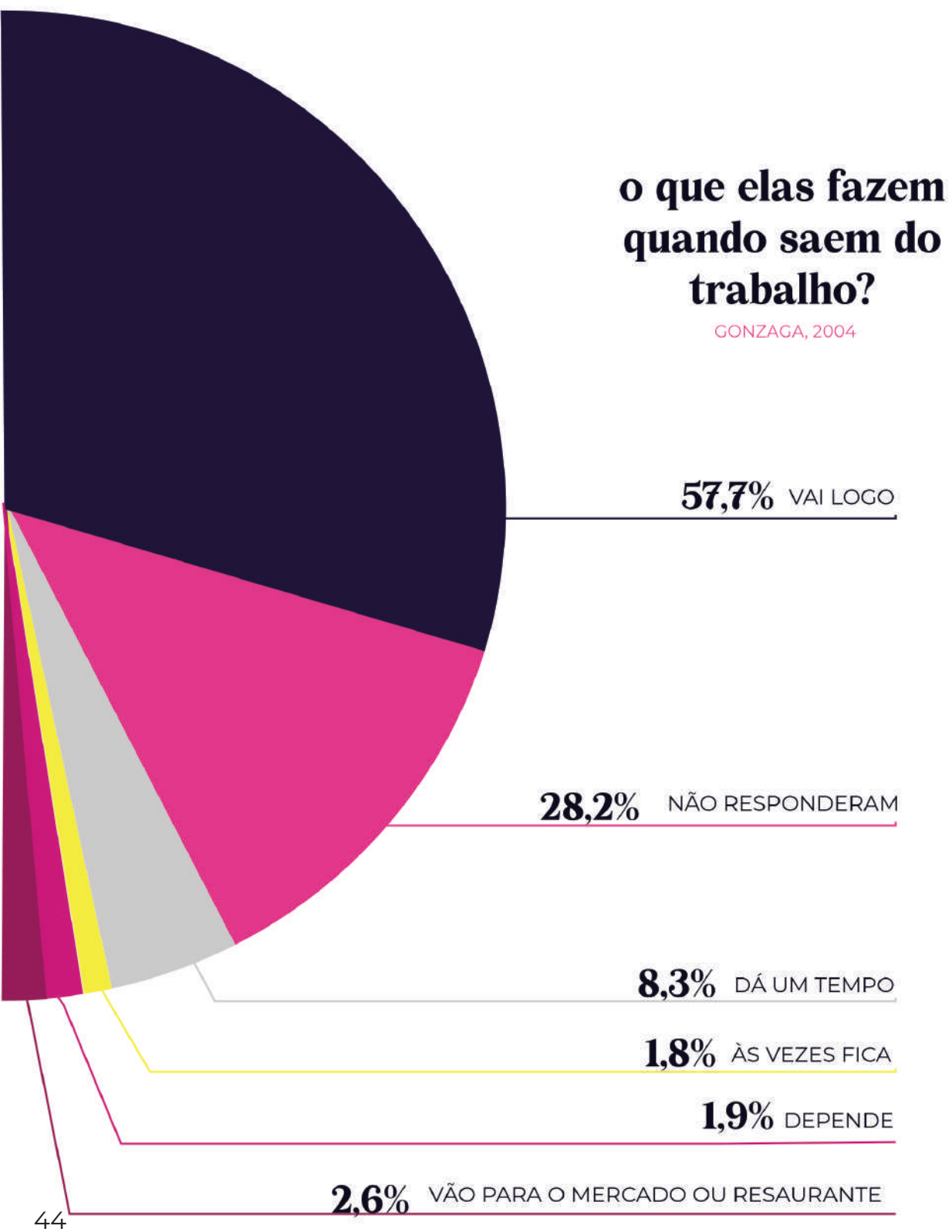
Para Muxí (2019) as mulheres raciocinam seus trajetos de maneira que se torne mais eficaz seu contato com a cidade, enquanto o transporte público raciocina o trajeto de um ponto a outro. Nisso, os próprios elementos urbanos impossibilitam uma dinâmica eficiente para o deslocamento feminino ao serem estruturados por uma lógica masculina de mobilidade. Mesmo assim, segundo a Organização Think Olga, as mulheres seguem sendo o público que mais utiliza o transporte público (Figura 12).

17. Do original: Son las mujeres las que continúan cargando de manera gratuita el trabajo de cuidados y doméstico, que incluye tareas de limpieza, cocina, compras y gestiones del hogar, tareas de cuidado de niños y niñas, acompañamiento a servicios de salud, cuidado de personas adultas mayores y otras personas dependientes. Continúan siendo las principales cuidadoras y dedicando el casi doble de tiempo al trabajo doméstico que los varones. En consecuencia, tienen una movilidad más compleja y diversa porque hacen más desplazamiento al día que los hombres debido a su doble y triple jornada de trabajo remunerado, trabajo doméstico y gestión del hogar y las relaciones afectivas y comunitarias. Sus desplazamientos son poligonales y se producen por mayor número de motivos, encadenando diferentes actividades y trayectos.

18. Do original: A su vez, las mujeres recorren menos distancia en cada viaje y optimizan el tiempo de sus recorridos, haciendo viajes más cortos y más próximos. Pero al final del día, recorren más kilómetros por la cantidad de actividades que se entrelazan debido a su doble y triple jornada, e invierten más tiempo en los viajes por la falta de mejores conexiones intermodales vinculadas a la movilidad activa sostenible.

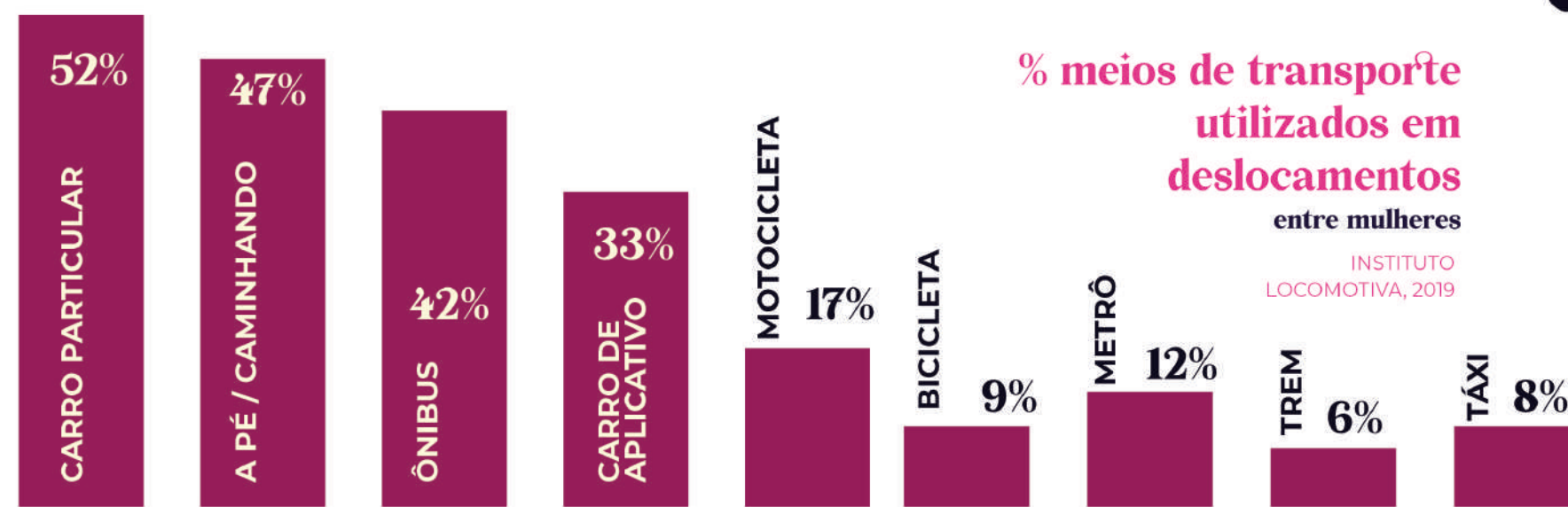


Figura 12
Dados sobre o deslocamento e a mobilidade feminina no espaço urbano.
Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.



mulheres andam mais a pé do que os homens

THINK OLGA, 2019



Para Vasconcellos (2012) a liberdade para ir e vir nas metrópoles é diretamente proporcional ao acesso que cada indivíduo tem aos meios de transporte e circulação na cidade. Então, enquanto a cidade se apresenta por uma lógica masculina, que contraria, dificulta e até impede o deslocamento das mulheres (ORTIZ ESCALANTE *et al.*, 2021), ela é inversamente proporcional à vivência feminina no espaço urbano e a um espaço democrático. “Nós sabemos que a cidade não nos provê. Agora sabemos que a cidade não nos permitirá prover a nós mesmas.” (WEISMAN, 1994, p.01, tradução nossa)¹⁹ e nisso, para Abreu:

Os desafios que estruturam a relação da mulher com o espaço urbano, seja ele público ou privado, para além das questões de infraestrutura de locomoção, escalas, uso do solo, visibilidade, inclui também as sensações de vulnerabilidade que esses ambientes proporcionam e as consequências de restrições e afastamento. (ABREU, 2021, p.63).

Para a autora, essa lógica urbana não apenas ameaça o deslocamento feminino no sentido motorizado e não motorizado, ela restringe inúmeras outras possibilidades de as mulheres exercerem sua mobilidade no espaço urbano. As limitações femininas nas cidades crescem quando se analisam os sentimentos que as mulheres possuem ao transitar no espaço urbano, impactado diretamente no usar e desfrutar das cidades, sendo as sensações de medo e assédio são os principais responsáveis por limitar as mulheres (Figura 13 e 14).

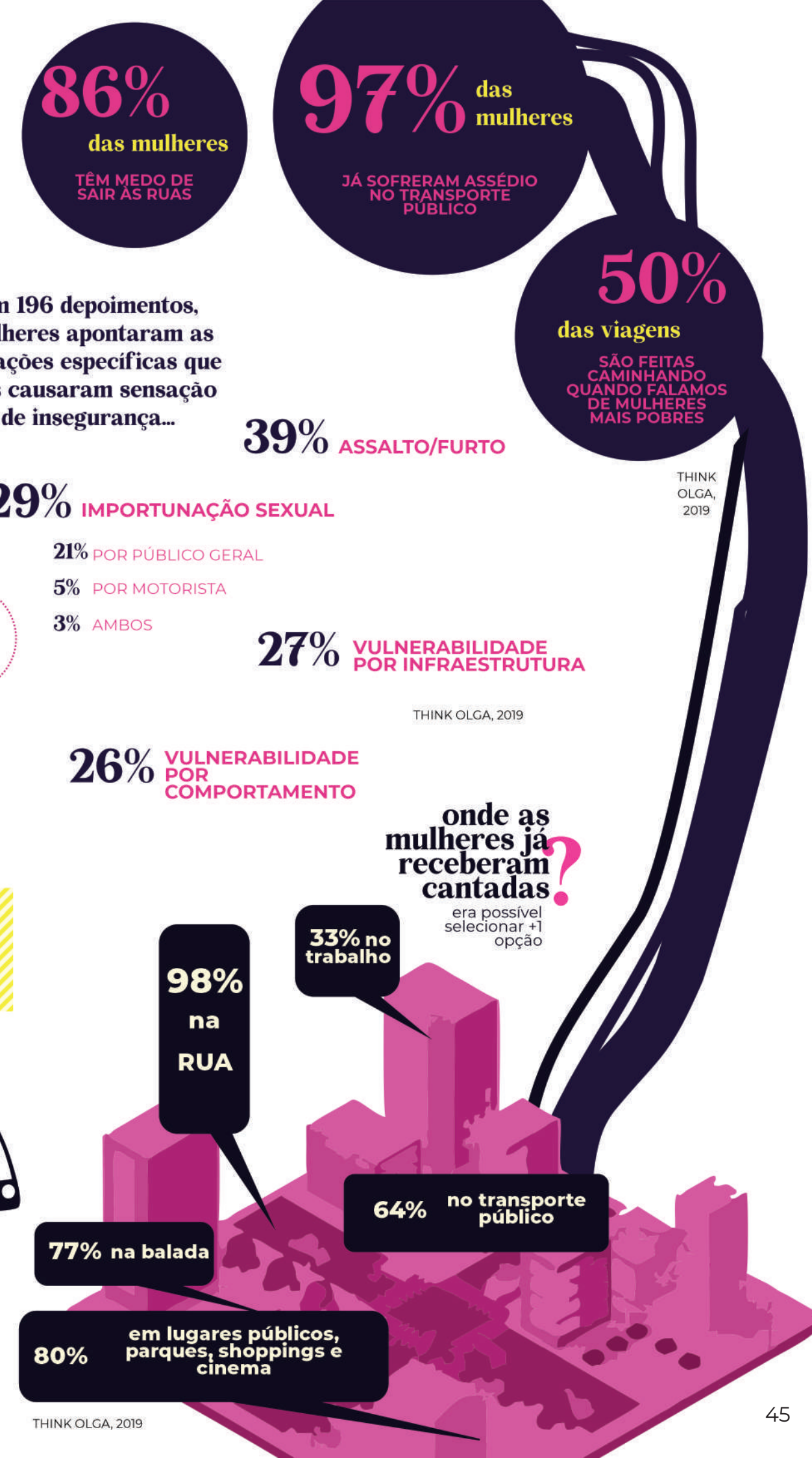


Figura 13

Dados sobre as assédio e sentimentos das mulheres no espaço público.

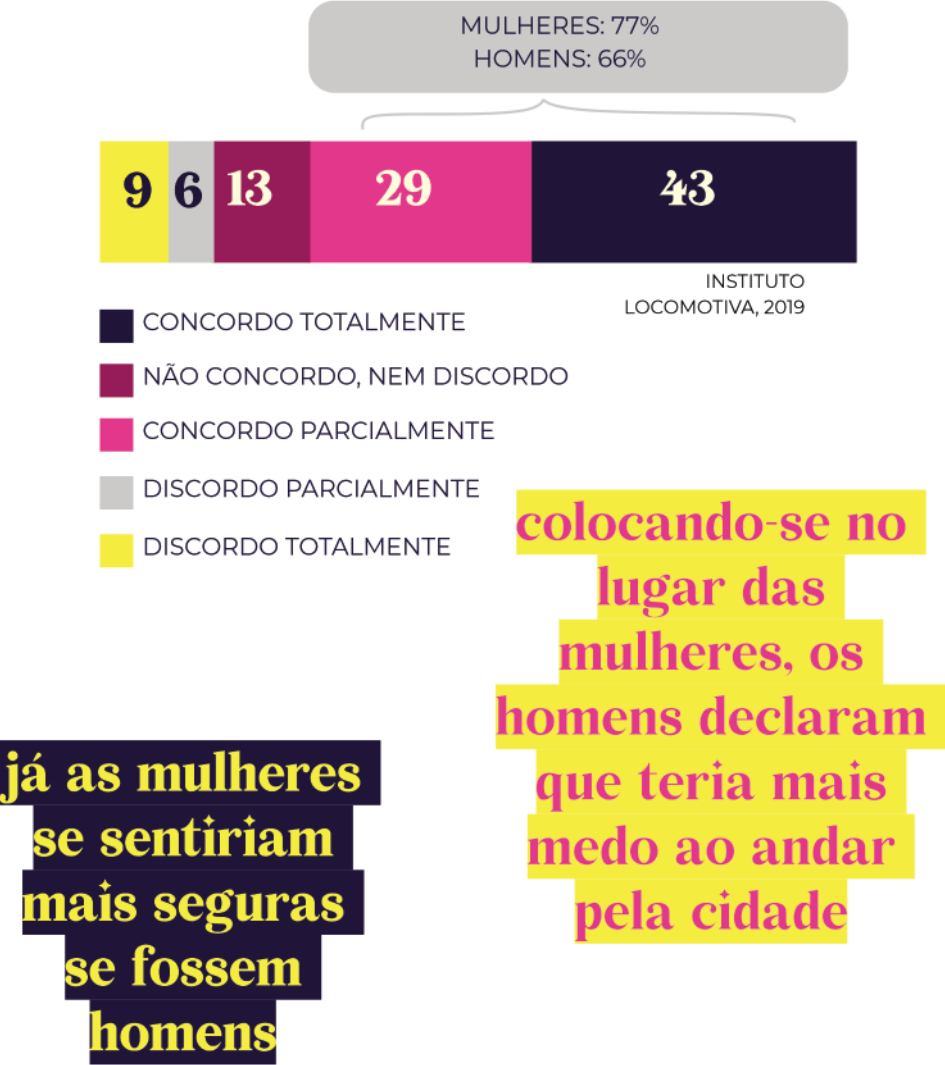
Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

19. Do original: We know the city does not provide for us. Now we know the city will not allow us to provide for ourselves.



“Os espaços públicos são mais perigosos para mulheres do que para homens”

% CONCORDÂNCIA COM AS FRASES



% de medo ao se deslocar pela cidade

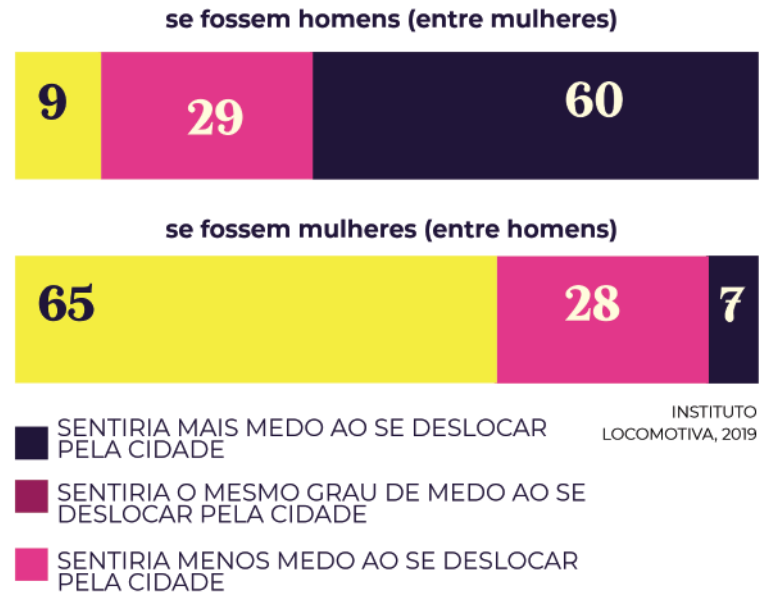


Figura 14

Dados sobre as assédio e sentimentos das mulheres no espaço público.

Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

Os dados referentes aos sentimentos das mulheres no espaço público mostram o quanto o medo, o assédio e a insegurança são fatores que influenciam direta e especificamente a experiência e o deslocamento das mulheres na cidade. Apesar de serem elementos que podem atingir e limitar vários segmentos da sociedade, são elementos que historicamente atingem mais e em maior grau as mulheres. Em virtude a essa realidade, questões sobre quando, onde e como são dúvidas frequentes na vivência urbana feminina (GOMES, 2019). A primeira indagação é feita observando em quais períodos (Figura 15) as mulheres frequentam as cidades:

% períodos de deslocamento

(ENTRE MULHERES) INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2019

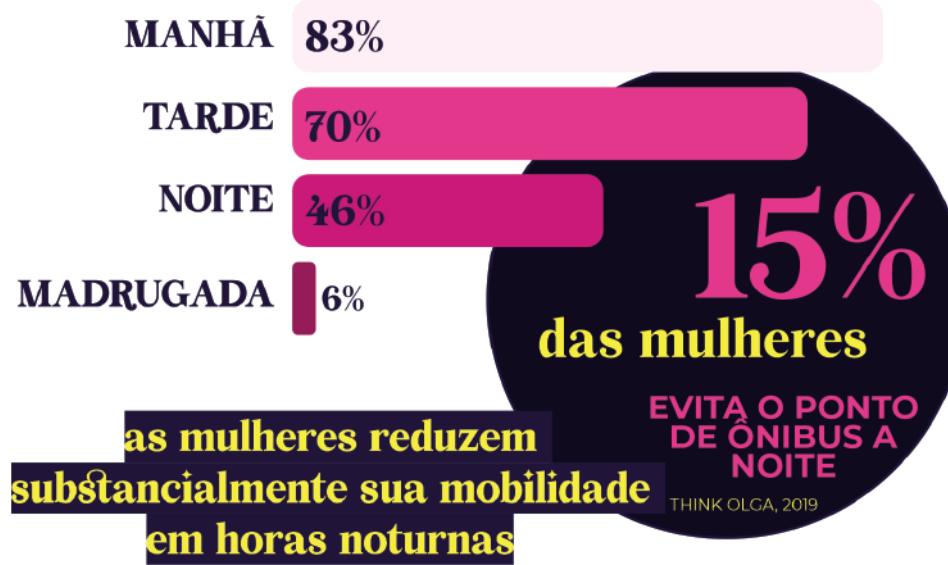


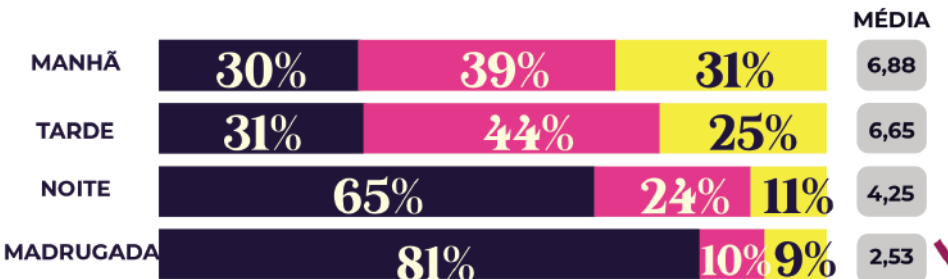
Figura 15

Dados acerca dos períodos do deslocamento feminino

Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

sensação de segurança conforme o período do dia

(ENTRE MULHERES)



INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2019

A redução do deslocamento feminino nos períodos noturnos é consequência dos sentimentos de vulnerabilidade e insegurança que as mulheres sofrem quando transitam nas cidades nesses horários. Os dados a seguir mostram o quanto o medo e o assédio são fatores que influenciam diretamente a experiência de mobilidade feminina nas cidades e fatores influenciados pela infraestrutura insuficiente e pela pouca presença de pessoas (Figura 16).

Figura 16

Dados sobre relação entre sensação de segurança e iluminação.

Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.



THINK OLGA, 2019

Tem-se no período noturno um menor fluxo de pessoas devido a atividade corrente de comércios e serviços. Esse fator somado então com a falta de iluminação pública decente, proporciona cenários de insegurança para as mulheres. Quando elas circulam no espaço urbano se associa então a uma necessidade de se transitar pelas ruas de maneira segura - o que então envolve a presença de pessoas e uma boa disposição e estado de equipamentos urbanos (THINK OLGA, 2019).

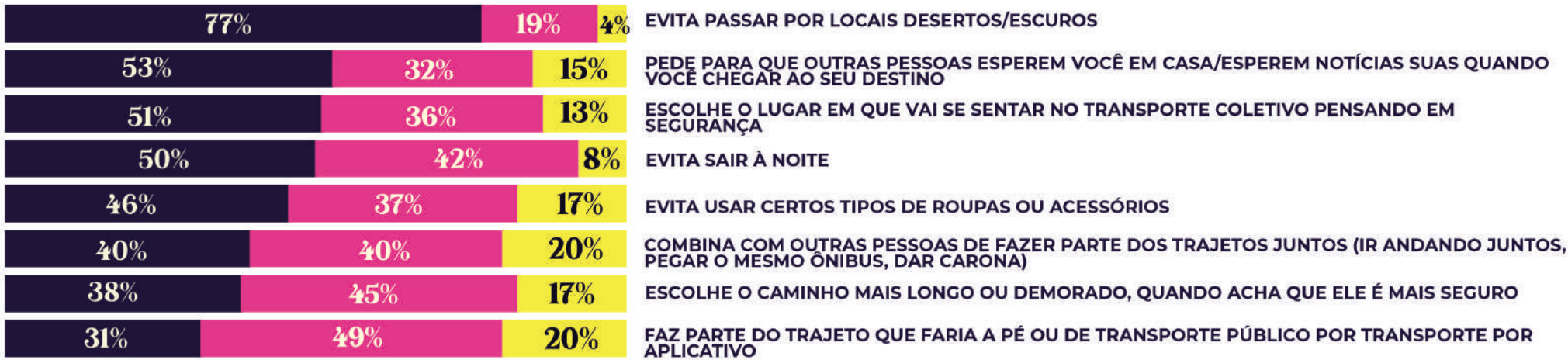
A questão do onde as mulheres se movem nas cidades se relaciona com a organização de seus deslocamentos e o zoneamento urbano. Seu transitar é metodicamente ordenado, pois as mulheres sentem a necessidade de coreografar seus deslocamentos nas cidades visando segurança e praticidade. O fato de não se sentirem seguras acerca do onde e quan-

do se deslocam, afeta sua mobilidade também (Figura 17). Por fim, pensar no como se atrela a uma lógica social patriarcal idealizadora de que o espaço urbano não é feito para as mulheres. Lógica que possui uma visão pejorativa de uma mulher pública em detrimento a um homem

público e que não visa combater as variantes que limitam a vivência feminina na cidade, e sim, combater a presença feminina no espaço urbano. Essa visão situa as mulheres como invasoras do então território máximo masculino, elas são estrangeiras (BAUMANN, 2009) e devem ser banidas, hostilizadas e/ou controladas. Com isso, constrói-se um con-

% medidas adotadas por medo ou insegurança

(ENTRE MULHERES)



SEMPRE FAÇO ISSO
ÀS VEZES FAÇO ISSO
NUNCA FAÇO ISSO

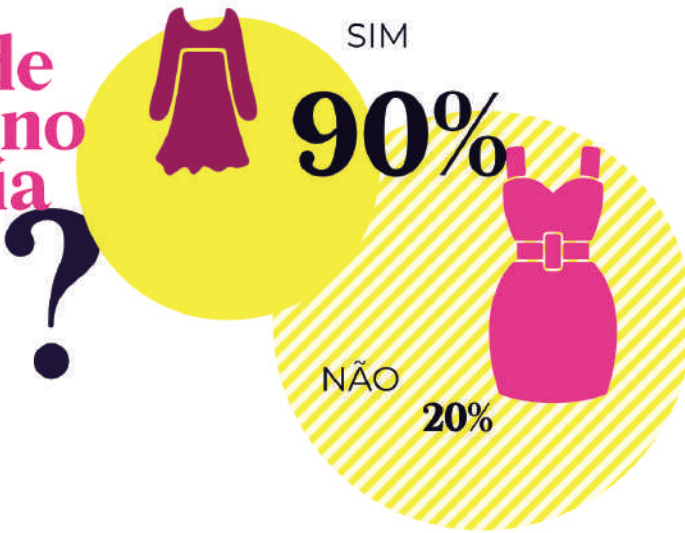
INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2019



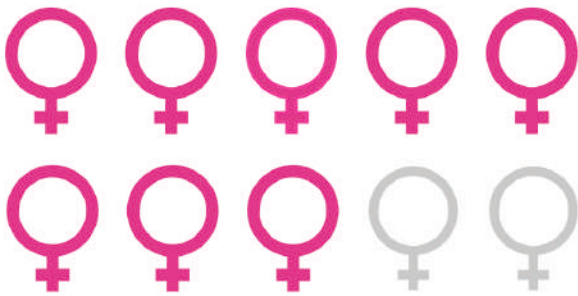
CORRELL, 2022

you have changed your clothes thinking of the place you were in for fear of harassment?

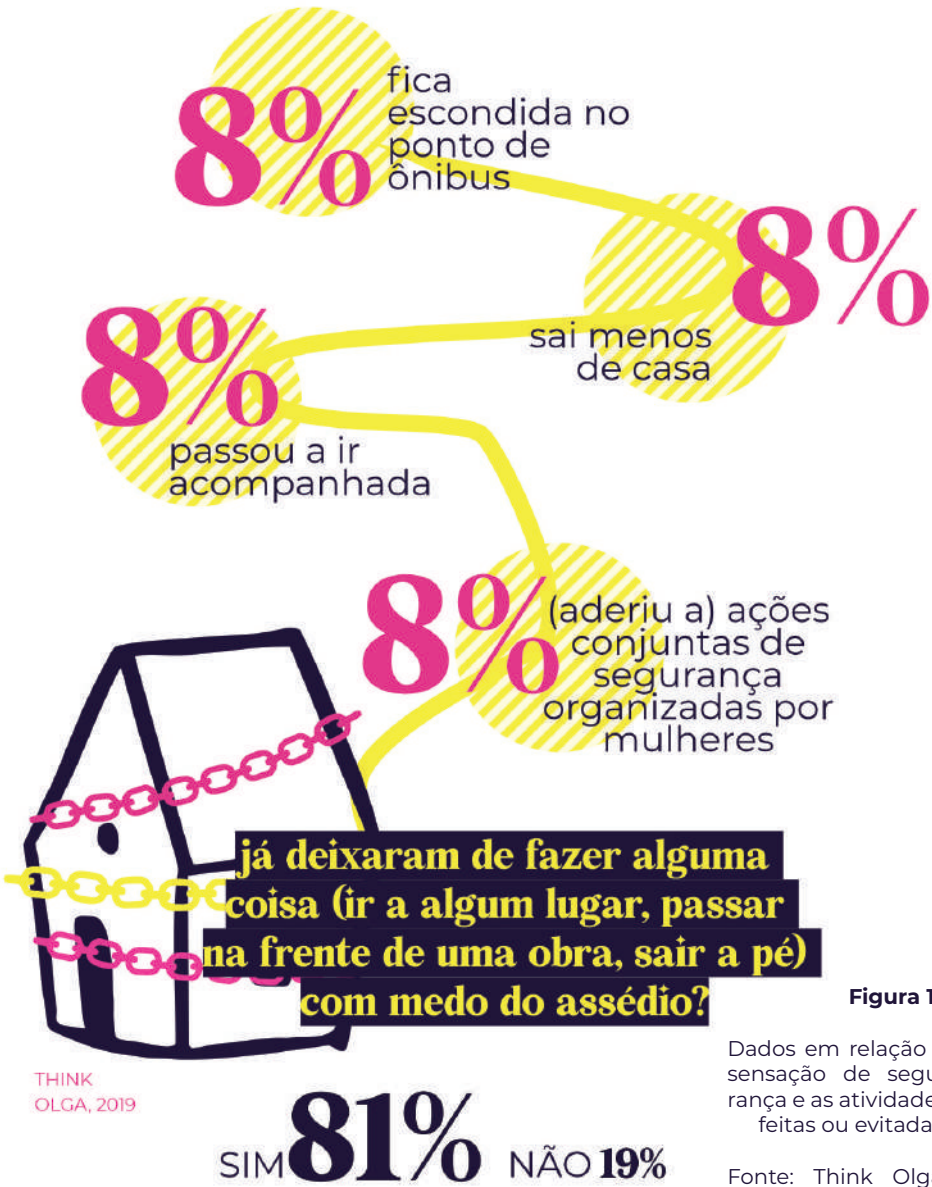
THINK OLGA, 2019



each security measure is used by at least 8 out of 10 women



THINK OLGA, 2019



THINK OLGA, 2019

Figura 17

Dados em relação a sensação de segurança e as atividades feitas ou evitadas.

Fonte: Think Olga, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 18

Dados sobre medidas, medos e inseguranças femininas. Fonte: Instituto Locomotiva, 2019; Correl, 2022. Adaptado pela autora.

junto de regras e códigos que visam controlá-las e limitá-las.

Considerando que a figura feminina é vinculada historicamente às questões de sua corporalidade e dos estigmas construídos por e através dela, o social não se abstém de restringir as mulheres e seu corpo quando se fazem presentes na cidade. Pela construção desses códigos, censuram roupas, trejeitos, destinos e oportunidades do sujeito feminino no espaço urbano. Assim, o como elas se permitem estar nas cidades é baseado em episódios de autocensura, diretamente ligados a seu papel social (AMÂNCIO, 1993; GONZAGA, 2011). Portanto, as mulheres experimentam a cidade através de pequenos respiros, limitadas por fatores de como, quando e onde. Para Castro (2021) as mulheres procuram brechas para existir na cidade e são ousadas quando encaram o espaço urbano, espaço que se encontra em disputa constante com o seu ser. Quando então partimos de uma leitura do corpo feminino em relação da cidade, como ele vive e atua, perceberemos que ele não se apropria e nem pertence – pela ótica social – a este espaço de fato. Montaner & Muxí então citam:

As janelas – reais ou metafóricas – são o enquadramento através do qual o feminino, como modelo cultural e hierárquico, desliza para fora: a mulher vive o exterior através das experiências do homem da casa, observa a rua da janela e da televisão; a mulher vive uma realidade mediada e vivida por outros, uma realidade que não lhe corresponde. Essa é a construção ideal que buscam as hierarquias dominantes; mesmo que seja desconhecido e negado, as mulheres desempenham infalivelmente as tarefas complementares do papel atribuído. Como atuantes na produção econômica de muitas sociedades, como em revoluções políticas e civis modernas, a presença das mulheres foi imprescindível para a promoção de mudanças importantes, nas quais não se reconhece sua participação. (MONTANER & MUXÍ, 2014, p.198, tradução nossa)²⁰.

Pela visão dos autores, as mulheres, para as cidades,

podem ser apenas duas coisas: expectadoras ou estrangeiras. A primeira não é reconhecida como agente da práxis urbana, já a segunda, pela ótica de Bauman (2009), é tratada como um corpo estranho que deve ser combatido e hostilizado (Figura 15). Essas duas óticas que se produzem

e são produzidas pelas cidades são reflexos imediatos da mesma ideologia que aparta o espaço privado do espaço público (MASSEY, 2013). Nessa divisão, aos homens se concede o espaço público, já as mulheres, o espaço privado.

Figura 19

American Girl in Italy.

Fonte: Orkin, 1951.



20. Do original: *Las ventanas —reales o metafóricas— son el marco por el que lo femenino como modelo cultural y jerárquico se cuela en el exterior: la mujer vive el exterior a través de las experiencias del hombre de la casa, observa la calle desde la ventana y la televisión; la mujer vive una realidad mediada y vivida por otros, una realidad que no le corresponde. Esta es la construcción ideal que buscan las jerarquías dominantes; aunque se desconozca o niegue, las mujeres han estado y están presentes en el espacio público. El exterior urbano es el espacio donde las mujeres desarrollan indefectiblemente las labores complementarias del rol asignado. Como ser activo en la producción económica de muchas sociedades, al igual que en revoluciones políticas y civiles modernas, la presencia de las mujeres fue imprescindible para la promoción de importantes cambios, en los que no se les reconoce su participación.*

2.2

mulheres intramuros - gênero e espaço privado

Na verdade, o mundo existencial possui dois focos simultâneos: o corpo e a casa. Nosso domicílio é o refúgio do corpo, da memória e da identidade. Estamos em constante diálogo e interação com nosso entorno, de modo que é impossível desvencilhar a imagem do eu de seu contexto espacial e situacional. [...] a casa é uma metáfora do corpo e o corpo é uma metáfora da casa. Experimentar um lugar, um espaço ou uma casa é um diálogo, uma espécie de troca: eu me posiciono no espaço e o espaço se acomoda em mim. (PALLASMAA, 2017, p. 50).

Contrastando com a escala e a complexidade do espaço público, temos então o espaço privado. Espaço que, para Nascimento *et al.* (2017), por muito foi compreendido em oposição da vida que transcorria nas ruas. O espaço privado era conduzido por meio do ato de privar-se de tudo que é público, abrigando os conceitos de privacidade e intimidade na escala intramuros, no ínfimo das residências.

Entretanto, essa distinção de escalas que contrasta os tamanhos entre o espaço urbano e o espaço privado, para McDowell (2003), não representa um fator determinante para que essas duas esferas sejam constituídas através de processos distintos. A autora demonstra que, por mais que estes espaços sejam delimitados por divisas próprias - sejam eles muros, cercas, ruas ou fronteiras -, eles se constituem pela intersecção de fatores que não se restringem a essas mesmas delimitações. São processos e relações globais, operantes em um amplo rol de escalas espaciais, vínculos que vão além de uma relação dicotômica entre o espaço público e o espaço privado.

Nessa intersecção comum, o espaço privado se apresenta então por uma relação dialética e complementar da esfera pública (MONTANER & MUXÍ, 2014). Para muito além do negativo, da esfera contrária ao espaço público, o espaço privado não é apenas o espaço “que resta” e que se afasta das relações que cruzam as cidades cotidianamente, pelo contrário, como aponta Guimarães:

A casa como parte do corpo social de uma cidade é ao mesmo tempo campo de absorção e de geração de influências que impulsionam as transformações da sociedade mais geral. Não sendo possível, portanto, [...] distanciar os “avanços” e “recuos” que a sociedade sofre na economia, na vida social, na expressão cultural neste campo mais amplo sem considerar aquele que se processa no interior dos domicílios. (GUIMARÃES, 2006, p. 102).

Submetido a constante ação dos mesmos sujeitos e corpos presentes no espaço público, o espaço privado não se configura de maneira apolítica e/ou apartidária. Como o autor ressalta e Massey (2013) complementa, da mesma forma que as relações sociais não se afastam do espaço privado, o espaço privado não se afasta das relações sociais. Elas, seus ideais e suas ações se extrapolam para além do espaço público e da práxis política, espalhando-se na esfera doméstica segundo Barros:

No momento que a casa se conecta ao mundo, os indivíduos vão além do espaço interior da moradia e a relação amplia para o exterior, as atividades vividas dentro da habitação, os hábitos construídos no dia a dia passam a dialogar com o exterior extrapolando o espaço da casa. (BARROS, 2012, n.p).

Nisso, a partir do momento em que o gênero passa a dialogar com as cidades, transformando-se em um elemento essencial na composição das dinâmicas e vivências urbanas, ele também passará a dialogar como o espaço privado, cruzando essas duas esferas e, para Correia (2015), essa intersecção acontece em um momento inicial na formação dos espaços:

A separação entre público e privado afastou homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado permaneceram associadas ao feminino e às suas propriedades maternais e afetivas, a esfera pública - da produção industrial e da cidadania política - ficou ligada ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família. O mundo público era reservado ao homem, através do trabalho remunerado para atender as necessidades da família, e o mundo privado cabia à mulher, cujo espaço era destinado ao trabalho doméstico e para atender as necessidades afetivas. (CORREIA, 2015, p. 15).

Para as mulheres, esse repartimento entre o público e o privado representou bem mais do que um dividir de atividades, ele correspondeu ao seu deslocamento e confinamento socioespacial. Ao mesmo tempo em que se apartou a esfera pública da esfera privada, formou-se uma escala hierárquica entre os espaços, uma verdadeira mostra de um planejado controle espacial e identitário (MASSEY, 2013) que reforçou a inferioridade feminina diante do homem (SPARKE, 2010).

O então afastamento socioespacial das mulheres que as desloca para o privado, impacta na criação de uma imagem socialmente construída sobre esse espaço e na reprodução de identidades sociais diferenciadas pelo gênero, dois elementos que se curvam sob uma ideologia que condena as mulheres ao silêncio e a sombra dos estereótipos (PERROT, 2005). O espaço doméstico, bem como sua principal representante, ocuparia lugares marginais nas práxis. Massey então discorre:

É interessante notar com que frequência a caracterização do espaço como lar vem daqueles que partiram, e seria fascinante explorar ao quão frequente essa caracterização é enquadrada em torno daqueles que – forçosamente – ficaram para trás; e quantas vezes este primeiro era masculino, partindo para descobrir e mudar o mundo, e o último feminino, particularmente uma mãe, atribuída o papel de personificar um lugar que não muda. (MASSEY, 2013, p.167, tradução nossa) ²¹.

Para a autora, a indicação “lugar de mulher” ilustra o tema da espacialização do gênero, apontando um preceito que se enraíza fortemente na divisão dos espaços e que codifica que o - primeiro e único - local feminino de atuação seria o espaço doméstico, assim como o espaço dos homens seria o espaço público.

Para Beauvoir, “seria ousado deduzir de tal verificação que o lugar da mulher é no lar: mas há pessoas ousadas” (BEAUVOIR, 1970, p. 34) e, de tal ótica, podemos então partir para duas análises: a primeira, que se verifica no texto da filósofa, de que a autora é contrária e repulsa esse pensamento limitante; e uma segunda, que abre o questionamento de que, a figura feminina, uma figura intimamente e historicamente reforçada como sujeito Outro e moldada por uma ótica paternalista, nunca vista como igual, poderia assumir um lugar próprio de atuação? Quando privadas do espaço público, seriam então providas do espaço privado?

Entendido intrinsecamente como um ambiente generificado, o espaço doméstico se molda de forma a cumprir seu papel como representação física da práxis social, sendo então uma fonte privilegiada para compreender as relações entre os indivíduos e seus gêneros, bem como suas formas e estratégias de viver e

conviver (NASCIMENTO et al., 2017). Por ele, traduzem-se sensações, significados e simbologias, bem como as maneiras de que seus indivíduos são expostos na sociedade.

Quando então se relega historicamente as mulheres a esse espaço, podemos redescobrir a presença dessa figura tão central e ao mesmo tempo tão anônima diante dessa espacialidade, lançando alguns questionamentos sobre o que se expõe ou se omite, bem como o que se impõe ou se negocia, ao sujeito feminino na vida intramuros a partir de como são expostas, adaptadas, territorializadas e codificadas as relações de gênero.

2.2.1 - Espaços sexuais - formação e a territorialização do espaço doméstico

A compreensão de que o espaço privado evoluiu para muito além de um espaço que se antagoniza das ruas, domesticando-se e passando a representar um espaço político, de consciência própria e com suas próprias subjetividades é para Nascimento et al. (2017) um dos fatores que rompe antigos hábitos e o reconfigura a partir de uma nova ordem, onde sujeitos tinham sua identidade conhecida através de uma nova percepção do indivíduo e dos papéis - principalmente de gênero - que eram atribuídos a estes por uma sociedade burguesa. Para Muxí:

A casa é o local da primeira socialização e é também o local de onde se desenvolvem as primeiras relações entre os gêneros. O espaço não é neutro e por isso a forma como é dividido, articulado e hierarquizado influencia diretamente no

desenvolvimento das relações e das pessoas que o habitam. (MUXÍ, 2018, p.31, tradução nossa) ²².

Este espaço então assume o poder de formar, construir ou impor certas imagens sociais que tangenciam os corpos de seus agentes, definindo lugares, deveres e responsabilidades a cada gênero através de uma construção cultural bem estabelecida (MONTANER; MUXÍ, 2014). Por essa perspectiva, o gênero enquanto componente que se constrói através das relações que tangenciam o corpo, tem o espaço doméstico e sua organização espacial e material, como partes essenciais em sua formação, especialmente no tocante ao gênero feminino.

Para Nascimento et al. (2017), as casas são construídas como espaços de controle moral e dos gêneros, bem como gerentes da materialidade e da vivência corporal e refletem, para as mulheres, a designação de um lugar tanto físico quanto social. A partir então do momento que a figura feminina assume - forçadamente - um símbolo de fragilidade, o lar assume papel de protetor e aprisionador das mulheres diante dos “perigos do mundo público”. Segundo Cortés (2008), esse papel expressa a função panóptica do espaço doméstico, onde este se converte em um símbolo vivo e material das disciplinas do corpo, sendo responsável pela manutenção de uma ordem patriarcal que reúne o autoritarismo e uma arbitrariedade cruel, transformando-se em um elemento de opressão e humilhação, ainda mais quando se pensa nas mulheres. Nisso, Muxí aponta:

Mas não somente nos referimos ao lar apenas como um local de trabalho que nunca acaba e que cabe fundamentalmente às mulheres, mas também como na sua articulação e distribuição espacial se repetem os papéis mais hierárquicos e imóveis. O espaço doméstico repete as estru-

21. Do original: *It is interesting to note how frequently the characterization of place as home comes from those who have left, and it would be fascinating to explore how often this characterization is framed around those who - perforce - stayed behind; and how often the former was male, setting out to discover and change the world, and the latter female, most particularly a mother, assigned the role of personifying a place which did not change.*

22. Do original: *La vivienda es el lugar de la primera socialización y es también el lugar donde se desarrollan las primeras relaciones entre géneros. El espacio no es neutro y por lo tanto la manera en que se divide, se articula y se jerarquiza influye directamente en el desarrollo de las relaciones y las personas que lo habitan.*

ras rígidas e hierárquicas da família nuclear patriarcal. (MUXÍ, 2018, p.32, tradução nossa)²³.

Reforçando a ordem patriarcal, o espaço doméstico representa para as mulheres um local de obrigações e papéis de gênero a serem cumpridos e se organiza através desse discurso (MUXÍ, 2019). Regras e normas são adicionadas, seus agentes, a vida íntima, o habitar e o outros elementos que formam a prática doméstica tornam-se uma verdadeira ciência e sua espacialidade, uma verdadeira instituição de costumes. “A casa é [...] vinculada a propostas ideológicas, morais e sociais que evocam uma cultura doméstica e tradicional.” (CORTÉS, 2008, p. 73-74), sendo então, um elemento dinâmico para a formação de corpos e de certas identidades sociais, onde se codificam as práticas, os processos, a coletividade, o individual, as relações e os sujeitos.

Este espaço, como afirma Massey (2013), se arranja de forma a compreender e ordenar as relações sexistas em um espaço construído e, por esse processo, não somente os gêneros se hierarquizam, mas também seus interiores. Para Cortés (2008), essa organização tem o poder de formar não somente espaços de convivência como também espaços de exclusão, uma vez que ele é resultado tanto da soma quanto da disputa entre os corpos. Para o autor, deve-se então ter a consciência de que não se vive o espaço doméstico do mesmo modo, um homem ou uma mulher. Essas diferentes vivências impactam diretamente nas formas de organização da casa:

O caráter de gênero do espaço deveria ser entendido como uma composição coreográfica na qual os diferentes setores se relacionam em um espaço construído e representado através das implicações sociais produzidas pelo olho e pelo movimento, como sujeito-objeto, ativo-passivo, espectador-espetáculo, masculino-feminino, etc., configurações binárias que o olhar hegemônico estabelece e que, portanto, podem ser questionadas e desestabilizadas. Os espaços não contêm significados inerentes a eles mes-

mo; ao contrário, tais significados lhes são dados pelas diferentes atividades neles realizadas pelos diferentes atores sociais. A hierarquização dos espaços mede-se, pois, tanto pelas relações que neles se estabelecem como pela elaboração das referências simbólicas utilizadas ou pelas pessoas que os ocupam. (CORTÉS, 2008, p.30).

Para Araújo (2017), uma das primeiras referências simbólicas que se pode observar dentro da própria residência é o separar dos gêneros em diferentes ambientes, conhecidos como masculinos ou femininos. Nessa organização espacial generificada, também destacada por Bourdieu, o espaço doméstico é territorializado e hierarquizado através de espaços sexuais que se afirmam por elementos construídos e de ornamentação como aponta o autor:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas as partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999, p.17).

A partir disso, nota-se vivências desiguais entre os gêneros proporcionadas por diferentes espaços valorados por um sistema que inferioriza a mulher perante ao homem. Para Muxí (2019) isso se traduz na domesticidade a partir do momento que, para alguns - sujeitos masculinos - o lar representa o ócio e o descanso, enquanto para outros - sujeitos femininos -, ele representa um trabalho inesgotável. A autora reconhece que mesmo o espaço doméstico entendido como domínio das mulheres, este possui um aspecto identitário e discursivo contrário a esse entendimento quando se mostra, através de sua linguagem espacial, a submissão das mulheres aos homens.

2.2.2 O eterno feminino x o eterno espaço doméstico

Apesar dos novos padrões sociais, morais e arquitetônicos que irromperam rapidamente com o passar dos anos, juntamente de progressos tecnológicos e científicos, o ambiente doméstico se mostra, em uma de suas faces, um elemento estático, não sendo organizado a aceitar de maneira honesta as mudanças do mundo moderno e contemporâneo, de modo a perpetuar as estruturas rígidas e hierárquicas da família nuclear patriarcal como cita Silva et al:

Tal identificação se torna possível devido a cristalização desses costumes na estrutura espacial daquilo que foi construído no decorrer da história. [...] a casa é fruto dos costumes e crenças daquele que a constrói, e perpetua tais costumes pela expressão deles em sua estrutura e forma física. Forma essa que vai determinar as relações estabelecidas entre público e privado, e até mesmo as relações que ocorrem em seu espaço interior. (SILVA et al., 2021, p.227).

Para as autoras, essa natureza é fruto das relações já firmemente consolidadas no espaço doméstico que há muito ditam os códigos e os discursos dominantes na esfera privada. Mesmo Nascimento et al. (2017) defendendo o caráter móvel do espaço doméstico, através da introdução de novos discursos, modelos e símbolos da arquitetura e da domesticidade, há de se identificar certos costumes e práticas herdadas das relações de poder produzidas nas disputas entre os corpos. Sendo assim, de maneira paradoxal, nota-se avanços e recuos contraditórios na reorganização da vida privada diante dos progressos como demonstra Gilberto Freyre:

[...] aquela acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distâncias sociais, começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa peque-

23. Do original: Pero no solamente nos referimos al hogar como lugar del trabajo que nunca se acaba, y que es fundamentalmente responsabilidad de las mujeres, sino que también en su articulación y distribución espacial se repiten los roles más jerárquicos e inamovibles. El espacio doméstico repite las estructuras rígidas y jerárquicas de la familia nuclear patriarcal.

na. [...] Maiores antagonismos entre dominadores e dominados. (FREYRE, 2015, p. 31).

Apesar de Freyre (2015) destrinchar uma reformulação espacial que se desdobra em maiores relações de antagonismo e subordinação diante do abolicionismo brasileiro e das novas relações sociais apresentadas por ele, não podemos ignorar que o mesmo fenômeno ocorreria quando as relações de gênero se modificassem com a chegada de novas correntes de pensamento do século XIX. Segundo Nascimento *et al.* (2017), mesmo com o surgimento de novos padrões e intensas transformações da forte modernização, é possível notar a persistência de certas relações de gênero e modelos de domesticidade em meio de inúmeras rupturas sociais.

Marcado pela rapidez das mudanças, o século XIX trouxe consigo modificadores essenciais das relações generificadas. A inserção das mulheres no mercado de trabalho (Figura 20), o influxo do movimento feminista (Figura 21) e outros acontecimentos, colocam em pauta questionamentos e problematizações nunca antes levantadas (Figura 22), principalmente aqueles que indagam o ideal do eterno feminino, vida intramuros das mulheres e a organização espacial da esfera privada (BEAUVOIR, 1970; GROSZ, 2000).

O fato de a Era Moderna emancipar institucionalmente diversos grupos antes submissos, colocava também em risco a relação entre os sujeitos feminino e masculino (BEAUVOIR, 1970; GROSZ, 2000). A ameaça a uma estrutu-

ra patriarcal dominante que se beneficiava diretamente da relação submissa das mulheres para com os homens, faz surgir uma necessidade de proteger fortemente seus valores e privilégios historicamente instituídos, principalmente sob o teto doméstico, um dos principais articuladores de tais estruturas (ARAÚJO, 2017). Com o progresso conflitando com tal necessidade, buscou-se então maneiras de conservar sua relação de poder e de subordinação, ao mesmo tempo que as encobria, um reinventar superficial.

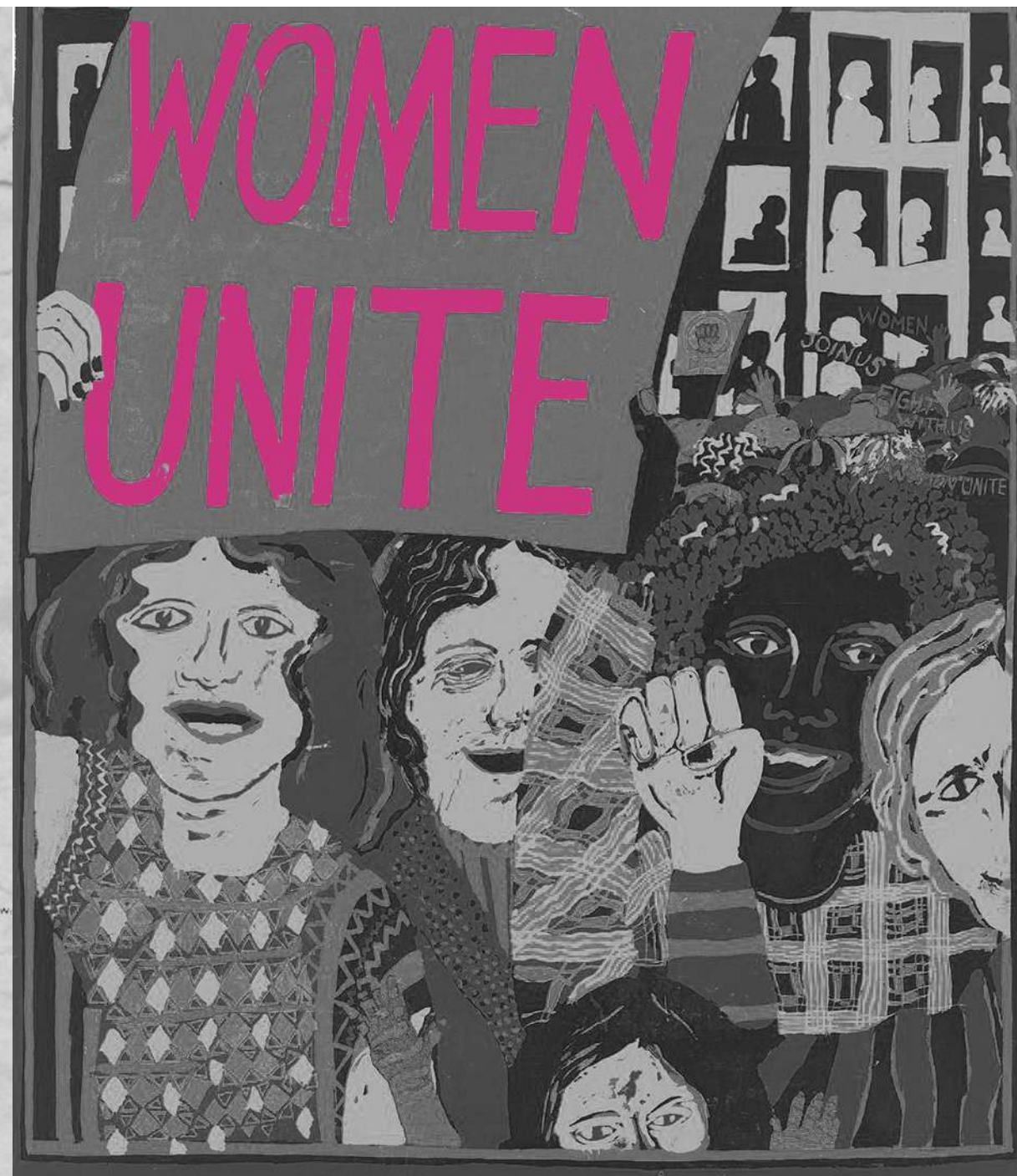
Como Freyre (2015) aponta, as propostas de modernização chegam ao cenário doméstico e íntimo se desdobrando em novos antagonismos, com um caráter contraditório: devem trazer progresso e transformação, porém



Figura 20
Poster "O capitalismo também depende do trabalho doméstico".

Figura 21
Poster sobre o movimento feminista do pela autora.

Figura 22
Poster "Questionamentos sobre cada aspecto das nossas vidas"
Fonte: See Red Women's Workshop. Adaptado pela autora.



de forma controlada para o mantimento da ordem social preexistente e de seu status quo. Vista como um mal necessário imposto pela vida moderna, essa reorganização não buscou modificar a fundo a consciência feminina, muito menos a modificação de seu papel doméstico. “A tarefa atribuída à mulher era ‘civilizar’, ‘elevar’ e ‘redimir’ o mundo, não transformá-lo.” (BESSE, 1999, p.142). E para Bourdieu:

A dominação masculina não se impõe mais com a evidência de que é indiscutível. Em razão, sobretudo do enorme trabalho crítico feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou de algo que é preciso se defender ou se justificar. O questionamento das evidências caminha pari pasu com as profundas transformações por que passou a condição feminina [...] (BOURDIEU, 2014, p. 106-107).

Uma das maneiras encontradas pelas instituições patriarcais de manter a figura feminina ainda ligada ao espaço privado e às atividades domésticas mesmo com sua introdução na jornada de trabalho é promover uma modernização que visasse a valorização da condição das mulheres e seus processos dentro apenas dentro da domesticidade. Dessa forma, seria possível tais instituições manterem de maneira passiva e subjetiva sua função de elemento disciplinador e dominador dos gêneros. Propaga-se então, nos anos 90 (ARAÚJO, 2017), a divulgação de anúncios (FIGURA 19) que contribuem para o progresso de forma pacífica, sem provocar mudanças radicais na ordem social dominante e que reafirmam o ‘lugar da mulher’.

Para Araújo (2017), a publicidade foi uma das principais divulgadoras dessa estratégia paradoxal, invadindo os lares europeus e norte-americanos nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, podemos notar ainda até em anúncios mais recentes, como o da Madison Avenue em 2009 - e perpetuando essa ‘nova mulher moderna’, figura que Alencar, Avellar e Almeida (2022) apontam que foi vista como uma outra forma de ser mulher. Esta seria autôno-



Figura 23
Anúncios Sexistas.
Fonte: Plastik Súdios, 2018. Adaptado pela autora.

ma, forte e independente e poderia, falsamente, ir além do que as antigas amarras sociais incumbiam a ela. Para Besse:

As mulheres passaram de repente a aparecer na imprensa por toda parte. Vestidas com os modelos mais modernos importados do estrangeiro, enfeitavam as capas das muitas revistas ilustradas que surgiam, e instantâneos delas distribuíam-se pelas páginas internas. Os anunciantes usavam seus corpos para vender produtos e exploravam suas ansiedades para aumentar as vendas. Verdadeiro derrame de literatura normativa definia seus novos “deveres” como esposas, mães e donas-de-casa e forneciam instruções detalhadas de como satisfazer às exigências que aumentavam progressivamente. (BESSE, 1999, p.01).

A autora destaca acima o papel de peso que a mídia teve para a concretização dessa nova imagem da mulher, uma figura que, passaria a conciliar a modernidade com a vida doméstica, mostrando como o lar poderia ser interpretado como um ambiente do cotidiano familiar e ‘tradicional’ ao mesmo tempo que se modernizava, vendendo-se então, uma ilusão da autonomia feminina. Esse ideal também propaga uma figura capaz de ser multitarefas, que buscou emancipação de funções retrógradadas através dos eletrodomésticos, obtendo a conciliação entre as duas imagens: o moderno e o tradicional.

Dessa forma, não somente estereótipos de gênero historicamente estabelecidos foram encobertos, mas também se mitigou um novo processo em curso: a sobrecarga de trabalho feminino, uma vez que, mesmo diante das novas possibilidades, a figura feminina deveria permanecer amarrada a ‘seu lugar de costume’ (FIGURA 20), mostrando que, na hierarquia desse processo, era o ideal moderno que se domesticava, e não o contrário.

Uma vez que a organização espacial também compõe um elemento representativo para a estrutura social e política da casa, ela também se altera diante da “constituição de novos dispositivos de habitação” (NASCIMENTO et al., 2017, p.33), emergindo-se então novas espacialidades e facilitadores que darão suporte à nova concepção das mu-

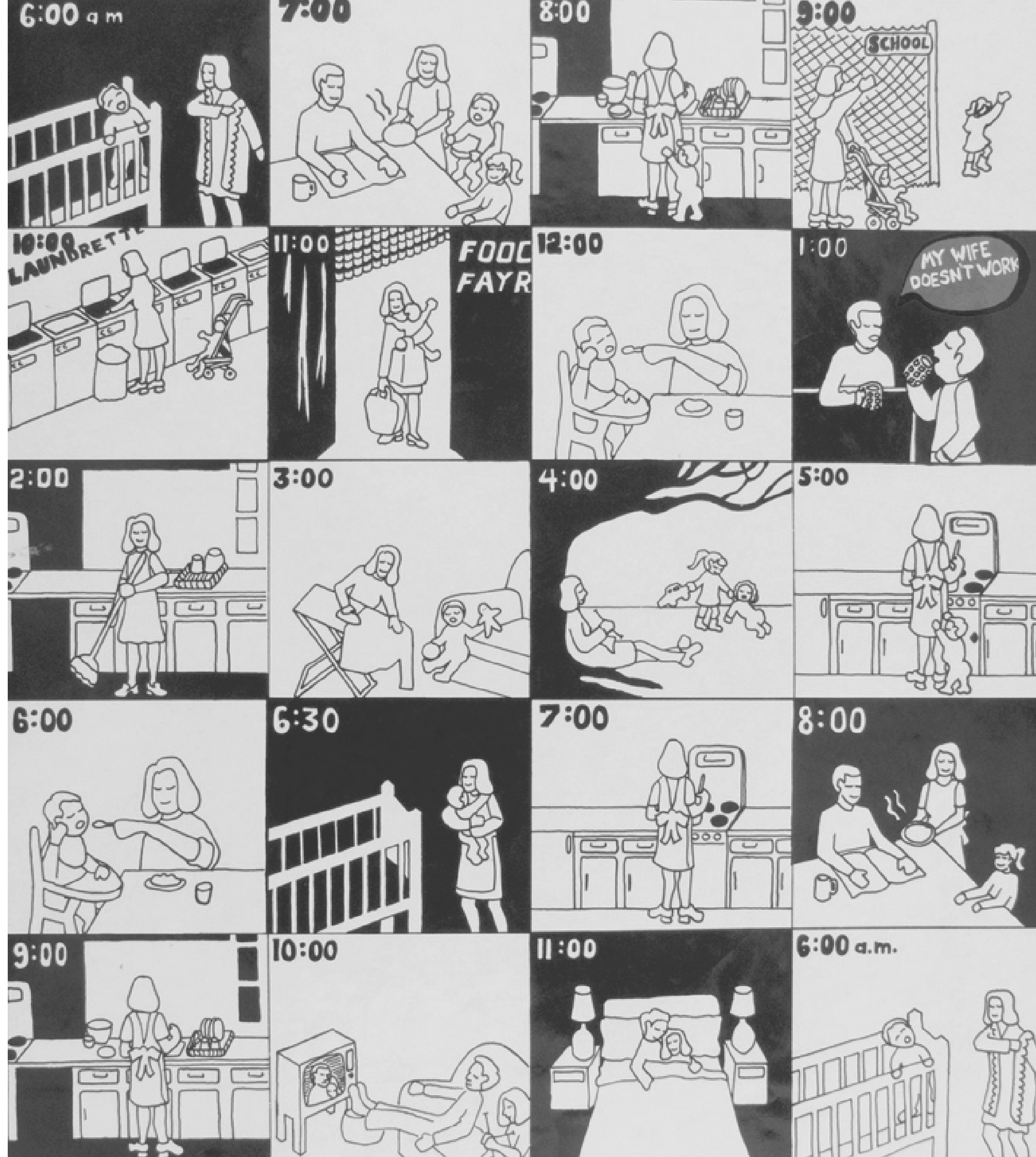


Figura 24

Pôster sobre a rotina doméstica feminina.
Fonte: See Red Women's Workshop. Adaptado pela autora.

Iheres, através da compactação, supressão ou incorporação de espaços existentes. Assim, para Alencar, Avellar e Almeida (2022), um primeiro representante para essa mudança é o modelo de cozinha de Frankfurt (Figura 26), um marco do século XX para o projeto de interiores, que rediscute a organização das tarefas domésticas do lar e é o principal responsável para a mudança do espaço da cozinha mundialmente.

Figura 25
Cozinha Tradicional.

Fonte: História e Teoria da Arquitetura, FUMEC, 2013. Adaptado pela autora.

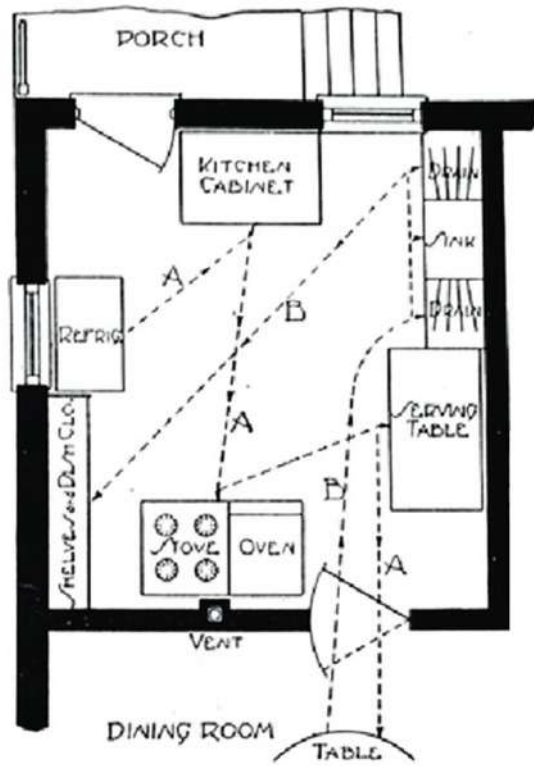
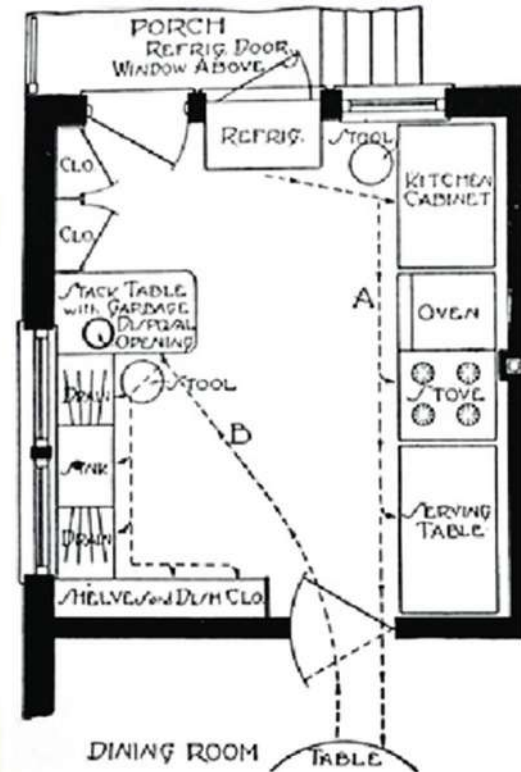


Figura 26
Cozinha Frankfurt.

Fonte: História e Teoria da Arquitetura, FUMEC, 2013. Adaptado pela autora.



A partir da comparação entre o modelo tradicional da cozinha e aquele proposto pela escola de Frankfurt, pode-se notar que o discurso da funcionalidade, eficiência e racionalidade impactou significativamente na proposta da cozinha. Como os eletrodomésticos, a reformulação desse espaço também buscou formas de facilitar a jornada doméstica das mulheres, diminuindo o tempo de deslocamento entre os equipamentos - pia, bancada, fogão e armários - e uma organização lógica de trabalho no lugar onde elas deveriam passar a maior parte do tempo (ALENCAR; AVELLAR; ALMEIDA, 2022).

Seguindo a reformulação da cozinha de Frankfurt, não muitos anos depois, surge o modelo de cozinha americana pautada na integração dos espaços de lazer, descanso e trabalho. A ideia do conceito aberto, incorporando esses espaços, surge mais uma vez pensando na

eficiência feminina para cumprir os afazeres domésticos em sua segunda jornada de trabalho. Torna-se necessário - para elas - ter visão que alcance diferentes cômodos para a realização de diversas funções, como o preparo dos alimentos e o cuidar dos filhos, corporificando na cozinha o ideal panóptico, porém sexuado, ela deveria observar tudo enquanto seria observada a todo momento.

Tais reformulações espaciais “solucionam” o que seriam os principais desafios para conciliar a figura da mulher moderna e trabalhadora com a figura da mulher doméstica e mãe, o tempo e a organização. Acompanhado dessas propostas, também se discutiu e se adaptou elementos como a altura das bancadas, o alisamento das superfícies e as cores nos móveis e nos acessórios (Figura 27), visando contribuir ainda mais na realização dos processos domésticos para com o sujeito feminino.

Veja Só! ...

A COZINHA MARAVILHOSA

2 horas de trabalho a menos por dia COM FIEL-COPA

PENSE O QUE ISTO SIGNIFICA!

- As estatísticas demonstram que uma dona de casa percorre cerca de 192 quilômetros por ano, trabalhando numa cozinha antiquada. A cozinha moderna, concebida cientificamente em armários e gabinetes de aço, poupa para a Senhora nada menos do que 150 kms. em passos e movimentos habitualmente efetuados.
- Esta enorme conquista deve-se a que, essas peças standardizadas, providas com tampo de mármore, centralizam todas as suas tarefas junto à pia, fogão e refrigerador, acelerando seu trabalho e conservando suas energias.
- Suas grandes vantagens e seu custo acessível, fazem da Fiel-Copa uma inversão altamente econômica.

nas cores: BRANCO - CRÊME - VERDE MAR - AZUL NUVENS

Eis as vantagens de FIEL-COPA

- Dimensões mais estéticas, curvas mais suaves, maior beleza.
- Moderno tratamento químico contra ferrugem.
- Pintura porcelanizada em estufa a 200° C.
- Superfície vitrificada, eliminando o risco de lascaduras.
- Inatacável pelos ácidos de cozinha.

MOVEIS DE AÇO FIEL S.A.

SÃO PAULO Rua Cachoeira, 670 - Fones 9-5544 e 9-5545

a famosa FIEL-COPA MONTAGEM GRÁTIS

DISTRIBUIDOR EM TODO O BRASIL

Figura 27
Anúncio sobre uma cozinha moderna.
Fonte: O CRUZEIRO, 1955, ed. 34, p. 59.
Adaptado pela autora.

Entretanto, a constante fluidez e adaptação do espaço doméstico marcado pelas mudanças da modernidade, apenas mascara a permanência das raízes representativas que marcam e conservam a hierarquia entre os gêneros. A atuação da domesticidade se revela como um agente onipresente e estável que, para manter o domínio patriarcal, submete as mulheres nesse específico lugar sociocultural.

Poderíamos afirmar que, como em tantas outras esferas de nossa vida cotidiana, o espaço doméstico sofreu poucas variações, porque as relações profundas que o marcam não tem variado. É um espaço no qual se dão por óbvias e imóveis certas características essenciais, como a distribuição em espaços estanques e, em geral, monofuncionais. Os espaços dedicados às tarefas domésticas, como a cozinha e a lavanderia, não são questionados, nem em suas dimensões, nem em suas organizações e, claro, nem nas suas existências individuais. O aparecimento de novas tecnologias e eletrodomésticos para as tarefas cotidianas produziram a especificação de usos e geraram maiores consumos, mas não modificaram substancialmente as características do espaço. (MUXÍ, 2018, p.31-32, tradução nossa)²⁴.

Apesar de gradativamente se redefinir pela presença feminina e pela modernidade, o espaço doméstico se garante eterno e imutável. Seja na publicidade, no discurso ou espacialmente, as mulheres são representadas no contexto da domesticidade de forma indissolúvel, em nenhum momento questionando o quanto esse papel é responsável pela diminuição de suas possibilidades de representatividade e de autonomia.

2.2.3 - Espaço privado - um limitador constante

Dispondo de configurações e espacialidades so-

cialmente construídas, a evolução do espaço doméstico é marcada pelo amparo de um discurso sexual dominante, apenas de maneira a reforçar e constantemente firmar o discurso patriarcal hegemônico. Mesmo depois da inclusão da mulher no mercado de trabalho, a presença dela nas ruas e o surgimento de movimentos que buscam seus direitos de cidadania, igualdade e autonomia, elementos que desafiaram os limites sociais impostos tradicionalmente, a casa continua a representar para as mulheres um lugar de trabalho e de limitações.

Para Muxí (2018), a casa também representa mentalidades e preceitos que são de longa duração e que almejam certa imobilidade, naturezas que prezam uma contínua submissão e negação das mulheres e as transformam em corpos invisibilizados e dissidentes. Essa espécie de constante negação do espaço doméstico para com as mulheres não é marcada simplesmente por um enclausuramento físico ou um privar da vida pública. Segundo Massey (2013), seja por convenção ou simbolismo, o controle presente nos espaços - e, especificamente aqui no espaço doméstico - é fundamental para constituição do gênero.

Com isso, as assimetrias da vida doméstica que amarram, controlam e invisibilizam as mulheres, são parte fundamental para a privação de oportunidades e comportamentos da figura feminina e, além de representar um excluir contínuo de uma vida política e social, negam inúmeras possibilidades que visam a autonomia e a liberdade feminina (Figura 28).

Segundo Perrot (2009), as mulheres não possuem identidade física, moral, política ou social dentro do espaço doméstico e, conforme o que foi apresentado no tópico anterior, elas são enxergadas apenas como objetos ou máquinas. A primeira visão é desenvolvida por Araújo

(2017) quando a autora aponta que as mulheres entram como elemento central da estética e do embelezamento do lar. Já a segunda visão, difundida por inúmeros manuais de economia doméstica, compreende as mulheres como máquinas operantes do gerenciamento doméstico e naturalizam a disponibilidade integral aos mesmos, ainda que para isso as mulheres devessem enfrentar uma segunda jornada de trabalho exaustiva (Figura 28).



Figura 28

Posters acerca da vida doméstica feminina.

Fonte: See Red Women's Workshop. Adaptado pela autora.

24. Do original: Podríamos afirmar que como en tantas otras esferas de nuestra vida cotidiana el espacio doméstico ha tenido pocas variaciones, porque las relaciones profundas que lo marcan no han variado. Es un espacio en el cual se dan por obvias e inamovibles ciertas características esenciales, como la distribución en espacios estanques y, en general, monofuncionales. Los espacios destinados a las tareas domésticas, como la cocina y el lavadero, no son cuestionados, ni en sus dimensiones, ni en su organización y ni por supuesto, en su existencia individual. La aparición de nuevas tecnologías y electrodomésticos para las tareas cotidianas han producido la especificación de los usos y han generado un mayor consumo, pero no han modificado sustancialmente los rasgos característicos del espacio.

Muxí (2019) ainda destaca que em nenhum momento durante a construção do espaço doméstico ele é pensado para o disfruto das mulheres, sempre a representar um local de obrigações e tarefas a serem executadas e isso para Beauvoir (1970) mostra que poucas tarefas são tão parecidas com a tortura quanto a repetição sem fim do ciclo de afazeres domésticos. Além disso, Bourdieu (1999), U aponta que quando executadas pelas mulheres, as tarefas domésticas são compreendidas como insignificantes ou passam imperceptíveis, em contrapartida, quando os afazeres são realizados pelos homens são notados como tarefas nobres e árduas.

Enquanto os homens faziam a maioria do trabalho, as mulheres trabalhavam para tornar o lar um lugar confortável e relaxante para os homens. A casa era um lugar relaxante para mulheres apenas quando o marido e as crianças não estavam presentes. Quando as mulheres, em casa, dedicam todo o tempo a atender às necessidades dos outros, o lar é local de trabalho para ela, não é local de relaxamento, conforto e prazer. Trabalho fora de casa tem sido mais libertador para as mulheres solteiras (várias das quais moram sozinhas, são homossexuais ou não). (HOOKS, 2018, p. 70).

É notável que o vínculo entre o sujeito feminino e a esfera doméstica foi capaz de se naturalizar como uma relação genuína, um elo inerte e inconsciente onde as identidades das mulheres e do lar são intimamente vinculadas entre si. Para Sparke (2010), tão firme essa ligação se mostra, que ela se sustenta e reverbera continuamente no que o autor chama de culto à domesticidade, capaz de transmitir sua cultura em um processo de alienação que compreende mulheres e suas filhas.

O ambiente feito pelo homem que nos cerca reforça as definições patriarcais convencionais do papel da mulher na sociedade e imprime essas mensagens sexistas em nossas filhas e filhos. Eles nos condicionaram a uma miopia ambiental que limita os autoconceitos... que limita nossas visões e escolhas de formas de viver e trabalhar...

que nos limita por não fornecer os ambientes de que precisamos para apoiar a nossa autonomia ou por impedir nosso acesso a ele. É hora de abrir os olhos e enxergar o caráter político da opressão ambiental! (WEISMAN, 2000, p.01, tradução nossa)²⁵.

No momento em que o autor acima reitera a ideia de que se reverbera para a prole familiar tais mensagens sexistas, de maneira cíclica e espacial, Massey (2013) demonstra as desigualdades nessa transmissão. Para a autora, meninos e meninas crescem e desenvolvem suas personalidades dentro da esfera doméstica através de experiências de limitações desproporcionais (Figura 30).

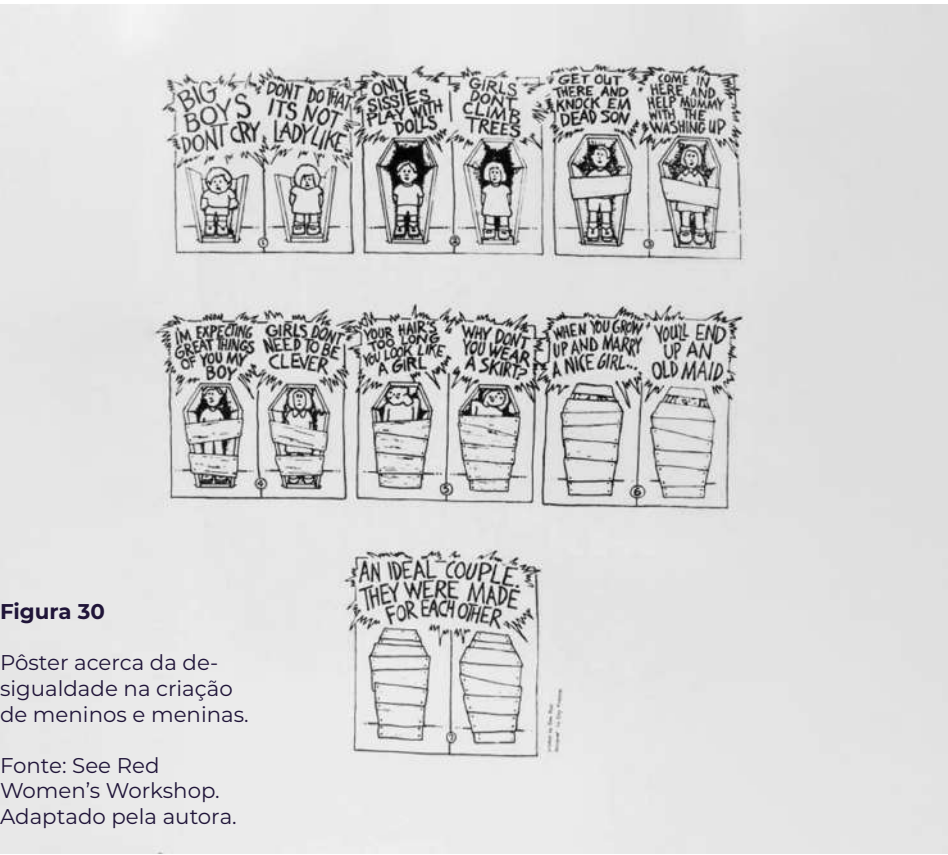


Figura 30
Pôster acerca da desigualdade na criação de meninos e meninas.

Fonte: See Red Women's Workshop. Adaptado pela autora.

Para Massey (2013), esse desenvolvimento desigual é um terreno primordial na formação dos sentidos, dos sujeitos feminino e masculino e do discurso dominante. Em uma sociedade dominada pelo discurso da masculinidade, a disparidade entre a criação doméstica das meninas

e dos meninos é essencial. Garantir que as meninas perpetuem o papel e a identidade doméstica designadas às suas mães - e todas as outras mulheres - (FIGURA 26) e que os meninos se diferenciem de tais imagens, representa o sucesso da hostilidade e da hierarquia entre os gêneros, bem como a construção de um Eu e um Outro desde cedo.

Além disso, estabelece devidamente as noções das instituições patriarcais de lugares de pertencimento e possibilidades, as identidades e ordem dominante. Por essa forte estruturação, o ideal de Antunes (2015) consuma a relação das mulheres e dos espaços: mesmo participantes ativas das revoluções de trabalho, ideologias e políticas, a “verdade é que - as mulheres - ainda não estão em um espaço próprio, estão em todos os lugares mas não pertencem a nenhum, nem à casa nem à rua, nem ao privado nem ao público” (ANTUNES, 2015, p.16), excluídas da vida pública e subordinadas a invisibilidade da vida privada. Ainda, segundo Woolf (2021), possuindo menos liberdade e autonomia quanto um escravo ateniense.

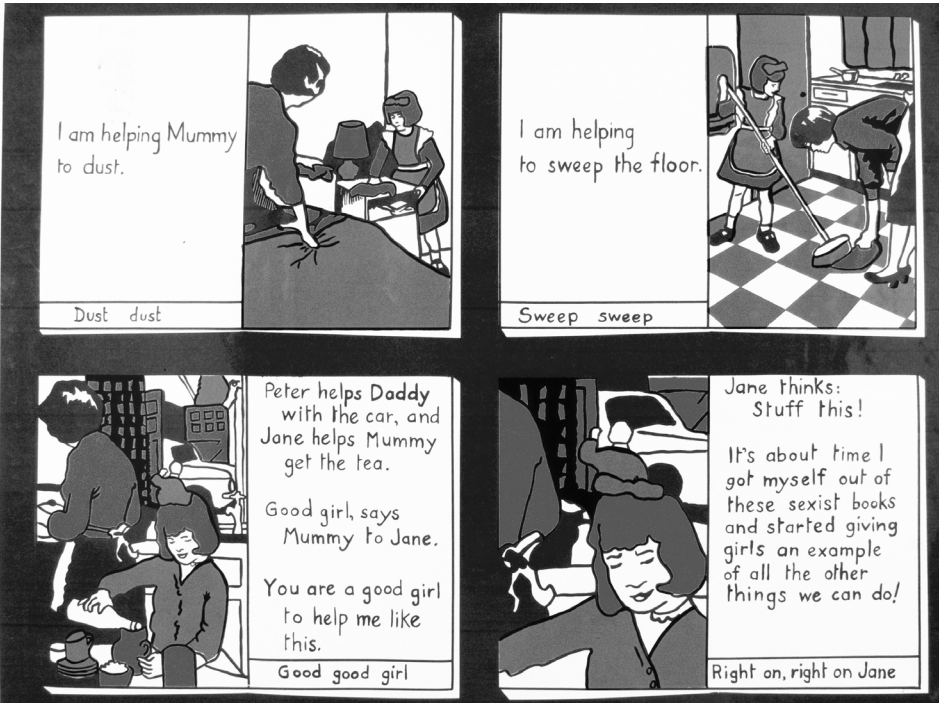


Figura 31

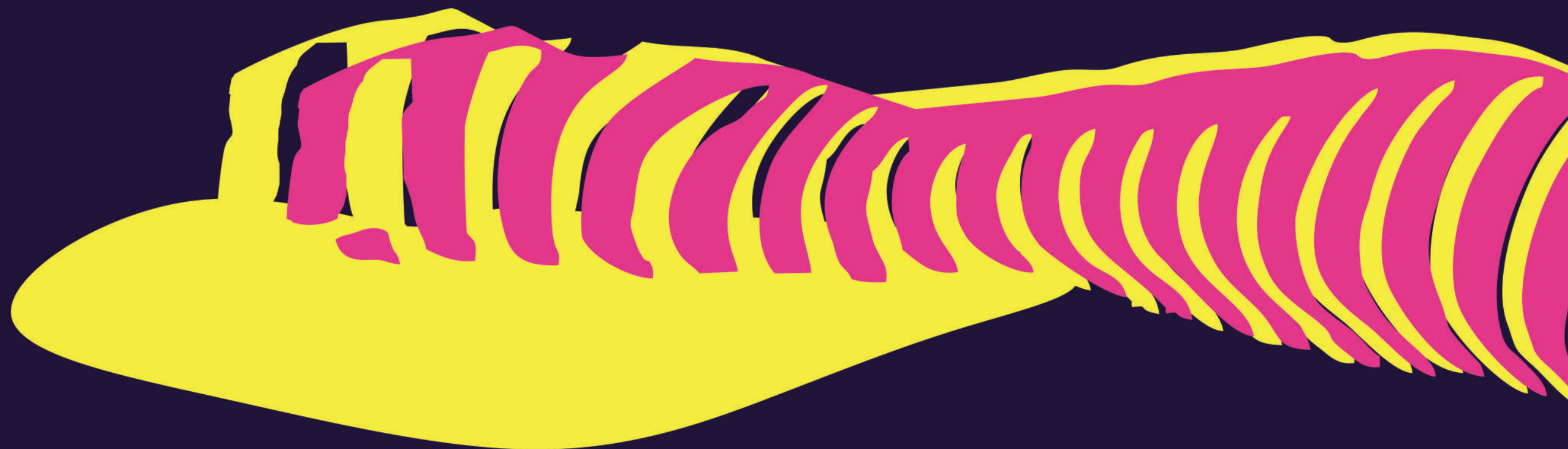
Pôster acerca da criação das filhas meninas.

Fonte: See Red Women's Workshop. Adaptado pela autora.

25. Do original: The man-made environment which surround us reinforce conventional patriarchal definitions of women's role in society imprint those sexist messages on our daughters and sons. They have conditioned us to an environmental myopia which limits self-concepts...which limits our visions and choices for ways of living and working...which limits us by not providing the environments we need to support our autonomy or by barring our access to them. It is time to open our eyes and see the political nature of the environmental oppression!

03 Intencionalidade

O olhar de gênero no planejamento territorial trabalha as demarcações entre a esfera pessoal e a esfera política, o território público e o doméstico, e nesse sentido, advoga, pelo reconhecimento da diversidade cultural como elemento chave para repensar a planificação. Não somos todos iguais, há diferenças, e o plano não deve pensar apenas na totalidade, e sim estar atento a essas diferenças **(SANTORO, 2008, p.02)**





3.1

buscando lugares para nós mesmas

De que adianta termos o discurso que incorpora metodologias para as mulheres participarem se nosso raciocínio de planejamento está centrado em projetos que não refletem em espaços que atendem prioritariamente a esse grupo (e até mesmo trabalham no sentido contrário)? (SANTORO, 2008, p.08)

Partindo do entendimento das estreitas relações e interseccionalidades entre gênero, espaço e domesticidade, perspectivado por um olhar feminino, busca-se a formulação de um espaço de inclusão das mulheres, cujo o principal objetivo é integrar e evidenciar diversos aspectos do cotidiano feminino, assumindo múltiplas mensagens de autonomia e igualdade (Figura 32).

A futura proposta visa proporcionar ambientes que apoiem a autonomia feminina e democratizar o acesso delas a mais possibilidades, uma vez que se nota um globalismo acerca das problemáticas levantadas sobre mulheres e espaços que afeta um todo social, comum e público. Ao evidenciar a arquitetura como espaço social através do seu potencial de imposição e formação de sujeitos e corpos, não há sentido não se apropriar dela para um meio de mudança de ordem, associando história, projeto, política, forma e práxis para o projeto (Figura 33).

Projetos que buscam em sua essência revolucionar o feminino através dos espaços são cada vez mais propostos visto a crescente – e urgente! – necessidade de mudança de ordem, em busca de um maior protagonismo das mulheres em tomadas de decisões e na prática. Seja em propostas arquitetônicas modernas como o Narkomfin em Moscou ou em cooperativas urbanas como o Coletivo Punt 6 em Barcelona, são observadas novas proposições que dialogam diretamente com a formação dos espaços e das mulheres, ousando atingir uma cadeia de decisões e espacialidades que dizem respeito a todos. Para Montaner e Muxí:

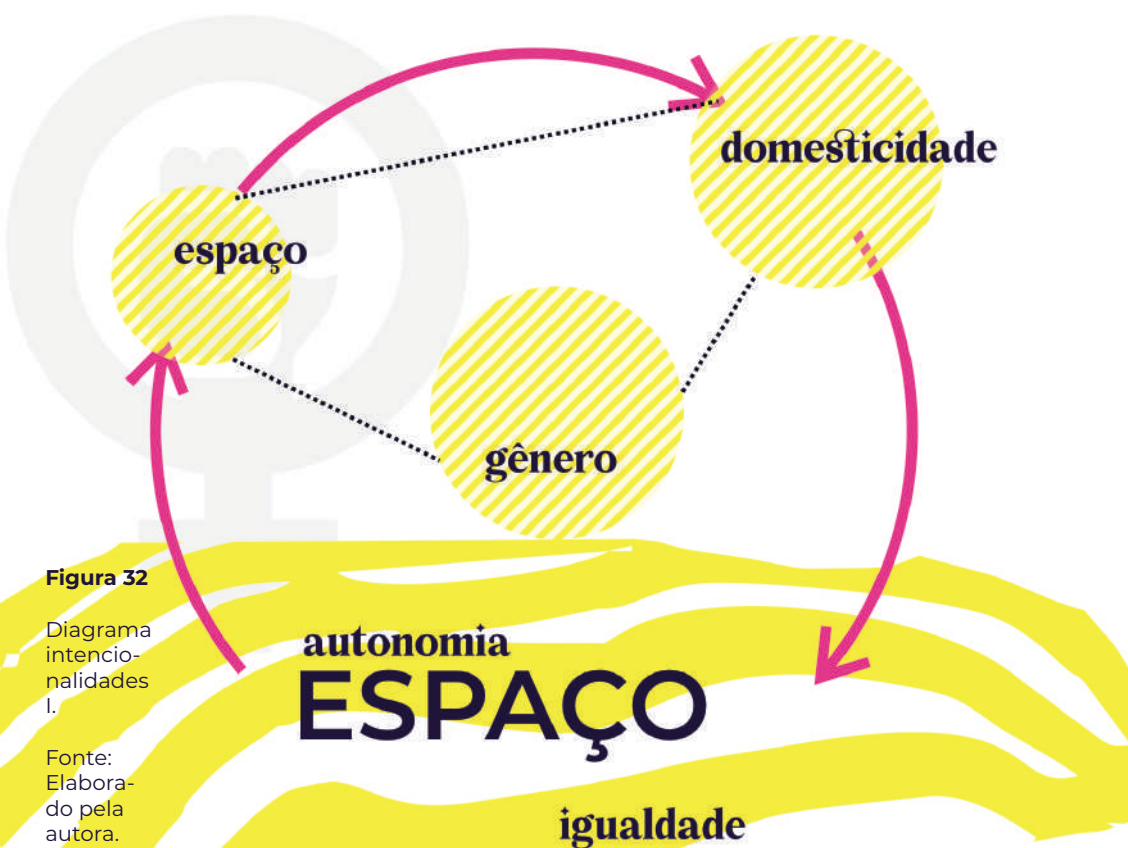


Figura 32

Diagrama intencionalidades I.

Fonte: Elaborado pela autora.

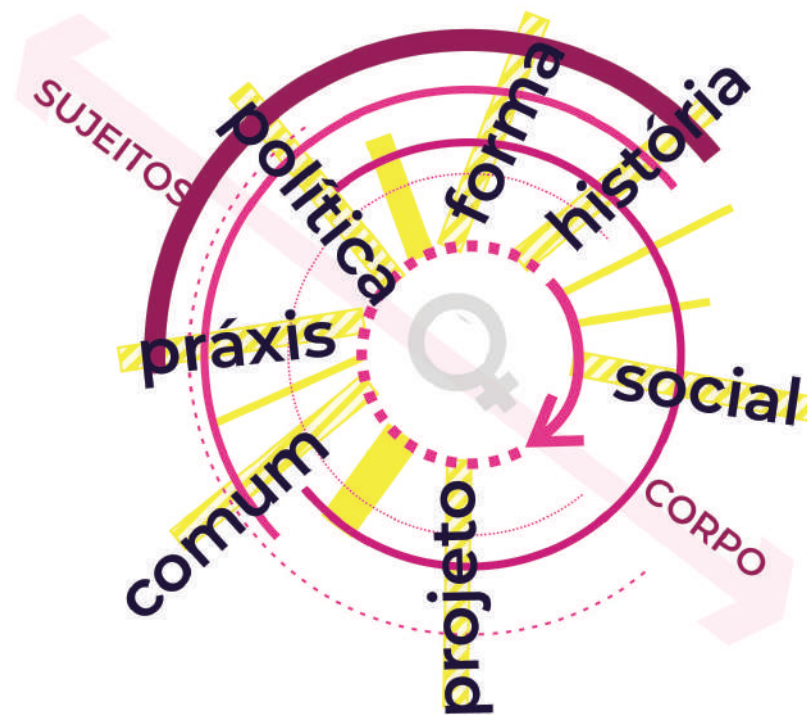


Figura 33

Diagrama intencionalidades II.

Fonte: Elaborado pela autora.

O desafio é construir um espaço sem gênero ou ordem patriarcal; portanto, um espaço sem hierarquias, horizontal, um espaço que torna visíveis as diferenças e não as desigualdades, um espaço de todos e todas em igual valor de pontos de vista, saberes e experiências. O objetivo é ressignificar a construção de nossas cidades [e nossos espaços] a partir da experiência que homens e mulheres têm do mundo, duas formas múltiplas de afirmar a realidade. Trata-se de afirmar a experiência de corpos sexuados que signifique o reconhecimento das diferenças, da identidade escolhida e construída, que será aquela que possibilitará uma autêntica empatia com os outros, e aquela que permitirá o pertencimento ou a filiação a grupos ou conjuntos a partir de uma verdadeira harmonia e escolha, e não da imposição de uma hierarquia cultural, educacional e social. (MONTANER & MUXÍ, 2014, p.198, tradução nossa)²⁶.

26. Do original: El desafío consiste en construir un espacio sin género ni orden patriarcal; por tanto, un espacio sin jerarquías, horizontal, un espacio que visibilice las diferencias y no las desigualdades, un espacio de todos y todas en igualdad de valoración de miradas, saberes y experiencias. El objetivo es ressignificar la construcción de nuestras ciudades - E NOSSOS ESPAÇOS - a partir de la experiencia que los hombres y las mujeres tienen del mundo, dos maneras múltiples de enunciar la realidad. Se trataría de afirmar la experiencia de cuerpos sexuados que signifique el reconocimiento de las diferencias, de la identidad escogida y construida, que será la que posibilite una empatía auténtica con los otros, y la que permita la pertenencia o adscripción a grupos o a conjuntos sociales desde una verdadera sintonía y elección, y no desde la imposición de una jerarquía cultural, educativa y social.

Tomando esses e outros projetos como referência significa buscar na proposta desta pesquisa um sentido contra a arquitetura estática e a suposta neutralidade dos espaços (CORTÉS, 2008). Junto disso, somar um viés feminista e feminino, procurando uma reorganização das relações familiares, sexuais e sociais, apropriando-se da arquitetura como signo e linguagem resultando em um novo significado para a relação das mulheres e os espaços.

Estabelecer a mulher como figura prioritária aqui não é projetar um novo sexismo, é reparar as desigualdades e os desequilíbrios existentes a partir desse processo, considerando que todos os lugares são lugares das mulheres. Essa proposta parte de uma arquitetura mais igualitária e menos fállica, mais horizontal, onde corpos femininos sempre estejam em contato com novas possibilidades, autonomia e livres de um silenciamento. Ao invés de proteger ou esconder as discrepâncias observadas, almeja-se suas exposições e vulnerabilidades, caminhando no sentido de refletir a força feminina através disso. Com este viés em pauta, buscou-se apontar na sequência projetos relevantes que se propõem revolucionar e ressignificar a presença feminina nos espaços.

3.1.1. Narkomfin

Representando um dos primeiros momentos da proposta de revolução espacial a partir de uma visão contrária aos estereótipos femininos, tem-se o Narkomfin (Figura 34). O edifício projetado por Moisei Ginzvurg (1892-1946) e seu aluno Ignatii Milinis no ano de 1928 fica em Moscou e leva esse nome por ter como cliente o Comissariado do Povo de Finanças - abreviadamente, Narkomfin - um departamento do governo da República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR).

Construído no auge do radicalismo social soviético, o edifício (Figura 34) teve de estímulo o trabalho do pró-

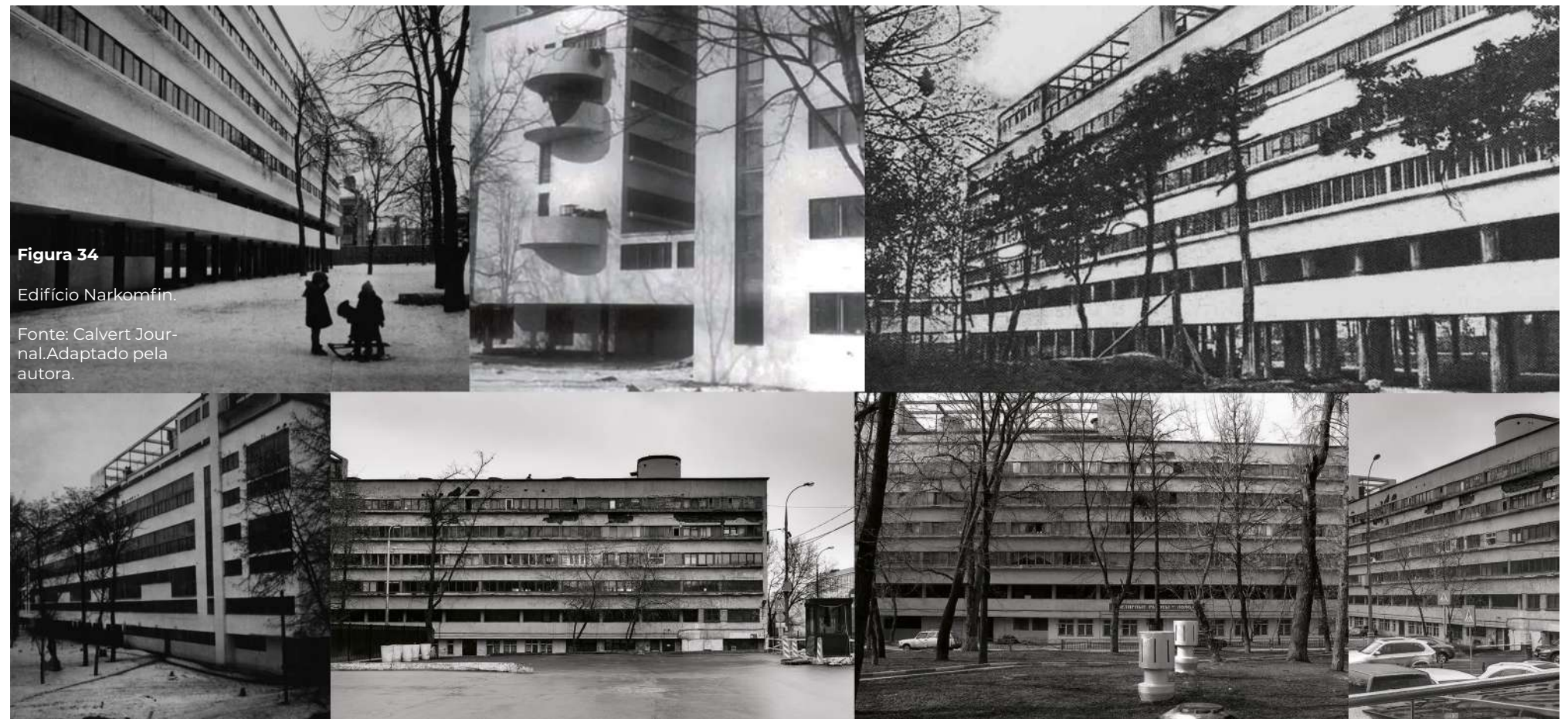


Figura 34
Edifício Narkomfin.
Fonte: Calvert Journal. Adaptado pela autora.

prio arquiteto com o grupo experimental OSA (Organização dos Arquitetos Contemporâneos), que partia do poder da arquitetura em propiciar diferentes experiências sociais aos seus moradores, e do ideal leninista que atribuiu grande importância ao movimento feminino. Assim, as mulheres eram vistas como um fator decisivo das massas e uma força de trabalho reconhecível (Figura 35) e as concepções ocidentais e burguesas acerca dos papéis de gênero eram vistas como 'transtornadas' e 'decadentes', não havendo sentido então em deixar essa mão de obra 'escravizada' em função dos afazeres domésticos.

Nesse contexto, o conjunto de apartamentos duplex propõe a externalização de grande parte da vida doméstica. Os espaços da cozinha, lavanderia e refeitório acontecem de maneira coletiva e fora do módulo habitacional, visando uma economia financeira e espacial (FONTENELLE, 2021) juntamente de uma emancipação feminina dos trabalhos domésticos.



Figura 35
Cartaz de propaganda soviético: "Abaixo a escravidão da cozinha! Agora você tem um novo modo de vida!"
Fonte: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, 2007. Adaptado pela autora.

O arquiteto promovia que seu edifício visava o desenvolvimento pessoal e a autonomia de seus residentes, além de defender a geração de uma rede de centros de serviços, ao contrário de outras habitações em massa que estavam à deriva da desumanização por meio de um projeto habitacional padronizado. A criação dessa rede deveria permitir o desenvolvimento de coletivos policêntricos e de um zoneamento mais cuidadoso.

Em resposta a esse viés social, nasce um edifício com dois blocos (Figura 36): o primeiro - e maior - em seus níveis os níveis mais baixos (primeiro e segundo andar) continha apartamentos duplex mais amplos de 30 m² (tipo K) para as famílias, e em níveis superiores (terceiro, quarto e quinto andar) apresentava apartamentos duplex de 27 m² (tipo F) visando incentivar a vida coletiva; o segundo - menor - abrigava os equipamentos comunitários - academia, cozinha e refeitório - com o fim de fomentar o senso de comunidade juntamente das áreas de circulação e dos espaços comuns (Figura 37, 38 e 39).

Com isso, o edifício Narkomfin se parecia a revolucionária busca soviética em destruir o conceito da casa familiar ocidental burguesa, manifestando em seu espaço um novo papel para a figura feminina ao mesmo tempo que trabalha conceitos de independência e comunidade, reforçando o poder da linguagem arquitetônica possui em sujeitos e corpos.

Este projeto, ao enxergar que a esfera doméstica deveria ser lutar para o desenvolvimento de relações afetivas, sociais e sexuais, não vendo uma necessidade e obrigação de se desenvolver as tarefas domésticas em seu interior, permitiu importantes registros (Figura 40, 41 e 42) de como podem se desenvolver outras vivências femininas no espaço privado, mostrando uma figura de uma mulher que não está tricotando, lavando, passando ou cozinhando, elas estão estudando, trabalhando ou desenvolvendo vínculos - registro claro das diferentes possibilidades que se fazem presentes em novas relações espaciais.

ISOMÉTRICO

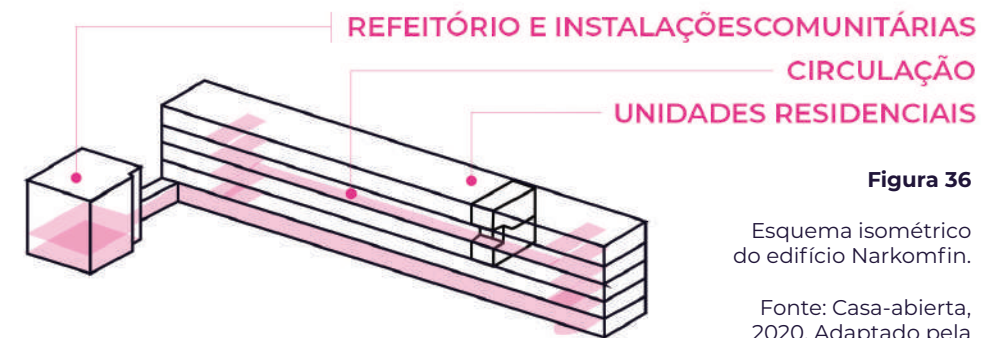


Figura 36

Esquema isométrico do edifício Narkomfin.

Fonte: Casa-abierta, 2020. Adaptado pela autora.

TIPOLOGIA K - PRIMEIRO E SEGUNDO ANDAR

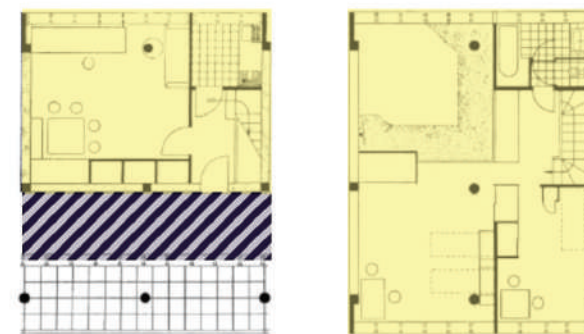


Figura 37

Plantas e setorização da tipologia K.

Fonte: Architecture Review, 2013. Adaptado pela autora.



TIPOLOGIA F1 E F2 - TERCEIRO, QUARTO E QUINTO ANDAR

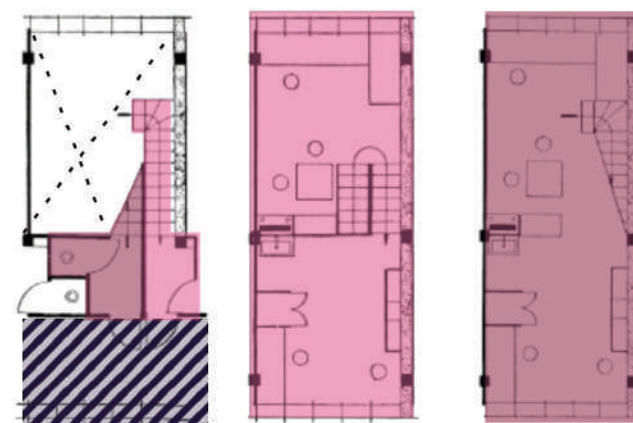
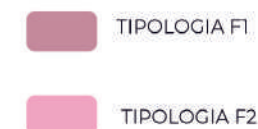


Figura 38

Plantas e setorização das tipologias F1 e F2.

Fonte: Architecture Review, 2013. Adaptado pela autora.



CORTE NO BLOCO RESIDENCIAL

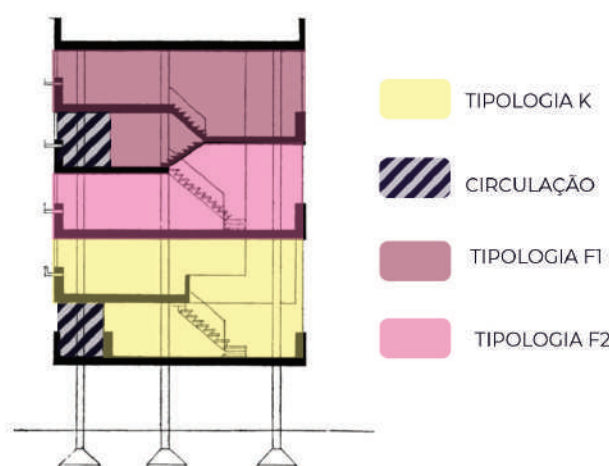


Figura 39

Corte setorizado no bloco residencial.

Fonte: Architecture Review, 2013. Adaptado pela autora.

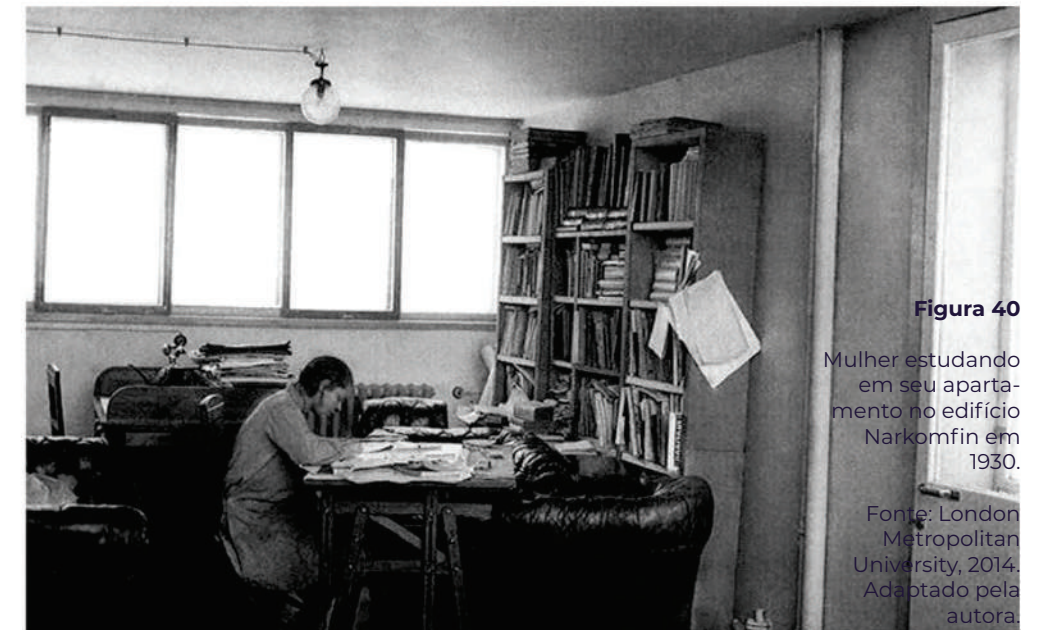


Figura 40

Mulher estudando em seu apartamento no edifício Narkomfin em 1930.

Fonte: London Metropolitan University, 2014. Adaptado pela autora.



Figura 41

Mulher em seu apartamento no edifício Narkomfin em 2014.

Fonte: Calvert Journal, 2014. Adaptado pela autora.



Figura 42

Mulher e seu filho em seu apartamento no edifício Narkomfin em 2014.

Fonte: Calvert Journal, 2014. Adaptado pela autora.

3.1.2. Coletivo Punt 6

O Coletivo Punt 6 (Col·lectiu Punt 6) é uma cooperativa de trabalho formada por arquitetas, sociólogas e urbanistas que nasce em 2005 após a aprovação da Lei 2/2004, no dia 04 de junho, referente a *mejora de barrios, áreas urbanas y villas que requieren una atención especial* da Comunidade autônoma espanhola, a Catalunha, mais conhecida como Lei de Bairros. Esta lei apresenta oito diretrizes básicas urbanas e sociais a serem desenvolvidas, onde seis delas abrangiam o campo da equidade de gênero no uso do espaço urbano e seus equipamentos - por isso o nome Punt 6. Em 2016, o Coletivo se torna uma cooperativa formada por mulheres de variadas idades e lugares (Figura 43), que buscam aplicar suas diferentes trajetórias de vida e atravessamentos para ampliar suas perspectivas no compromisso da transformação feminista dos espaços de convivência urbano.

A cooperativa parte da premissa que de fato as pessoas vivem os espaços de maneiras diferentes, pois tem necessidade e experiências sociais diferenciadas e que, os espaços são moldados e desenvolvidos por uma sociedade patriarcal. Contrário a essa realidade, ele prega o desenvolvimento de um urbanismo feminista (Figura 44).

Acreditando na necessidade de se repensar os espaços para quebrar uma vigente hierarquização e discriminação espacial, a cooperativa trabalha em diferentes escalas e vínculos: a casa, o bairro, o núcleo urbano, a cidade, entendendo que a desarticulação entre esses espaços não traz benefícios para a complexidade da vida e das atividades cotidianas, bem como para as pessoas e suas vivências, especialmente para as mulheres

Visando propor espaços para cuidar, apoiar e relacionar as atividades do cotidiano por uma perspectiva feminista interseccional e radial em diversos níveis – locais, estaduais e internacionais -, o Coletivo Punt-6 desenvolve dados e mate-



Figura 43

Equipe PUNT-6.

Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

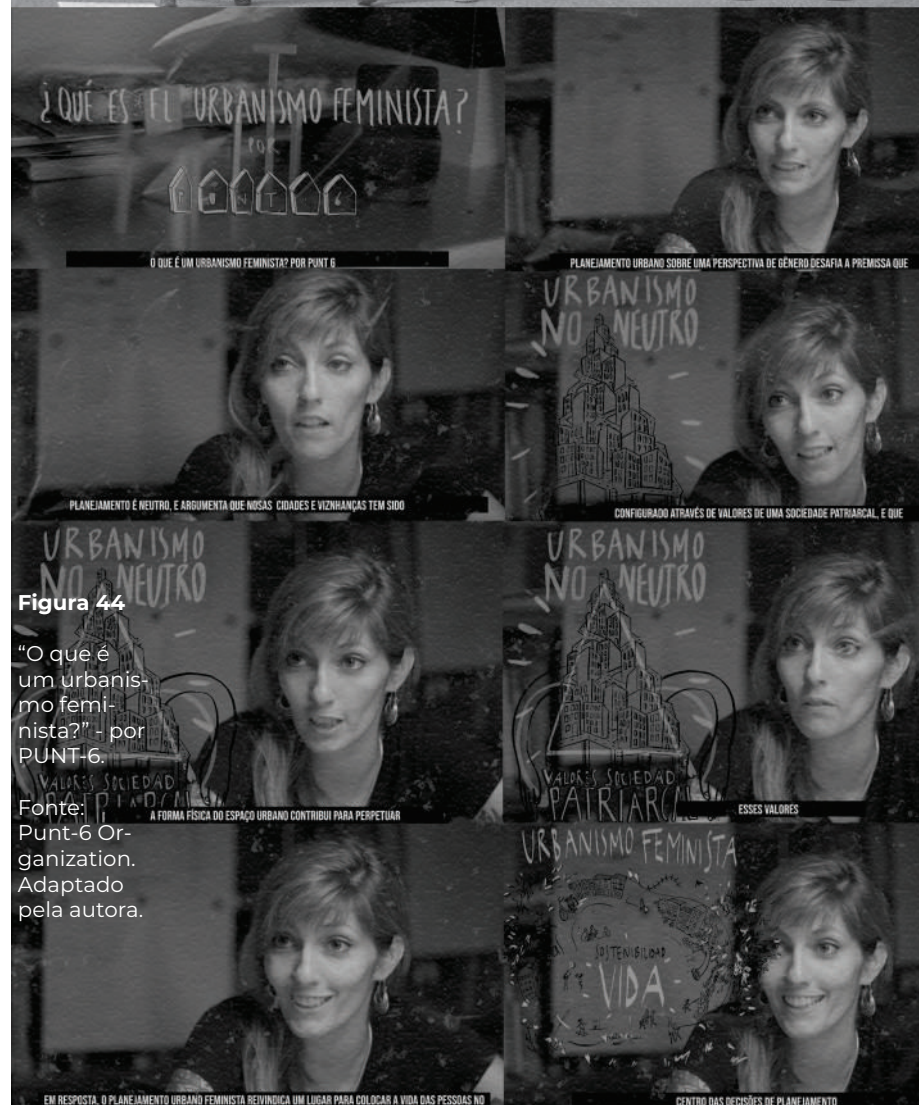


Figura 44

“O que é um urbanismo feminista?” - por PUNT-6.

Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.



Figura 45

Materiais desenvolvidos e disponibilizados pelo Punt-6.

Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

riais em uma metodologia própria de três eixos: qualitativo, quantitativo e participativo, uma metodologia que se adapte ao contexto e às pessoas as quais ele se relaciona de maneira participativa e comunitária. Para o embasamento de suas análises, a cooperativa produz diversos manuais (Figura 45) que perspectivam o gênero em várias das esferas urbanas.

Tais produções abrangem a análise generificada desde a mobilidade urbana até a educação comunitária, exemplificando os diversos serviços elaborados pelo coletivo – formação e sensibilização, ação participativa, assessoramento e consultoria, transformações e intervenções espaciais, entre outros. No desenvolvimento de suas ocupações urbanas, o Punt 6 se embasa no diálogo e na participação, fugindo de uma fórmula rígida para lidar com as cidades. Contudo, apresenta a necessidade de se garantir cinco qualidades urbanas (Figura 46).

Figura 46

Cinco qualidades urbanas.

Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

PROXIMIDADE

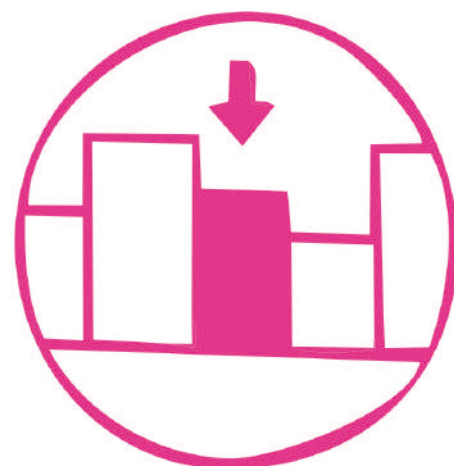
REPRESENTATIVIDADE

DIVERSIDADE

AUTONOMIA

VITALIDADE

Entre as qualidades urbanas, a **proximidade** é a que permite que tudo seja perto de casa, possibilitando o uso de transporte público e/ou deslocamentos a pé; a **diversidade** diz respeito a procurar o diferente, encontrar diversos equipamentos, meios de transporte público, comércios e serviços nessa proximidade; **autonomia** é a qualidade que visa a acessibilidade universal sobretudo pela percepção de segurança, no qual se possa usar os espaços a qualquer hora do dia se sentindo segura e livre; a **vitalidade**, visa proporcionar espaços com vida na rua, relacionando-se com a participação ao permitir encontros, socialização, pedir ajuda e sentir-se segura; por fim, a **representatividade** é a qualidade relacionada com a participação nas decisões urbanas, ao conhecimento, a história, a memória. Para o Coletivo, tais qualidades devem ser garantidas nas **três tipologias de espaço** (Figura 47).



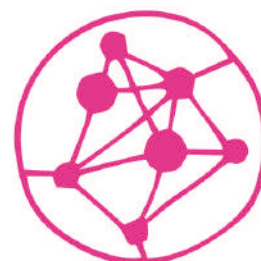
equipamento do cotidiano

tipologia que se estende em um raio de até 20 minutos a pé ou em uso do transporte público; relacionada com a conexão e representação com os equipamentos utilizados diariamente, indispensáveis para o desenvolvimento da vida cotidiana em todas as fases da vida e de referência para toda a comunidade/território



espaços de relação

tipologia que se estende em um raio de até 10 minutos a pé ou em uso do transporte público; relacionada pela interação e conexão das pessoas com atividades do cotidiano (principalmente aquelas ligadas ao cuidado doméstico e de dependentes), onde se pode criar uma rede de ajuda mútua ou fortalecer uma rede social, também compreende os espaços de lazer e encontro



bairro e rede cotidiana

tipologia que se estende em um raio de até 05 minutos a pé; a menor tipologia do espaço, caracterizada por particularidades e grupos específicos que não coincidem com os limites administrativos do bairro, é formada pelo conjunto de espaços de relacionamento e pelas ruas que os conectam

Figura 47
Tipologia dos espaços.
Fonte: Punt-6 Organization.
Adaptado pela autora

Além das cinco qualidades e dos espaços relacionais, no conceito da vida cotidiana, o coletivo define quais são as quatro esferas (Figura 48) por onde as pessoas satisfazem suas necessidades, são elas as esferas: **produtiva, reprodutiva, própria e política**. Em cada uma delas, as pessoas realizam diferentes atividades.

Com isso, o Punt 6 reflete um projeto que busca a formação de espaços de relação, onde as pessoas possam realizar atividades cotidianas em seu entorno através

de uma rede social de ajuda mútua e autônoma. Espaços de troca que visem transformar especialmente a vida das mulheres e colocá-las no centro das redes de relação, construindo lugares que apoiem uma nova forma de organização social fundamentada pela segurança e gestão comunitária e que reivindica a responsabilidade pública e social para as tarefas de cuidado realizada pelas mulheres, tornando-as menos invisíveis no espaço urbano.

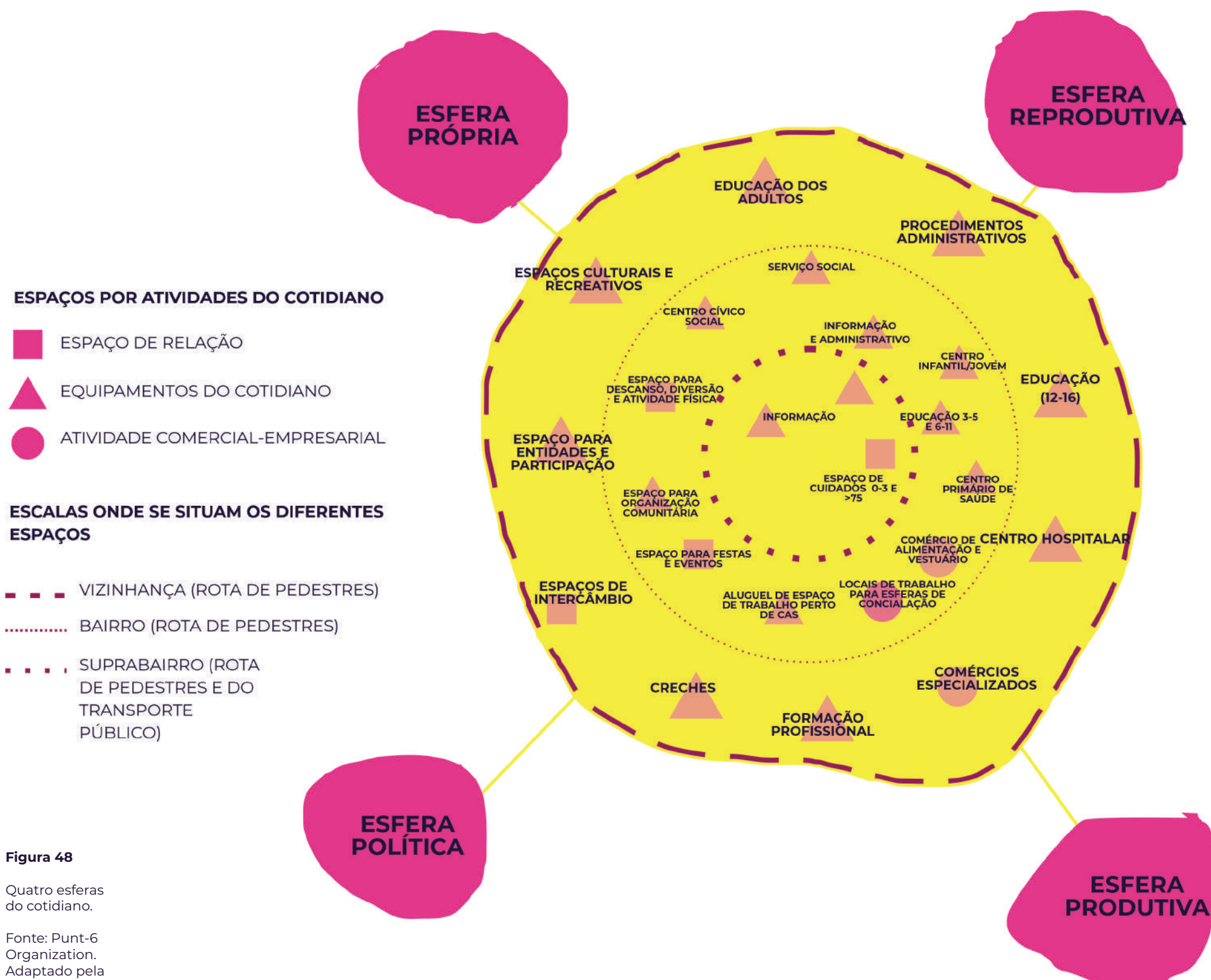


Figura 48

Quatro esferas do cotidiano.

Fonte: Punt-6 Organization.
Adaptado pela autora.

3.1.3. Women's Pavilion 2021 - Volume Zero - Architecture Competition

No ano de 2021 a plataforma digital Volume Zero lançou um concurso projetual internacional para o desenvolvimento do Pavilhão das Mulheres, partindo do desafio de desenvolver um espaço voltado para a comunidade feminina com diversas faixas etárias e usar da arquitetura como um meio de mudança.

No escopo do edital há um entendimento de que o valor de uma sociedade é medido pelo lugar que ela dá às suas mulheres, local que, mesmo conquistado através de muita luta, ainda não representa um espaço de equidade de gênero ou livre de inúmeras violências e preconceitos (VOLUME ZERO COMPETITIONS, c2021). Ele também compreende que o principal obstáculo para se livrar desse cenário é a falta de educação da sociedade como um todo (VOLUME ZERO COMPETITIONS, c2021), destacando em seu briefing um provérbio africano que menciona que ao educar um homem se educa um indivíduo, ao educar uma mulher, educa-se uma sociedade toda.

Por meio disso, todos os participantes deveriam projetar um pavilhão que não só proporcionasse espaços para o debate e a conscientização da figura feminina e de suas lutas, bem como simbolizasse um ponto de partida para a mudança na busca de uma igualdade. O pavilhão deveria abranger um conteúdo programático livre, porém que se apropriasse da educação como um instrumento catalizador na ajuda das mulheres em busca de sua autonomia e independência.

Limitando o espaço em 500m² de área construída e permitindo a livre escolha de um terreno para seus participantes, o concurso instruiu que os participantes fornecessem atividades que estimulassem e acelerassem o desenvolvimento da comunidade local e abrigasse um público de 75 funcionários fixos.

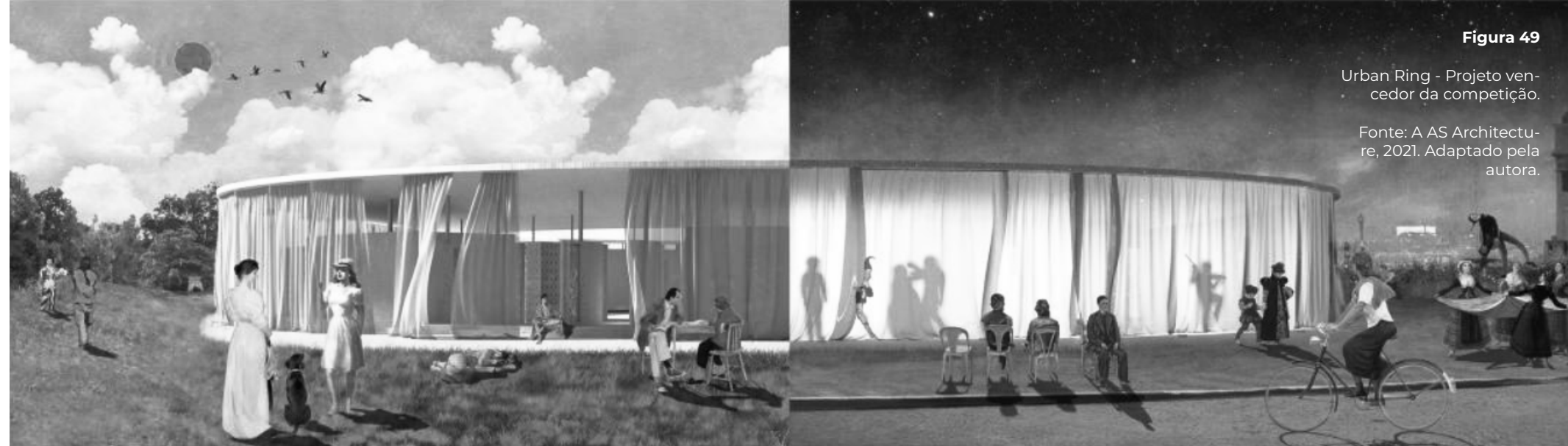


Figura 49

Urban Ring - Projeto vencedor da competição.

Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

Em 2022 a plataforma apresentou os vencedores do concurso. Nisso, o projeto intitulado “Urban Ring” (Figura 49), de autoria do trio francês Elisabeth Sulmont, Valentin Ranc e Vincent Manzini, foi o primeiro colocado.

O projeto partiu da multiplicidade das mulheres para projetar múltiplas unidades do pavilhão (Figura 50), entendendo que as diferentes escalas dessas unidades deveriam ser usadas para suprir diferentes necessidades e enfrentamentos cotidianos das mulheres de Paris.

Foram quatro unidades de escalas diferentes (Figura 50) projetadas através de módulos mostrando a adaptabilidade do projeto: a unidade monumental, a local, a pequena

e a sinalética. A unidade monumental, de maior grandeza, abrange todo o diverso programa composto por espaços de apoio de saúde, convivência e diálogo, bem como programas educacionais e artísticos, apropriando-se de sua escala para dar caráter representativo ao pavilhão e sua temática; já a segunda unidade representa um nível local, equipada com um programa menor, é representada como um espaço de assistência e diálogo com certas regiões; a terceira e a quarta unidade, representando a menor escala da proposta, são elementos voltados para a proteção em pequenas áreas e iluminação, respectivamente. Todas as unidades deveriam ser conectadas por um indicador digital que fornecesse informações sobre suas localidades, atividades e cronogramas.

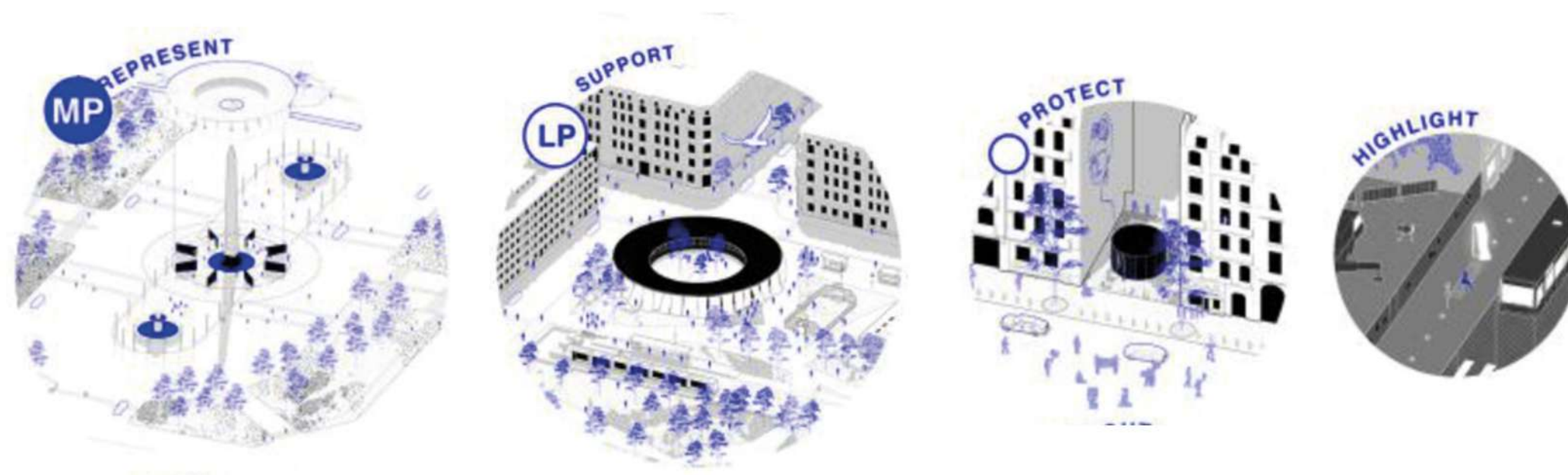


Figura 50

Unidades do Urban Ring.

Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

Figura 51

Planta baixa - Unidade Monumental.

Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

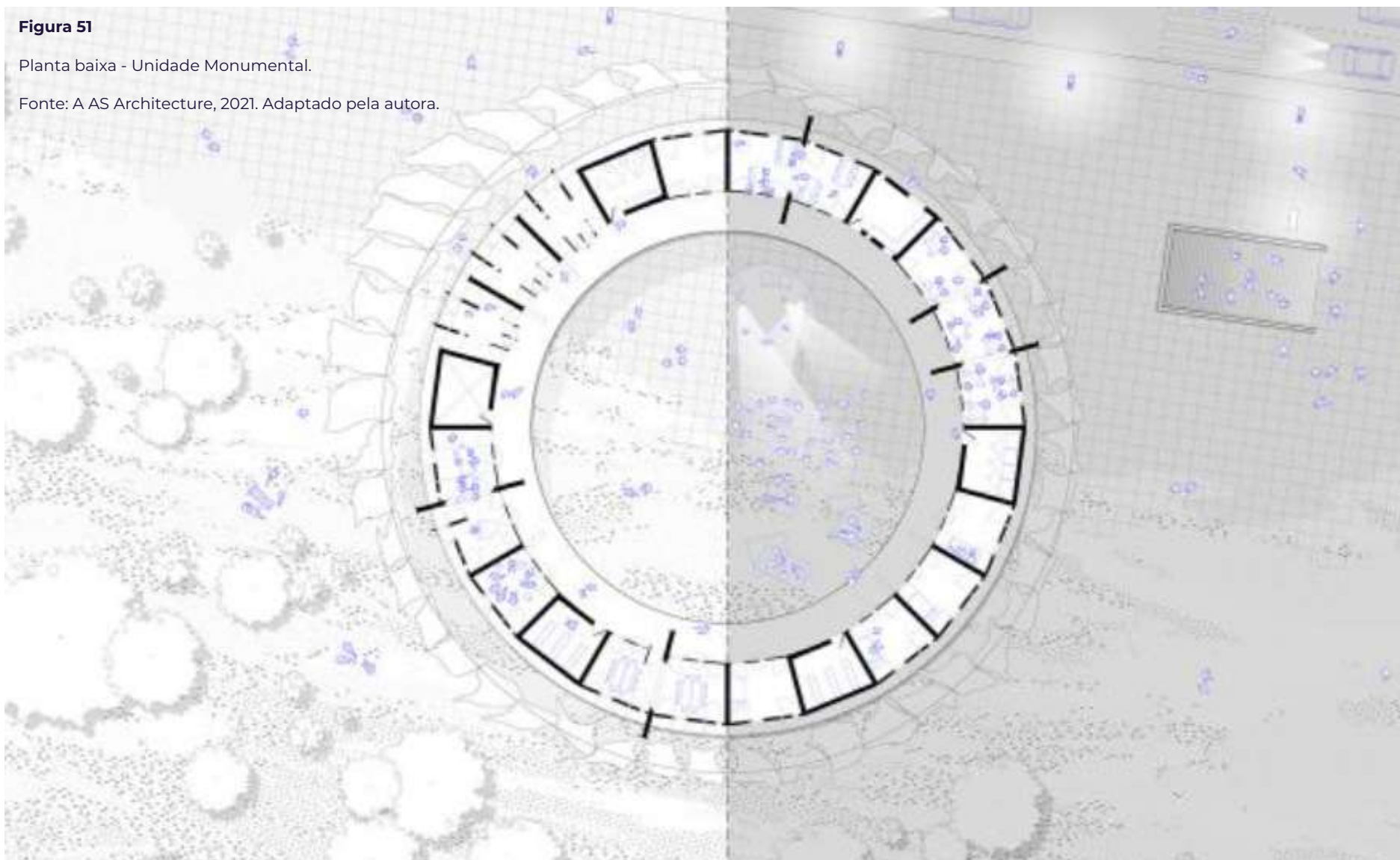


Figura 52

Corte - Unidade Monumental.

Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.



Representado em planta baixa e corte (Figura 50 e 51), a unidade monumental tem seus módulos compostos por paredes laterais com blocos e paredes frontais e posteriores com divisórias rotativas permitindo tanto a proposta de um cenário fluido e público, (Figura 52) como um cenário mais íntimo. Tais elementos somados com multiplicidade de escalas e a diversidade programática, dão ao projeto o eixo da transformação, onde a arquitetura não somente se aproprie de uma materialidade adaptativa e flexível para representa-lo, mas também use de seu signo e espaço construído para proporcionar uma mudança social.

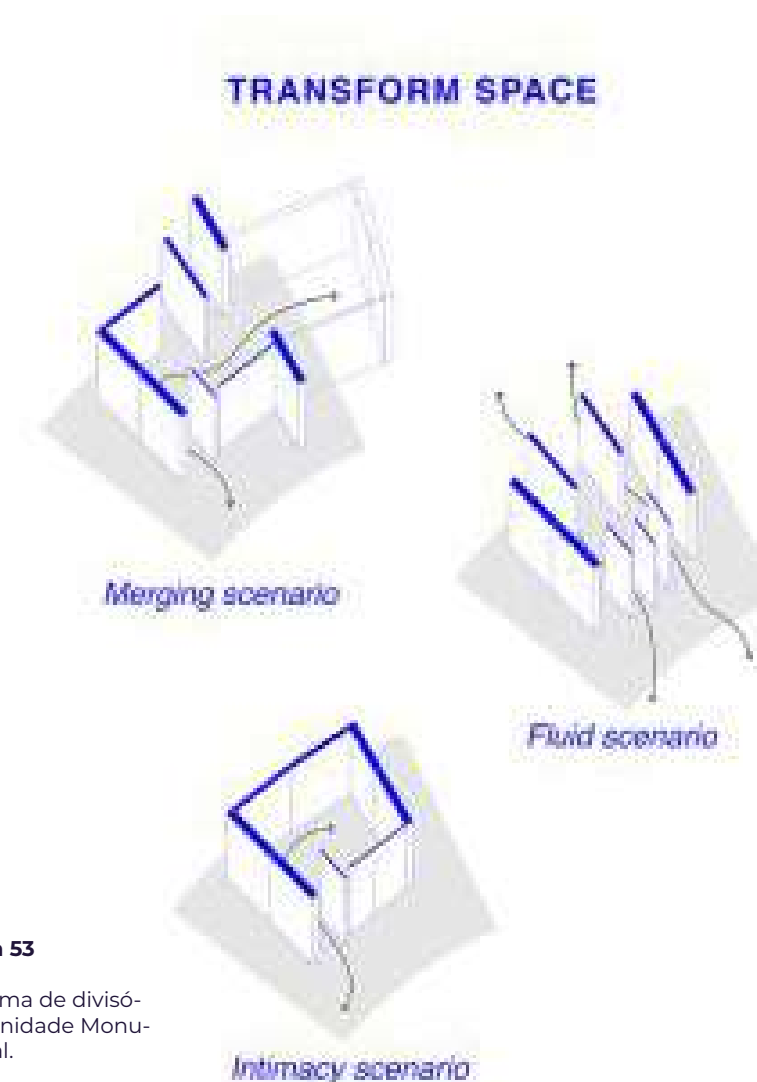


Figura 53

Esquema de divisórias- Unidade Monumental.

Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

3.2

aproximação

Pesquisar este tema nos leva a perceber que as problemáticas e os discursos hegemônicos além de tangenciar as mulheres e seus corpos, afetam um todo social, comum, público e, essencialmente, espacial. Nisso, partir para a escolha de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul, para campo de análise e desenvolvimento projetual, é justificado primeiramente pela globalidade e abrangência do tema, de forma a reafirmar que tais apontamentos são comuns e presentes em diversos lugares, pareando a cidade com o nível nacional.

Ainda assim, voltar olhares críticos para Campo Grande é também trazer análises e proposições para cidades distantes dos grandes centros urbanizados e metropolitanos. Deslocar a pesquisa destes centros é uma forma de indicar melhores caminhos possíveis para o desenvolvimento de cidades interioranas e evitar difundir ainda mais a disparidade entre gênero e espaço em outras escalas urbanas, além de promover um desenvolvimento mais igualitário, visando o alcance de um direito da cidade pleno.

Ademais, ter este ponto de partida particular justifica-se por uma questão não-neutra e afetiva. Campo Grande faz parte de uma leitura de vivência e de experiência espacial singular enquanto estudante de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, o que proporciona a esta pesquisa um ponto de vista próprio e aproximado para estudo e análise, de forma a captar nuances sobre tal território.



Figura 54

Ilustração
aproximação.

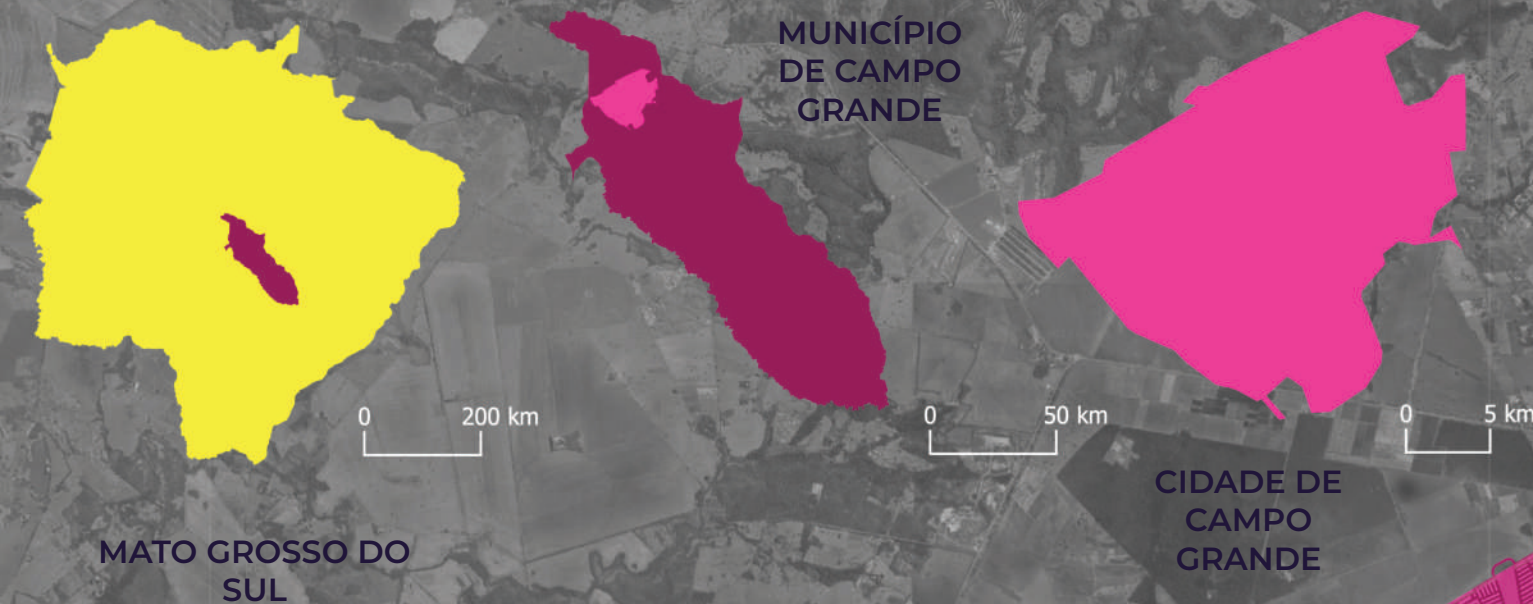
Fonte: Elab-
orado pela
autora.

3.2.1. Leitura Urbana - Campo Grande

A cidade de Campo Grande é atualmente a capital do estado do Mato Grosso do Sul, situa-se na porção central do estado e conta com um território de 8.082,978 km² de extensão, sendo a sétima maior cidade do estado e ocupando a classificação de Capital Regional A (2A). A capital compreende 252,63 km² de área urbanizada, aproximadamente 03% do total de sua unidade territorial. Apesar de sua grande extensão, Campo Grande também detém a maior densidade do Estado com 97,22 hab/km² e é consolidada como a cidade mais populosa do Mato Grosso do Sul, reafirmando sua importância como polo regional.

Segundo o Censo de 2010, o município contava com 786.797 mil habitantes, considerada então a cidade mais populosa do Estado. Destes, cerca de 98% são habitantes urbanos e apenas 02% habitantes rurais. Com a prévia do Censo de 2023, o IBGE apontou que o número de habitantes do município saltou para 942.140 mil habitantes totais, um crescimento de aproximadamente 20% da população em 13 anos.

Mesmo não cabendo aqui uma análise profunda sobre o desenvolvimento urbano da capital, dedicar uma parte da aproximação para seu entendimento se mostra essencial para a compreensão das relações presentes neste território, ainda mais quando se busca um recorte feminino da cidade.



área urbana
252,63 km²
(IBGE, 2010)

786.79
habitantes
(IBGE, 2010)

densidade demográfica
97,22 hab/ha
(IBGE, 2010)



Com isso, destaca-se que a cidade de Campo Grande tem seu crescimento urbano moldado essencialmente pela instalação da linha ferroviária Noroeste do Brasil (NOB), construída no ano de 1914 e que visava melhorar a distribuição de produções nacionais e estimular o potencial econômico do território.

A cidade então integrada ao percurso da ferrovia passa de um vilarejo a um agrupamento urbano, vivendo um período de desenvolvimento e de expansão territorial e populacional com a chegada de imigrantes e de trabalhadores da linha férrea e tem sua primeira malha urbana concentrada na região central, perto da estação ferroviária.

Porém é apenas a partir da década de 60 que Campo Grande passa pelo seu mais importante ciclo de crescimento. O período caracterizado por planos e programas de investimentos que aspiravam conferir ao território nacional uma maior importância ao cenário urbano com a construção de Brasília, gerou expectativa para o desenvolvimento da região Centro-Oeste e é neste cenário que o município experimenta um crescimento demográfico e uma expansão territorial nunca antes vistos. Neste período, Campo Grande registrou um crescimento de seu território urbano de 500 ha/ano e teve seu perímetro ampliado três vezes.

Neste ciclo, o crescimento da cidade deixa de ser contínuo e contíguo à área central e dos córregos e das adjacências da ferrovia e passa por uma fragmentação e deslocamento, fenômeno não acompanhado pela oferta de

infraestrutura, tornando a cidade permeada por muitos vazios urbanos e por desigualdades sociais. Nesta expansão descontínua, registra-se a implantação de áreas urbanas desconstituídas do tecido original somadas a um crescimento demográfico proporcionalmente inferior ao crescimento territorial, um fenômeno que registra as forças e interesses de expansão e especulação presentes na cidade, afetando em essência toda a dinâmica urbana.

Campo Grande atualmente conta com 07 regiões urbanas e 74 bairros e constatar o aspecto urbano difuso que compreende sua formação e seu dinamismo é imprescindível para nos aproximar do contexto feminino na cidade. Uma vez corpos não pertencentes à trama urbana, as mulheres tem suas vivências mais intensamente determinadas pelas disfunções de uma cidade, transitam pelo público e pelo privado como corpos estrangeiros sofrendo por faltas e resistem por meios de brechas em uma cidade dispersa.

3.2.2. Onde estão as mulheres em Campo Grande?

Atualmente, as mulheres em Campo Grande representam 51,53% da população total do município. Distantes de serem consideradas minoria numérica na cidade, o número de mulheres excede em 24.131 ao dos homens, dando continuidade a série do município que registra a predominância da população feminina e caracteriza a cidade com o maior percentual feminino do estado do Mato Grosso do Sul com uma razão de sexo de 94,05. Deste número, 98,89% representam mulheres residentes da área urbana e 1,11% mulheres residentes da área rural.

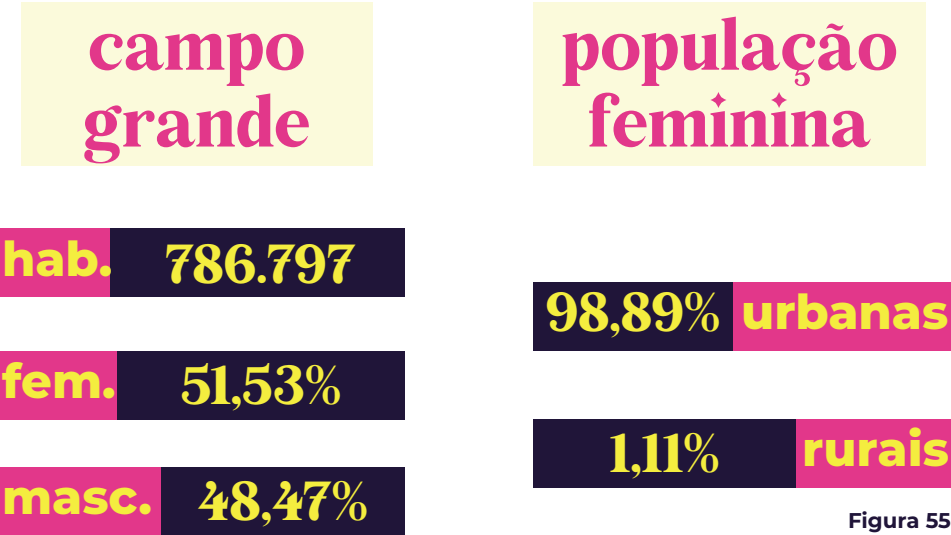


Figura 55
Dados populacionais de Campo Grande.
Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2022.
Adaptado pela autora.

Para especializar e aprofundar o quadro geral feminino do município, visando maiores clarezas das desigualdades existentes, um recorte socioeconômico foi realizado sob os bairros da cidade. Partindo então da quantidade de mulheres por bairro, dados disponibilizados pelo Perfil Socioeconômico de 2022 de Campo Grande e dos valores de extensão (ha) de cada bairro, também disponibilizados pelo Perfil, um mapa de Densidade Populacional Feminina (mulheres/ha) foi gerado afim de observar em quais bairros a presença feminina é mais intensa (Figura 55).



Percebe-se então que a maior concentração de mulheres está fronteira às regiões do Anhanduizinho e da Lagoa, seguido pela região do Centro onde aparecem valores mais homogêneos. Em contrapartida, as menores concentrações femininas são vistas nas regiões periféricas da cidade, resultado de bairros com altos valores de extensão territorial e baixa quantidade absoluta de mulheres. Apresentando uma série histórica de excedente da população feminina em relação a masculina, muito provavelmente dados mais recentes poderão mostrar um aumento geral da densidade feminina na cidade.

O Perfil Socioeconômico de 2022 também demonstra que o número de mulheres responsáveis por domicílios em Campo Grande corresponde ao valor de 41,79%, valor que apesar de não exceder o número masculino reforça a expressividade da participação e das responsabilidades femininas na cidade.

Entretanto, apesar da significativa presença e do registro de aumento na participação das atividades econômicas (PED, 2001), a população feminina chefe de família tende a ter uma taxa de desemprego mais alta que a masculina, 8,7 % (DIEESE, 2016) contra 7,5% dos homens (DIEESE, 2016) e também registra historicamente um rendimento inferior (DIEESE, 2022).

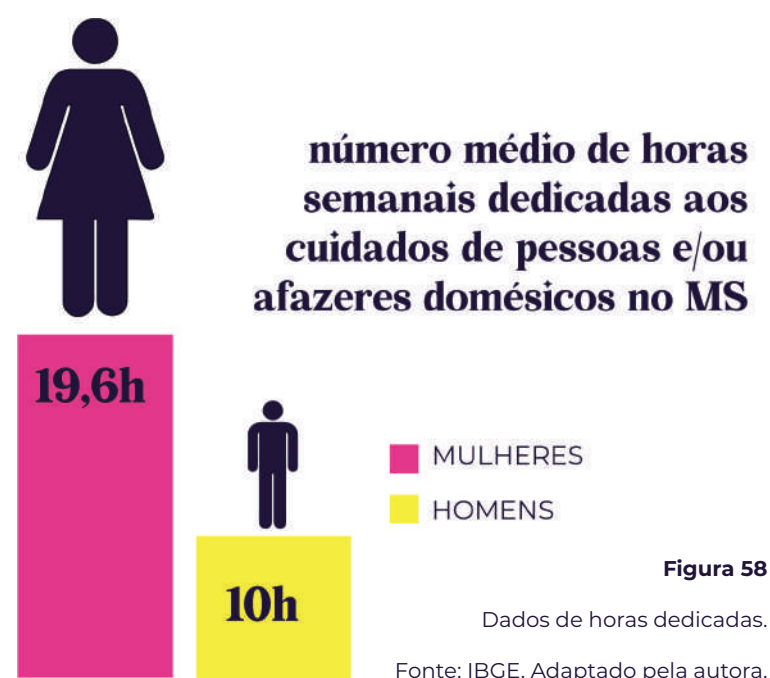
Sendo para Arriagada (2003) das principais fontes de bem-estar das pessoas, o rendimento é uma das principais variáveis para mensurar pobreza e desigualdade. Além disso, Gonzalez (2013) aponta que é através de renda e trabalho que as mulheres se capacitam para modificar as relações de gênero e eliminar suas desigualdades. Com isso, o mapa seguinte espacializa em Campo Grande o rendimento nominal médio mensal das mulheres em domicílios particulares permanentes (Figura 56).

O quadro campo-grandense mostra que os maiores rendimentos nominais mensais femininos estão concentrados em áreas centrais da cidade e em poucos



bairros, enquanto na maior parte da cidade predomine rendimentos abaixo de R\$ 1000,00, registrando os menores valores nos bairros mais periféricos. Na cidade, onde o menor rendimento nominal registrado por homens é de R\$ 351,09, o menor valor registrado por mulheres é de R\$ 294,56. Por outro lado, o maior valor registrado por eles é de R\$ 5.623,52 e por elas é de R\$ 3.070,48, uma diferença de 54,60%. No Brasil, o rendimento médio no trabalho principal das mulheres segue menor que o dos homens em todas áreas de formação (IBGE, 2010) e a razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens segue com números bastantes desiguais, podendo chegar em 78,5.

Para além do rendimento inferior ao masculino, outro fator que aponta a acentuada desigualdade de gênero Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que relata a quantidade de horas semanais que homens e mulheres dedicam aos cuidados de terceiros e afazeres domésticos. Apesar da proporção de mulheres em idade ativa ocupada ter aumentado nos últimos anos, a responsabilidade pelas atividades domésticas e de tarefas de cuidado segue sendo quase exclusivamente feminina (SNIG, 2022). No Mato Grosso do Sul, a diferença de hora semanais dedicadas a estes serviços chega a quase 100% quando compara-se homens e mulheres (Figura 57).



Tal quadro ainda é resultado das estruturas de gênero de uma sociedade patriarcal que historicamente reserva tarefas da família e do lar para os cuidados femininos. Ele também reforça os valores que atribuem o direito e o domínio do espaço público aos homens e limita o acesso das mulheres a diferentes espaços e possibilidades.

O IBGE também aponta que é no Mato Grosso do Sul que as mulheres dedicam mais horas semanais aos afazeres domésticos, chegando a destinar o dobro de horas que os homens destinam a mesma ocupação e, apesar da existência da possibilidade do compartilhamento de tarefas com os companheiros, tais encargos ainda recaem sobre a responsabilidade das mulheres (IBGE,2019).

Esses indicadores reforçam apenas que Campo Grande parecia com a realidade nacional – e mundial – das mulheres. Seja no espaço público ou no espaço privado, as desigualdades para com as mulheres persistem e se agravam quando especializadas. Além de constantemente terem seu espaço físico negado, possuem seu espaço social e econômico também inferiorizado e essa realidade só será subvertida quando a vivência feminina for presente na memória, na história, no cotidiano, na realidade presente.

3.2.3. Insurgências

E quando se busca a presença física e espacial das mulheres em Campo Grande depara-se com sua existência em dois domínios: o assistencial e o simbolismo tênue. O primeiro abriga um conjunto de espaços e equipamentos voltados para auxiliar as mulheres em situação de violência, espaços que respondem diretamente aos dados impactantes de violência feminina e feminicídio. Já o segundo, responde a espaços, ainda muito tímidos na realidade brasileira, que se apropriam da figura feminina no campo representativo ou a destacam no cenário espacial.

No primeiro campo, tem-se a Casa da Mulher Brasileira (Figura 58 e 59), espaço destinado às mulheres vítimas de violência com serviços de atendimento integrado e humanizado. A Casa, a primeira a ser inaugurada do país em 2015, é uma proposta da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) que visa integrar atividades de assistência especializadas a seu público com atendimento 24h.

Localizada na região do Imbirissu, a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, também comporta em seu espaço a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e a Subsecretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SEMU), visando promover e defender os direitos das mulheres, e é considerada referência nacional pelo oferecimento integrado dos seguintes serviços (Figura 60).



Figura 61

Serviços oferecidos pela Casa da Mulher Brasileira.

Fonte: Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Adaptado pela autora.



Figura 59

Casa da Mulher Brasileira.

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Adaptado pela autora.



Figura 60

Casa da Mulher Brasileira.

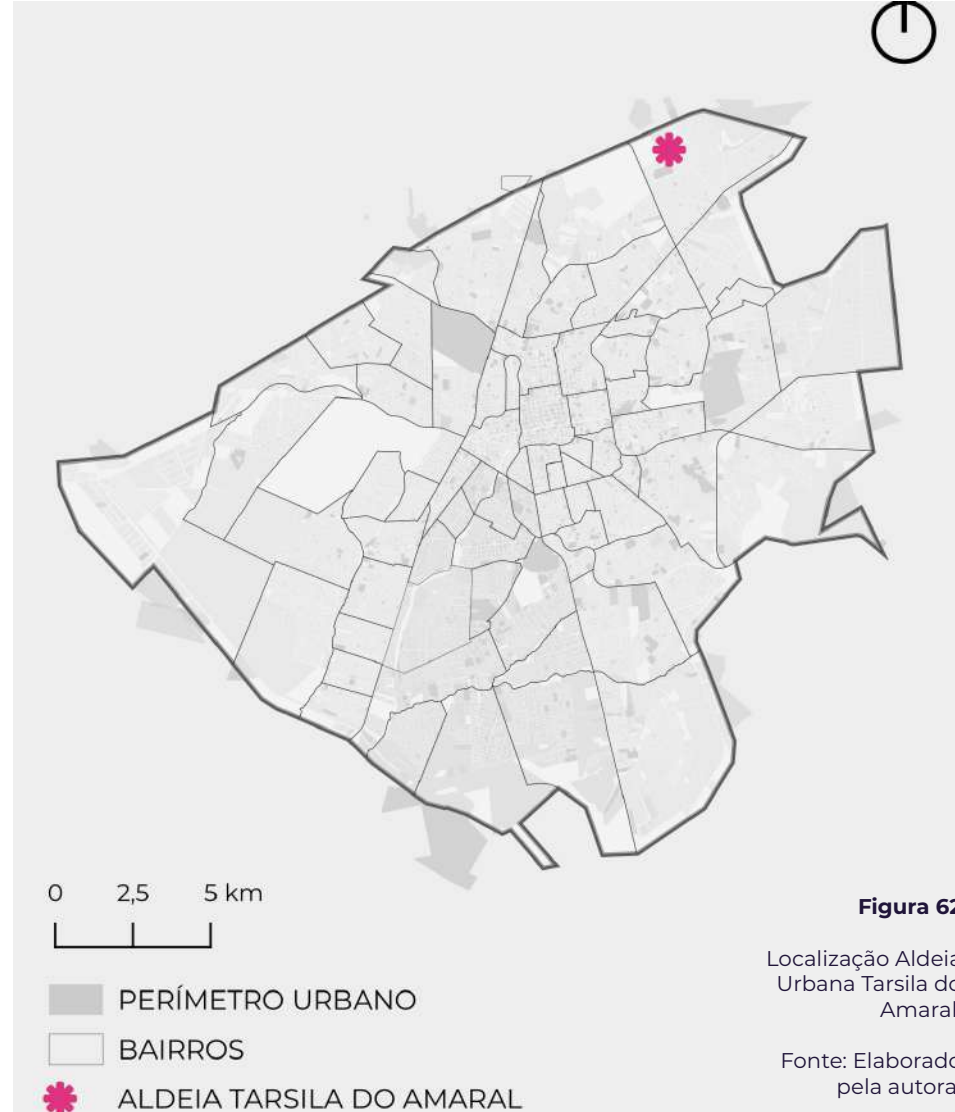
Fonte: Repositório da Prefeitura de Campo Grande, 2019. Adaptado pela autora.

Outra possível existência feminina em Campo Grande é de domínio simbólico. O simbolismo das mulheres é parte da história de formação da Aldeia Urbana (AU) Tarsila do Amaral. Carregando no nome uma das figuras femininas centrais do modernismo brasileiro e latino-americano, a AU se localiza no bairro Nova Lima (FIGURA 61) e foi implantada no ano de 2008 pela Agência Municipal de Habitação de Campo Grande (AMHCG) (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019).

Além do nome, o local de concentração das etnias indígenas Kadiwéu, Terena e Guarani que residem na cidade foi conquistado pela força da ocupação feminina. Com a liderança de Alicinda Tibério, famílias indígenas ocuparam em 2006 parte do loteamento destinado à construção do Conjunto Habitacional Tarsila do Amaral para garantir o cumprimento integral do acordo inicial com o Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso do Sul (Terrasul) e com dois anos de ocupação conquistaram o feito (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019). A líder, juntamente de outras mulheres, foram figuras ativas para a criação e construção do próprio bairro, bem como da Associação de Moradores Indígenas do Tarsila do Amaral - AMITA e do Clube de Mães (VIETTA, 2012).

Outro elemento inserido na Aldeia que toma destaque das mulheres é o nome de suas vias. Grande parte das ruas levam em homenagem o nome de mulheres de grande importância histórica, como por exemplo a rua Dorcelina Folador (Figura 62), homenageando a professora, artista e política envolvida nas lutas sociais que foi assassinada durante seu mandato como vereadora (LOPES, 2016).

Entretanto, denominar tal simbolismo como tênue, não é em vão. Ao aprofundar a análise simbólica percebe-se que tais elementos são distantes e pouco presentes na realidade cotidiana da cidade. A matéria de 2016 publicada no site Campo Grande News mostra que as figuras femininas levadas nos nomes das vias não são notadas e não chegam a representar com tal intensidade para as moradoras locais (TORRES, 2016). A representação simbólica somente existe



de fato quando reconhecida e valorizada por toda uma comunidade. A falta de percepção e visibilidade faz com que se apague e debilite a presença desses signos, em especial signos femininos da prática urbana. A maior força feminina levada em consideração pelas entrevistadas vem da luta das mulheres que trabalharam para a construção e formação do local.

Nesse contexto, apesar do esforço governamental e municipal, a presença das mulheres em Campo Grande ainda é débil e passiva na realidade urbana. A Casa da Mulher Brasileira e a Aldeia Urbana Tarsila do Amaral por mais que sejam reconhecidas como iniciativas importantes e necessárias, são pontuais, distantes da trama urbanística, periféricas tanto espacial quanto socialmente.

Representando umas das poucas, ainda que crescentes, propostas espaciais que incluam a população feminina,

Figura 63

Rua Dorcelina Folador.

Fonte: Top Mídia News, 2016. Adaptado pela autora.



são pequenos passos para promover a equidade de gênero nos espaços. Ainda assim, Campo Grande está longe de integrar tais propostas à espaços de formação da comunidade e que dialoguem com a vivência do cotidiano feminino.

Quando se compara as propostas presentes na cidade com as qualidades urbanas necessárias destacadas pelo PUNT-6 – proximidade, diversidade, autonomia, vitalidade e representatividade - enxerga-se uma cidade tímida onde a contemporaneidade das relações entra em conflito com a dinâmica urbana atual.

A trajetória das mulheres para a ocupação de espaços e para a garantia de espaços próprios é longa e Campo Grande não se exclui de tal realidade ao propor espaços descolados, sem exposição e conexão. Pelo contrário, se afirma como uma cidade estruturada na divisão de seus indivíduos, especialmente as mulheres.

3.2.4. Macrodiagnóstico territorial

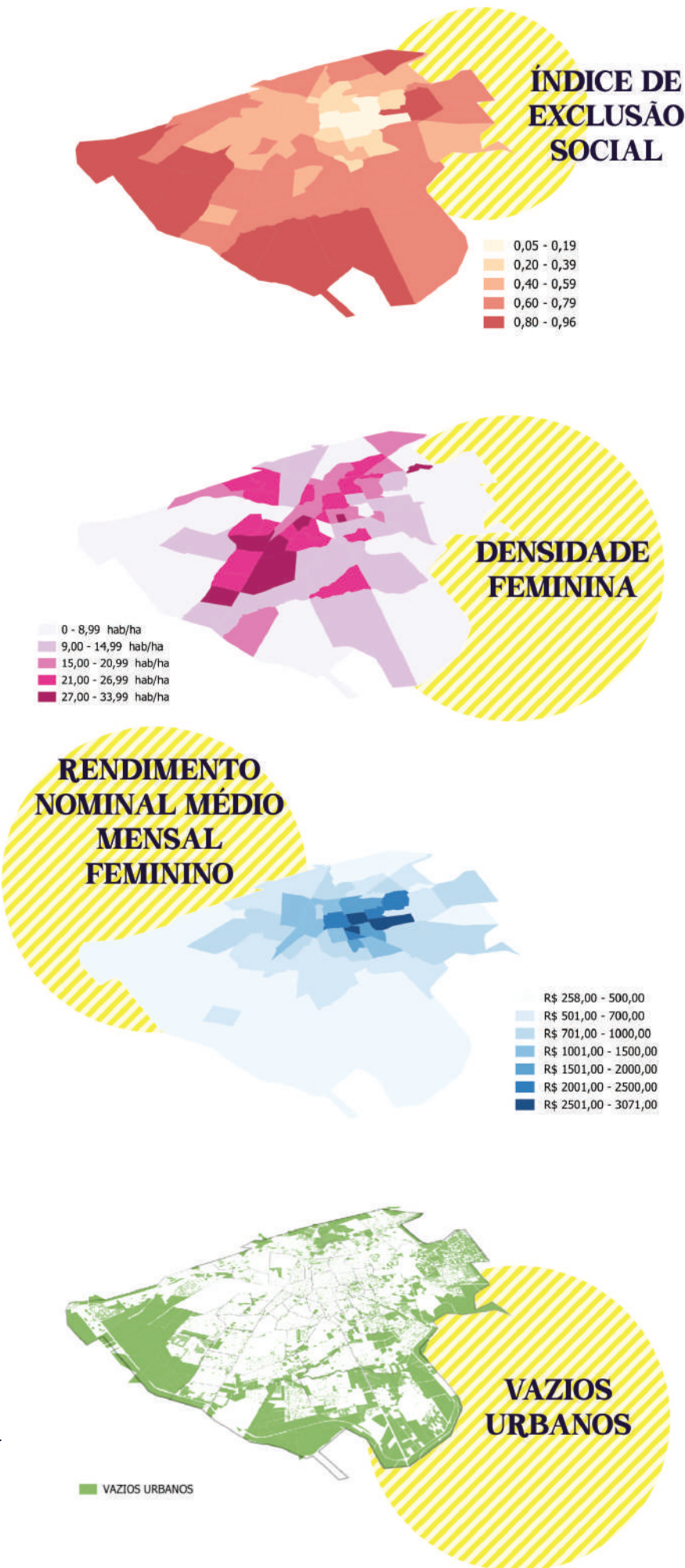


Figura 64
Macrodiag-
nóstico.

Fonte:
Perfil Socio
Econômico
de Campo
Grande, 2022.
SISGRAN,
2023. Adap-
tado pela
autora.

Quando então se analisa a cidade como um todo a partir dos mapas projetados (Figura 63) – índice de exclusão social, densidade feminina, rendimento nominal médio mensal feminino e vazios urbanos –, pode-se compor uma análise macro que apontará as relações das mulheres com Campo Grande e com o que este trabalho debate.

Os menores índices de exclusão social concentram-se na área central da cidade, área que historicamente apresenta melhor infraestrutura, maior diversidade de usos e ocupações e, como já apontado, é uma área mais conectada às dinâmicas urbanas e por isso apresenta uma melhor qualidade de vida a seus moradores. Nesta região, a concentração de mulheres é mediana, entretanto, os valores da densidade feminina entre seus bairros são mais proporcionais, além disso, possuem maiores rendimentos médios que os demais lugares da cidade.

Em contrapartida, a periferia de Campo Grande revela um padrão comum a maioria das cidades brasileiras, maiores índices de exclusão social, menor diversidade e oferta de infraestrutura e historicamente marginalizada. Aqui, as mulheres não fogem a regra da exclusão, possuem os menores valores de renda média da cidade e estão mais dispersas.

Outro ponto de destaque são os vazios urbanos presentes no território de Campo Grande, possuindo maior incidência na periferia da cidade. A presença deles está diretamente ligada com a seguridade e a vitalidade do tecido urbano, elementos decisivos para garantir a presença das mulheres nesses espaços e uma vivência urbana feminina mais plena.

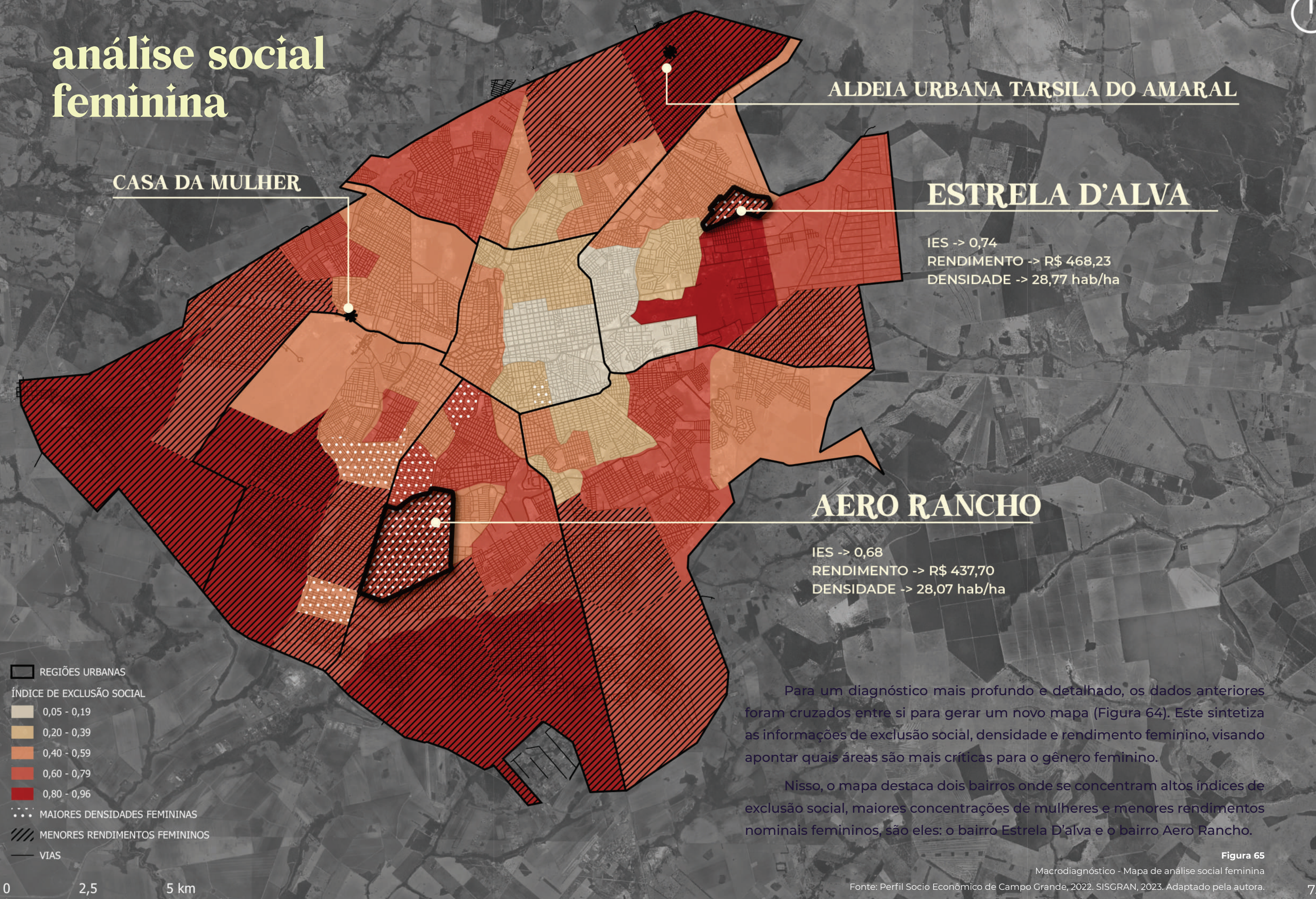
A partir desse quadro, pode-se apontar que a parcela munida de mulheres centrais é de mais possibilidades de vivência espacial que as mulheres da periferia. Este diagnóstico revela um padrão bastante comum das cidades brasileiras, que concentra serviços e infraestrutura urbana de qualidade nas regiões centrais e/ou nobres da cidade, em detrimento das áreas periféricas, desconsiderando em muitas vezes as questões demanda.

Entretanto, as questões aqui expostas demonstram que, no geral, todo conjunto feminino, sua autonomia e seus corpos são afetados pelas questões sócio-econômicas e de infraestrutura.

O macrodiagnóstico de Campo Grande reforça e espacializa os embates travados entre mulheres e os espaços – aqui, essencialmente o espaço urbano – e nisso, observa-se problemáticas espalhadas por todas as tipologias de espaços elencadas pelo Coletivo Punt 6: o bairro e rede cotidiana, o espaço de relação e o equipamento cotidiano.

Ao afetar tais espaços, pode-se apontar também que as quatro esferas – a esfera produtiva, a esfera reprodutiva, a esfera própria e a esfera política – ligadas ao sujeito feminino e nomeadas pelo Coletivo também são afetadas e impactam em diversas atividades que tangenciam as mulheres nos espaços, revelando um problema generalizado, multiescalar e multiespacial.

análise social feminina



Para um diagnóstico mais profundo e detalhado, os dados anteriores foram cruzados entre si para gerar um novo mapa (Figura 64). Este sintetiza as informações de exclusão social, densidade e rendimento feminino, visando apontar quais áreas são mais críticas para o gênero feminino.

Nisso, o mapa destaca dois bairros onde se concentram altos índices de exclusão social, maiores concentrações de mulheres e menores rendimentos nominais femininos, são eles: o bairro Estrela D'alva e o bairro Aero Rancho.

análise qualitativa urbana



ALDEIA URBANA TARSILA DO AMARAL

CASA DA MULHER

ESTRELA D'ALVA

- NÃO DISPÕE DE TERMINAL DE ÔNIBUS;
- NÃO DISPÕE DE ZONA DE CENTRALIDADE;
- DISPÕE DE EIXO DE ADENSAMENTO

AERO RANCHO

- DISPÕE DE TERMINAL DE ÔNIBUS;
- DISPÕE DE ZONA DE CENTRALIDADE;
- DISPÕE DE EIXO DE ADENSAMENTO

- PERÍMETRO URBANO
- SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE
 - ALIMENTADORA
 - CONVENCIONAL
 - EXECUTIVA
 - TRONCAL
 - CICLOVIA
- TERMINAIS DE ÔNIBUS
- ZONAS DE CENTRALIDADE
- EIXOS DE ADENSAMENTO

760 2,5 5 km

Neste segundo mapa (Figura 65), foram elencados elementos como que afetam diretamente as qualidades urbanas enumeradas pelo Coletivo, qualidades intimamente ligadas com a vivência feminina na cidade. Visando isso, são apresentados aqui informações acerca de diferentes tipos de transporte público, o ciclovário e o coletivo, e dados correspondentes a diversidade de usos, ocupações e atividades disponíveis, além de prosseguir destacando os bairros evidenciados na análise anterior para verificar o que é fornecido para áreas mais críticas da parcela feminina.

Sintetizando as informações de todo o macrodiagnóstico, nota-se o bairro Aero Rancho como área de interesse e viabilidade para o aprofundamento de análise e proposta de intervenção na sequência.

Figura 66

04 Proposta

Imagine várias esquinas cheias de mulheres sentadas conversando, passeando, alimentando as crianças, trocando receitas e livros, planejando a festa do bairro ou apenas se entregando ao tempo que passa. Imagine esquinas cheias de mulheres jovens assistindo o mundo passar enquanto saboreiam um chá, discutem política, novelas e o mais recente orçamento financeiro. Imagine esquinas cheias de mulheres mais velhas contemplando o estado do mundo e lembrando suas vidas, Imagine esquinas cheias de mulheres [...] **(PHADKE, 2011, p.06, tradução nossa)**



4.1

ressignificar

Uma vez reconhecida as (in) compatibilidades do território de Campo Grande este diagrama recapitula de maneira sintética o que a discussão acerca das mulheres e dos espaços apontou até agora nesta pesquisa.

O diagrama então mobiliza e conflita termos vistos entre a conceituação, o debate, as urgências e as demandas apresentados durante o trabalho, afim de proporcionar um diálogo múltiplo e torna-lo ponto de partida para a concepção e para o engajamento projetual.

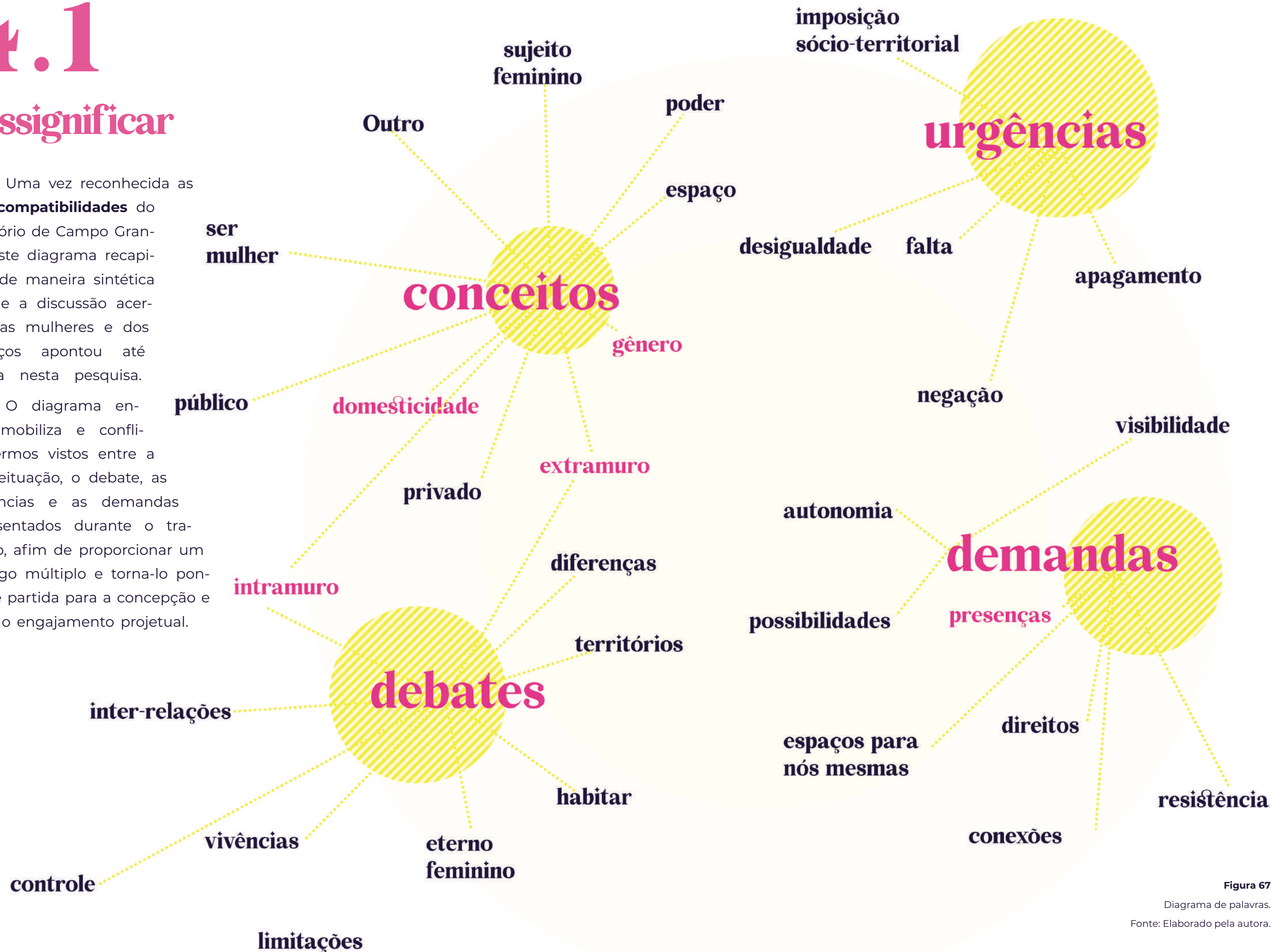


Figura 67

Diagrama de palavras.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.1. Estrutura projetual em rede

Com o diálogo novamente em pauta, pensar em uma proposta individual é desconsiderar e não suprir as demandas exigidas para uma vivência espacial feminina plena. O desenvolvimento de um projeto singular e pontual concentraria sua proposta em um único local e ignoraria o fato das mulheres estarem presentes em todos os espaços, serem indivíduos multi-escalares e necessitarem de lugares para elas próprias dentro de seu cotidiano, ignoraria também a subjugação delas em diversos espaços nos quais atuam diretamente e por fim, criaria um recinto isolado, de maneira a repetir a conjuntura espacial feminina vista diariamente e também vista em Campo Grande.

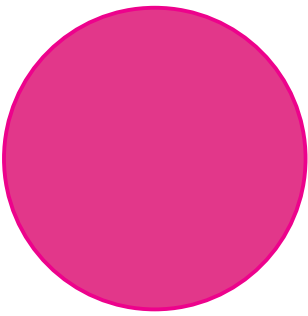
O que conduz então a proposta projetual deste trabalho é a **criação de uma rede espacial feminina** mais democrática que se afirme de maneira diversa e **ressignifique toda construção espacial**. Com isso, propor uma intervenção em diversas escalas é uma maneira do sujeito feminino se afirmar de maneira plural, distribuída e levar consigo o potencial de transformação.



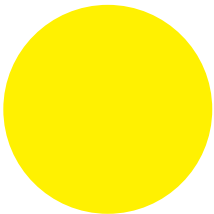
Figura 68
Situação proposta x situação atual.
Fonte: Elaborado pela autora.

Essa trama feminina será responsável pela pulverização de maiores e melhores formas para as mulheres se tornarem visíveis no território de uma maneira geral, proporcionando espaços constantemente conectados, decisivos e adequados para se apoiarem entre si, trazendo sempre novas interações.

Os pontos de assimetria/conexão desta rede proposta, o **nós**, coincidem com as tipologias de espaço indicadas e definidas pelo PUNT-6, já citadas como categorias afetadas pela análise do macro-diagnóstico realizado em Campo Grande. Os nós então, são organizados e estruturados pela seguinte forma:



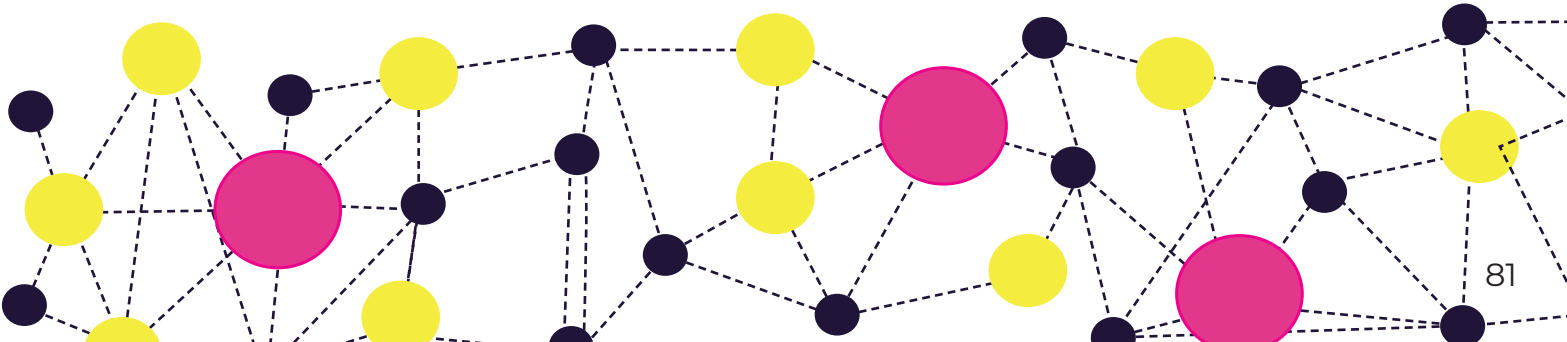
MACRO ESCALAR – **nó ligado aos equipamentos do cotidiano**, se estende por um raio de atuação de 20 minutos a pé ou em uso do transporte público e é responsável pela conexão e representação com os equipamentos utilizados diariamente, indispensáveis para o desenvolvimento da vida cotidiana em todas as fases da vida, bem como para a melhoria da qualidade do cotidiano e de seus indivíduos; nó de referência para toda a comunidade.



MESO ESCALAR – **nó ligado aos espaços de relação**, se estende por um raio de atuação de 10 minutos a pé ou em uso do transporte público e é responsável pela conexão e representação dos acontecimentos do cotidiano e de cuidado na área de vizinhança e na interação das pessoas; permite o fortalecimento das redes de socialização e de ajuda mútua, coincidindo o lazer e o encontro, juntamente da possibilidade das pessoas da comunidade conviverem e aprender com a diversidade de cada um.



MICRO ESCALAR – **nó ligado aos bairros e as redes do cotidiano**, se estende por uma área de atuação de 05 minutos a pé, representado pelo tecido e costuras urbanas; é responsável por representar a conexão das ruas e pelos caminhos de uso pleno, permite uma ligação diversa e segura, atendendo as necessidades diárias mais básicas das pessoas.



Para Josep Montaner (2009) uma rede estruturada por diferentes nós é essencial, sem um não há o outro e, aplica-los a um território os converte em um sistema de objetos interconectados de múltiplas formas.

Aqui, a proposta de rede não tem como finalidade a simples ocupação total do território, ela advém da demanda para criação de espaços protagonizados pelo sujeito feminino e de linhas de conexão que ultrapassem barreiras territoriais e sociais, de um sistema que considere a realidade material das mulheres e de suas vivências espaciais e que vise atender as cinco qualidade urbanas previstas pelo Coletivo.

4.1.2. Princípios que Norteiam as Escalas de Intervenção



Esses princípios não fixam o conteúdo programático de cada proposta, porém indicam os valores que nortearão cada uma e garantem a diversidade de propostas dentro da rede.

4.1.3. Aplicabilidade das Escalas

Além dos valores que orientam as escalas, cada uma delas é pensada para acolher um público específico, relacionado com suas tipologias espaciais atendidas e também pensada para serem implantadas de formas diversas.

MACROescala



a quem interessa?

rede de mulheres dentro do raio de atuação e limítrofes; associações locais e intra-bairros; comunidade externa regional

qual proposta a ser implantada?

edifício construído com conteúdo voltado para as quatro esferas relacionais e assegurado pelas qualidades urbanas



MESOescala



a quem interessa?

rede de mulheres dentro do raio de atuação e limítrofes; associações locais e inter-bairros;

qual proposta a ser implantada?

pavilhão fixo com conteúdo voltado para duas esferas relacionais e assegurado pelas qualidades urbanas



MICROescala



a quem interessa?

rede de mulheres circulantes; demais transeuntes urbanos

qual proposta a ser implantada?

mobiliário e/ou intervenção urbana norteados para uma das esferas relacionais que assegure as qualidades urbanas na escala viária



4.1.4. Processo de Escolha dos Pontos da Rede

Para então espacializar os nós em um território específico, são apresentados a seguir os processos a serem seguidos, orientados pela metodologia do Coletivo Punt-6, que guiaram este trabalho a partir do tópico de aproximação do capítulo anterior e serão aprofundados a partir deste capítulo.

1 delimitação geográfica

delimitar qual será a área de intervenção da estrutura projetual em rede (cidade, bairro, etc)

4 aferir e indicar

aferir as áreas levantadas e indicar qual o campo de atuação de cada área (em qual tipologia de espaço ela será mais propícia, qual escala ela responde majoritariamente)

2 diagnóstico

realizar um diagnóstico (macrodiagnóstico) da área indicada por meio de dados e indicadores sociais e econômicos que contemplem o sujeito feminino para buscar entender quais as necessidades e desafios dessa área

5 diagnóstico II

realizar um segundo diagnóstico (microdiagnóstico) a partir da área escolhida e da escala indicada, buscando reconhecer as incompatibilidades, potencialidades e especificidades da área de atuação local e de vizinhança

3 avaliação e levantamento

avaliar e levantar possíveis áreas para implementação de cada proposta, em seguida ordená-las a partir de uma série de **critérios**

6 alinhamento

alinhar a proposta a ser desenvolvida (e seu programa/função) com os critérios faltantes, as potencialidades observadas e as especificidades elencadas

4.1.5. Critérios e Atributos Indicadores

Visando filtrar as possíveis áreas/terrenos para a implantação das escalas da rede, este trabalho estabelece elementos para nortear e ancorar as futuras propostas. Estabelecer tais critérios para a escolha de uma área além de indicar qual escala de intervenção é mais adequada para cada espaço, mede e define a prioridade dos elementos a serem analisados nos diagnósticos previstos e qual o impacto dos mesmos no cotidiano feminino, alinhando teoria e a prática para a proposta projetual.

Cada critério é caracterizado por três atributos de verificação, são eles: as qualidades urbanas, os campos de atuação e as categorias de prioridade, que funcionam como indicadores avaliativos e foram formulados a partir da literatura sobre o cotidiano feminino e sua presença nos espaços.

QUALIDADES URBANAS } atributo que indica às quais qualidades urbanas o critério estabelecido responde, baseado no PUNT-6



VISIBILIDADE



VITALIDADE



EQUIPADO

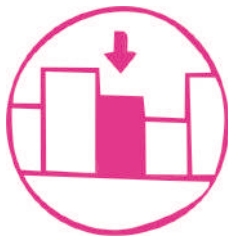


ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE



COMUNITÁRIO

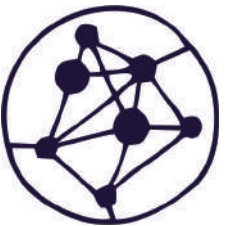
CAMPOS DE ATUAÇÃO } atributo que indica a qual tipologia de espaço o critério estabelecido se aplica



EQUIPAMENTO DO COTIDIANO



ESPAÇOS DE RELAÇÃO



BAIRRO E REDE COTIDIANA

vistos quais critérios são atendidos no espaço analisado, o levantamento quantitativo deste atributo indicará qual proposta escalar é mais indicada a ser implantada ali

CATEGORIAS DE PRIORIDADE } atributo que indica o impacto do critério na busca de uma área com as mulheres no protagonismo

★★★★★ **PRIORITÁRIO**

★★★ **RELEVANTE**

★★ **IMPORTANTE**

★ **APOIO**

Qualificar cada critério por meio destes atributos auxilia a buscar áreas que garantam uma heterogeneidade urbano-espacial através de uma diversidade de aportes e a implantar nelas a escala projetual mais adequada. Além disso, classifica e descreve as prioridades, pontencialidades e conexões possíveis que influenciam o cotidiano feminino e sua presença espacial.

Além dos atributos expostos, outras considerações devem ser feitas no levantamento dos critérios espaciais:

- Buscar e explorar potencialidades da área - possibilidades de integração e criação urbano-projetual;
- Examinar as demandas específicas e particularidades da vizinhança imediata;
- Buscar áreas que sejam - ou venham a ser - parte da vivência feminina e de seu cotidiano, priorizando o deslocamento pedonal;
- Visar o maior agrupamento de critérios relevantes dentro do raio de atuação de cada escala;
- Tencionar a proposta para a criação de um deslocamento inteligente associado à questões práticas e de qualidade urbana, buscando seguridade e a proposta de espaços relacionais e de sociabilização;

Com isso, os seguintes critérios se referem a componentes físicos e não físicos da prática espacial relacionados ao sujeito feminino:

nº	critério	tangencia qual qualidade urbana?	campo de atuação	descrição	prioridade
1	TERRENO DE DOMÍNIO PÚBLICO	 	 	espaço edificado ou não, priorizando aqueles que não sejam;	★★★★★
2	TERRENO COM USO DEFINIDO PELA LEI*		 	categorizado como ZEIS, ZEIU ou área pública com uso institucional definido;	★★★
3	PROXIMIDADE À ÁREAS VERDES	 	  	áreas abrangidas pelos raios de influência de áreas verdes recreativas e/ou de lazer;	★★
4	PROXIMIDADE À EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PRIMÁRIA		  	áreas abrangidas pelos raios de influência de equipamentos de saúde voltados para consultas, exames e procedimentos de menor complexidade (UBS, USF, etc.);	★★★
5	PROXIMIDADE À EQUIPAMENTOS DE SAÚDE SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA		 	áreas abrangidas pelos raios de influência de equipamentos de saúde de maior porte e complexidade (UPA, hospitais, centros especializados, etc.);	★★
6	PROXIMIDADE À EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA		  	áreas abrangidas pelos raios de influência de equipamentos de segurança (delegacias civil, delegacias da mulher, etc.);	★★★
7	PROXIMIDADE À EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		  	áreas abrangidas pelos raios de influência de CEINF e escolas municipais	★★★★★
8	PROXIMIDADE À EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA		 	áreas abrangidas pelos raios de influência de escolas estaduais e faculdades	★★★

nº	critério	tangencia qual qualidade urbana?	campo de atuação	descrição	prioridade
9	PROXIMIDADE À EQUIPAMENTOS SOCIAIS DIVERSOS		 	proximidade à centros de cultura, assistência, lazer, etc.;	★ ★
10	PROXIMIDADE À PONTOS DE INTERESSE URBANO E DO COTIDIANO	  	  	proximidade à espaços relevantes no entorno próximo (feiras, academias ao ar livre, etc.);	★ ★
11	PROXIMIDADE À ZONAS, EIXOS E RUAS VITAIS	  	 	proximidade à espaços com concentração de serviços e comércios; corredores de conexão, interesse e adensamento	★ ★ ★
12	ENTORNO ADENSADO		  	vizinhança com pouca incidência de vazios urbanos (potenciais áreas de insegurança)	★ ★
13	PRESENÇA DE ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MOBILIDADE ATIVA E NÃO MOTORIZADA	 	  	presença de ciclovias, ciclofaixas, faixas de travessia elevada, zona de baixa velocidade e vias pedonais	★
14	CAMINHABILIDADE ASSEGURADA	 	  	presença de calçadas com pavimentação, sinalização e dimensões adequadas (conforme a LEI*)	★
15	LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA	 	 	local de fácil acesso e localização, que permita uma conexão urbana	★
16	PERTENCIMENTO A UMA ROTA DO COTIDIANO	  	  	localização que faça parte ou possa tornar parte de uma rota de atividades presente no cotidiano feminino	★ ★
17	PROVIDO DE INFRAESTRUTURA SOCIAL BÁSICA		  	abastecimento por sistemas de água, esgoto, energia e de transporte público	★ ★ ★

aplicação para a macroescala

4.2

macroescala e desenvolvimento

A partir da proposta apresentada anteriormente, onde se estabeleceu as três escalas de intervenção projetual, suas estrututurações e seus princípios, este trabalho elenca a **macroescala** como objeto para estudo e detalhamento projetual, uma vez sendo esta o nó máximo que estrutura a rede de intervenção, que atige a maior quantidade de esferas produtivas e estende-se pelo maior raio de atuação da proposta.

Para eleger a localidade deste projeto macroescalar, foi fundamental a realização prévia dos dois primeiros processos de locação da rede. O primeiro, a delimitação geográfica, determina a cidade de Campo Grande como área de intervenção. Já o segundo, o macrodiagnóstico territorial, indica por meio de uma análise social feminina e de uma análise qualitativa urbana, áreas de interesse para intervenção. Este último então, elenca o bairro Aero Rancho como área de interesse e viabilidade para projeto por seus valores de demanda, índices e pontecialidades observadas.

O bairro atualmente é intensamente consolidado, apresentando maiores usos residenciais (Figura 68) com maior diversidade de ocupação no limite oeste do bairro. Além disso, é bem atendido por uma diversidade equipamentos de educação, saúde e segurança (Figura 69).

Acerca da mobilidade motorizada (Figura 71), o bairro é provido por linhas de transporte público e pelo Terminal Aero Rancho. A maior parte dessas linhas são alimentadoras, que circulam sentido bairro-terminal, porém são linhas que não se conectam diretamente com o centro da cidade.

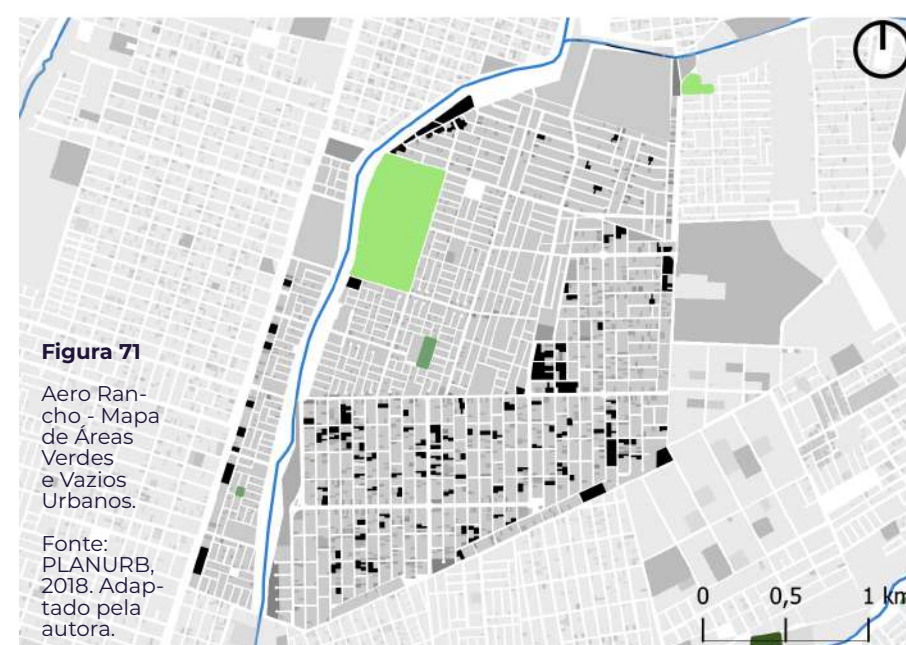
uso e ocupação



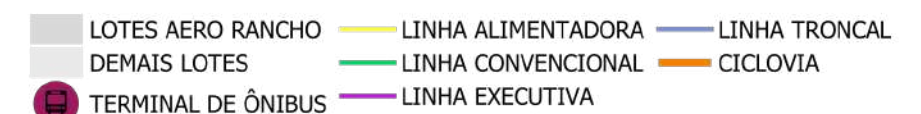
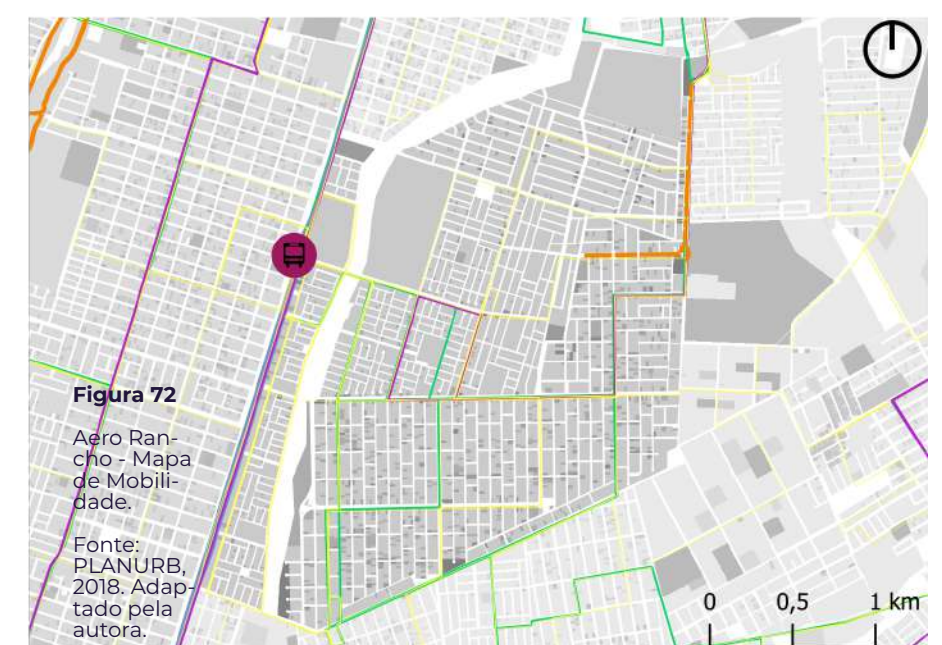
equipamentos



áreas verdes e vazios urbanos



mobilidade



de e possuem frequência de passagem menor que as linhas executivas. Já acerca da mobilidade não motorizada, o bairro conta com a presença de uma ciclovia, todavia esta abrange apenas uma pequena parcela das vias do bairro e é desconectada do circuito cicloviário da cidade. Por fim, o bairro apresenta poucas áreas verdes (Figura 70) e, dessas existentes, poucas possuem qualidade para apropriação e uso devido dos moradores.

4.2.1. Microdiagnóstico

Avançando no processo de locação da macroescala, buscou-se no bairro, a partir dos critérios estabelecidos anteriormente, espaços possíveis para a implantação do projeto. Essa busca então localiza um espaço que atende:

13 / 17

DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

destes critérios, **TODOS** se relacionam com a tipologia **EQUIPAMENTOS DO COTIDIANO** segundo o atributo que indica o **CAMPO DE ATUAÇÃO** de cada critério, indicando a aptidão do espaço para a implantação de uma **PROPOSTA MACROESCALAR**

por fim, a gama de critérios atendidos pelo espaço proporciona suporte para as **CINCO QUALIDADES URBANAS**

O espaço em questão é um terreno não edificado (Figura 72) com área total de 7.233,60 m², localizado na porção central do bairro, no loteamento Jardim das Hortências, faceado por três vias locais, sendo elas as ruas Prímula, Tumbérgia e Gerbera. O terreno localizado aos fundos do Centro de Educação Infantil (CEINF) Michele Regina Locatelli é de domínio público do Município de Campo Grande (CAMPO GRANDE, 2005), reservado para equipamentos comunitários do loteamento em questão, coincidindo uso previsto e uso proposto. Entretanto, o atual terreno do CEINF foi reservado para abrigar equipamentos de lazer e recreação (CAMPO GRANDE, 2005), discrepando o uso atual do predito em lei.

Situado em uma área predominantemente residencial e bem consolidada (Figura 73), a região do terreno é bem abastecida pelos equipamentos de educação primários e secundários (Figura 74). Além do CEINF presente na mesma quadra, nota-se a existência de uma faculdade particular na quadra superior, além da cobertura integral dos raios de influência de outros equipamentos de educação. O terreno é também integralmente suprido pelos raios de influência de equipamentos de saúde primários e secundários (Figura 75) e se localiza a menos de um quilômetro da Unidade de Saúde da Família (USF) Dra. Regia Facundes de Barros.

Acerca dos equipamentos de mobilidade (Figura 76), a vizinhança do terreno é marcada por vias coletoras, arteriais e de trânsito rápido, com presença de pontos de ônibus distantes em uma média aproximada de 50 metros. Além disso, o terreno mantém uma proximidade interessante com a ciclovia existente no bairro, que transita em uma rua vital para a dinâmica do bairro, com diversos pontos de interesse.

O entorno edificado e adensado não permite a presença e a frequência de vazios urbanos (Figura 77) porém também não conta com áreas verdes de recreação e lazer. Além disso, as adjacências do terreno contam com a presença equipamentos sociais diversos (Figura 78) como feira-livre, academia ao ar livre e centro comunitário.

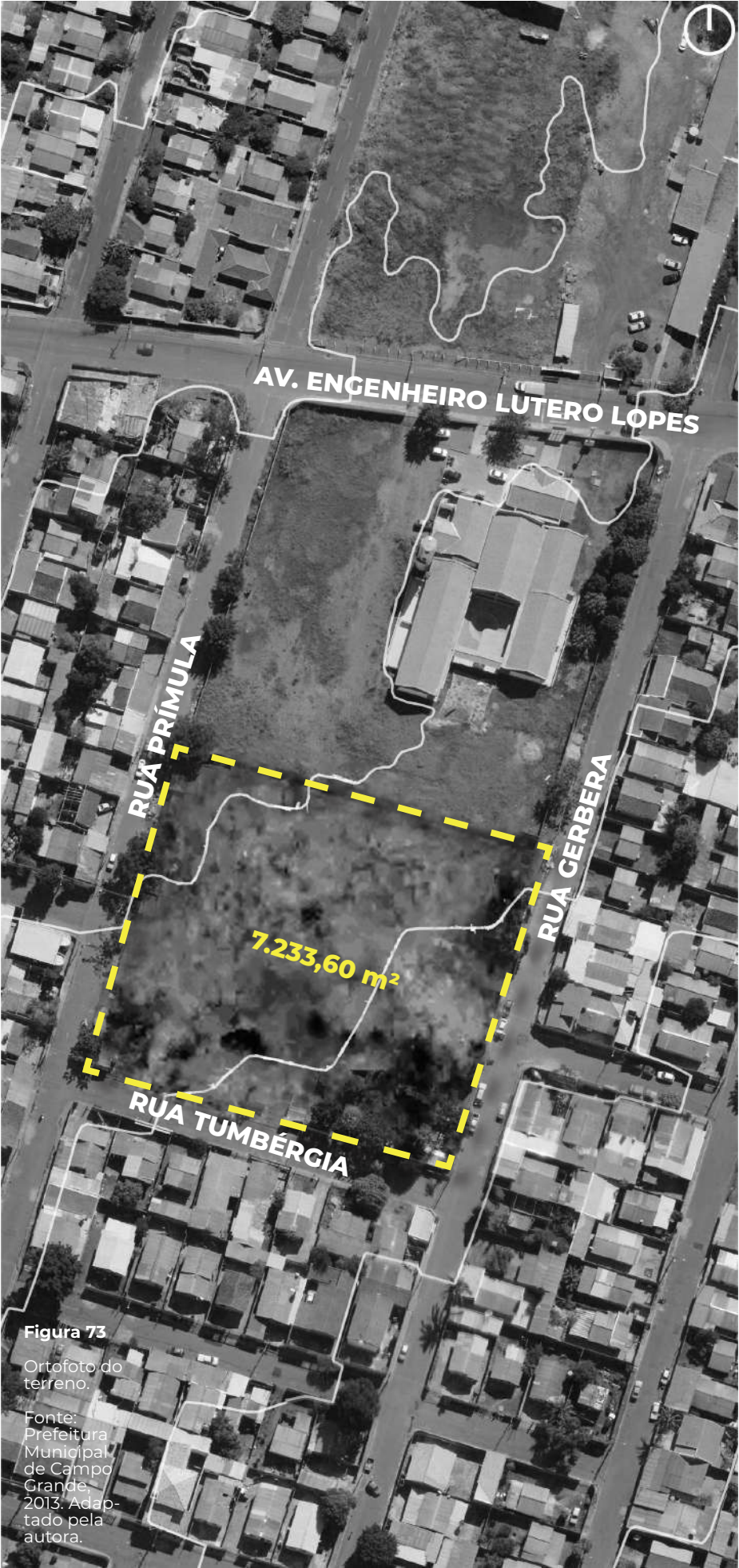
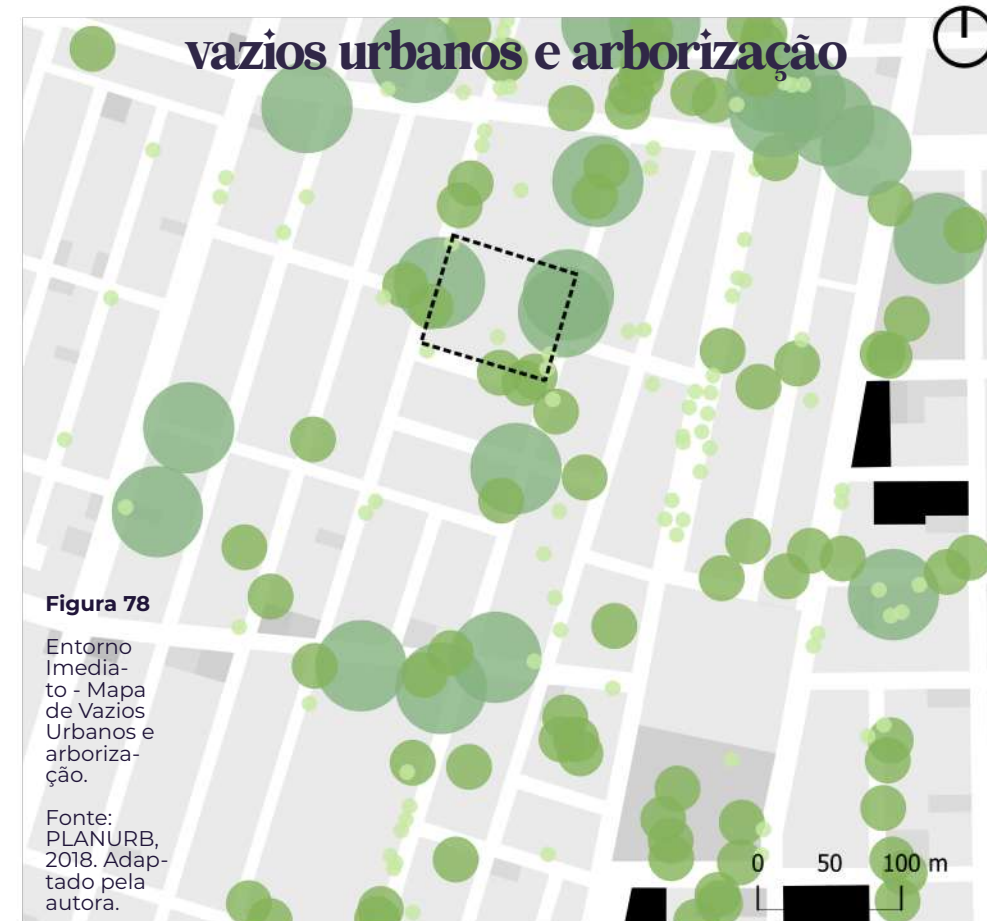
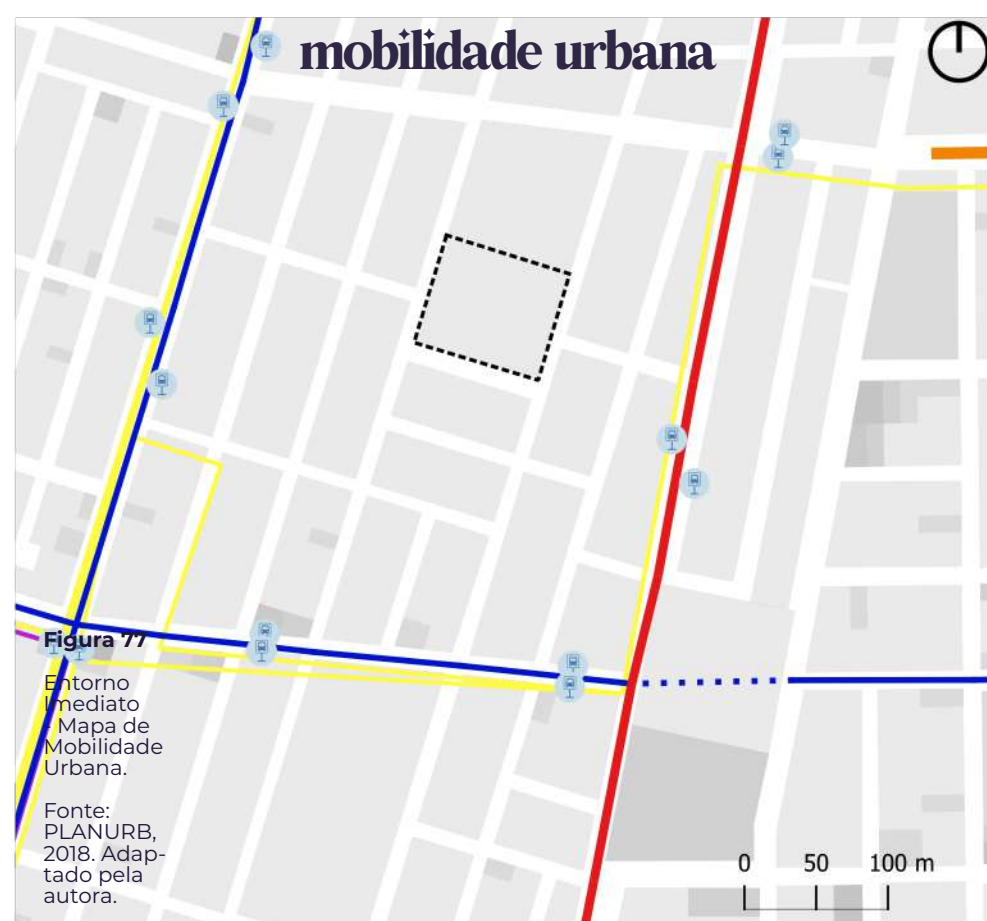
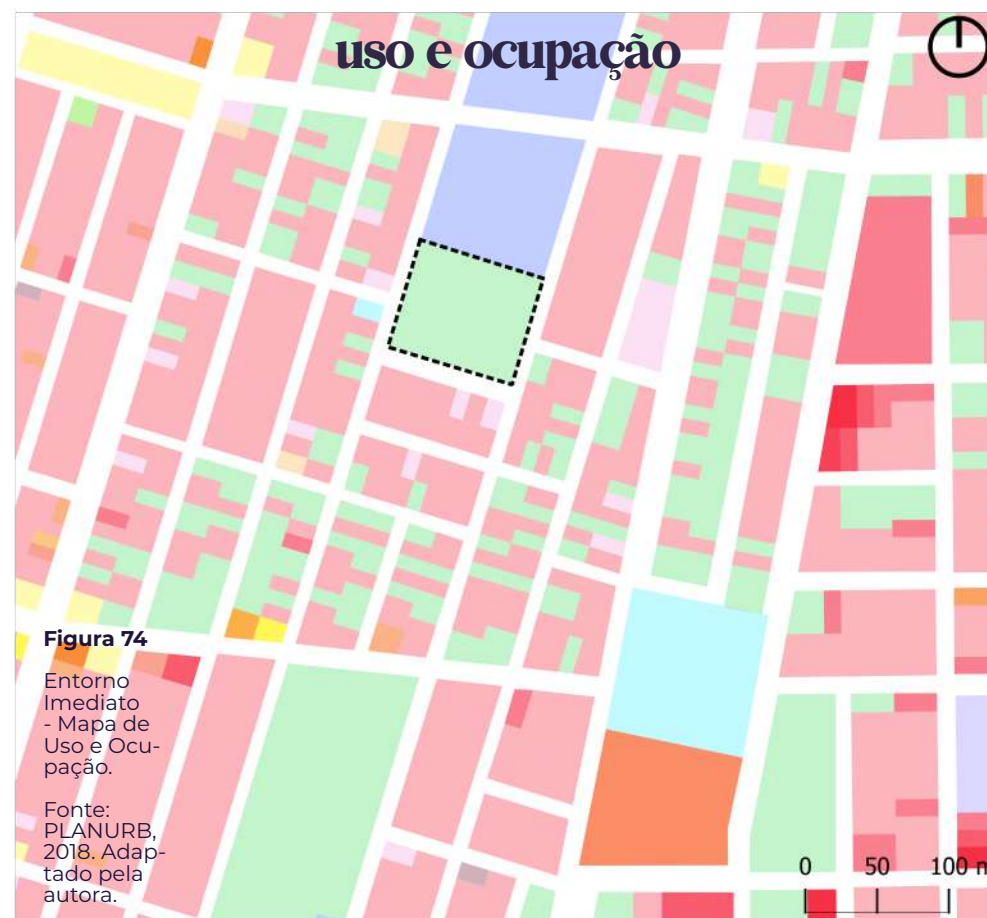
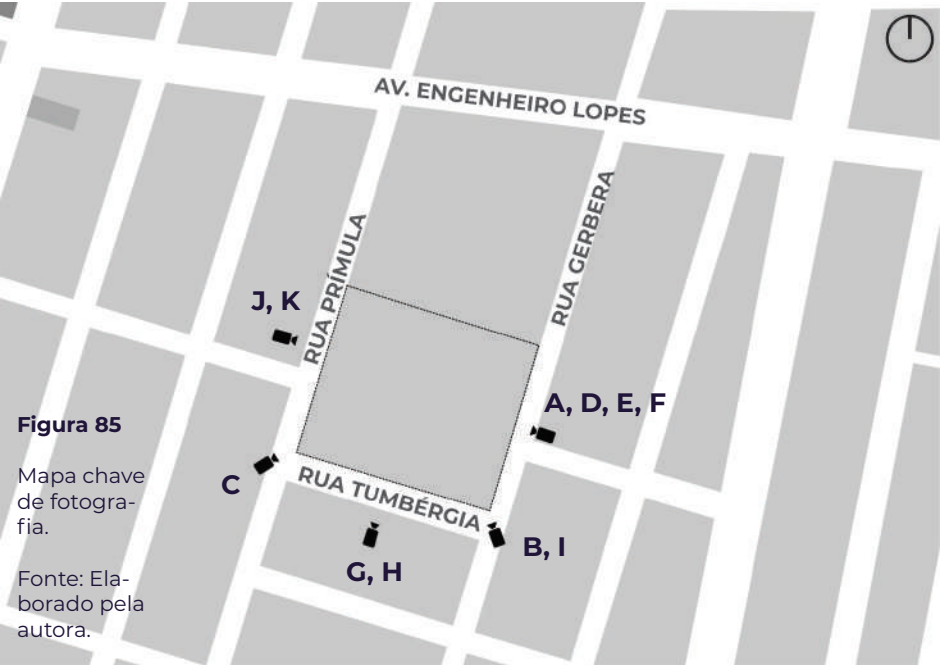


Figura 73
Ortofoto do terreno.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2013. Adaptado pela autora.





Acima, em sequência: Figuras 80, 81, 82, 83 e 84. Fotos do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.



Acima, em sequência: Figuras 86, 87, 88, 89, 90 e 91. Fotos do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.



A partir das imagens, percebe-se a grande quantidade entulho presente no terreno (Figuras 78, 81, 86 e 89), decorrente de uma intensa ocupação irregular em toda área do lote (URBTEC, 2017) que se verificou até o ano de 2017 (Figuras 90 e 91), quando foi realizado a desocupação das famílias ali residentes. Outro fator negativo observado é a inexistência e/ou obstrução das calçadas (Figuras 80, 84, 87 e 89), afetando a caminhabilidade do local e a possível criação de uma rota de acesso ao CEINF, equipamento sem nenhuma ligação com seu entorno (Figura 82).

Em contrapartida, nota-se no terreno certo interesse da comunidade local pela tentativa presente de apropriação para usos de lazer (Figura 79), com a instalação de bancos e mesas de madeira. Além disso, uma visita *in loco* possibilitou observar a comunidade em uso ativo - soltar pipas. A partir dessas observações, relaciona-se a falta de espaços verdes de recreação no bairro, observados anteriormente, com a demanda presente por tais espaços com qualidade, bem como a necessidade de uma proposta que respalde a as problemáticas, potencialidades e particularidades examinadas.

ÍNDICES URBANÍSTICOS

MZ 2	ZA 3	ZU 3	0,1	2	4	4 ⁴	0,5	0,5
MACRO-ZONA	ZONA AMBIENTAL	ZONA URBANA	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÍNIMO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO	ÍNDICE DE ELEVÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO	TAXA DE PERMEABILIDADE

4.2.2. Diretrizes Projetuais

Realizada a análise das especificidades do terreno escolhido, parte-se então para o desenvolvimento das diretrizes projetuais que ali serão aplicadas.

As diretrizes são então orientadas a partir dos princípios norteadores da macroescala - **encontrar, debater, apoiar e formar** - e das cinco qualidades urbanas do Coletivo, novamente colocados em pauta pelo diagrama ao lado (Figura 92). Dessa forma, o projeto se apropria do embasamento teórico e conceitual para garantir uma diversidade de usos e apropriações e para proporcionar um espaço que contemple valores sensíveis ao gênero. Essa conexão entre os princípios e qualidades urbanas também proporciona uma vivência espacial mais igualitária e plena à toda comunidade.

A partir dessa apropriação, as diretrizes são desenvolvidas de forma a reforçar o protagonismo do sujeito feminino e de sua vivência no projeto a ser desenvolvido.

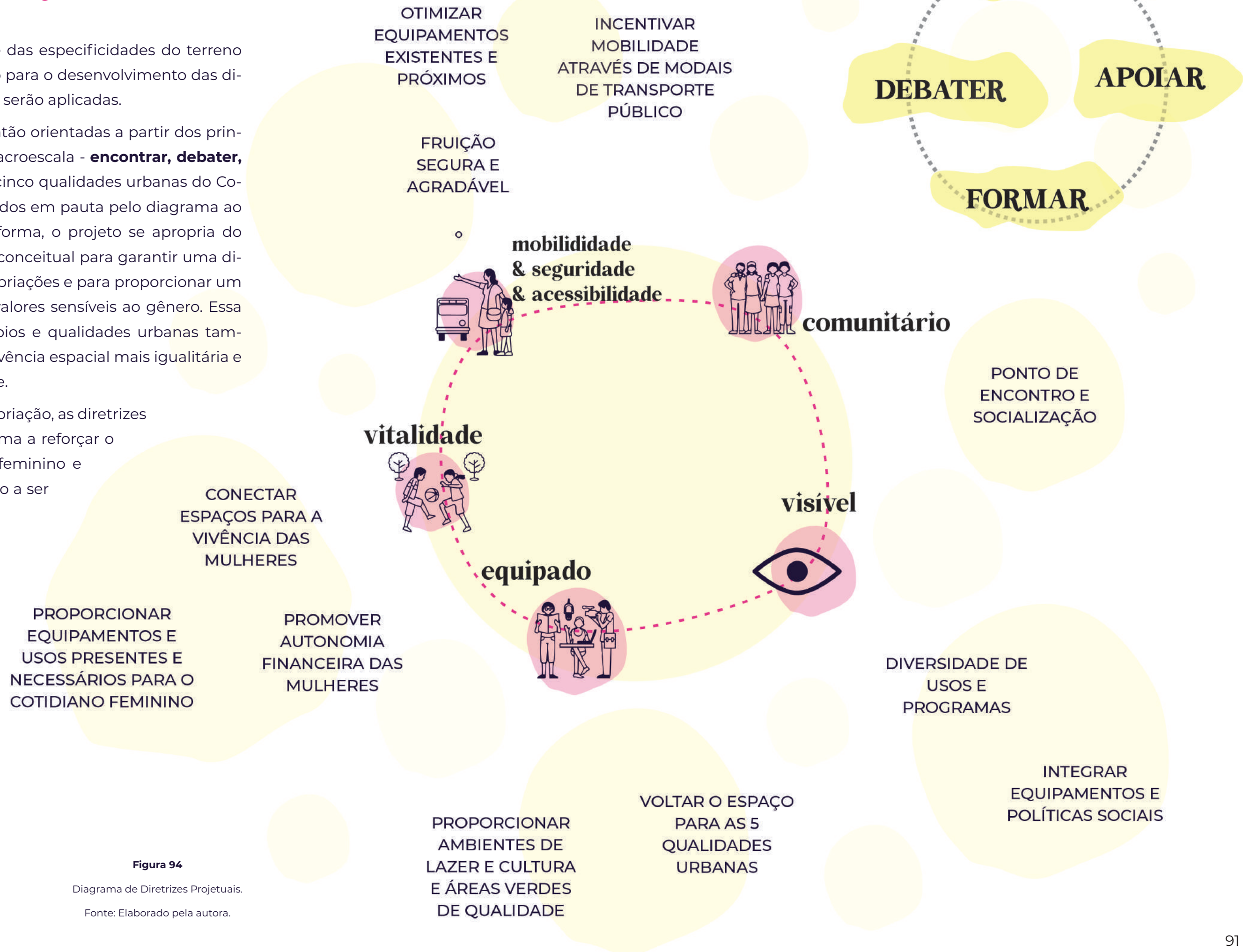


Figura 94

Diagrama de Diretrizes Projetuais.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.3. Escala de Beneficiação de Público

Pensar em uma estrutura projetual em rede e partir das diretrizes com as mulheres no centro, já indica este como **principal público a ser beneficiado em todas as escalas**. Entretanto a perspectiva de ressignificar a práxis espacial e uma proposta que reflita a mudança se distanciando das tradicionais e excludentes dicotomias discutidas, são responsáveis de este não ser o único público a ser beneficiado, resultando em uma proposta mais equitária e plural, mas não neutra.

Com isso, logo abaixo das mulheres entre 18 e 60 anos, tem-se a comunidade externa local como público beneficiado pela proposta. Externa pois não detém de espaços específicos dentro do conteúdo programático e local pois é principalmente formada pela vizinhança dos arredores.

Além de indicar o público alvo, o diagrama ao lado (Figura 93) demonstra os principais espaços que cada público se beneficia e quais são as principais atividades que o projeto proporciona para cada grupo.



Figura 95

Diagrama de Escala de Beneficiação.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.4. Conteúdo programático

Buscando então alinhar o projeto com a proposta de ressignificar espacialmente o sujeito feminino, os princípios previstos - **encontrar, debater, apoiar e formar** - para a escala escolhida e o microdiagnóstico anterior, é lançado um conteúdo programático específico para o local.

O programa proposto é também desenvolvido a partir das **quatro esferas da vida cotidiana** estabelecidas pelo Coletivo, esferas voltadas para o público feminino e representam uma diversidade de atividades realizadas em sua vivência diária. Abranger as quatro esferas, visa também proporcionar uma reunião de diversas atividades dentro do programa do edifício que tangenciem e impulsionem o cotidiano das mulheres e definirá os espaços apresentados.



esfera política

se relaciona com o desenvolvimento das questões da comunidade e da política, ligada a atividades de diálogo, participação social e política, contato externo;



esfera própria

se relaciona com o desenvolvimento pessoal e intelectual do sujeito, esfera ligada a atividades de formação, cultura e lazer; afeta questões como sociabilidade;



esfera produtiva

se relaciona com as atividades de bens, serviços e produção, as quais normalmente contribuem para geração de renda própria e autonomia financeira;



esfera reprodutiva

se relaciona com as atividades de cuidado e convivência e atividades ligadas a domesticidade; não contribuem para a geração de renda e envolvem o cotidiano familiar;

esfera política

espaços que se relacionam com o desenvolvimento comunitário e político; voltados para o contato com o exterior;

AUDITÓRIO - 141,28 m²

quantidade - 01

palestras, instruções, debates e atividades culturais para 50 pessoas;

SALA MULTIUSO - 159,60 m²

quantidade - 01

assembleias, plenárias, cinedebates; espaço de uso flexível com possibilidade de integração externa;

ESPAÇO PRÓPRIO PARA PROGRAMA SOCIAL

VOLTADO PARA MULHERES - 43,92 m²

quantidade - 01

administração de programa social exclusivo para mulheres respaldado pelo programa do edifício;

HALL EXPOSITIVO E INFOROMATIVO - 139,29 m²

quantidade - 01

hall de direcionamento e informação sobre o edifício + espaço expositivo crítico;

PRAÇA EXTERNA - 4813,75 m²

quantidade - 01

espaço público externo de lazer passivo e ativo;

FOYER EXPOSITIVO - 119,91 m²

quantidade -

espaço expositivo crítico e de sociabilidade conectando auditório e praça de alimentação;

OBSERVATÓRIO DE ESTUDO DE GÊNERO - 72,25 m²

quantidade -

zona colaborativa de estudos de gênero e desenvolvimento de dados;

esfera própria

espaços que se relacionam com o desenvolvimento pessoal e intelectual do sujeito, esfera ligada às atividades de formação, cultura e lazer;

BIBLIOTECA - 184,35 m²

quantidade -

biblioteca pública com espaço de leitura e estudos integrados;

ATELIÊ - 49,87 m²

quantidade - 02

espaços integrativos para desenvolvimento de workshops, oficinas voltados para o público feminino;

PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO - 159,70 m²

quantidade -

local em destaque para sociabilidade integrado com o foyer, praça externa e brinquedoteca;

esfera produtiva

espaços que se relacionam com as atividades de bens, serviços e produção que normalmente contribuem para geração de renda e autonomia;

COWORKING - 49,00 e 8,65 m²

quantidade - 02

salas de coworking com estrutura necessária, voltadas para o público feminino;

INCUBADORA DE EMPRESAS - 71,51 m²

quantidade - 01

espaço com estrutura necessária para o desenvolvimento de empresas femininas;

AGÊNCIA DE EMPREGO - 13,50 m²

quantidade - 01

ambiente para procura e anúncio de vagas para mulheres;

ESPAÇO PARA FEIRA - NÃO QUANTIFICADO

quantidade - -

espaço esporádico para instalação de uma feira comunitária;

esfera reprodutiva

espaços que se relacionam com atividades de cuidado e convivência e atividades ligadas a domesticidade, não contribuem para geração de renda e envolvem o cotidiano familiar

BRINQUEDOTECA - NÃO QUANTIFICADO

quantidade - 01

espaço interno para lazer infantil voltado para filhos das mulheres presentes;

CAPS - CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL -

48,92 m²

quantidade - 01

sala de atendimento psicossocial feminino;

PLAYGROUND EXTERNO - 164,28 m²

quantidade - 01

espaço externo para lazer infantil;

outros espaços

espaços de apoio, administrativo, mobilidade e cultura;

ALMOXARIFADO - 25,15 m²

quantidade - 01

local para guardar equipamentos de manutenção;
+ local para guardar materiais de limpeza e manutenção;

WCs - 87,19 m²

quantidade - 04

sanitários acessíveis para o público feminino e masculino voltados para atender público interno e externo;

APOIO AUDITÓRIO - 18,02 m²

quantidade - 01

local para guardar materiais e equipamentos de apoio para o auditório;

QUIOSQUE ALIMENTAÇÃO - 28,27 m²

quantidade - 01

quiosque integrado a praça de alimentação que serve pequenas refeições;

SALA ADMINISTRATIVA - 30,72 m²

quantidade - 01

espaço para administração e gerenciamento do edifício e seu programa;

BICICLETÁRIO INTERNO - 21,70m²

quantidade - 01

bicicletário integrado ao edifício, armários e bebedouro com 20 vagas integrado a uma ciclorrota;

ESTACIONAMENTO - 401,84 m²

quantidade - 25 vagas (02 vagas PCD)

espaço externo para vagas em 45° pulverizado no terreno de acordo com o código de obras;

ÁTRIO CONTMPLATIVO - 203,00 m²

quantidade - 01

espaço de circulação e contemplação integrado a biblioteca;

Mesmo então associados a uma das quatro esferas apresentadas, através de seu uso estabelecido e atividade a ser desenvolvida, alguns dos espaços tangenciam mais de um campo do cotidiano, proporcionando aos usuários uma maior complexidade de usos e atividades e tangenciando maiores e mais diversas atividades do cotidiano.

4.2.5 Processos de Projeto



Figura 96

Processos de projeto - Pesquisa. Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 97

Processos de projeto - Partido. Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 98

Processos de projeto - Plano. Fonte: Elaborado pela autora.

1. pesquisa

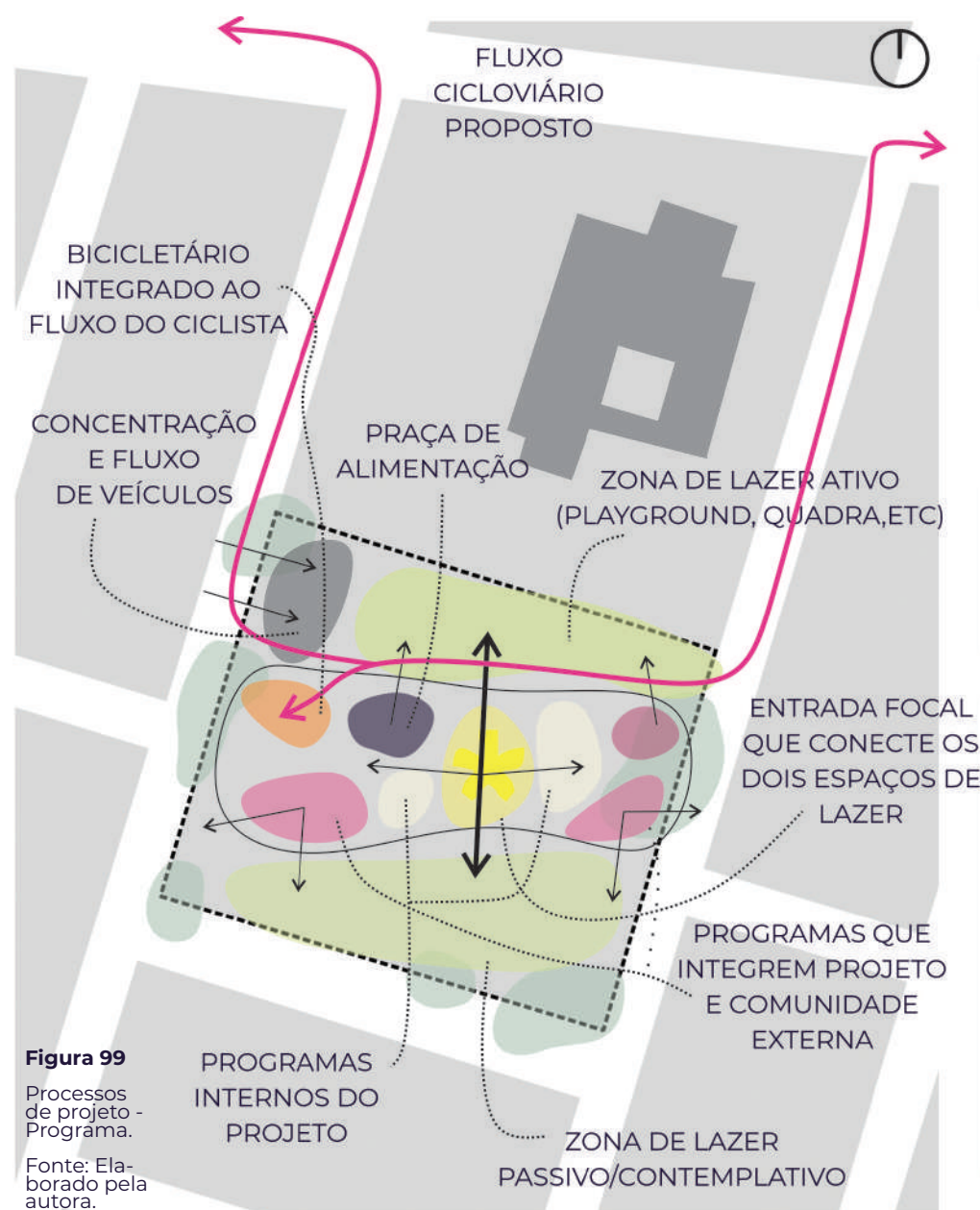
A **pesquisa** (Figura 94) tenciona realizar uma leitura sensível do terreno escolhido, para analisar, interpretar e marcar pontos de interesse, potencialidades e problemáticas a serem mitigadas, destacar os aspectos relevantes que serão incorporados no projeto.

2. partido

Acolher e ocupar são os verbos que assumem o **partido** projetual (Figura 95). Acolher relacionado ao que já existe - presenças e potencialidades observadas - e ao que tenta existir - demandas e tentativas de apropriação - e lançando duas linhas côncavas nos extremos do terreno, resultado em um ocupar central e convexo que ditará a principal ocupação do projeto.

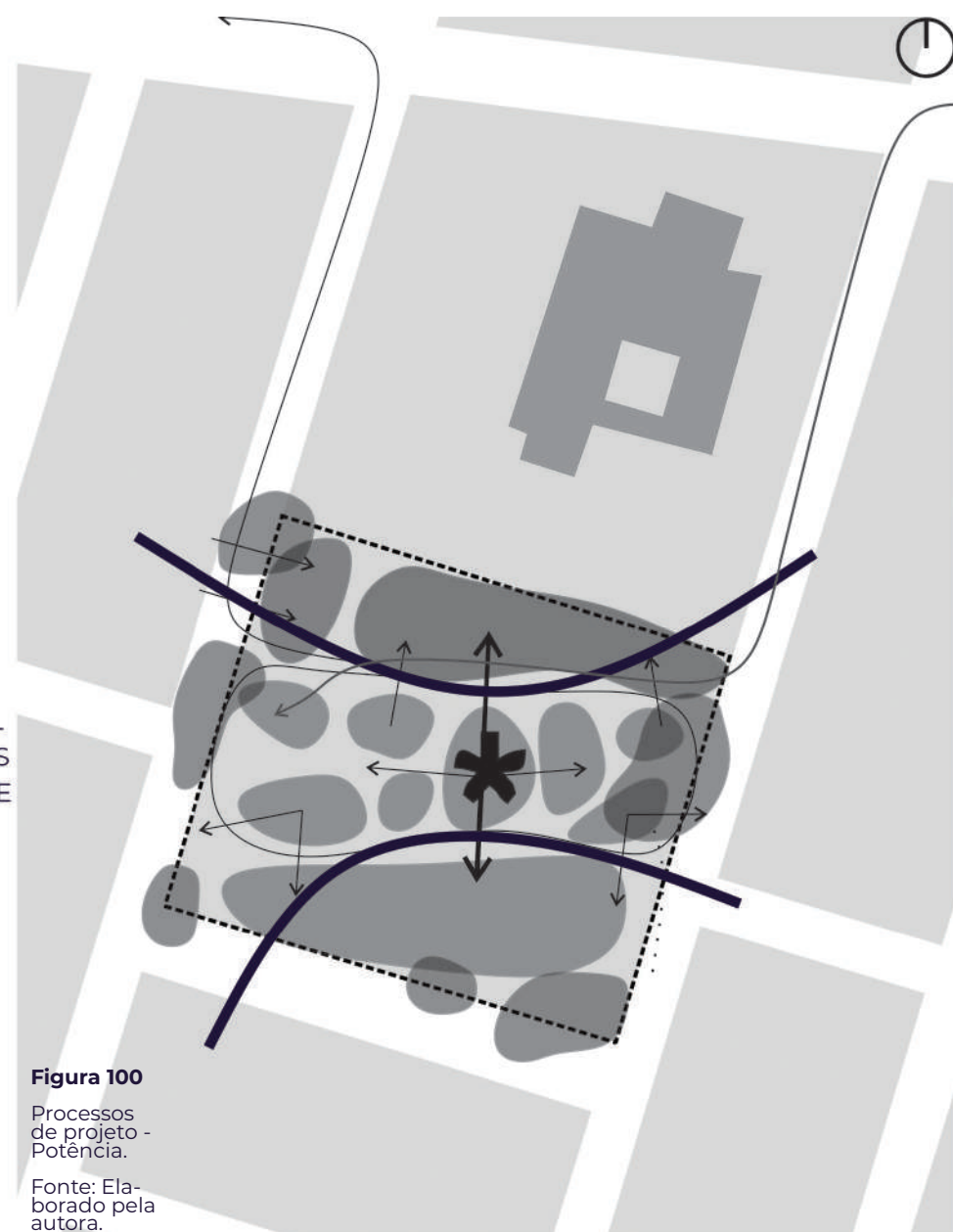
3. plano

Somando a pesquisa e o partido projetual expressa-se um **plano** de massas e manchas no terreno (Figura 96): uma mancha central, representando a ocupação do edifício a ser implantado e duas em cada extremo, representando zonas de vitalidade e interesse social, visual e programática, acolhendo as presenças e demandas. Além das massas, eixos são estruturados para conexão de futuros fluxos e espaços.



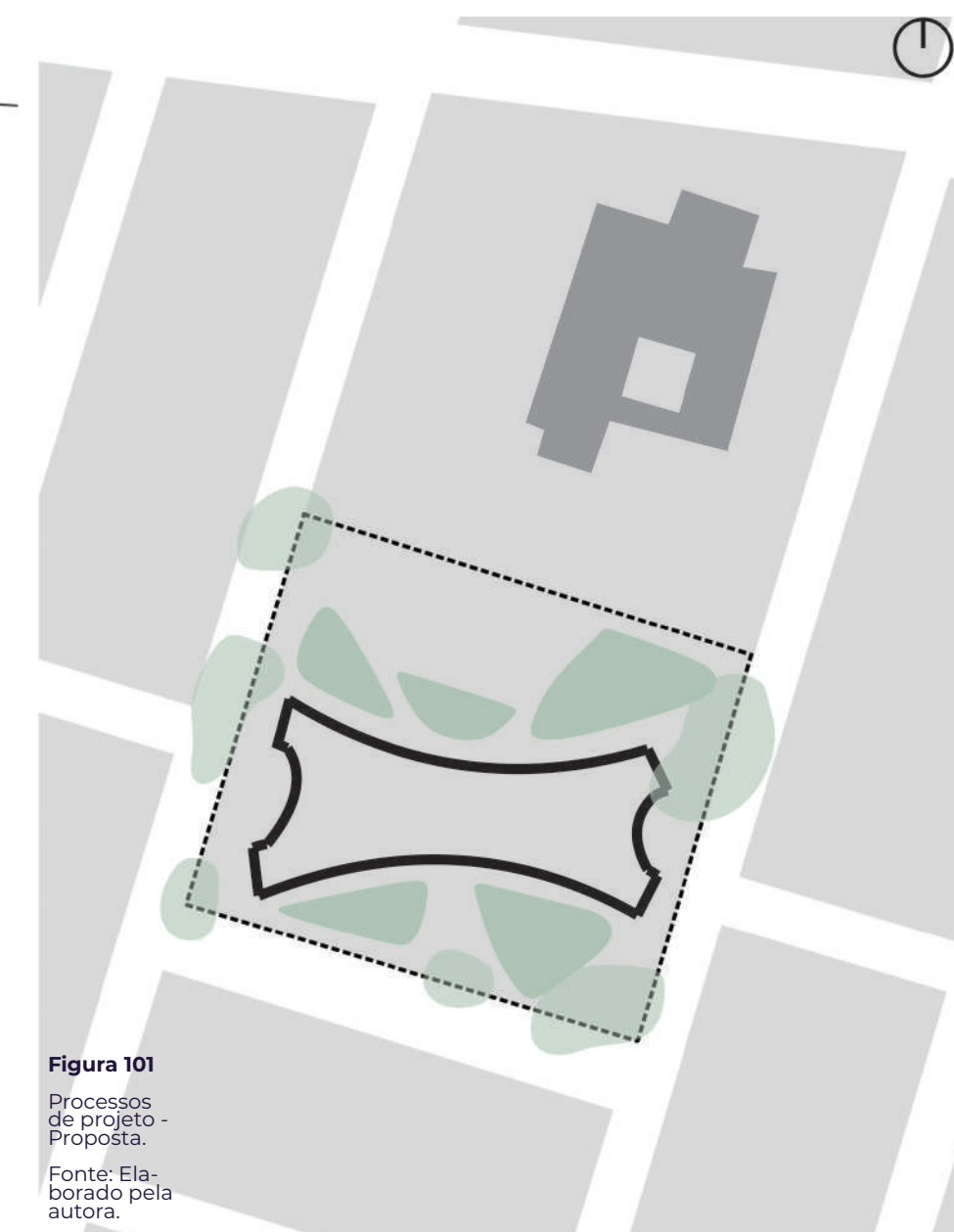
4. programa

Espacializa-se o **programa** (Figura 97) pré-definido nas manchas anteriores e detalha-se os eixos de circulação propostos a cada espaço, priorizando a marcação de um eixo transversal central entre as manchas principais para destaque, conexão e passagem.



5. potência

Com o programa inicialmente disposto no terreno, reforça-se as linhas do partido visando **potencializar** (Figura 98) e conceber um desenvolvimento mais refinado da forma, alinhando o conteúdo prático e conceitual.



6. proposta

Com o reforço das linhas partidárias, é definida e apurada a forma primeira **proposta** para a edificação (Figura 99), forma que será respeitada conforme definida a volumetria e os elementos de caracterização do edifício. Suas linhas sintetizam os processos anteriores e pré-determinam os espaços não edificados.

4.2.6 Desenvolvimento Volumétrico

1. Partindo do desenvolvimento dos processos de projeto, a volumetria se define primeiramente pela transposição das linhas curvas convexas do partido no terreno (Figura 100) e pela extrusão das mesmas, gerando um bloco inicial puro e curvo, centralizado na área de projeto.

2. Em seguida, são realizadas subtrações (Figura 101) na forma em cada extremidade, proporcionando recuos na volumetria que trarão mais movimento formal. Além disso, pensando na disposição programática, as quatro extremidades e a porção central do volume são avançadas se destacando da forma principal de maneira arquitetônica e programática, abrigo espaços que se dialogam diretamente com a comunidade externa e com as esferas.

3. A partir dos avanços, outra proposta para destacar as extremidades e a porção central da volumetria principal foi a de crescer em altura em cada um desses locais (Figura 102), explorando maiores pés direitos e potencializando a futura materialidade.

4. Para finalizar a forma do edifício, visando formalizar o eixo de passagem e conexão que liga as duas áreas de lazer previstas no plano de massas e explorar um formato que convide seus usuários para entrada e circulação, se desprende o topo da porção central (Figura 103) com o descolamento e avanço da cobertura nas áreas de praça.

5. O projeto então alinhou a proposta formal com o conteúdo programático e os índices urbanísticos previstos para encerrar o processo de desenvolvimento volumétrico.

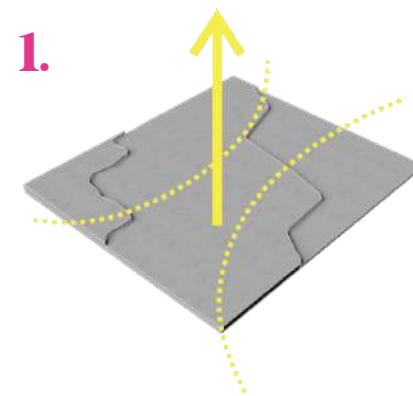


Figura 102

Desenvolvimento Volumétrico I

Fonte: Elaborado pela autora.

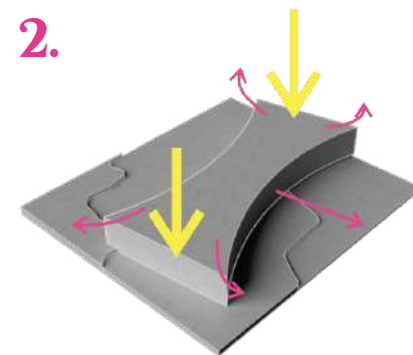


Figura 103

Desenvolvimento Volumétrico II

Fonte: Elaborado pela autora.

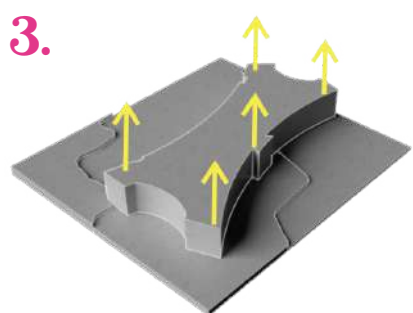


Figura 104

Desenvolvimento Volumétrico III

Fonte: Elaborado pela autora.

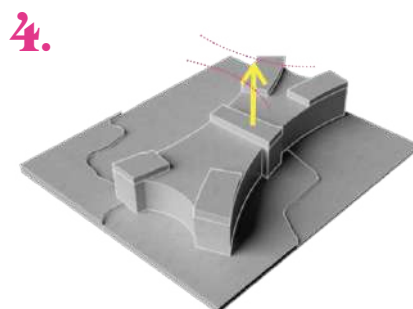


Figura 105

Desenvolvimento Volumétrico IV

Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 106

Desenvolvimento Volumétrico V

Fonte: Elaborado pela autora.

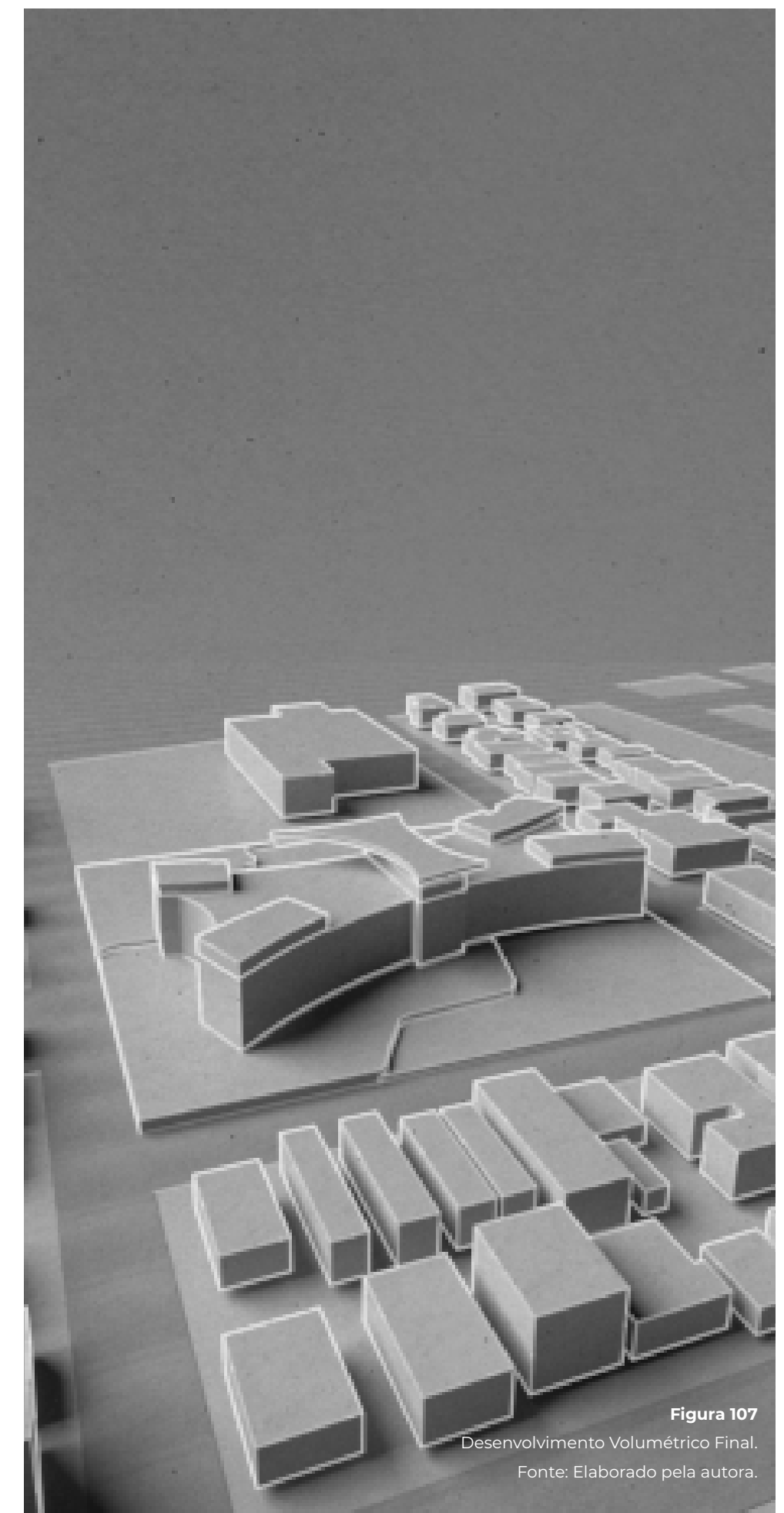


Figura 107

Desenvolvimento Volumétrico Final.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3

projeto

- 1 - CEINF - MICHELE REGINA LOCATELLI
- 2 - QUADRA POLIESPORTIVA
- 3 - ESTACIONAMENTO (25 VAGAS)
- 4 - BICICLETÁRIO EXTERNO (29 VAGAS)
- 5 - PLAYGROUND EXTERNO
- 6 - CICLORROTA
- 7 - EDIFÍCIO
- 8 - ESPELHO D'ÁGUA
- 9 - ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE FEIRAS

ÁREA DO TERRENO: 7233,60 m²

ÁREA CONSTRUÍDA: 1799,415 m²

TAXA DE OCUPAÇÃO: 24,87 %

SOBRE: O projeto espacializa a proposta macroescalar prevista anteriormente na rede projetual, abrigoando em seu conteúdo programático as quatro esferas do cotidiano para maior beneficiação do público feminino, proporcionando espaços que tangenciem o debate, o encontro, o apoio e a formação das mulheres na cidade de Campo Grande. Surge então um centro social que se apropria da arquitetura como instrumento de transformação.



Figura 108

Planta de Situação.

Fonte: Elaborado pela autora.

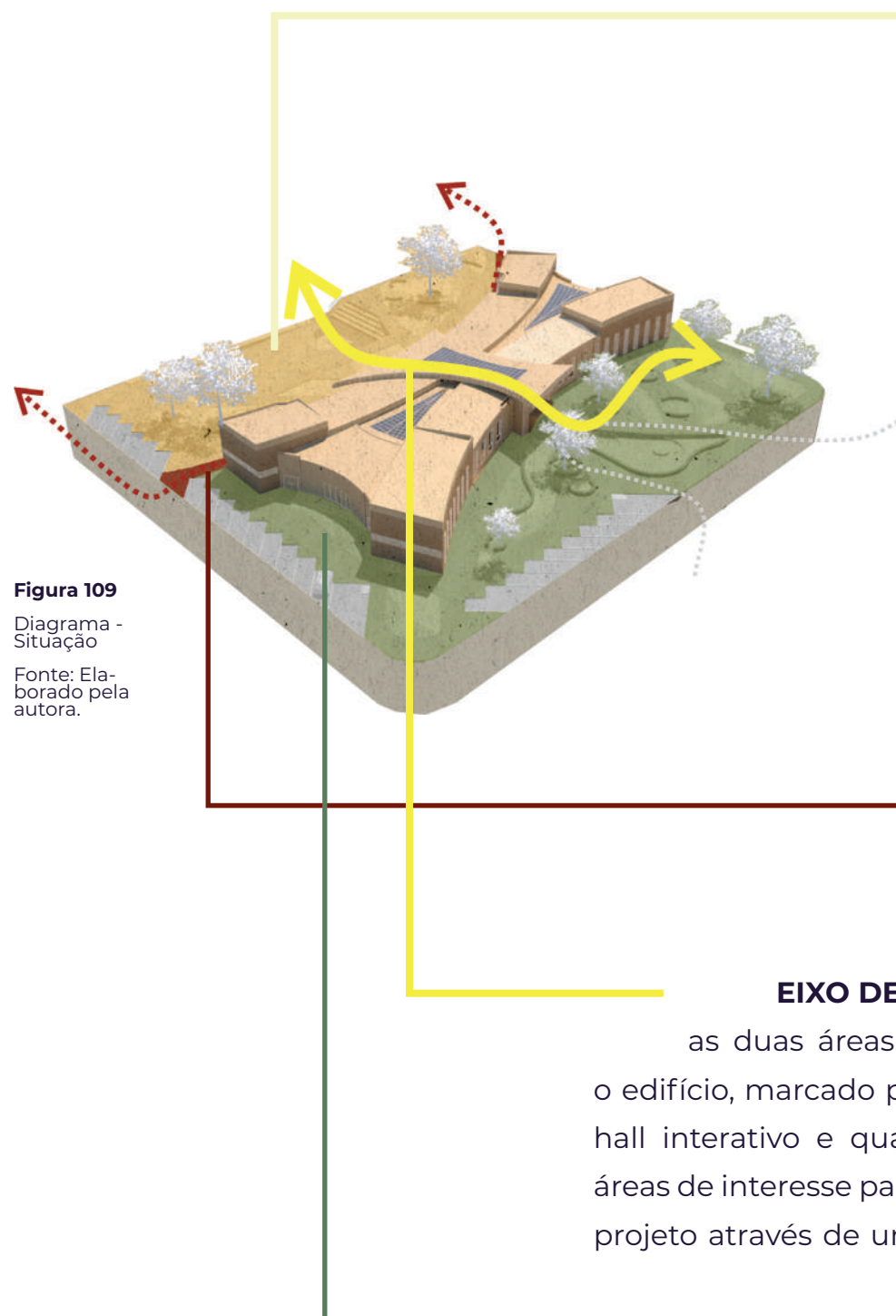


Figura 109
Diagrama - Situação
Fonte: Elaborado pela autora.

ÁREA DE LAZER ATIVA: área de praça que concentra o programa de atividades recreativas mais vitais e específicas (quadra poliesportiva, playground externo e ciclorrota), de interesse visual e comunitário, respondendo à uma escassez de equipamentos públicos de qualidade social na área de intervenção;

CICLORROTA: proposta de eixo compartilhado de circulação pedonal e ciclista, com sinalização específica, conectando a ciclovia existente com o edifício e sua área pública e interligando rotas do cotidiano e pontos de interesse;

EIXO DE CIRCULAÇÃO: caminho ligante entre as duas áreas de lazer propostas interseccionando o edifício, marcado por três pontos focais (espelho d'água, hall interativo e quadra poliesportiva) e proporcionando áreas de interesse para a circulação entre as três porções do projeto através de uma passagem demarcada e facilitada;

ÁREA DE LAZER PASSIVO E CONTEMPLATIVO: área de praça que contempla a formação da paisagem com elementos paisagísticos (espelho d'água e canteiros), de circulação, convívio e contemplação, proporcionando maior flexibilidade de usos ao não materializar fisicamente as propostas do programa;



Figura 110
Área de lazer ativa.
Fonte: Elaborado pela autora.



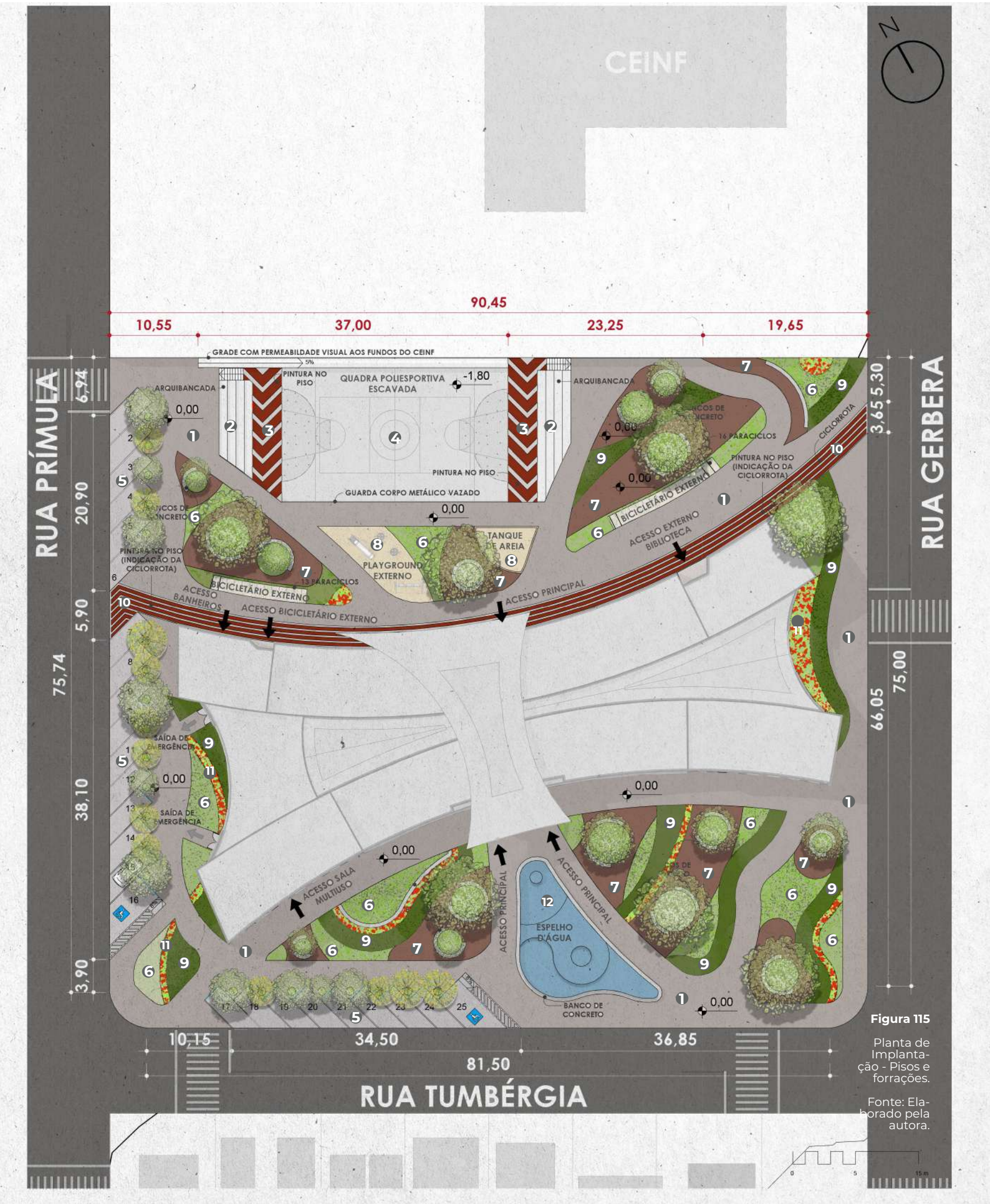
Figura 111
Ciclorrota.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 112
Eixo de Circulação.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 113
Área de lazer passivo.
Fonte: Elaborado pela autora.



ÁREA PERMEÁVEL NECESSÁRIA: 1809,487 m²

ÁREA PERMEÁVEL ATENDIDA: 1825,749 m²

PISOS E FORRAÇÕES



1 PEDRA PORTUGUESA



NÃO/POUCO PERMEÁVEL



2 PISO DE CONCRETO



NÃO/POUCO PERMEÁVEL



3 PISO MODULAR ESPORTIVO OUTDOOR PINTADO



PERMEÁVEL



4 PISO MODULAR ESPORTIVO OUTDOOR



PERMEÁVEL



5 PISO INTERTRAVADO



NÃO/POUCO PERMEÁVEL



6 GRAMA ESMERALDA



PERMEÁVEL



7 SEIXO ROLADO NATURAL MINI



PERMEÁVEL



8 AREIA



PERMEÁVEL



9 ESPÉCIES ARBUSTIVAS EXUBERANTES



PERMEÁVEL



10 PISO MODULAR ESPORTIVO OUTDOOR PINTADO



PERMEÁVEL



11 FORRAÇÃO VEGETAL



PERMEÁVEL



12 ESPELHO D'ÁGUA



NÃO/POUCO PERMEÁVEL

setorização



ESFERA POLÍTICA



concentra atividades de socialização e lazer, desenvolve contato com a comunidade externa, proporciona debates e estudos;

ESFERA PRÓPRIA



concentra atividades de socialização e desenvolvimento pessoal e intelectual;

ESFERA PRODUTIVA



concentra atividades produtivas geradoras de renda e que proporcionam mais autonomia financeira e pessoal;

ESFERA REPRODUTIVA



concentra atividades de cuidado próprio e/ou de dependentes (crianças e/ou terceira idade);

OUTROS

abriga atividades de apoio para funcionamento do edifício, cultura e serviços;

Figura 116

Planta Baixa - Setorização.

Fonte: Elaborado pela autora.

planta baixa

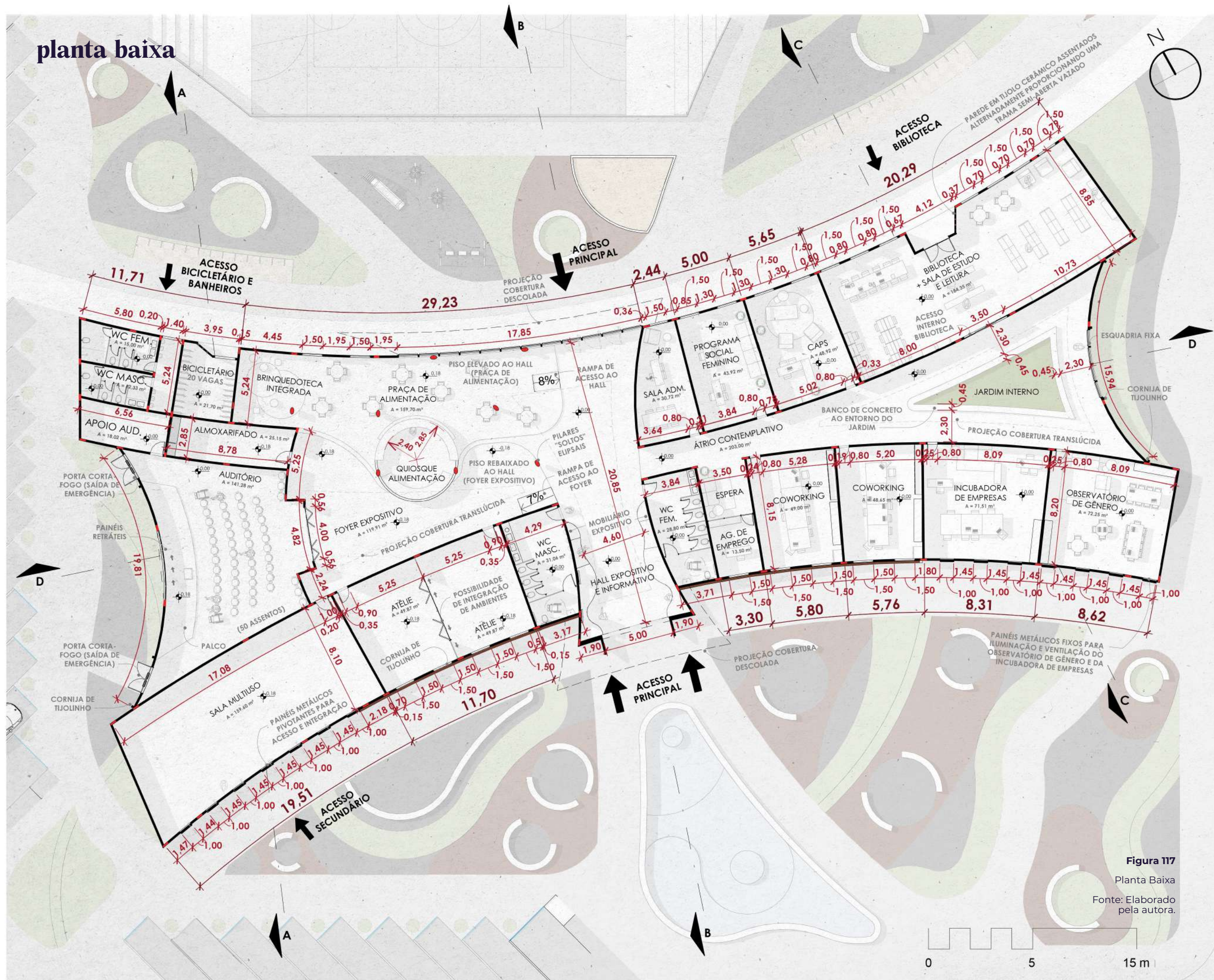
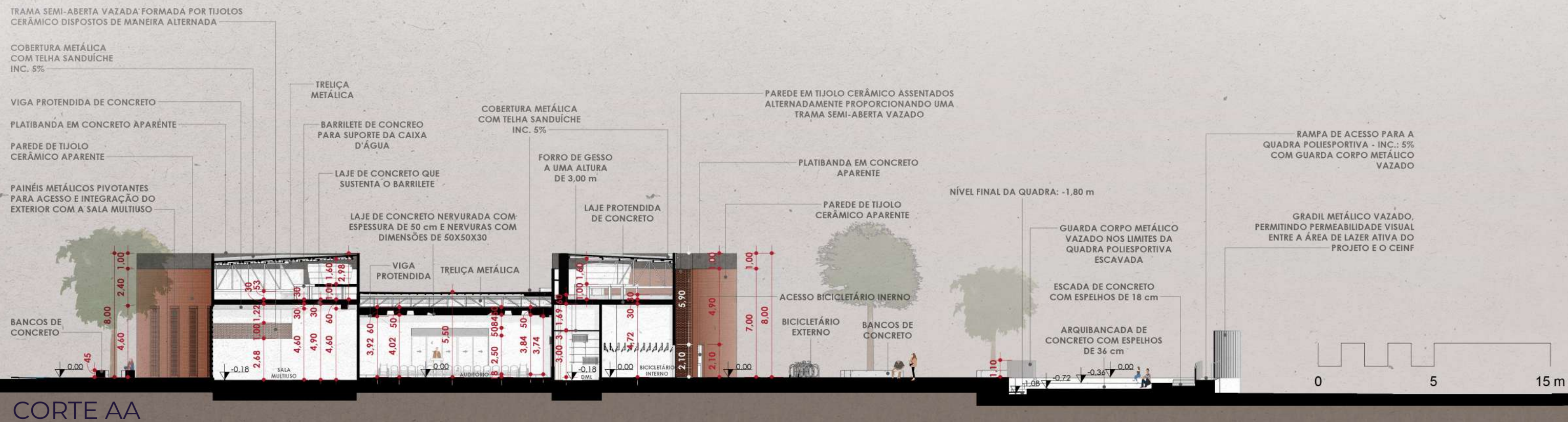


Figura 117

Planta Baixa

Fonte: Elaborado pela autora.

cortes



Figuras 118 e 119
Corte AA e BB
Fonte: Elaborado pela autora.





CORTE CC

Figuras 120 e 121

Corte CC e DD

Fonte: Elaborado pela autora.



CORTE DD

fachadas



FACHADA FRONTAL - RUA TUMBÉRGIA

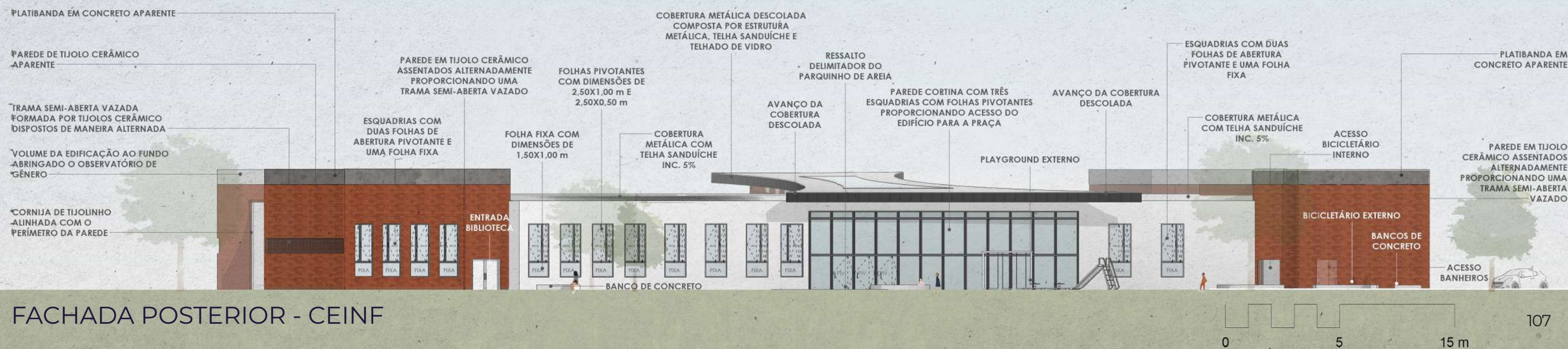
Figuras 122 e 123
Fachada Frontal e Fachada Esquerda
Fonte: Elaborado pela autora.



FACHADA ESQUERDA - RUA PRÍMULA



Figura 124 e 125
 Fachada Direita e Fachada Posterior
 Fonte: Elaborado pela autora.



soluções técnicas
e detalhes



Figura 126
Perspectiva explodida
Fonte: Elaborado pela autora.

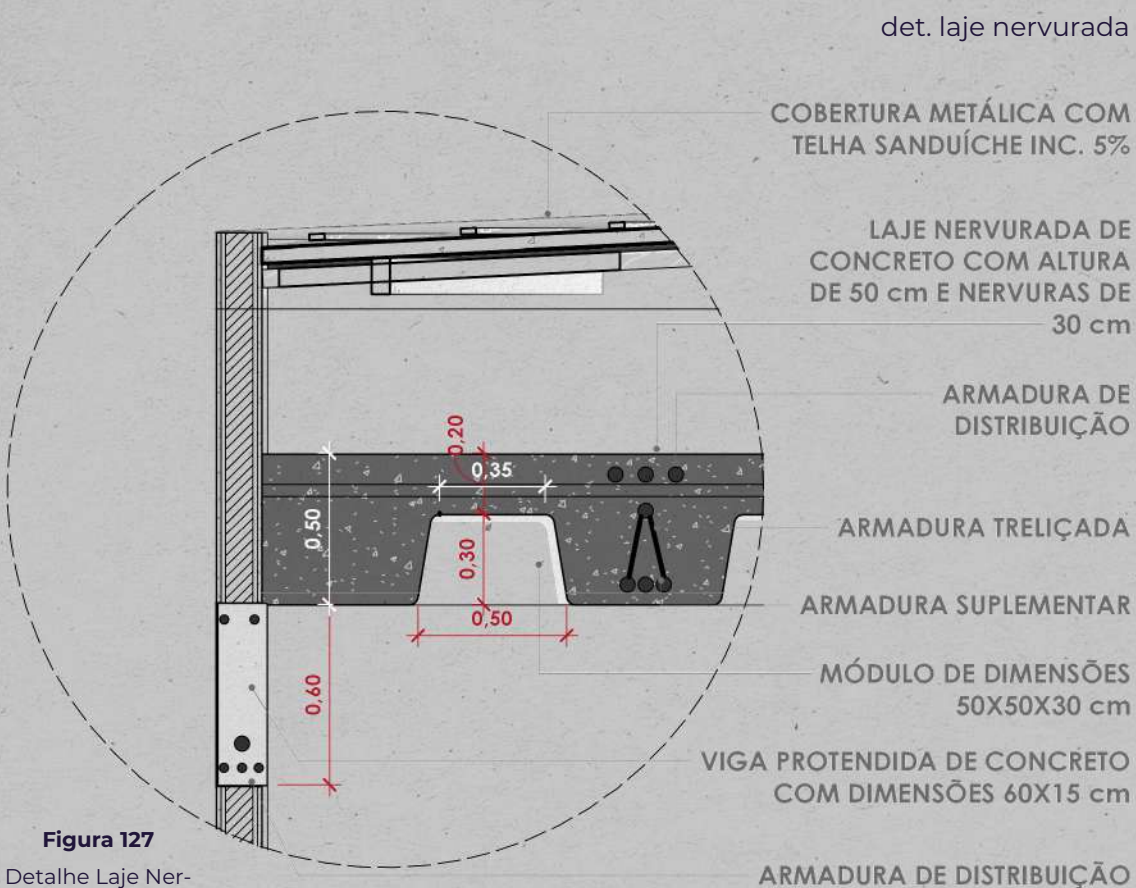


Figura 127
Detalhe Laje Nervurada
Fonte: Elaborado pela autora.

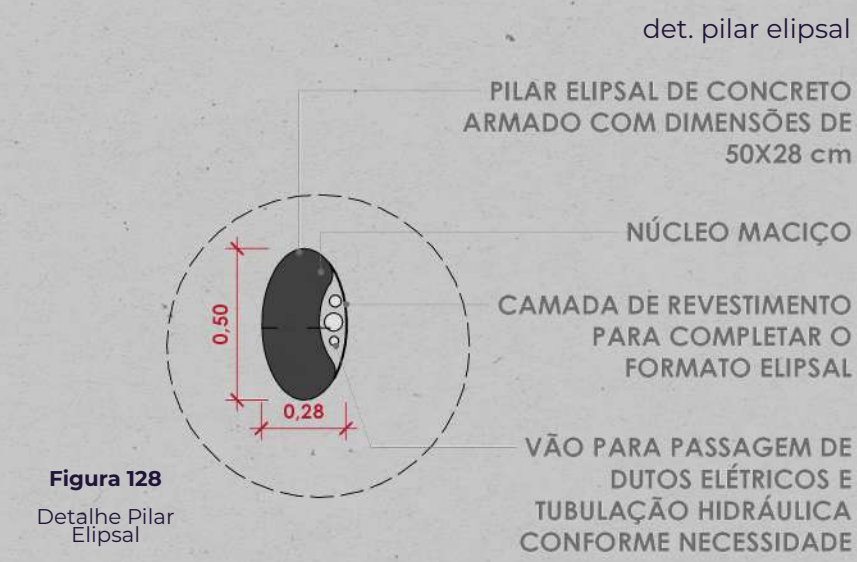


Figura 128
Detalhe Pilar Elipsal
Fonte: Elaborado pela autora.

Os pilares desprendidos das paredes do edifício apropriam-se do destaque que tomam na composição e na localização do prédio e exploram sua plasticidade através do formato elipsal.

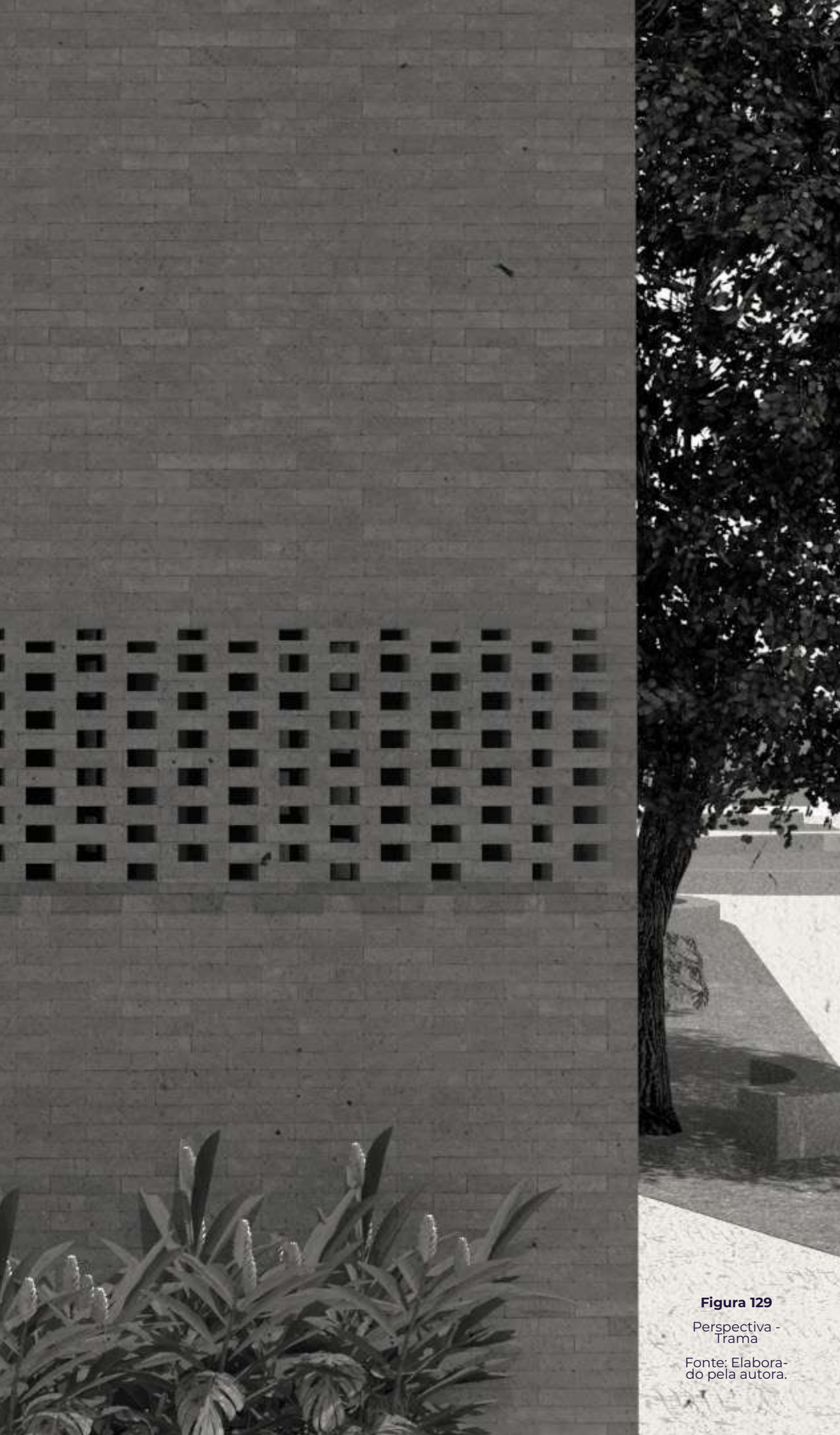


Figura 129
Perspectiva - Trama
Fonte: Elaborado pela autora.

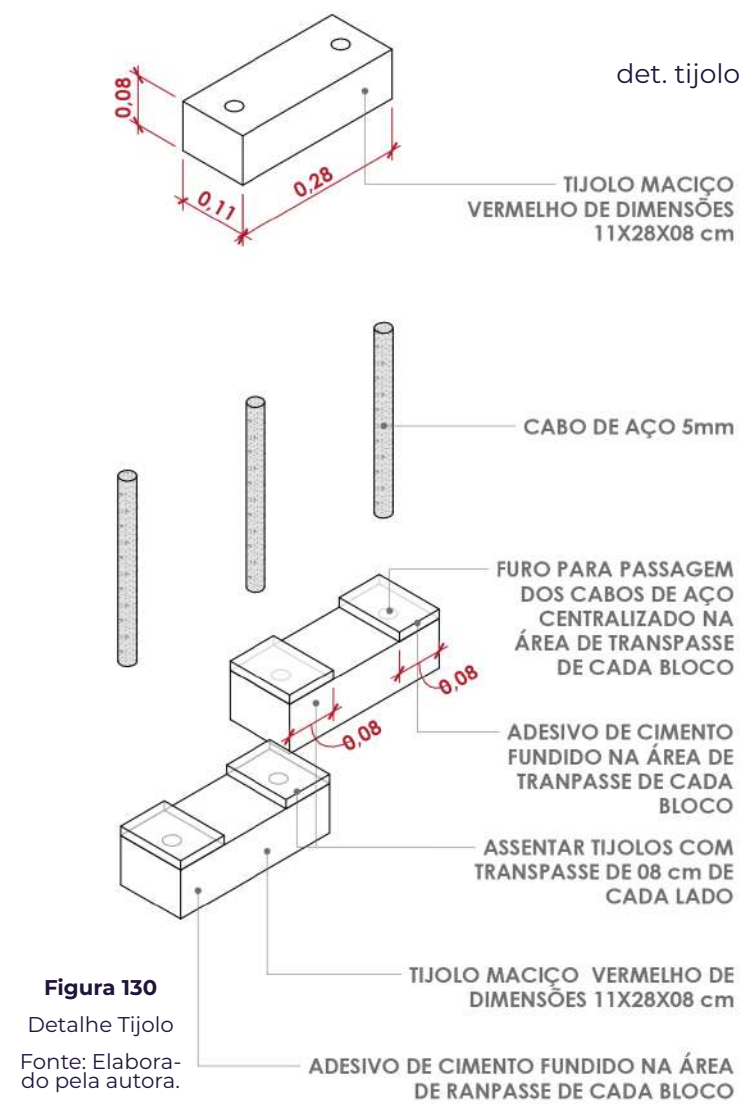


Figura 130
Detalhe Tijolo
Fonte: Elaborado pela autora.

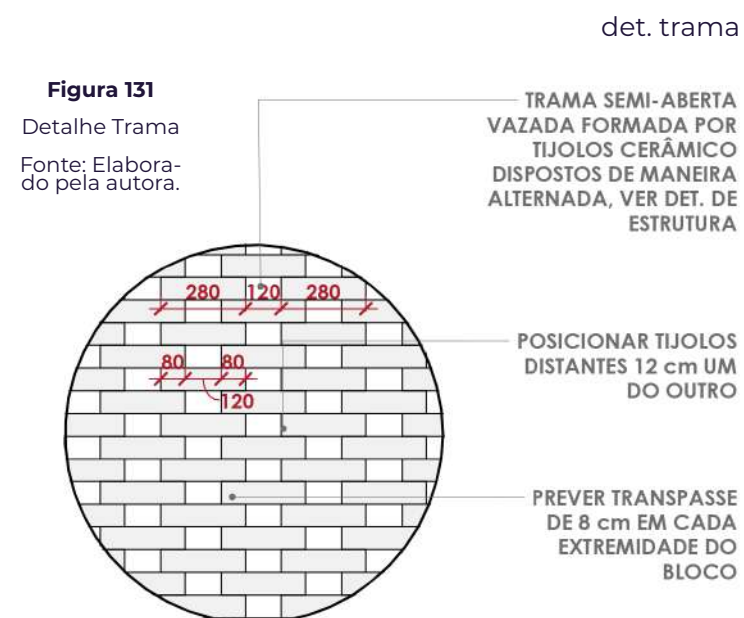


Figura 131
Detalhe Trama
Fonte: Elaborado pela autora.

A trama semi-aberta foi composta por tijolos vermelhos primeiramente perfurados para receber o reforço estrutural fornecido pelo cabeamento de aço e assentados com adesivos cimentícios para ligação entre os tranpasses dos blocos.

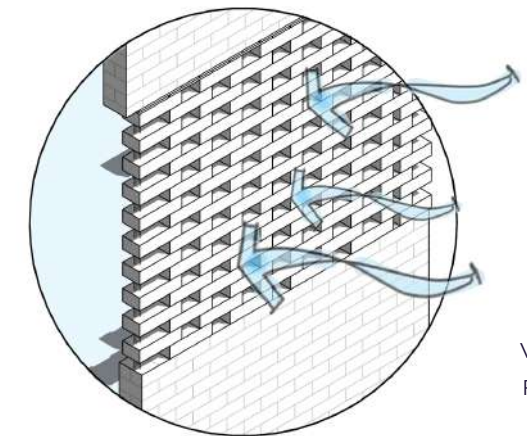


Figura 132
Ventilação Trama
Fonte: Elaborado pela autora.

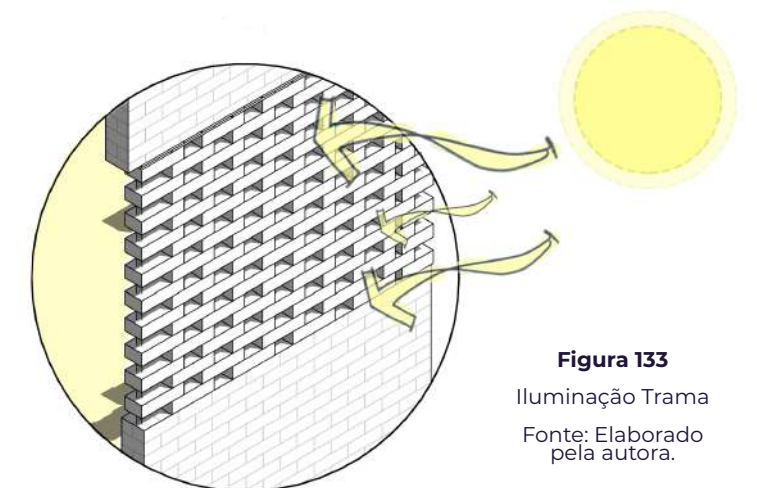


Figura 133
Iluminação Trama
Fonte: Elaborado pela autora.

Os espaços vazados proporcionados pelos desencontros do assentamento alternado entre os blocos proporciona a circulação de ar e a entrada de iluminação natural nos espaços.



Figura 133

Perspectiva Frontal.

Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 134
 Perspectiva
 Frontal.
 Fonte: Elabora-
 do pela autora.



Figura 135
 Perspectiva
 Frontal.
 Fonte: Elabora-
 do pela autora.



Figura 136
 Perspectiva
 Superior.
 Fonte: Elabora-
 do pela autora.

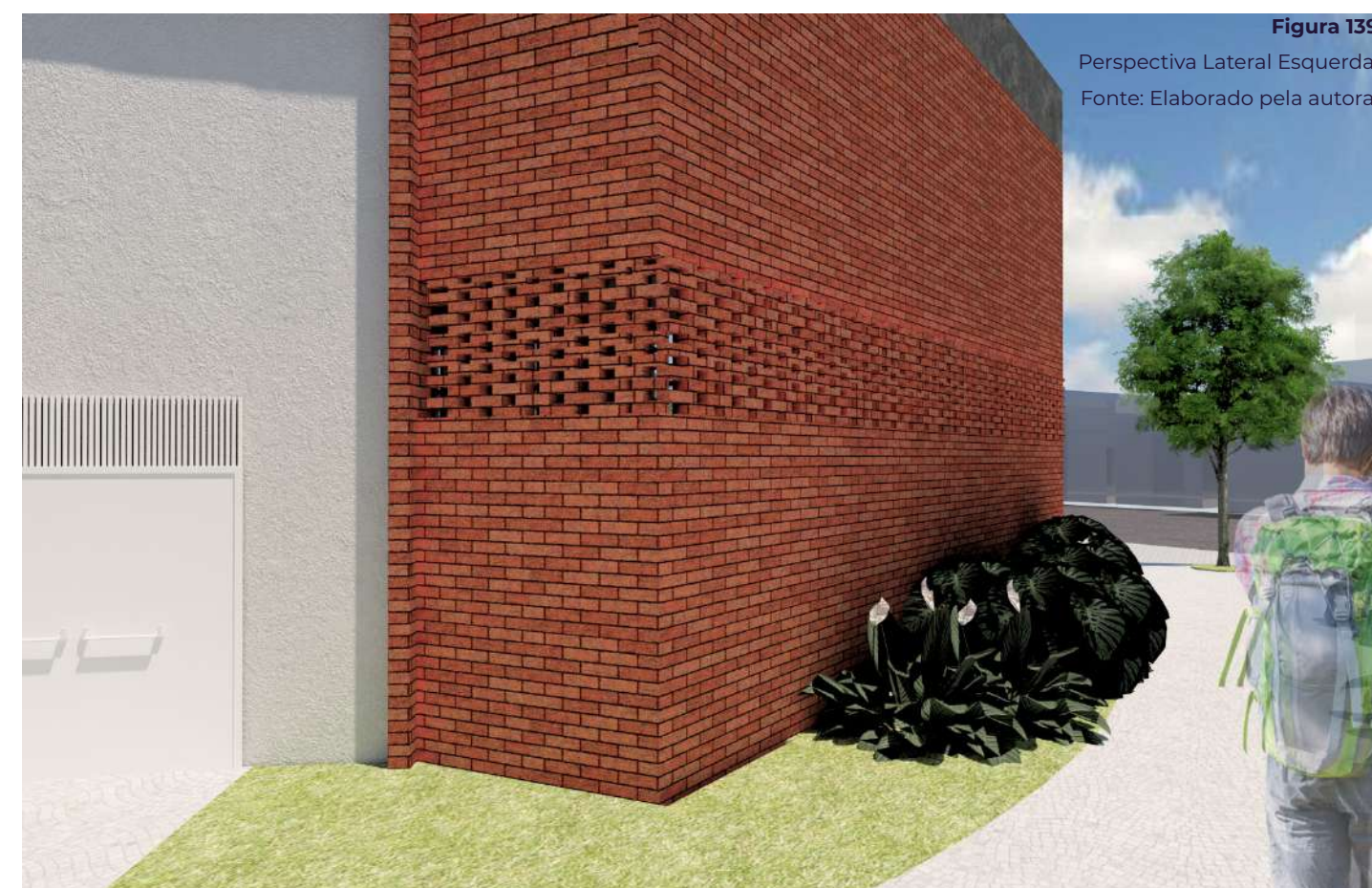




Figura 140
Perspectiva Frontal.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 141
Perspectiva Pos-
terior.
Fonte: Elaborado
pela autora.



Figura 142

Perspectiva Posterior.

Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 143

Perspectiva Posterior.

Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 144

Perspectiva Posterior.

Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 145

Perspectiva Posterior.I

Fonte: Elaborado pela autora.





Figura 149
Perspectiva Quadra.
Fonte: Elaborado pela autora.

97%

das mulheres
já sofreram
assédio no
transporte
público

a
MAIORIA
das mulheres costuma
estar acompanhada em
seus deslocamentos

Figura 150

Perspectiva Interna Hall.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 151
Perspectiva Interna Hall.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 152
Perspectiva Interna Hall.
Fonte: Elaborado pela autora.

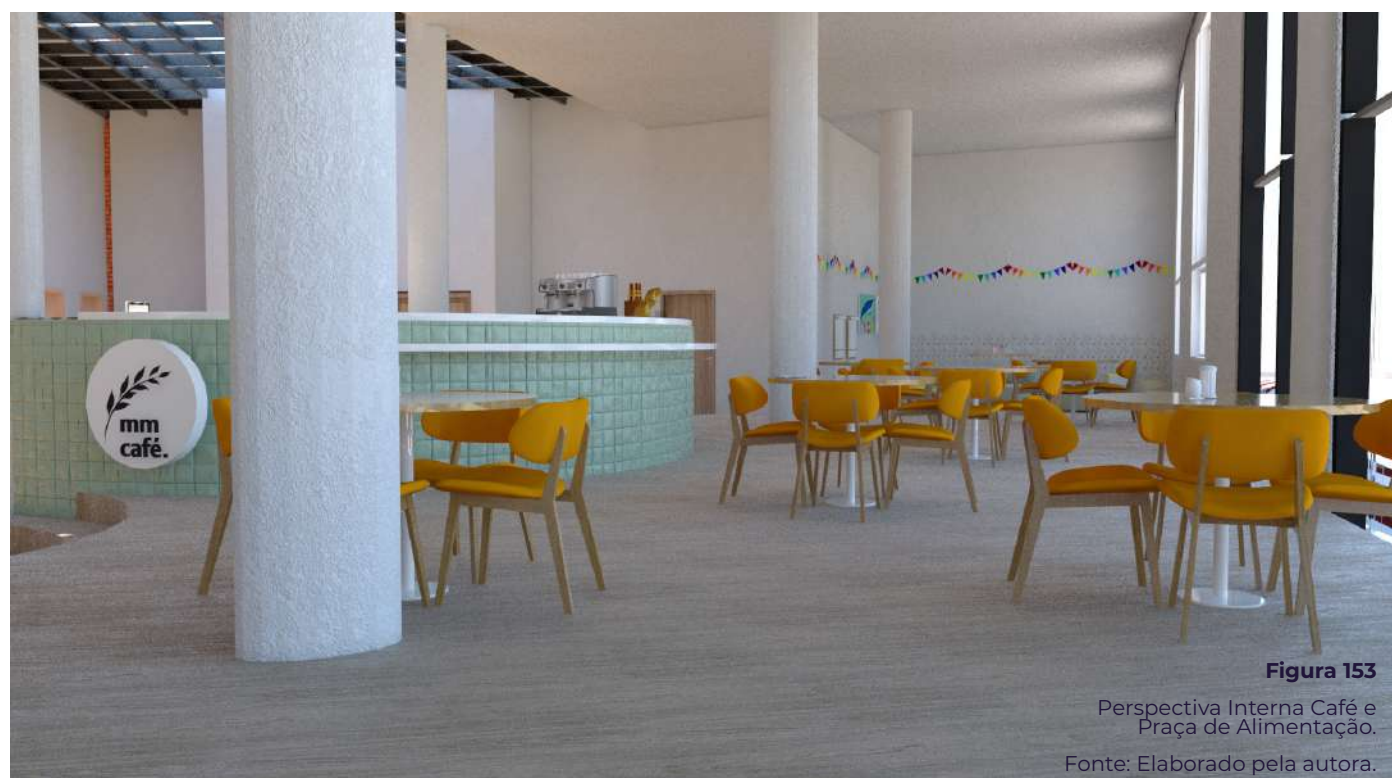


Figura 153

Perspectiva Interna Café e
Praça de Alimentação.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 154

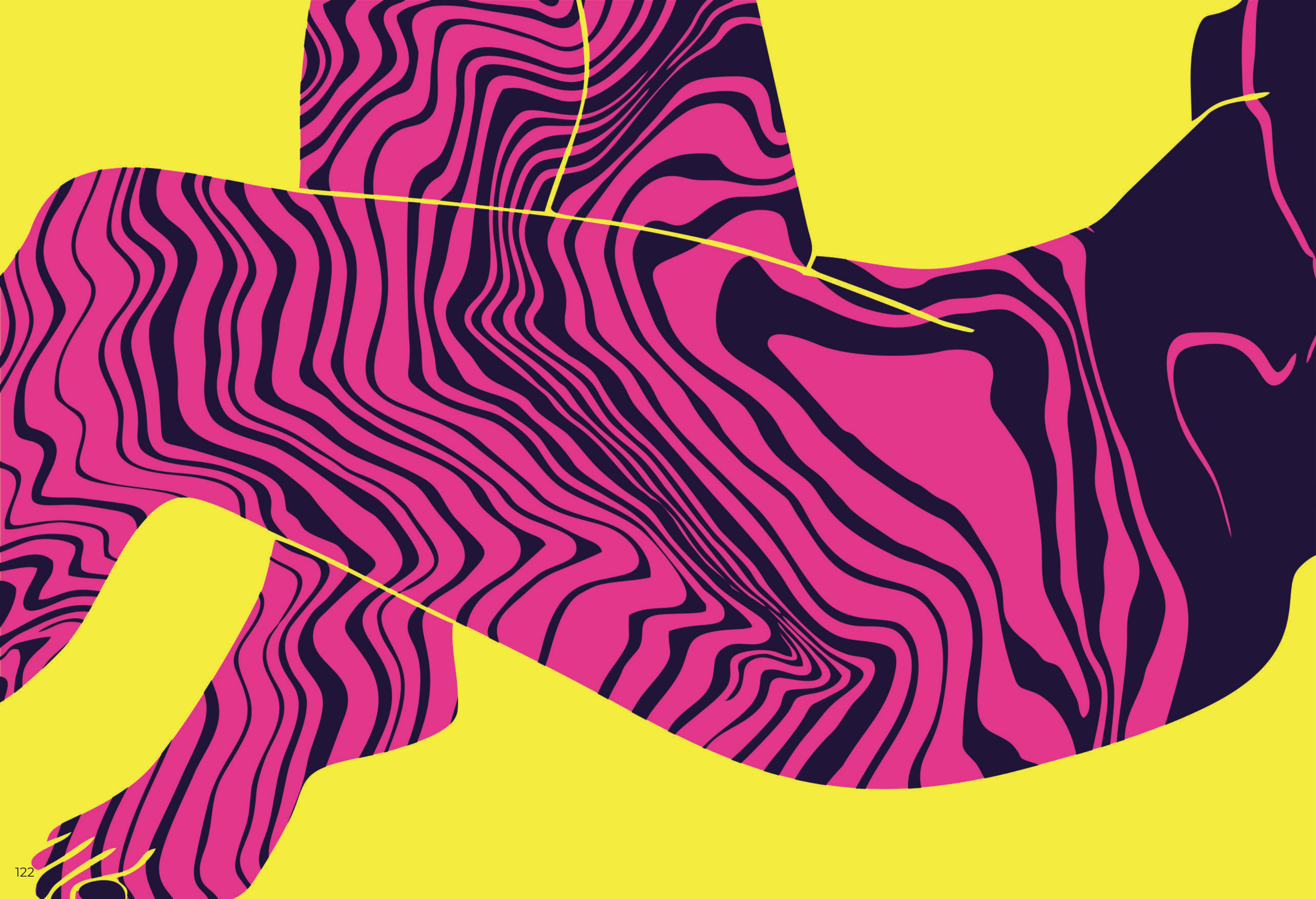
Perspectiva Interna Brinque-
doteca.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 155

Perspectiva Interna Café, Praça
de Alimentação e Foyer.

Fonte: Elaborado pela autora.



considerações finais

Muitas questões entre gênero, espaço - público e privado - e o sujeito feminino são debatidas no decorrer deste trabalho, ganhando destaque seus conceitos, suas urgências e suas demandas na interrelacionalidade desta discussão.

Sujeitos comumente no cerne das discussões do binarismo generificado, o sujeito feminino assume em si o contraponto da construção da figura masculina e, enquanto corpos individuais e sujeitos que compõem ativamente a prática espacial, as mulheres têm sua vivência e seu cotidiano influenciados diretamente pelas desigualdades e por seu apagamento como corpo e persona no espaço construído e visível.

Com o destrinchamento das questões tanto do espaço público quanto do espaço privado e o descortinar da hostilidade espacial para com o feminino, este trabalho enfatiza a necessidade de se repensar a relação da construção dos espaços, deixando explícito o que se encontra nestes quando se parte para uma análise perspectivada pelo feminino. Confrontar tal estrutura é apenas uma das formas de reconhecer esta realidade e contestá-la.

Nisso, a pesquisa responde a questão introdutória - **qual o lugar ocupado pela figura feminina dentro de um espaço construído, que além de concreto, é também social e político?** As mulheres, mesmo seres multiescalares e multiespaciais, não possuem na práxis espaço característico e vivem em uma realidade hostil e limitante.

Com a urgente necessidade de trazê-las à luz do reconhecimento como sujeito ativo e de vivência própria, a proposta buscou o desenvolvimento de uma estrutura projetual em rede com pontos de interesse feminino que incorporassem sua espacialidade e pulverizassem sua presença em um território espacializado, utilizando-se da arquitetura como um meio para garantir tais princípios.

Não é possível ressignificar questões espaciais tão bem estruturadas pelo sujeito. Um com uma proposta isolada, pontual e sem conexões. Esta pesquisa representa um início, um projeto que não se finda ou se solidifica, mas que estrutura um novo olhar para a proposição espacial, especialmente para as mulheres, empregando a arquitetura para conceber e construir novas práticas espaciais e assumir para si, as questões de gênero.



referências

a

ABASCAL, Eunice; ABASCAL BILBAO, Carlos. **Recortar, nomear e repensar o espaço. Um convite ao pensamento ecológico e ao planejamento sistêmico em Medellín, Colômbia.** Arqutextos, São Paulo, ano 22, n. 259.07, Vitruvius, dez. 2021. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/22.259/8463>>. Acesso em: 27 out. 2022.

ABASCAL, Eunice; ABASCAL BILBAO, Carlos. Arquitetura e ciência. **Dependência espacial, projeto e objetividade.** Arqutextos, São Paulo, ano 14, n. 162.04, Vitruvius, nov. 2013. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/14.162/4971>>. Acesso em: 27 out. 2022.

ABASCAL, Eunice; ABASCAL BILBAO, Carlos. Espaço, totalidade e sentido. **A linguagem que representa e apresenta a objetividade.** Arqutextos, São Paulo, ano 14, n. 163.04, Vitruvius, dez. 2013. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/14.163/4995>>. Acesso em: 27 out. 2022.

ABREU, Thais Custódio Calazans Menescal de. **Corpos insurgentes: narrativas urbanas sob a perspectiva da mulher.** 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unicristus.edu.br/jspui/handle/123456789/1109>>. Acesso em: 12 out. 2022.

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história, a história da mulher.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia Becalli. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana.** 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8622>>. Acesso em: 18 out. 2022.

ALENCAR, Larissa Albuquerque de; AVELLAR, Luciana de Castro Maeda; ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **A cozinha como um espaço / lugar de estratégias e códigos culturais. A questão feminina.** Arqutextos, São Paulo, ano 23, n. 266.07, Vitruvius, jul. 2022. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/23.266/8555>>. Acesso em: 27 out. 2022.

AMUSSEN, Susan Dwyer. **Féminin/masculin: le genre dans l'Angleterre de l'époque Moderne.** In: Annales. Histoire, Sciences Sociales. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 269-287.

ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. **A arquitetura nunca mais será a mesma. considerações sobre gênero e espaço (s).** URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 7, n. 2, p. 2-23, 2015.

ARAUJO, Fanny Schroeder de Freitas. **Interiores da casa brasileira: artefato, gênero e espaço.** 2017. 201 f. Tese(Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25867>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ÁVILA, Maria Betânia et al. **Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo.** Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2005.

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. **O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista.** Revista Três Pontos, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3386>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

b

BARROS, Alice de Almeida. **Hábitos no habitar. Hábitos de morar e a criação do espaço arquitetônico.** Drops, São Paulo, ano 12, n. 057.04, Vitruvius, jun. 2012. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/12.057/4386>>. Acesso em: 27 out. 2022.

BATISTOTI, Aleida Fontoura; LATOSINSKI, Karina Trevisan. **O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS.** Revista Rua, p. 329-355, 2019. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/capa?publicacao_id=219>. Acesso em 15 fev. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2009.

BELLO, Enzo; BELEZA, Larissa. **As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos.**

Revista de Direito da Cidade, v. 11, n. 2, p. 741-764, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/43724/32754>>. Acesso em: 23 set. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1970.

BRANDÃO, Lana Souza Costa; MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva. **Espaço doméstico em edifícios multifamiliares. Uma percepção da cozinha gourmet no setor de serviço contemporâneo em apartamentos de alto padrão em Maceió AL**. Minha Cidade, São Paulo, ano 16, n. 184.05, Vitruvius, nov. 2015. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.184/5825>>. Acesso em: 27 out. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

C

CABANNES, Robert. **Qual dialética é possível entre o espaço público e o privado?**. In: CABANES, Robert; GEORGE, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera da Silva (Orgs.). Saídas de emergência. São Paulo, Boitempo, 2011, pp. 437-459

CABANES, Robert. **Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações**. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, p. 389-432, 2006.

CARMONA, Jaime Solares. **Regimes de negociação entre o público e o privado**. Arquitextos, São Paulo, ano 22, n. 259.11, Vitruvius, dez. 2021 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.259/8475>>. Acesso em: 28 out. 2022.

revistas/read/arquitextos/22.259/8475>. Acesso em: 28 out. 2022.

CARVALHO, Amanda Conceição de. **ARQUITETURA PARA ELAS: Proposta projetual de um centro de apoio às mulheres vítimas de violência na cidade de Euclides da Cunha-BA**. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/15056>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo. **Direito à Cidade: uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017

CASTRO, Camila Ribeiro. **Mulheres, entre o corpo a cultura e a cidade : (r)existindo através das brechas**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021. Disponível em: <bit.ly/43WZpUE>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CAMARGO, Gustavo Henrique Maciel. **A produção arquitetônica e sua relação com o poder**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 17, n. 21, p. 11-11, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2010v-17n21p11/3664>>. Acesso em: 27 out. 2022.

COLOMINA, Beatriz et al. **Sexuality & space**. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

CORREIA, V. **A Dicotomia Público-Privado**. Poliética: Revista de Ética e Filosofia Política. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 7-44, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/PoliEtica/article/view/19492>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CORDEIRO, Fernanda. **O direito à cidade sob a perspectiva de gênero**. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível

em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20207>>. Acesso em: 18 out. 2022.

CORTÉS, José Miguel Garcia. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**. 1. ed. São Paulo. Senac, 2008.

f

FONTES, Marina Lima de. **Mulheres invisíveis: a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista**. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/22280>>. Acesso em: 17 set. 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FRANÇA, Franciney Carreiro de. **A indisciplina que muda a arquitetura: a dinâmica do espaço doméstico no Distrito Federal**. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1111>>. Acesso em: 07 out. 2022

FRANCISCO, Maria de Fátima Simões. **Aristóteles enquanto fonte das concepções de espaço público e espaço privado de Hannah Arendt**. Notandum, São Paulo, USP, v. 14, p. 33-48, 2007. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand14/fatima.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2022.

g

GARCIA, Helena Sá Barretto Prado. **Lugar de mulher: experiência e projeto da Casa Laudelina de Campos**

Melo. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/9583d0c8-8e97-4629-80be-d3332e277bb8/TFG_2022_1_Helena_Garcia.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

GIEDION, Sigfried. **Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOMES, Maria Clara Rodrigues. **Mulheres e cidade: a relação entre o direito das mulheres à cidade e o planejamento urbano com base na perspectiva de gênero**. 2019. Disponível em: <<https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/6103?show=full>>. Acesso em: 25 set. 2022

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-26082022-150751/pt-br.php>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

GROSZ, E. **Corpos reconfigurados**. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 14, p. 45–86, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile bodies: Toward a corporeal feminism**. London. 1. ed. Routledge, 1994.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente et al. **As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domes-**

ticidade nas moradias de Belém-1800-1850. 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/4322?locale=pt_BR>. Acesso em: 27 out. 2022.

GUSMÃO, Ricardo Lopes. **Pierre Koenig e a modernidade angelina: arquitetura, domesticidade e industrialização**. 2019. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, University of São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.16.2019.tde-16102019-163530. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16102019-163530/en.php>>. Acesso em: 14 out. 2022.

h

HELENE, D. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Cadernos Metrópole, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 951–974, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

HITA, Maria Gabriela. **Masculino, feminino, plural**. cadernos pagu, n. 13, p. 371-383, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635337/3135>>. Acesso em: 17 set. 2022.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras**. 7 Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2008.

k

KILIAN, T. **Public and private, power and space**, in: A. Light & J. M. Smith (Eds) *Philosophy and Geography*

II: The Production of Public Space, pp. 115–134 Oxford: Lanham, Md: Rowman & Littleeld, 1998.

l

LAQUEUR, Thomas. **Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

LEATHERBARROW, David; PEREIRA, Tania Calovi. **Espaço dentro e fora da arquitetura**. Arqtexto. n. 12 (2008), p. 6-31, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22298>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **História do espaço e governamentalidade em Michel Foucault**. Barbaroi, Santa Cruz do Sul , n. 36, p.138-148, jun. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-657820120001000008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2022.

LICO, Gerard Rey. **Architecture and sexuality: The politics of gendered space**. Humanities Diliman: A Philippine Journal of Humanities, v. 2, n. 1, 2001. Disponível em: <<https://doaj.org/article/df9228508e3547f3a3de0161b-387d4c6>> Acesso em: 12 ago. 2022.

m

MACHADO-MARTINS, Maíra; TROTTA, Carolina de

Carvalho Gambôa. **Espaço programado e espaço criado. A construção da habitabilidade em duas formas de moradia popular.** Arquitectos, São Paulo, ano 21, n. 241.04, Vitruvius, jun. 2020. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/21.241/7777>>. Acesso em: 23 set. 2022.

MARTINS, Moisés de Lemos. **Espaço público e vida privada.** 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23799>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender.** 3 ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: Understanding feminist geographies.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MERLI, Giovanna Augusto. **Lugar de mulher é na cidade: desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia.** 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1440>. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23988>>. Acesso em: 15 set. 2022

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos.** Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

MUXÍ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades.: Más allá del umbral.** Barcelona: dpr-barcelona, 2018.

n

NASCIMENTO, Flávia Brito do et al. **Domesticidade, gênero e cultura material.** 1. ed. São Paulo: Edusp. 2017.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Representações femininas do habitar.** 2014, Anais.. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), 2014.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero.** Revista estudos feministas, v. 8, n. 02, p. 09-41, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>>. Acesso em: 20 de ago. 2022.

O

OHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. **Space, place, and sex: Geographies of sexualities.** 1. ed. Maryland. Rowman & Littlefield, 2010.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Revista estudos feministas, v. 16, p. 305-332, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/4MBhqfxYMPpPPkq-QN9jd5hB/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2022.

p

PALLASMAA, Juhani. **Habitar.** 1. ed. Trad. de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

PEIRCE, C. S. **Semiótica.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência.** Cadernos Pagu, [S. l.], n. 4, p. 9-28, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>>. Acesso em: 18 maio 2023.

r

RAMOS, Laíssa Rocha. **Mulheres e o direito à cidade: impacto do desenho urbano na violência de gênero diante a ocupação do espaço público.** São Luís: Centro Universitário UNDB, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/300>>. Acesso em: 28 ago 2022.

RENDELL, Jane; PENNER, Barbara; BORDEN, Iain (Ed.). **Gender space architecture: An interdisciplinary introduction.** London: Psychology Press, 2000.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Morar brasileiro. Impressões e nexos atuais da casa e do espaço doméstico.** Arquitectos, São Paulo, ano 15, n. 169.01, Vitruvius, jun. 2014. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/15.169/5220>>. Acesso em: 18 out 2022.

S

SADER, Ana Paula Cabral; GOMES, Márcio Fernando; NICOLETE, Jamilly Nicácio. **As mulheres e o direito à cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea.** Educação em Revista, v. 20, p. 99-110, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.21915/edua.2019.110>>. Acesso em: 18 out 2022.

vel em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9375>>. Acesso em: 15 nov 2022.

SANTORO, P. F. (2008). **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação.** In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... Caxambu-MG, Abep. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3378>>. Acesso em: 02 nov 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território.** Geo UERJ, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SERPA, A. **Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 8, n. 1, p. 21-37, 2004. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.123865. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123865>>. Acesso em: 22 out 2023.

SCOTT, Joan; BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** 1992.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott.** Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257862>>. Acesso em: 09 de ago. 2022

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** 1. ed. São Paulo. Todapalavra, 2009. Disponível em: <<https://www.todapalavraeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/04/E-book>

pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022

SOARES, Vera. **Movimento feminista: paradigmas e desafios.** Revista Estudos Feministas, v. 2, p. 11-24, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089>>. Acesso em 10 out. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta.** Revista Cidades, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

SORJ, Bila. **O estigma das feministas.** O Globo, p. 7, 2005.

t

TAVARES, Rossana Brandão. **Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades.** Anais... XVII ENANPUR São Paulo. Sessão Temática, v. 10, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST_10/ST_10.2/ST_10.2-05.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2022

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual.** Novos estudos CEBRAP, v. 35, p. 93-109, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMp-VZWPJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 de set. 2022

TOBÍO, Constanza. **Estructura urbana, movilidad y género en la ciudad moderna.** Boletín CF+ S, n. 13, 2000.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.** cadernos pagu, p. 127-152, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/9qWCTLfW8Qvr9bTspS9dSsd/abstract/?lang=pt>

Acesso em: 19 de nov. 2022

TRUJILLO, D. H. da S.; LEMOS, F. C. S.; REIS JÚNIOR, L. P.; OLIVEIRA, P. de T. R. de. **Subjetividade e espaço: análises com Michel Foucault.** Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3018>. Acesso em: 24 ago. 2022.

V

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade urbana e cidadania.** São Paulo: Senac Editoras, 2012.

VELLOSO, Rita. **Apropriação, ou o urbano-experiência.** Arquitectos, São Paulo, ano 16, n. 189.05, Vitruvius, fev. 2016. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/16.189/5949>>. Acesso em: 25 de ago. 2022

VIEIRA, Júlio Luiz. **Vias de aproximação para uma leitura da condição espacial na arquitetura.** 2015. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.16.2015.tde-11092015-085047. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-11092015-085047/pt-br.php>>. Acesso em: 09 de ago. 2022

W

WALBY, Sylvia. **Theorising patriarchy.** Sociology, v. 23, n. 2, p. 213-234, 1989.

WEKERLE, Gerda R. **A woman's place is in the city.** Antipode, v. 17, n. 2-3, p. 145-153, 1985. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1985.tb00343.x>>. Acesso em: 14 de set. 2022

lista de figuras

Figura 01. Traços de estereótipos masculinos ou femininos nos anos de 1986 e 1992 Fonte: AM NCIO, 1993, p. 133. Adaptado pela autora.

Figura 02. Oposições binárias entre os gêneros. Fonte: MCDOWELL, 2003, p. 12. Adaptado pela autora.

Figura 03. Protesto sufragista em Nova Iorque. Fonte: Getty Images.

Figura 04. Betty Friedan - Greve pela igualdade de gênero. Fonte: Getty Images.

Figura 05. Fatores inter-relacionados com a produção social do espaço. Fonte: PEREIRA, 2018, p. 23. Adaptado pela autora.

Figura 06. Quadros da série The Femme Maison da artista Louise Bourgeois. Fonte: Flickr. Adaptado pela autora.

Figura 07. Cidade para quem? Fonte: Archdaily. Adaptado pela autora.

Figura 08. Tipologia de Espaços Urbanos Sexuais e de Gênero. Fonte: FARIAS, 2012, p.104 apud TEIXEIRA, 2013, 140. Adaptado pela autora.

Figura 09. Esquema de mobilidade poligonal e independente. Fonte: ORTIZ ESCALANTE et al., 2021, p.16. Adaptado pela autora.

Figura 10. Dados sobre o deslocamento feminino. Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 11. Relação de movimentos dos diferentes gêneros no espaço urbano. Fonte: ULLMANN, 2008 apud CO-

RADIN, 2010, p. 20. Adaptado pela autora.

Figura 12. Dados sobre o deslocamento e a mobilidade feminina no espaço urbano. Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 13. Dados sobre as assédio e sentimentos das mulheres no espaço público. Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 14. Dados sobre as assédio e sentimentos das mulheres no espaço público. Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 15. Dados acerca dos períodos do deslocamento feminino. Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 16. Dados sobre relação entre sensação de segurança e iluminação. Fonte: Instituto Locomotiva, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 19. American Girl in Italy. Fonte: Orkin, 1951.

Figura 20. Pôster “O capitalismo também depende do trabalho doméstico”. Fonte: See Red Women’s Workshop. Adaptado pela autora.

Figura 21. Pôster sobre o movimento feminista do pela autora. Fonte: See Red Women’s Workshop. Adaptado pela autora.

Figura 22. Pôster “Questionamentos sobre cada aspecto das nossas vidas”. Fonte: See Red Women’s Workshop. Adaptado pela autora.

Figura 23. Anúncios Sexistas. Fonte: Plastik Sudios,

2018. Adaptado pela autora.

Figura 24. Pôster sobre a rotina doméstica feminina. Fonte: See Red Women’s Workshop. Adaptado pela autora.

Figura 25. Cozinha Tradicional. Fonte: História e Teoria da Arquitetura, FUMEC, 2013. Adaptado pela autora.

Figura 26. Cozinha Frankfurt. Fonte: História e Teoria da Arquitetura, FUMEC, 2013. Adaptado pela autora.

Figura 27. Anúncio sobre uma cozinha moderna. Fonte: O CRUZEIRO, 1955, ed. 34, p. 59. Adaptado pela autora.

Figura 28. Pôsteres acerca da vida doméstica feminina. Fonte: See Red Women’s Workshop. Adaptado pela autora.

Figura 30. Pôster acerca da desigualdade na criação de meninos e meninas. Fonte: See Red Women’s Workshop. Adaptado pela autora.

Figura 31. Pôster acerca da criação das filhas meninas. Fonte: See Red Women’s Workshop. Adaptado pela autora.

Figura 32. Diagrama intencionalidades I. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 33. Diagrama intencionalidades II. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 34. Edifício Narkomfin. Fonte: Calvert Journal. Adaptado pela autora.

Figura 35. Cartaz de propaganda soviético: “Abaixo a escravidão da cozinha! Agora você tem um novo modo de vida!”. Fonte: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, 2007. Adaptado pela autora.

Figura 36. Esquema isométrico do edifício Narkomfin. Fonte: Casa-abierta, 2020. Adaptado pela autora.

Figura 37. Plantas e setorização da tipologia K. Fonte: Architecture. Review, 2013. Adaptado pela autora.

Figura 38. Plantas e setorização das tipologias F1 e F2. Fonte: Architecture Review, 2013. Adaptado pela autora.

Figura 39. Corte setorizado no bloco residencial. Fonte: Architecture Review, 2013. Adaptado pela autora.

Figura 40. Mulher estudando em seu apartamento no edifício Narkomfin em 1930. Fonte: London Metropolitan University, 2014. Adaptado pela autora.

Figura 41. Mulher em seu apartamento no edifício Narkomfin em 2014. Fonte: Calvert Journal, 2014. Adaptado pela autora.

Figura 42. Mulher e seu filho em seu apartamento no edifício Narkomfin em 2014. Fonte: Calvert Journal, 2014. Adaptado pela autora.

Figura 43. Equipe PUNT-6. Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

Figura 44. “O que é um urbanismo feminista?” - por PUNT-6. Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

Figura 45. Materiais desenvolvidos e disponibilizados pelo Punt-6. Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

Figura 46. Cinco qualidades urbanas. Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

Figura 47. Tipologia dos espaços. Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

Figura 48. Quatro esferas do cotidiano. Fonte: Punt-6 Organization. Adaptado pela autora.

Figura 49. Urban Ring - Projeto vencedor da compe-

tição. Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

Figura 50. Unidades do Urban Ring. Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

Figura 51. Planta baixa - Unidade Monumental. Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

Figura 52. Corte - Unidade Monumental. Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

Figura 53. Esquema de divisórias - Unidade Monumental. Fonte: A AS Architecture, 2021. Adaptado pela autora.

Figura 54. Ilustração aproximação. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 55. Dados populacionais de Campo Grande. Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2022. Adaptado pela autora.

Figura 56. Mapa de Densidade Feminina. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 57. Mapa de Rendimento Nominal Médio Mensal Feminino. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 58. Dados de horas dedicadas. Fonte: IBGE. Adaptado pela autora.

Figura 59. Casa da Mulher Brasileira. Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Adaptado pela autora.

Figura 60. Casa da Mulher Brasileira. Fonte: Repositório da Prefeitura de Campo Grande, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 61. Serviços oferecidos pela Casa da Mulher Brasileira. Fonte: Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Adaptado pela autora.

Figura 62. Localização Aldeia Urbana Tarsila do Amaral. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 63. Rua Dorcelina Folador. Fonte: Top Mídia News, 2016. Adaptado pela autora.

Figura 64. Macrodiagnóstico. Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2022. SISGRAN, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 65. Macrodiagnóstico - Mapa de análise social feminina. Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2022. SISGRAN, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 66. Macrodiagnóstico - Mapa de análise qualitativa urbana. Fonte: SISGRAN, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 67. Diagrama de palavras. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 68. Situação proposta x situação atual. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 69. Aero Rancho - Mapa de Uso e Ocupação. Fonte: PLANURB, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 70. Aero Rancho - Mapa de Equipamentos Públicos. Fonte: PLANURB, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 71. Aero Rancho - Mapa de Áreas Verdes e Vazios Urbanos. Fonte: PLANURB, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 72. Aero Rancho - Mapa de Mobilidade. Fonte: PLANURB, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 73. Ortofoto do terreno. Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2013. Adaptado pela autora.

Figura 74. Entorno Imediato - Mapa de Uso e Ocupação. Fonte: PLANURB, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 75. Entorno Imediato - Mapa de Equipamentos de educação e raios de abrangência. Fonte: PLANURB, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 76. Entorno Imediato - Mapa de Equipamentos de saúde e raios de abrangência. Fonte: PLANURB, 2018.

Adaptado pela autora.

Figura 77. Entorno Imediato - Mapa de Mobilidade Urbana. Fonte: PLANURB, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 78. Entorno Imediato - Mapa de Vazios Urbanos e arborização. Fonte: PLANURB, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 79. Entorno Imediato - Mapa de Equipamentos Sociais de lazer e esporte. Fonte: SISGRAN, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 80. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 81. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 82. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 83. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 84. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 85. Mapa chave de fotografia. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 86. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 87. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 88. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 89. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 90. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 91. Foto do terreno. Fonte: Google Street View, 2023. Adaptado pela autora.

Figura 92. Aerofotografia do terreno em 2015. Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande. Adaptado pela autora.

Figura 93. Aerofotografia do terreno em 2023. Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande. Adaptado pela autora.

Figura 94. Diagrama de Diretrizes Projetuais. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 95. Diagrama de Escala de Beneficiação. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 96. Processos de projeto - Pesquisa. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 97. Processos de projeto - Partido. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 98. Processos de projeto - Plano. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 99. Processos de projeto - Programa. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 100. Processos de projeto - Potência. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 101. Processos de projeto - Proposta. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 102. Desenvolvimento Volumétrico I. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 103. Desenvolvimento Volumétrico II. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 104. Desenvolvimento Volumétrico III. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 105. Desenvolvimento Volumétrico IV. Fonte:

Elaborado pela autora.

Figura 106. Desenvolvimento Volumétrico V. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 107. Desenvolvimento Volumétrico Final. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 108. Planta de Situação. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 109. Diagrama - Situação. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 110. Área de lazer ativa. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 111. Ciclorrota. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 112. Eixo de Circulação. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 113. Área de lazer passivo. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 114. Planta de Implantação. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 115. Planta de Implantação - Pisos e forrações. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 116. Planta Baixa - Setorização. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 117. Planta Baixa Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 118. Corte AA. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 119. Corte BB. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 120. Corte CC. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 121. Corte DD. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 122. Fachada Frontal. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 123. Fachada Esquerda. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 124. Fachada Direita. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 125. Fachada Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 126. Perspectiva explodida. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 127. Detalhe da Laje Nervurada. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 128. Detalhe Pilar Elipsal. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 129. Detalhe Tijolo. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 130. Detalhe Trama. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 131. Ventilação Trama Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 132. Iluminação Trama. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 133. Perspectiva Frontal. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 134. Perspectiva Frontal. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 135. Perspectiva Frontal. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 136. Perspectiva Superior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 137. Perspectiva Lateral Esquerda. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 138. Perspectiva Lateral Direita. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 139. Perspectiva Lateral Esquerda. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 140. Perspectiva Frontal. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 141. Perspectiva Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 142. Perspectiva Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 143. Perspectiva Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 144. Perspectiva Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 145. Perspectiva Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 146. Perspectiva Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 147. Perspectiva Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 148. Perspectiva Posterior. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 149. Perspectiva Quadra. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 150. Perspectiva Interna Hall. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 151. Perspectiva Interna Hall. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 152. Perspectiva Interna Hall. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 153. Perspectiva Interna Café e Praça de Alimentação. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 154. Perspectiva Interna Brinquedoteca. Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 155. Perspectiva Interna Café, Praça de Alimentação e Foyer. Fonte: Elaborado pela autora.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL.
CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL. 2023.